



Marília Rodrigues de Oliveira

**“A Tragédia da rua Januzzi: narrativas
sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de
Janeiro da Primeira República**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História Social da Cultura, do
Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Rio de Janeiro
Setembro de 2014



Marília Rodrigues de Oliveira

**“A Tragédia da rua Januzzi”:
narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no
Rio de Janeiro da Primeira República**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profº Leonardo Affonso de Miranda Pereira
Orientador
Departamento de História - PUC-Rio

Profª Margarida de Souza Neves
Departamento de História - PUC-Rio

Profº Marcos Luiz Bretas da Fonseca
Departamento de História - IFCS/UFRJ

Profª Mônica Herz
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Marília Rodrigues de Oliveira

Graduou-se em 2011 no curso de História, em Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ficha Catalográfica

Oliveira, Marília Rodrigues de

A tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República / Marília Rodrigues de Oliveira ; orientador: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. – 2014.

199 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Imprensa. 3. Crime. 4. Narrativas sensacionais. 5. Ciência. 6. Moral. 7. Justiça. I. Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Aos meus pais, Carlos Magno e Maria Marlene.

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional. Graças ao incentivo diário deles, foi possível realizar este trabalho.

À minha mãe, que como bibliotecária, desde a minha infância trazia o universo mágico da literatura à nossa casa. As leituras conjuntas de fábulas e contos jamais serão esquecidas. Livros, que de tanto o apreço, eram copiados por mim, quando deviam retornar à biblioteca em que trabalhava, serão lembranças que guardarei para toda vida. Com certeza, a dedicação à pesquisa acadêmica só foi possível por sua contribuição.

Ao meu pai, pelo senso de justiça que ensinou a mim desde criança. Seu trabalho enquanto advogado em um sindicato, cedo nos sensibilizou a importância e urgência de questões e debate sociais. A escolha por este objeto de pesquisa, com certeza, também se deve a ele.

À minha irmã, companheira e amiga de toda uma vida. Pelas conversas em momentos de indecisões durante a realização deste trabalho. Agradeço ainda pela nova família que nos trouxe nos últimos anos. Meu sobrinho Tomás é fonte de muita alegria em muitos momentos.

Ao meu orientador, Leonardo Affonso de Miranda Pereira, por todo apoio, ensinamento, dedicação e paciência nestes dois anos de orientação. Sempre incentivando, questionando e cobrando uma pesquisa séria, esta experiência será levada para vida enquanto um exemplo profissional.

Ao professor Marcos Luiz Bretas, por ter sido a primeira pessoa a me incentivar a entrar na vida acadêmica. Junto com a professora Margarida de Souza Neves, suas contribuições na qualificação foram essenciais a este trabalho.

Aos amigos que muitas vezes tornaram esses anos de trabalho em momentos de alegria. As conversas com Alice, Carolina, César, Gabrielle, Karla, Luana, Pablo, Rosa e Tamara foram fundamentais nestes momentos. Agradeço a Vanessa Fraguas, Maria Cristina de Azevedo e Pedro Marreca que, como companheiros de mestrado, compartilharam momentos de inquietações e trocas intelectuais frutíferas a este trabalho. Agradeço especialmente também ao amigo e professor, Diego Galeano, cuja generosidade, muitas vezes me presenteou com conversas instigantes sobre nosso tema de pesquisa. Suas indicações também contribuíram para construção desta dissertação.

A minha tia Maria de Fátima e meu primo Felipe que, como mãe e irmão, tiveram presentes em diversos momentos da trajetória da minha vida. Os cuidados comigo desde criança foram essenciais à realização deste trabalho.

Aos meus alunos que diariamente renovam minha paixão por História. Os diálogos em sala de aula são realmente fonte de inspiração em muitos momentos de pesquisa.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pela bolsa de mestrado concedida, sem a qual este trabalho não poderia ter sido realizado, e aos funcionários do Departamento de História da PUC.

Resumo

Oliveira, Marília Rodrigues; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. **“A Tragédia da rua Januzzi”: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República**. Rio de Janeiro, 2014. 199p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objetivo analisar o processo de construção da *Tragédia da rua Januzzi* enquanto um crime sensacional, cuja discussão pública era capaz de mobilizar falas, experiências e projetos de diferentes atores sociais. A morte misteriosa da esposa de um oficial do Exército foi considerada por alguns jornalistas como um crime que “causava sensação”, constituindo-se como um exemplo das notícias publicadas pela imprensa carioca que possuíam grande receptividade entre o público leitor. No final do século XIX, com o objetivo de atrair o maior número possível de leitores, jornais que até então concediam espaço a debates políticos, sofriam uma sensível modificação nas suas temáticas. As narrativas jornalísticas da *Tragédia da rua Januzzi* ao serem veiculadas por um dispositivo editorial maciço suscitavam tanto o extraordinário, como se configuram como um meio de reflexão de questões sensíveis à sociedade carioca do início do século XX. A construção de um sistema jurídico de acordo com os valores republicanos e as resistências ao avanço do conhecimento científico no campo jurídico-policial foram temas que perpassaram as notícias da *Tragédia da rua Januzzi* e que serão objeto de estudo nesta dissertação.

Palavras-chave

Imprensa; crime; narrativas sensacionais; ciência; moral; justiça.

Résumé

Oliveira, Marília Rodrigues; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. **“La tragédie de la rue Januzzi”: récits sensationnelles, justice, science et morale en Rio de Janeiro de la Première République.** Rio de Janeiro, 2014. 199p. Master Mémoire – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Le but de cette dissertation est celui d'analyser le processus de construction de la Tragédie de la rue Januzzi comme un crime sensationnel, dont la discussion publique était capable de mobiliser discours, expériences et projets des différents acteurs sociaux. La mort mystérieuse de l'épouse d'un officiel de l'Armée était considérée comme un crime que « provoquait sensation », en se constituant tandis un exemple des nouvelles publiées par la presse carioca qui avaient grande réceptivité entre le public lecteur. À la fin du XIXe siècle, avec le but d'attirer le plus grand numéro possible de lecteurs, les journaux que jusque ce moment concédaient espaces aux débats politiques, souffraient une sensitive modification en ses thématiques. Les récits de la presse de la Tragédie de la rua Januzzi véhiculées par un dispositif éditorial massif suscitaient tant l'extraordinaire, comme se configuraient comme un moyen de réflexion des questions sensibles à la société carioca du début du XXe siècle. La construction d'un système juridique d'accord les valeurs républicains et les résistances aux avances à la connaissance scientifique dans le champ juridique-policiier étaient des thèmes qui traversaient les nouvelles de la Tragédie de la rue Januzzi et qui seraient objet d'étude dans cette dissertation.

Mots-clés

Presse; crime; récits sensationnelles; science; morale; justice.

Sumário

1. Introdução	12
2. “D. Edina foi matematicamente assassinada”	29
2.1 Entre Sherlock Holmes e Bertillon	31
2.2 A ciência e as sensações	44
2.3 Os limites do conhecimento científico	57
2.4 A exumação do corpo e o “furo” jornalístico	76
3. Um crime de cocaína e amor	82
3.1. De vítima à desprezada	84
3.2. Os debates sobre a lei do divórcio	89
3.3. Do drama ao melodrama	95
3.4. A “anormal amizade” entre Albertina e Paulo	104
3.5 A construção do monstro	119
3.6 “O triste fim de Eugeninha”	126
4. “Nas elásticas malhas da justiça carioca”	137
4.1. A justiça para todos?	140
4.2. O primeiro julgamento do tenente Paulo	152
4.3. A reviravolta da <i>Tragédia da rua Januzzi e a crise republicana dos anos 20</i>	167
4.4. O segundo julgamento do tenente Paulo	177
5. Considerações finais	189
6. Referências bibliográficas	193

Lista de imagens

Imagem 1. Fotografia da experiência de tiros realizada pelo Gabinete Médico	39
Imagem 2. Fotografia do cadáver de Edina	46
Imagem 3. Fotografia do cadáver de Edina	48
Imagem 4. Fotografia do gabinete de estudo do tenente Paulo	56
Imagem 5. Desenhos da postura de Edina no momento de sua morte	58
Imagem 6. Charge sobre a ação dos médicos legistas publicada pelo jornal A Noite	62
Imagem 7. Fotografias da exumação do corpo de Edina	79
Imagem 8. Charge sobre divórcio publicada pelo jornal O Paiz.	92
Imagem 9. Fotografia da testemunha Walkyria	101
Imagem 10. Fotografias de Albertina, Paulo e Edina	108
Imagem 11. Fotografia do encontro dos repórteres Emilio Alvim e Eugênia Brandão	130
Imagem 12. Fotografias forjadas pela repórter Eugênia Brandão	131
Imagem 13. Paródia do jornal Correio da Noite com a entrada Eugênia Brandão no asilo Bom Pastor	134
Imagem 14. Paródia do jornal Correio da Noite com a entrada de Eugênia Brandão no Asilo Bom Pastor(2)	135
Imagem 16. Fotografia de Edina, Paulo e Albertina publicada durante o primeiro julgamento.	154
Imagem 17. Fotografias dos juiz, promotor e advogado de defesa do primeiro julgamento do tenente Paulo.	157
Imagem 18. Fotografia do aspecto do tribunal no primeiro julgamento de Paulo (1)	158
Imagem 19. Fotografia do aspecto do tribunal no primeiro julgamento de Paulo (2)	158
Imagem 20. Fotografia do promotor Gomes de Paiva no primeiro julgamento	164
Imagem 21. Fotografia do Tenente Paulo no segundo julgamento	180
Imagem 22. Fotografia do tenente Paulo junto a seus defensores	180

Imagem 23. Fotografia do aspecto do tribunal no segundo julgamento

182

1.

Introdução

Em meados de fevereiro de 1922, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou um discurso emocionado do advogado João da Costa Pinto. A explanação, feita no Tribunal do Júri, girava em torno da defesa de um oficial do exército, preso há seis anos, que afirmava ser vítima de um erro judiciário. Publicada igualmente pelo jornal *O Imparcial*, a fala do advogado iluminava alguns elementos da trajetória do militar que se encontrava novamente no banco dos réus.

E oito anos depois, quando perto de si, sentia apenas o gonzo torturante da férrea porta que o separou da sociedade em que vivemos, (...) eis, senhores que o mais alto Tribunal do país em acordo unânime e respeitável, fê-lo despertar de uma propriedade que era então para certeza de que era homem, de que tinha vida, de que tinha ainda direito a ela, com a revisão de sua causa pelo Tribunal do Júri.

Absolvi-o jurados, a vossa decisão é neste momento ansiosamente esperada, por mim, por ele, e sobretudo, por três crianças produtos de uma felicidade passada, pedaços d'alma de Edina do Nascimento Silva, particular de dois corações que se amaram, que foram felizes, que foram ditosos. E acreditai jurados, que quem se amou assim na vida pode esquecer o lar, pelo prazer veloz de uma noite de luxúria(...) mas matar a mãe de seus filhos não, ninguém o faria e muito menos ele: 'Pequenina! Pequenina! Doida! Esqueceste teus filhos!', foi o que ele disse ao deparar-lhe a dura realidade de uma separação definitiva! (...) absolvi-o e para ele basta a justiça de que foi feliz, muito feliz, como esposo, como pai e como militar. Desgraçado apenas porque é homem, e como todos nós, cheios de ilusões, que nunca supomos terminar no túmulo.¹

O oficial em julgamento era o 2º tenente do Exército Paulo do Nascimento Silva, cujo nome, hoje desconhecido, ganhou notoriedade nas páginas policiais cariocas no início do século XX. Se a citação acima se referia ao seu julgamento em 1922, esta não seria a primeira vez que o oficial aparecia nas reportagens criminais da capital federal. Oito anos antes, em 1914, sua esposa Edina do Nascimento Silva foi encontrada morta em sua casa com um tiro na cabeça. A descoberta do corpo foi primeiramente noticiada pelo jornal *A Noite*, cuja

¹ O SEGUNDO julgamento do tenente Paulo. *Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro de 1922. Última Hora, p. 5.

reportagem dizia que, em meio à “cena de sangue”², o tenente teria explicado ao guarda policial de sua rua que sua esposa se suicidara após uma crise de ciúme.

No entanto, dois dias depois pequenos indícios começavam a evidenciar algumas contradições na versão contada pelo tenente Paulo. Primeiro, os jornais afirmaram que o local onde foi descoberto o corpo encontrava-se em desalinho, “roupas, atiradas ao chão, denotavam que pouco antes fora local de luta.”³ A trajetória da bala, que poderia indicar a natureza da morte de D. Edina, também colocava em dúvida a possibilidade de suicídio. Aparentemente, parecia improvável que sendo destra, o projétil tivesse atravessado “a cabeça da infeliz da esquerda para direita.”⁴ Por último, como agravante, a presença de equimoses no pescoço da esposa do tenente Paulo apontava a possibilidade de uma tentativa de estrangulamento antes de sua morte. O que a princípio parecia um suicídio, cometido por ciúmes, aos poucos se configurou como uma suspeita que o seu próprio marido a teria assassinado.

Nomeada pelo jornal *O Paiz* como *A Tragédia da rua Januzzi*⁵, a morte de Edina do Nascimento recebeu ampla cobertura da imprensa carioca. Segundo o *Correio da Manhã*, havia tempos que o noticiário criminal não registrava “a narrativa de um caso policial que conseguisse empolgar os leitores, como o ocorrido no prédio nº13 da rua Januzzi”⁶. Numa empreitada investigativa, os jornalistas saíam dos espaços das gazetas e entrevistavam médicos e peritos, perguntando sobre as análises da trajetória da bala, as equimoses existentes no pescoço, e a autenticidade da carta de suicídio. Simultaneamente, eram expostos nos periódicos depoimentos prestados à polícia por familiares e vizinhos que escutaram fragmentos do ocorrido e que conheciam a vida do casal. A convergência de diversas falas para elucidação da morte de Edina do Nascimento nos oferece uma pista sobre a importância social que o caso adquiriu naquele momento. Ainda que o crime tivesse sido causado por dramas privados, a investigação sobre a morte da esposa do tenente Paulo assumiu na imprensa carioca o caráter de um grande mistério público, capaz de alimentar fortes

² CENAS CONJUGAIS: o lar que se desfaz. *A Noite*, 24 de janeiro, p. 1.

³ UMA TRAGÉDIA de sangue na calada da noite: parece afastada a hipótese de suicídio. *A Época*, 26 de janeiro de 1914, p. 1.

⁴ O DESFECHO de um drama íntimo: o que foi a tragédia da madrugada de ontem, na residência do casal Nascimento e Silva. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

⁵ A DERRADEIRA contenda: um caso suspeito *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p.3.

⁶ O DESFECHO de um drama íntimo: os médicos legistas que autopsiaram o cadáver de Edina do Nascimento admitem o suicídio. *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914, p. 3.

controvérsias e disputas. É como uma tentativa de explicar esse fenômeno que se apresenta essa dissertação.

O interesse por este objeto de pesquisa surgiu durante a conclusão da minha graduação em História. O caso da *Tragédia da rua Januzzi* me chamou a atenção pela quantidade de ocorrências presentes nos jornais. Na medida em que descobria novos desdobramentos do crime, uma questão tornou-se bastante cara para mim: por que determinados episódios, como *Tragédia da Rua Januzzi*, um entre muitos assassinatos de uma esposa por seu marido, tornavam-se “crimes sensacionais”, merecendo ser significados e reparados publicamente na sociedade carioca da Primeira República? Quais seriam os critérios que regulariam tal fenômeno que permitiriam que algumas mortes fossem vastamente sofridas em detrimento de outras? A convergência nele de uma multiplicidade de falas para a significação do ocorrido mostrou-me a possibilidade de refletir, a partir de um único caso, sobre alguns debates presentes no campo da história do crime e da justiça criminal da Primeira República brasileira.

A morte de D. Edina foi considerada por alguns jornalistas como um crime que “causava sensação”⁷. Constituiu-se assim como um exemplo das notícias publicadas pela imprensa carioca que mais atraíam o público, “que sempre procurava nas crônicas de crime fortes emoções.”⁸ Na virada do século XX, tais reportagens começavam a ocupar relevante espaço nas páginas dos periódicos cariocas⁹, possuindo grande receptividade entre o público leitor. No entanto, o termo “sensação” não era de uso exclusivo da imprensa criminal. Ele aparecia recorrentemente nas descrições dos chamados “romances de sensação”¹⁰ que gozavam de grande popularidade e que eram vendidos a preços módicos no Rio de Janeiro do final do século XIX. A grande recorrência deste termo, tanto em romances populares como nas notícias da imprensa, evidenciava uma compreensão comum do que se consistia este estilo narrativo que se dizia capaz de despertar diferentes emoções a partir de sua leitura.

⁷ O DESFECHO de um drama íntimo: O dr. Aristides Caire fala ao ‘Correio’ e desmente o depoimento de D. Alcina Nabuco, que acusou sua irmã Albertina e o tenente Paulo. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1914, p. 3.

⁸ O DESFECHO de um drama íntimo: os médicos legistas que autopsiaram o cadáver de Edina do Nascimento admitem o suicídio. *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914, p. 3.

⁹ BARBOSA, Marialva *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*, p.49.

¹⁰ EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*.

O uso da palavra “sensação” teve sua origem na França com os romances de aventura denominados “à sensation”, que obtinham grande sucesso de vendas¹¹. A adoção do termo no Brasil ocorrera através dos romances traduzidos e importados de Portugal, escritos por Dumas, Terrail e Zola, que também carregavam o adjetivo de sensação no resumo das suas obras¹². O noticiário criminal carioca apropriava-se deste termo ao narrar assassinatos, o encontro de corpos desmembrados, mistérios e crimes sanguinolentos, produzindo uma multiplicidade de percepções e emoções que potencializavam as novas facetas da vida moderna. Nas inúmeras notícias de crime davam-se ares sensacionais a todo um complexo contexto urbano, no qual perpassavam elementos que até então eram ainda digeridos pela sociedade carioca do início do século XX. Avanços científicos no campo das investigações policiais, os acidentes de trânsito e os grandes assaltos e assassinatos eram elementos que protagonizavam as sessões criminais dos diários cariocas.

Segundo Kalifa¹³, as histórias de crime, ao serem veiculadas por um dispositivo editorial maciço, entravam nas vidas das pessoas ordinárias suscitando tanto o extraordinário e o inesperado, como relatando um pouco das histórias e problemas vividos por estes próprios leitores. Acidentes de trânsito, conflitos nos bares, violências domésticas, traições e o aumento de furtos e assaltos eram elementos que perpassavam o cotidiano de diferentes segmentos da sociedade carioca da virada do século XX, constituindo-se como “excepcionais banais” nas páginas dos periódicos. Seguindo tal pista, esta investigação se propõe a analisar o processo de construção da *Tragédia da rua Januzzi* enquanto um crime “sensacional”, cuja discussão pública era capaz de mobilizar falas, experiências e projetos de diferentes atores sociais para sua compreensão. As disputas de autoridade no campo jurídico-policial, a construção de um sistema judiciário de acordo com os valores republicanos e os debates sobre a legitimidade de determinadas formas de amor foram temas que perpassaram as notícias sobre a *Tragédia da rua Januzzi* e que serão objeto de estudo nesta dissertação. A análise da repercussão do crime e das diferentes vozes articuladas ao discurso da

¹¹ El FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*.

¹² Idem.

¹³ KALIFA, Dominique. História, crime e cultura de massa. [1 de agosto de 2009]. Rio de Janeiro: Revista Topoi. Entrevista concedida a Marcos Luiz Bretas e Diego Galeano.

imprensa para explicá-lo constitui, assim, um meio de refletir acerca de questões sociais mais amplas, que extrapolavam os espaços das gazetas jornalísticas.

II.

O noticiário criminal da Primeira República, nomeado pelo *Correio da Manhã* como “literatura rubra”¹⁴, constitui um gênero narrativo um tanto singular, caracterizado por uma escrita marcada pelo suspense e pela mobilização de uma gramática emocional. O caso da *Tragédia da rua Januzzi* iniciara-se nos periódicos pela cena do achado do corpo, sendo posteriormente construído um mistério a ser solucionado. A lentidão do desenrolar de cada ação, devido à construção de narrativas que privilegiavam o uso de palavras que suscitavam imagens sombrias e sangrentas, contribuía para construção de uma escrita vertiginosa. Podemos observar isso melhor num trecho extraído do jornal *A Época*, narrando a descoberta do corpo pelo guarda que fazia a ronda na rua Januzzi.

“Foi em modesto prédio da rua Januzzi que se deu a tragédia de sangue cuja notícia repercutiu dolorosamente pela cidade, à 1 hora da madrugada.

Chamado por gritos aflitivos que ecoavam lugubrememente no silêncio da noite, o guarda noturno foi dar à casa que tem, naquela rua, o n. 13.

Estendida em uma cama, mal coberta com um lençol encontrava-se estendida uma mulher com os cabelos em completo estado de desalinho e fisionomia contraída por um cruel sofrimento, jorrando-lhe da cabeça sangue, abundantemente.”¹⁵

Ao começar pela descoberta do corpo, reconstituindo aos poucos os indícios que levaram àquela morte, os repórteres apropriavam-se de uma estratégia narrativa bastante coerente. Além de arrebatrar o leitor com uma cena sangrenta, deixavam claro que a notícia referia-se a um drama, conduzindo o espectador ao fim da leitura do artigo em busca de uma explicação para aquela situação. Partindo desse gancho, a narrativa do noticiário criminal se construía a partir de duas séries temporais que se superpunham, sendo narradas duas histórias: a do inquérito, que começava a partir do achado do corpo do crime, mobilizando

¹⁴ O DESFECHO de um drama íntimo: os médicos legistas que autopsiaram o cadáver de Edina do Nascimento admitem o suicídio. *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914, p. 3.

¹⁵ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: assassinio ou suicídio? *A Época*, 25 de janeiro de 1914, p. 5.

membros do aparelho judiciário; e a do drama pessoal que, nas vésperas da tragédia, teria conduzido à morte da vítima. Numa mesma notícia eram narrados tanto como os especialistas analisavam “equimoses no pescoço e na perna”¹⁶ da vítima, quanto as supostas brigas protagonizadas pelo casal, cujo “ciúme era sempre causa de cenas bastante desagradáveis.”¹⁷

Sem limitar-se à cobertura de crimes, esta forma polissêmica de construção das notícias ligava-se ao próprio processo de desenvolvimento da imprensa no período. No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passava por grandes transformações sociais, que incluíam uma transformação da feição de seus grandes jornais. Os periódicos habitualmente vendidos somente por assinatura, voltados, sobretudo, para propaganda política de grupos bem delimitados, cediam espaço para o nascimento de outras folhas ligadas a empresas comerciais, que passariam a depender muito mais de suas vendas para manter-se.¹⁸ Fundado em 1874 por Ferreira Araújo, o jornal *Gazeta de Notícias* constituiu um dos modelos desse novo padrão. Comercializada avulsamente nas ruas da cidade por um preço módico, garantia sua sobrevivência através da ampla tiragem e da venda de espaço publicitário – dependendo, portanto, do interesse do possível público leitor¹⁹. Com a finalidade de atingir esse público, seus diretores patrocinaram uma sensível modificação na temática do seu noticiário, que se voltaria com mais intensidade para assuntos que alcançassem o interesse de um maior número dos seus possíveis compradores. Notícias sobre carnaval, futebol e crimes sangrentos passaram a dominar às paginas das folhas jornalísticas.²⁰ Além disso, o esforço para ampliação do público leitor também se traduzia na construção de textos mais palatáveis, com uma linguagem mais simples e o uso de subtítulos em manchetes que resumiam o seu conteúdo, facilitando a leitura das notícias que abordavam os dramas cotidianos²¹. Quanto mais leitores pudessem se interessar pela notícia, ainda que por motivos os mais diversos, melhor para a folha.

¹⁶ O DESFECHO de um drama íntimo: o que foi a tragédia da madrugada de ontem, na residência do casal Nascimento e Silva. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

¹⁷ Idem.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da Imprensa no Brasil*.

¹⁹ Idem.

²⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. In: *Projeto História*, p. 231 – 240.

²¹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa(1900-2000)*, p. 262.

O novo ritmo e a diversidade das notícias produzidas só eram possíveis com a divisão de trabalho nas gazetas jornalísticas. O romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto – publicado em 1909 a partir de sua experiência como repórter no jornal *Correio da Manhã* – nos oferece algumas pistas acerca das hierarquias entre os diferentes profissionais que atuavam dentro de um mesmo jornal. O diretor da gazeta seria a principal autoridade neste local, a quem os demais profissionais estariam submetidos: “É de santo o que ele faz, é de sábio o que ele diz.”²², segundo Lima Barreto. Analisando as diferentes colunas presentes no jornal e a posição dos respectivos jornalistas responsáveis, o escritor identificava desde os charadistas, desprezado por repórteres e redatores, considerado como “um amador, um ornamento inútil”²³; até aqueles responsáveis pelas colunas literárias, “intelectuais, desinteressados, ficavam fora da ação ordinária daquele exército”²⁴. Atuando para agradar públicos distintos, estes muitos profissionais faziam do jornal um espaço de expressão de muitas vozes.

Era dentro dessa diversidade de vozes que Lima Barreto localiza, nas redações, os “farejadores de escândalos”. Estes estariam representados, no romance, na figura de um redator que “tinha uma imaginação doentia, forjava coisa terríveis, inventava, criava crimes.” O autor retrata a agitação nas redações desses jornais quando chegavam notícias sobre a ocorrência de assassinatos com potencial para constituir mistérios. Enquanto um repórter era enviado a campo para investigar o ocorrido e descobrir novas informações, outros ficavam na redação fazendo “a cabeça” – “as considerações que precediam a notícia”²⁵ –, ficando responsáveis também pela elaboração de boletins que eram fixados na porta da redação, com novas informações do crime que atraíam transeuntes curiosos. Inspirados pela leitura de “romances populares”²⁶, os crimes eram construídos ganhando “títulos rocambolescos”, como o “Descampado da morte”²⁷. Era assim com uma narrativa singular forjada dentro das folhas, que se apresentava a cobertura da imprensa a esses “crimes de sensação”.

O resultado de tal cuidado com a confecção destas notícias seria, segundo o próprio escritor, um aumento considerável do interesse dos leitores pelas folhas.

²² BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, p.102.

²³ Ibid. p.109.

²⁴ Ibid. p.107.

²⁵ Ibid. p.137.

²⁶ Ibid, p.139.

²⁷ Idem.

Ao narrar no romance o episódio de um assassinato que ganhara considerável espaço no noticiário criminal, Lima Barreto relata que junto à porta da redação aglomerou-se uma multidão ansiosa para saber mais notícias sobre o caso. “Havia gente de toda sorte: velhos, moços, burgueses, operários, senhoras – gente de todas as idades e condições.”²⁸ A atração que o público tinha por este tipo de reportagem era explicada, pelo próprio literato, como fruto da simples manipulação da notícia pela imprensa, que desenvolveria uma escrita apelativa para chamar a atenção da opinião pública. Tal ideia não explica, no entanto, os motivos que levavam este público amplo a se interessar por aquele noticiário. Afinal, por que determinadas mortes e sofrimentos mereciam ser extensamente pranteadas em detrimento de outras, que permaneciam silenciadas? Sobre que bases e lógicas se desenvolviam a inventividade dos jornalistas que produziam notícias sensacionais visando o aumento das vendas dos jornais?

Para responder a tais questões, não basta atentar para a lógica da própria imprensa. Como veículos de comunicação entre setores sociais diversos que eram, essas folhas respondiam a demandas sociais mais amplas, desenvolvendo abordagens e temas de notícias que gerassem o interesse num maior número de potenciais leitores. Se o desenvolvimento de tecnologias vividas no início do século XX permitiu que os jornais tivessem instrumentos para construção de reportagens capazes de vender um número maior de jornais e gerar lucros às empresas comerciais²⁹, estes periódicos traziam dilemas e debates de interesse de membros de diferentes camadas sociais. Logo, nos cabe analisar como, ao mobilizar uma gramática emocional para construir determinados crimes enquanto sensacionais, a imprensa lidava com densas questões sociais que se encontravam a elas atreladas.

III.

Os estudos sobre as narrativas dos “crimes de sensação” não constituem, por si só, em uma novidade no âmbito da historiografia brasileira. Embora se tratasse de testemunhos até pouco tempo atrás relegados a segundo plano, eles começaram nos primeiros anos do século XXI a aparecer em trabalhos que se

²⁸. BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, p.141.

²⁹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, p.21-30.

dedicavam aos discursos sobre as práticas criminais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro. Elizabeth Cancelli em seu livro *A cultura do crime e da lei (1889-1930)*³⁰ retoma uma dimensão política acerca da história da justiça e das práticas criminais ao selecionar como objeto de “a cultura que reprime e administra estes instrumentos de violência sociais e institucionais”³¹. Resgatando o intenso debate de projetos de nação presentes no período da Primeira República, a autora contrapõe divergências e semelhanças de pensamento existentes em diferentes tradições intelectuais.

No capítulo “Quando o relógio do coração anda mais atrasado do que o do cérebro: os crimes de paixão”, Cancelli aborda como os crimes passionais ganhavam notoriedade no noticiário criminal. Narrados como certa teatralidade, tornavam-se espetáculos públicos sobre a condição humana, ao mesmo tempo em que desnudavam o ritual da justiça criminal. Para a autora, bastava a “atmosfera de desgraça envolvendo lados opostos em questão que girava em torno de sentimentos e instintos básicos, como o amor, ódio e a traição” para a construção destes crimes sensacionais e a “produção de um estado hipnótico na massa urbana”³². A atração do público pelos julgamentos era facilmente compreendida devido à teatralidade do seu ritual, marcado pela pompa e vestimentas que demarcavam papéis e hierarquias sociais. Se por um lado, Cancelli reconstrói muito bem o debate entre juristas sobre os crimes passionais, ao considerar que a atração do público pelas notícias devia-se a uma atmosfera de desgraça que girava em torno de sentimentos primitivos, a autora coloca como evidente e atemporal a sua repercussão. A agência de diferentes atores sociais que ora se articulariam e se oporiam aos jornalistas - tanto através de cartas, no caso de leitores, como em publicações em periódicos especializados, no caso dos peritos - demonstra como estes não se colocariam de forma hipnótica frente às notícias.

Buscando analisar o noticiário criminal de São Paulo de um novo ponto de vista, Ana Porto, em sua tese de mestrado *O Crime em Letra de Forma*³³, dedicou-se ao estudo das notícias de crime presentes nos anos de 1880, 1890, 1900 e 1910, principalmente através do jornal *O Estado de São Paulo*. Este estudo

³⁰ CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei (1889-1930)*, p.12.

³¹ Idem.

³² Ibid, p.101-104.

³³ PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma : sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do preludio republicano*.

possui grande influência para o desenvolvimento do presente trabalho, por evidenciar as aproximações entre a narrativa literária e a construção de uma escrita jornalística característica do noticiário criminal da Primeira República. Através da análise de narrativas ficcionais que eram publicadas nos espaços das reportagens de crime, a autora refuta a ideia que o discurso da imprensa apresentaria um “caráter informativo”, buscando reconstituir os limites tênues entre as narrativas do noticiário criminal e as obras literárias.

Dialogando com Elizabeth Cancelli, Ana Porto demonstra como a “Carta de um malandro”, por exemplo - publicada no jornal *Estado de São Paulo* - não pode ser tomada como uma carta de um transgressor confesso, que de forma debochada viria aos jornais retorquir a imposição de uma nova ética do trabalho.³⁴ Pelo contrário, a autora comprova como esta não fora elaborada por um vadio, no sentido da palavra que a justiça lhe atribuíra, mas pelo escritor Valetim Magalhães, que através dela tratava literariamente do tema da ociosidade, que gerava grande polêmica durante o período da Primeira República brasileira. Desta forma, as notícias e cartas publicadas, marcadas por extensas descrições e o “desejo de trazer a verdade”, apresentavam grande influência estética do realismo-naturalismo, característico dos textos literários da época. Isso não impede a autora, no entanto, de marcar o sentido unilateral da comunicação estabelecida por esses escritos. Para Porto, o conjunto de notícias analisadas teria um sentido pedagógico, sendo produzidas numa lógica de controle/dominação. Era assim a defesa de um projeto de sociedade que buscava calcar-se principalmente na ordem e na recente ética de trabalho que também orientaria a emergência dessas narrativas de sensacionais.

O noticiário criminal também se tornou objeto de atenção de novos olhares historiográficos que, se por um lado trouxeram um aprofundamento de diálogos com campos da crítica literária e teorias da comunicação, por outro afastava-se do campo da história social. Nos dois volumes do livro *A História Cultural da Imprensa*³⁵, Marialva Barbosa busca reconstruir uma história do jornalismo “a partir dos vestígios e indícios do passado que chegam ao presente”³⁶ que “mostrariam o papel da imprensa na sociedade e sua própria conformação

³⁴ CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei*, p.22.

³⁵ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

³⁶ Ibid. p, 11.

histórica ao longo do século.”³⁷. Em seu primeiro livro, a autora dedica um capítulo ao noticiário criminal da década de 1920, buscando analisar como as notícias sensacionais ganharam notoriedade na maioria dos jornais diários cariocas. Para ela seria a partir da década de 1910 que as reportagens sensacionais teriam invadido as páginas das principais publicações periódicas do Rio de Janeiro, que passavam a exibir em profusão ilustrações e fotografias dos horrores cotidianos. Barbosa afirma que elementos da sociedade encontravam-se tão presentes nas narrativas sensacionais que o leitor teria a impressão de participar daquela realidade.

Ao buscar compreender por que estas notícias eram extensamente consumidas na sociedade carioca da década de 1920, a autora afirma, primeiramente, como estas apelariam a “um imaginário que navegava entre o sonho e a realidade (...) por descreverem conteúdos imemoriais, que aparecem e reaparecem em formas de notícias”³⁸. Defendendo a necessidade de contextualização histórica para explicar a “absorção pelo gosto popular” destas narrativas, o interesse dos leitores devia-se a um estilo de escrita que não se satisfazia em contar como os episódios se passaram efetivamente, mas transportar para o relato elementos que já seriam de conhecimento do público, como os espaços urbanos da capital carioca e declarações comoventes de dramas que perpassavam o cotidiano dos leitores.

A análise de Marialva Barbosa reúne relatos memoriais valiosos de jornalistas sobre o processo de modernização da imprensa e do momento de profusão das notícias de crime na sociedade carioca republicana. No entanto, a autora detém mais seu estudo em análises dos elementos internos às narrativas dos crimes sensacionais do que nos intensos debates sociais que se encontravam atrelados a estas reportagens.

Recentemente, Ana Ottoni³⁹, em sua tese de doutorado, dedicou-se ao estudo das justificativas para os crimes e ações de criminosos produzidas pelas reportagens policiais da imprensa carioca no início do século XX. Buscando priorizar problemas de ordem social, nacional, racial, motivações políticos-eleitorais e deficiências no policiamento, a autora pretende fugir da associação

³⁷ BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, p.11.

³⁸ *Ibid*, p. 53.

³⁹ OTTONI, Ana Vasconcelos. *O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa*.

entre imprensa e práticas de normatização das camadas empobrecidas durante a instauração da ordem capitalista no Brasil. Para a autora, o enfoque excessivo dado pela historiografia em associar de temas como pobreza/ociosidade às práticas criminais acabaria por desenvolver uma compreensão da imprensa como um mero instrumento de controle social. Em sentido diverso, seu trabalho pretende evidenciar debates como o avanço da civilização, a formação da nação, as relações raciais, a viabilidade das eleições, analisando como as reportagens produziam “lutas de representação” de “crime” e “criminoso”, que se enunciavam em termos de poder e dominação.

Numa perspectiva diferente das aqui analisadas, o historiador Boris Fausto publicou a obra *O crime do restaurante chinês*,⁴⁰ na qual se debruça sobre as notícias publicadas sobre o brutal assassinato de um casal de patrões chineses e de dois dos seus funcionários, em um restaurante em São Paulo, no ano 1938. Dialogando com os estudos da micro-história italiana, como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, Fausto se propõe, através de uma “escala de observação reduzida”, a dar luz “a personagens comuns, invisíveis no plano dos grandes acontecimentos”, cujas “vidas e interações seriam chaves de entendimentos de ângulos ignorados”⁴¹ até então no campo historiográfico brasileiro. Ao longo de sua análise, o autor tenta analisar não só as representações do crime na imprensa, mas um painel do cotidiano paulistano da década de 30, dando luz a problemáticas sensíveis no contexto sócio histórico em que ocorrera o caso. Ao dedicar-se ao gênero das narrativas criminais que analisa, Fausto define os “grandes crimes” enquanto “episódios semelhantes ao que hoje assim rotulamos, que se destacam pela exuberância sangrenta, por envolver paixões amorosas, pela importância dos protagonistas, ou tudo isso junto.”⁴² Ao adotar tal definição, o autor desconsidera o sentido historicamente localizado de tais narrativas que, justamente exerciam atração no público leitor pela veiculação de debates sociais presentes no contexto sócio-histórico em que foram produzidos.

Desta forma, em meio a tais debates que se coloca esta proposta de investigação. Sem considerar as notícias de crime como meros instrumentos de controle social nem ver nelas simples narrativas cujo sentido se esgota em si

⁴⁰ FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*.

⁴¹ Ibid., p.10.

⁴² Idem.

mesmas, este trabalho propõe-se a ver os crimes que pretendiam causar “sensação” no público leitor como elementos de um tenso e intenso processo de comunicação entre grupos sociais diversos. As narrativas da *Tragédia da rua Januzzi* serão aqui analisadas enquanto símbolos compartilhados, ativamente lidos e interpretados por diferentes sujeitos⁴³, com saberes, experiências e interesses específicos.

A escolha por analisar um evento específico como meio de investigar questões sociais mais amplas não se constitui, é claro, em uma novidade. Estudos históricos centrados na trajetória de indivíduos anônimos se tornaram comuns na historiografia pelo menos desde a década de 1960 – quando alguns historiadores passaram a revalorizar o evento, visto como um “terreno privilegiado para análise de entretrechos de tendências profundas”⁴⁴. Dessa forma, a redução de escala de análise, permite não somente identificar e contextualizar os atores sociais envolvidos e seus saberes mobilizados, mas também “resgatar esse conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação”⁴⁵, cuja dinâmica torna-se difícil de recuperar se trabalhamos com um conjunto maior de informações. Ao articular, numa única narrativa, determinadas falas de leitores, testemunhas, peritos, policiais, com seus saberes e intenções específicas, a imprensa tanto desenvolvia uma narrativa sensacional, como também evidencia o caráter polifônico deste tipo de documentação. O desafio constitui-se em desembaraçar os fios que compõem o emaranhado desses diálogos e compreender as questões que perpassavam estes crimes e permitiam a convergência de múltiplas falas para significação deste evento.

Ao mobilizarem uma gramática emocional, construindo estes crimes enquanto sensacionais, a escolha por vocábulos e adjetivos que procuravam causar determinadas emoções atrelava-se a densas questões sociais que as gazetas jornalísticas abordavam. A princípio, o estudo sobre narrativas emocionadas não se configuram enquanto um objeto de estudo pertinente às ciências sociais, por serem caracterizadas, em geral, como produto de uma experiência íntima e subjetiva. No entanto, tais emoções não seriam necessariamente elementos inteiramente individuais, mas sim tributários das relações sociais, podendo dar

⁴³ DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*..

⁴⁴ GINZBURG, Carlo. *A micro- história e outros ensaios*, p.141.

⁴⁵ REVEL Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*, p. 17.

ganhar cores vivas ou mesmo desaparecer, dependendo do contexto sócio-histórico estudado⁴⁶. Partindo desta concepção, procuro pensar as emoções que pretendiam ser produzidas por estas narrativas de “crime de sensação”, não analisando a formação destas sensações em um estado íntimo dos leitores, mas investigando como a partir de uma gramática emocional as folhas desenvolviam debates ligados às práticas desviantes e de punição.

A respeito do conjunto de notícias sobre *Tragédia da rua Januzzi* me dediquei a analisar as notícias publicadas nos jornais *A Noite*, *Correio da Manhã*, *O Imparcial*, *O Paiz*, *A Época*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*⁴⁷. Cronologicamente, o conjunto de notícias analisadas dividem-se em momentos distintos. Como marco inicial, temos a primeira notícia sobre o crime publicada no jornal *A Noite* em 24 de fevereiro de 1914, aparecendo um dia depois nos demais jornais. O crime é extensamente explorado nas páginas dos periódicos diários até início de abril de 1914, depois sendo recuperado em algumas notícias até 22 de dezembro de 1915, quando o tenente é julgado pelo Tribunal do Júri. O crime cai no esquecimento sendo recuperado, em 1917, em uma entrevista concedida pelo tenente Paulo ao jornal *Gazeta de Notícias*, e em 1920, em um crônica escrita por Coelho Neto, no jornal *A Noite*. Por fim, *A Tragédia da rua Januzzi* volta a ser discutida em algumas notícias em dezembro 1921 até o segundo julgamento do Tenente Paulo, em 22 fevereiro de 1922. O conjunto de notícias dos periódicos será analisado comparativamente, buscando compreender como, através da articulação de diferentes atores sociais, estes significavam o crime e as personagens envolvidas.

⁴⁶ Na obra *O Processo Civilizador*, ao analisar os manuais europeus de boas maneiras elaborados durante a formação do Estado Moderno, Norbert Elias demonstra como os sentimentos de nojo e pudor não se encontravam necessariamente associados a algumas ações (como cuspir à mesa, por exemplo), sendo necessário constar nos manuais determinadas restrições a estes atos. Analisando as modificações dos manuais ao longo dos anos, o autor demonstra como aos poucos, tais restrições desapareciam, sendo evidente a incorporação no cotidiano do sentimento de pudor a determinadas ações. De outra perspectiva, a antropóloga Laura Bohannan em sua obra *Magic, witchcraft and curing* demonstra como em algumas sociedades africanas, sentimentos de ciúme e vingança se orientariam por lógicas distintas das sociedades europeias, tendo em vista as experiências em modelos familiares extensos e poligâmicos das primeiras. Desta forma, podemos pensar como os sentimentos não seriam naturais e atemporais, mas estariam atrelados a contextos sócio-históricos específicos.

⁴⁷ Os exemplares do jornal *Gazeta de Notícias* dos meses de janeiro e fevereiro do ano de 1914 encontram-se desaparecidos do acervo da Biblioteca Nacional, não tendo sido possível incluí-los nesta análise. O periódico será analisado a partir do ano de 1915, nos capítulos da dissertação dedicados ao estudo das notícias do julgamento do caso no Tribunal do Júri.

A escolha por estes jornais justificam-se, pelo perfil dessas folhas. Enquanto *Correio da Manhã*, *O Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* eram empresas de maior porte, cujo perfil editorial voltava-se a diferentes temas de grande amplitude social neste momento⁴⁸; *A Noite*, *O Imparcial*, *A Época* eram folhas mais voltadas para assuntos corriqueiros que perpassavam o cotidiano de seus possíveis leitores e que davam grande destaque ao noticiário criminal. O jornal *O Paiz* também foi incorporado à análise por se configurar enquanto uma empresa tradicional e de grande porte, que se voltava para discussões políticas e resistia às novas transformações pelas quais passavam o jornalismo brasileiro do início do século XX⁴⁹.

Além disso, serão ainda analisados registros literários, cuja lógica narrativa articulava-se muitas vezes àquela da própria imprensa. Elaborados por escritores que também atuavam nos jornais, como Lima Barreto e Nelson Rodrigues, eles abordavam de forma diversa o processo de construção de crimes sensacionais e/ou seu alcance nas sociedades da Primeira República, constituindo assim, apesar de sua ficcionalidade (e por meio dela), precisos testemunhos históricos. Dessa forma, não se busca nesse conjunto de crônicas e obras de ficção nenhum reflexo ou espelho da realidade, mas sim o testemunho de sujeitos que tentavam analisá-la e transformá-la.⁵⁰

Como documentação auxiliar, também será utilizada nesta dissertação a revista *Boletim Policial*, na qual peritos envolvidos no caso publicaram artigos sobre o crime e sobre os debates que os perpassavam. Desta forma, será possível, primeiro analisar juntamente com as falas transcritas nos periódicos diários, como estes profissionais, a partir de uma linguagem científica, construíram sentidos para o crime. Compararei também com obras publicadas pela editora do Boletim

⁴⁸ BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 20

⁴⁹ Em depoimento o jornalista Armando Peixoto afirmara: “A Noite devia ter uma tiragem maior ainda, por se tratar de um jornal popular, que explorava bastante essa coisa de reportagem policial». (Depoimento de Peixoto, Armando. In: Memória da ABI apud Barbosa, 2007, p.60) Enquanto o jornal *O Imparcial* criado em 1912, caracterizava-se por ser um periódico que procurava conquistar um público mais amplo de leitores, custando 100 reis e que se colocava em oposição ao governo (SODRÉ, 1997, p.418). Por sua vez, o jornal *Correio da Manhã* também privilegiava as “notícias policiais e o dia-a-dia dos grupos populares” (Barbosa, 2007, p.42). Segundo Sodré (1977), em oposição, o jornal *O Paiz* destacava-se por ser um jornal de grande porte que recebia vultosas contribuições por ser aliado ao governo. O jornal resistia às inovações tecnológicas, «com poucos recursos gráficos, com poucas ilustrações, e também davam destaque à literatura». (Barbosa, 2007, p.47.).

⁵⁰ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo. “Apresentação” In *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*, p. 9.

Policial escritas por profissionais considerados referências do campo da polícia científica, de modo a analisar algumas influências e saberes que circulavam na cidade enquanto ferramentas úteis para elucidação de crimes que ganhavam ares sensacionais.

Por fim, as obras de Evaristo de Moraes, *O testemunho perante a justiça penal: ensaio de psicologia judiciária*, e de Césare Beccaria, *Dos delitos e das penas* serão analisadas, juntamente com o conjunto de notícias do julgamento, com o objetivo de tentar reconstruir alguns argumentos utilizados pelo advogado de defesa do caso. Além disso, tais trabalhos serão analisados, em comparação com escritos de juristas que se opunham a sua perspectiva teórica, como - Roberto Lira e Viveiros de Castro -, visando reconstruir determinados debates que perpassavam o julgamento do tenente Paulo: a legitimidade da instituição do Tribunal do Júri, os elementos atenuantes de responsabilidade criminal e os indícios que se constituiriam enquanto provas de culpabilidade do réu.

O primeiro capítulo da dissertação pretende analisar as apropriações do discurso científico nas narrativas jornalísticas da *Tragédia da rua Januzzi*, buscando investigar como a partir da articulação destes saberes a uma gramática emocional, os redatores tanto potencializavam o caráter sensacional de suas narrativas, quanto também evidenciavam saberes e tensões presentes entre os profissionais ligados ao campo jurídico-policial. Procurarei reconstruir o debate que mobilizara jornalistas, leitores e peritos para significação da *Tragédia da rua Januzzi* e que trazia a tona as disputas de autoridade no campo jurídico policial na capital federal do início do século XX.

O segundo capítulo discute como ao mobilizarem um vocabulário emocional para reconstruir os conflitos da família Nascimento e Silva, as folhas jornalísticas forneciam uma chave de leitura para explicação da morte de D. Edina. Através do uso de uma linguagem hiperbólica, próxima a um estilo narrativo melodramático, as folhas evidenciavam debates sensíveis à sociedade carioca do início do século XX: os papéis sexuais na instituição do matrimônio, a decadência do casamento de conveniência e as formas de amor socialmente aceitáveis. O jornal *Correio da Noite* também será analisado, juntamente com a *Revista Fon-Fon*, enquanto documentações auxiliares, com o intuito de recuperar as discussões sobre moralidade gerados pelo caso.

As diferentes representações dos dois julgamentos e as distintas seleções de argumentos que indicavam a culpabilidade e a inocência do réu serão objeto de análise do terceiro capítulo desta dissertação. Procurarei reconstruir o debate jornalístico frente à questão da cidadania e à construção de uma justiça coerente com os valores republicanos. Por fim, pretendo compreender a mudança da decisão do Tribunal do Júri, levando em conta os diferentes contextos políticos do regime republicano brasileiro em cada julgamento e a atuação da imprensa neste processo.

2.

“D. Edina foi matematicamente assassinada”

Com a autoria e a natureza da morte de D. Edina desconhecidas, dois nexos principais da narrativa deste “crime de sensação” permaneciam em mistério. Afinal, o que ocorrera na casa da rua Januzzi nº13: um suicídio ou um assassinato? E se, homicídio, o assassino seria o tenente Paulo do Nascimento Silva? Se por um lado, a disseminação dessas dúvidas nas folhas diárias era uma forma de atrair o público para leitura das notícias sobre o crime, por outro, era necessário indicar o caminho para elucidação do caso. Para tal, os jornalistas buscavam articular uma série de indícios, mesmo que incipientes, de modo a formular hipóteses sobre o que teria ocorrido. Assumindo um papel detetivesco, os repórteres pretendiam através do acompanhamento do inquérito reconstruir o ocorrido no dia da morte de D. Edina, trazendo à tona a solução do mistério em questão.

Em meio a uma linguagem marcada por uma gramática emocional que privilegiava o uso de substantivos e adjetivos que suscitasse imagens dramáticas de sangue e sofrimento, outra linguagem permeava a narrativa jornalística buscando através da lógica e de um pensamento científico, elucidar a natureza da morte de D. Edina. Se, a centralidade conferida às ações do delegado e dos peritos envolvidos no caso trazia novas personagens à *Tragédia da rua Januzzi*, por outro lado, estas figuras evidenciavam um debate mais amplo que ocorria na sociedade carioca do início do século XX: o avanço do pensamento científico no campo jurídico-policial.

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passava por transformações que envolviam projetos protagonizados por médicos e cientistas que se incumbiam da missão de higienizar e disciplinar cidadãos cariocas, conduzindo a nação a uma nova fase de progresso e desenvolvimento. Sob signos de modernização e civilização, os discursos médico-higienistas inseriam-se em um vasto campo de ação social: desde projetos de reformas urbanas até a administração de questões epidêmicas e controle de práticas sexuais e criminais⁵¹.

⁵¹ Sem ambição de esgotar as obras presentes neste campo de pesquisa, algumas podem ser citadas enquanto fundamentais para construção deste objeto de pesquisa. ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890). São Paulo: Braziliense,

A ampliação da ação dos saberes médicos e científicos almejava adequar determinados segmentos sociais à nova face urbana moderna, julgando-se responsável e capaz de solucionar problemas ligados às práticas criminais. Frente à modernidade, com os avanços tecnológicos e o aumento populacional, médicos e peritos reclamavam a urgência do controle de práticas delitivas, que através de saberes científicos, poderiam identificar a autoria e a própria natureza do criminoso.

Inseridas nesta onda científicista, as discussões sobre a trajetória da bala, as equimoses presentes no pescoço da vítima, as análises sobre a letra da carta de suicídio, dominavam às narrativas do crime da *Tragédia da rua Januzzi* como chaves de leitura capazes de elucidar o caso. Longe de se configurarem enquanto transposições dos debates restritos ao campo científico, os repórteres apropriavam-se destes saberes tanto para potencializar o caráter sensacional de suas narrativas jornalísticas, quanto para lhes fornecer legitimidade. No entanto, o avanço do discurso científico encontraria limites em relação ao estatuto de verdade⁵² ao qual se pretendia. Com o passar dos dias do inquérito, peritos e médicos-legistas mostravam-se cada vez mais hesitantes frente à tarefa de determinar a natureza da morte da vítima. As contradições entre estes profissionais levantavam questões nas folhas jornalísticas mais amplas do que a elucidação da *Tragédia da rua Januzzi*: se os saberes científicos mostravam-se insuficientes para compreensão e controle das práticas criminais, a quem caberia designar a autoria e natureza dos delitos?

O debate sobre os pareceres evasivos dos médicos legistas mobilizaram jornalistas, peritos e leitores, tanto defensores quanto críticos da presença destes profissionais no campo. O discurso médico-científico já considerado como o eixo de análise pelos quais se orientavam univocamente as distintas produções textuais sobre o crime⁵³ - de discursos jurídicos a romances policiais - mostrava neste caso, as resistências aos avanços destes profissionais neste campo de ação social.

1988. MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p.155. EDLER, F. C. Medicina tropical: uma ciência entre a nação e o império. In: Alda Heizer; Antonio Augusto Passos Videira. (Org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2010, p. 339-356. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. São Paulo, Graal, 1979.

⁵² FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, p.17.

⁵³ ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890), p.12.

Este capítulo tem por isso como objetivo investigar as apropriações do discurso científico nas narrativas jornalísticas da *Tragédia da rua Januzzi*, analisando como a partir da articulação destes saberes a uma gramática emocional, jornalistas não somente construía suas notícias, mas também evidenciavam as tensões presentes entre os profissionais ligados ao campo jurídico-policial. Procurarei também analisar as diferentes representações construídas nos jornais das figuras dos policiais, buscando reconstruir e contextualizar o debate que mobilizara leitores, jornalistas e médicos-legistas, colocando em questão os limites do conhecimento científico e as disputas de autoridade entre estes profissionais.

2.1. Entre Sherlock Holmes e Bertillon

Dois dias depois do ocorrido, o jornal *A Época* afirmava que “certos detalhes que à primeira vista foram desprezados pelos noticiaristas e pela polícia por parecerem sem importância”⁵⁴ precisavam ser tratados publicamente para o esclarecimento do intrincado caso. Mesmo um periódico que desenvolvia uma narrativa menos sensacional, como *O Paiz*, afirmava que no caso havia “coincidências curiosas que chegavam a tomar o caráter de indícios, indícios esses por tal forma graves, que poderiam dar à verdade uma feição de plano.”⁵⁵ Um primeiro elemento que ganhou centralidade no jornal *A Época* foi a inspeção do delegado Ayres Couto na cena do crime, que a partir deste local procurou recuperar vestígios que pudessem apurar o caso. Segundo este periódico:

“Logo, o primeiro exame notou o dr. Ayres do Couto estar aquele compartimento em completo estado de desalinho (...) Roupas atiradas ao chão denotavam que pouco antes fora o local teatro de uma luta. Pequenos móveis, como cadeiras caídas, demonstravam que alguém a elas se havia segurado para não cair. Concluído esse pequeno exame e disposto a só sair do triste local quando nada mais tivesse que fazer ali, o Dr. Ayres do Couto resolveu examinar o “toilette”, móvel em que, segundo as declarações do tenente Paulo, D. Edina guardava suas cartas.”⁵⁶

⁵⁴ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: parece afastada a hipótese de suicídio. *A Época*, 26 de janeiro de 1914, p.1.

⁵⁵ A DERRADEIRA contenda: um caso suspeito. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p.3.

⁵⁶ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: assassinato ou suicídio? *A Época*, 25 de janeiro de 1914, p.5.

Neste fragmento podemos perceber como a figura do policial é construída como uma personagem portadora de um saber racional, capaz e determinado a articular determinados vestígios para compreensão do mistério ali ocorrido. Através de uma análise minuciosa, a figura do delegado relacionava determinados elementos – cadeiras caídas, manchas de sangue, roupas ao chão – que, se isolados não apresentavam nenhum significado aos olhos destreinados dos leitores, quando articulados pelo detetive, constituíam-se enquanto uma trama que até então se encontrava desconhecida. A relação entre um método indiciário e uma ação detetivesca foi discutida por Carlo Ginzburg⁵⁷ ao analisar o paradigma de conhecimento expresso pela forma de interpretação de crimes característica do detetive Sherlock Holmes, criado no final do século XIX pelo escritor Arthur Conan Doyle. O detetive desenvolvera um método de análise partindo da concatenação de resíduos, dados marginais, que através de um olhar apurado se constituíam enquanto reveladores para resolução de complexos mistérios. Nos romances de Conan Doyle são recorrentes as soluções de crimes a partir de pegadas na lama, cinzas de cigarro, orelhas cortadas do corpo da vítima, que graças à capacidade racional do detetive revelavam segredos e solucionavam intrincados crimes.

Num primeiro momento do caso, a personagem do delegado Ayres Couto era construída pelo jornal *A Época* de uma maneira bastante similar. Com um saber racional, genuíno ao delegado, este é apresentado como o profissional capaz de resolver o mistério da *Tragédia da rua Januzzi*, a partir da articulação de pequenos indícios, que somente pelo seu olhar atento, se mostrariam frutíferos para se desvendar a natureza da morte da vítima. A inspiração dos jornalistas em romances e folhetins policiais para composição de notícias foi registrada por Lima Barreto, em seu livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, no qual o autor afirma que a elaboração das reportagens e a confecção dos seus títulos, ganhavam ares rocambolescos, a partir da influência deste tipo literatura.⁵⁸ Assim como Sherlock, outros detetives, também personagens de romances, circulavam no espaço editorial brasileiro, inclusive, o agente Lecoq, criado por Émile Gaboriau. O escritor foi considerado a primeira expressão do chamado romance judiciário,

⁵⁷GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*, p.169 -180.

⁵⁸BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. p.102.

cuja centralidade da história residia não no criminoso, mas no detetive e na descoberta do crime⁵⁹. Esta última personagem, característica deste gênero narrativo, tinha a capacidade de desvendar crimes através do exercício intelectual e de pesquisas minuciosas no local do crime.

As personagens de Sherlock Holmes e Gaboriau evidenciavam a afirmação de um paradigma de construção do conhecimento que começou a se afirmar nas ciências humanas no final do século XIX⁶⁰. Através de um método interpretativo, centrado em resíduos e indícios, tornava-se possível construir uma narrativa capaz de dar inteligibilidade a elementos e acontecimentos até então desconhecidos. No entanto, com o decorrer dos dias, a figura do delegado Ayres Couto aos poucos desaparecia das narrativas da *Tragédia da rua Januzzi*, como uma personagem que com um pensamento racional conseguia elucidar intrincados mistérios. Emergiam, por sua vez, outras figuras ligadas ao corpo policial que a partir de um pensamento científico propunham novas técnicas e saberes capazes de controlar e elucidar as práticas criminais: os peritos e médicos-legistas.

O delegado que ganhara destaque no jornal *A Época* já não usufruía da mesma popularidade na folha *O Paiz*, visto que as diligências feitas pelo policial em nada surpreendiam os jornalistas. Para o repórter do diário, “certo não nos cabe o direito de salientar este ou aquele lapso das autoridades policiais, (...) todavia, seria irrisório se o delegado do 10º distrito desse por apurado como suicídio”⁶¹. A hostilidade na descrição de Ayres Couto pelo jornal mostra um antagonismo recorrente do periódico com esta autoridade policial devido à dificuldade de obtenção de informações sobre os crimes⁶². A indisposição do jornal com o delegado já podia ser vista dias antes da morte de D. Edina através de uma nota publicada acerca da morte de uma menina, Jovilta Natton, que fora atropelada por um bonde elétrico em São Cristovão. Tendo em vista o desconhecimento da polícia no momento de apuração do caso, a folha criticava o pedido posterior de exumação do corpo, considerado inútil, “tanto mais quando o

⁵⁹ PORTO, Ana. *Novelas sangrentas: literatura e imprensa no Rio de Janeiro e São Paulo (1870-1908)*. p. 13.

⁶⁰ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História* p. 172

⁶¹ A DERRADEIRA contenda: um caso suspeito. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p.3.

⁶² Sobre a tensa relação entre policiais e jornalistas ver também: OTTONI, Ana Vasconcelos. “O paraíso dos ladrões”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese de doutorado, PPGH, UFF, 2012.

Dr. Couto não descobriu e nem descobrirá qual o motorneiro causador do desastre.”⁶³

Com o decorrer dos dias após a morte de D. Edina, o fio condutor tomado pelas folhas eram as declarações de peritos e médico legistas que através de instrumentos e métodos mais especializados se propunham a elucidar o caso. A figura de um homem que tinha uma capacidade de solucionar crimes a partir de um exercício intelectual, inerente à sua personalidade e genialidade era substituída por personagens que conseguiam solucionar diferentes tipos de delitos através da técnica e de experimentos laboratoriais. Em um artigo publicado no jornal *O Imparcial*, assinado por um jornalista sob o codinome de *Dr. Dupont*, tornava-se visível a centralidade que estes profissionais ganhavam nas notícias dos “crimes de sensação”. Segundo o colunista:

“ Com efeito, o médico legista é o único competente para dizer se se tratava de um homicídio ou um suicídio, e o laudo pericial era a principal peça do inquérito. (...) Sem exagero, o médico-legista é o verdadeiro detetive, porque é ele que descobre os crimes, explicando-os nos seus mais estranhos e menores detalhes, e identificando seus autores graças ao exame dos vestígios encontrados nos locais dos delitos. (...)Os Lupin, os Lecoq, e os “Sherlock Holmes” são velharias do passado em face desses peritos.”⁶⁴

O esforço de rebaixamento da figura do detetive com um saber racional inato se enquadrava num momento em que médicos e intelectuais positivistas buscavam cada vez mais espaço no campo jurídico-policial, recorrendo até à literatura como forma de compreensão de uma natureza criminosa. O criminologista italiano Enrico Ferri ao considerar a arte “como uma reflexo irisado da vida” afirmava que a literatura por muito tempo teria sido a única a empreender uma análise criminal do delinquente. Para o autor, a missão solitária destes escritores teria sido encerrada no momento em que os crimes tornaram-se objeto de análise científica, submetidos “ao bisturi da anatomia física ou moral, e à lupa da sociologia, para procurar seguir pela indução, os remédios positivos da higiene e das medicinas sociais.”⁶⁵ Para o italiano, personagens como o detetive

⁶³ EXUMACÃO INUTIL. *O Paiz*, 14 de janeiro de 1914, p. 3.

⁶⁴ SUICIDIO? NÃO, crime! Como os médicos legistas descobrem os crimes. *O Imparcial*, 06 de fevereiro de 1914, p.3.

⁶⁵ FERRI, Enrico. *Os criminosos na Arte e na Literatura*. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001. p. 22.

Lecoq, criado pelo escritor Gaboriau, encontravam-se já em desuso. Segundo o criminologista, “seu enredo engenhoso é quase sempre o mesmo, e o público cansou-se, porque não contem uma análise e uma representação verdadeira das paixões criminais.”⁶⁶ Formado na escola positivista lombrosiana, Ferri era uma referência de leitura recorrente nas instituições policiais no início do século XX, sendo seus estudos sobre os tipos criminosos muitas vezes utilizados na formação de profissionais pelas escolas de polícia brasileiras.⁶⁷

Se os olhares de criminologistas se estendiam até à literatura, podemos perceber pela presença de um vocabulário científico em meio a uma gramática emocional que tais saberes eram apropriados por jornalistas nos “crimes de sensação” enquanto um fio condutor capaz de elucidar os crimes. O jornal *O Paiz* desde o primeiro dia que noticiara o caso afirmou que o médico da assistência, Dr. Silva Freire, e o médico legista, Attila Torres, constatarem a trajetória da bala que atingira Edina:

“um ferimento por projétil de arma de fogo, com o orifício de entrada na região parietal esquerda da infeliz senhora e de saída na mesma região do lado direito. Este ferimento demonstrava que o projétil tinha penetrado detrás para frente e um pouco em declive de cima para baixo.”⁶⁸

A declaração do médico da Assistência que o orifício de entrada da bala ocorrera na região parietal esquerda da vítima iniciou um quadro de descrédito frente à possibilidade de suicídio. A princípio, a análise do cadáver ao ser comparada com a versão contada pelo tenente Paulo demonstrava três contradições principais sobre a forma como morrera sua esposa. Se de acordo com o próprio oficial, D. Edina era destra, como poderia ter dado um tiro em si mesma, no lado esquerdo do seu próprio crânio? Somado ao problema da trajetória da bala, D. Edina apresentava um segundo ferimento “de bordos irregulares, em sentido vertical, no pulso esquerdo, não sendo possível precisar se este era também de bala”⁶⁹. O novo ferimento levava a questionar como a vítima poderia ter alvejado a si própria no pulso se havia desfechado um tiro em sua cabeça. Por

⁶⁶FERRI, Enrico. *Os criminosos na Arte e na Literatura*. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, 2001, p.23.

⁶⁷GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes, vigilantes modernos. Circulações policiais entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930*, p.105

⁶⁸A DERRADEIRA contenda: um caso suspeito. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p.3.

⁶⁹Idem.

fim, havia um terceiro componente que fazia parte deste quadro: o corpo de Edina apresentava duas equimoses no pescoço e uma no lado direito da perna, indicando a possibilidade da ocorrência de luta e estrangulamento antes de sua morte. Por mais que o tenente declarasse que “sua mulher, antes de dar o tiro na cabeça, havia tentado estrangular-se”⁷⁰, as folhas jornalísticas, como *O Paiz* ironizavam que já se havia visto tudo, “suicídios a bala, a veneno, por enforcamento, os mais variados, (...) mas por estrangulamento não nos recordamos de um sequer. E isso chega a ser irrisório.”⁷¹.

Junto a tais elementos que eram considerados pelos jornais como indícios que mostravam contradições na versão de suicídio contada pelo tenente Paulo, o bilhete supostamente deixado pela vítima também foi objeto de controvérsias. Segundo o jornal *A Noite*, ao iniciar a análise do local da morte de D. Edina, Dr. Ayres Couto encontrara-o em “circunstâncias muito especiais”⁷². O delegado pediu autorização ao oficial para revistar os móveis de sua casa em busca de alguma possível declaração de sua esposa. Ao desagrado do tenente, O Dr. Ayres Couto requisitou a ajuda da irmã da vítima, D. Alcina, e foi ao toilet para revistar as gavetas do cômodo, sem obter sucesso. No entanto, o bilhete foi encontrado pelo próprio oficial que se retirara do quarto durante esse momento e retornou com uma folha de papel que possuía seguintes dizeres: “*Paulo, Me mato porque não quero mais sofrer.*”⁷³

Para o jornal *O Imparcial*, a forma que o bilhete foi encontrado indicava a forte possibilidade que este tivesse sido falsificado pelo próprio marido da vítima. O encaminhamento para o Gabinete de Identificação com o intuito de avaliar sua autenticidade era “talvez inútil, por se considerar desde já falso esse documento a vista do inquérito”⁷⁴. E de fato, segundo o jornal *A Noite*, o Dr. Elysio de Carvalho, escolhido para participar da perícia gráfica, afirmara que a letra do bilhete do suicídio não parecia ser compatível com a de outras duas amostras de texto escritas pela vítima, que haviam sido selecionadas para comparação.

⁷⁰ O CASO da rua Januzzi: uma declaração importante. *A Noite*, 27 de janeiro de 1914, p. 3

⁷¹ A DERRADEIRA contenda: o caso da rua Januzzi. *O Paiz*, 28 de janeiro de 1914, p. 4.

⁷² O CASO da rua Januzzi: D. Edina foi matematicamente assassinada, disse-nos o diretor do Gabinete Médico Legal. *A Noite*. 26 de janeiro 1914, p. 1.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Dr. Dupont. Crime ou suicídio? A esposa de um tenente com um crânio varado por uma bala. *O Imparcial*, 26 de janeiro de 1914, p.3.

Aos poucos as desconfianças sobre a possibilidade de um suicídio e a inocência do tenente Paulo se consolidavam nos jornais. O periódico *A Noite* desde início afirmava que os indícios apontavam que “a morte de D. Edina não se tratava de um simples suicídio, como o oficial quis dar a entender, e com a autópsia tudo ficaria desvendado.”⁷⁵. Ao publicarem uma entrevista sobre a natureza da morte de Edina, com o Dr. Rego Barros, o diretor interino do Gabinete Médico Legal, o jornal obteve como resposta algo lhes rendeu a manchete do dia: “Dona Edina fora matematicamente assassinada”.

Nessa ocasião resolvemos interrogar o Dr. Rego Barros, diretor interino do Gabinete médico legal.

SS. assistia a nossa conversa com o delegado, bem como o médico legista Rodrigues Caó.

- Então doutor trata-se positivamente de um assassinato?

- Positivamente não, mas matematicamente é um assassinato.⁷⁶.

A ideia de um assassinato matemático demonstra como o estatuto científico de alguns saberes era recorrentemente mobilizado por repórteres com o intuito de fornecer legitimidade às suas notícias. Ao transformarem a declaração do Dr. Regos Barros em uma manchete de capa do diário, os jornalista da folha *A Noite* buscavam fornecer um argumento aos leitores capaz de comprovar o homicídio, não de forma intuitiva, e sim, de maneira, matemática e científica. O diálogo com tais saberes evidenciava um processo mais amplo de avanço e institucionalização destes conhecimentos no campo jurídico e policial. No final do século XIX, habitantes e dinâmicas sociais presentes no meio urbano já se tornavam alvo de reflexão científica. Médicos e cientistas atuavam tanto como planejadores urbanos quanto em questões epidêmicas e clínicas ligadas à saúde.⁷⁷ A expansão destes saberes chegava às discussões sobre os delitos criminais, buscando a partir de um olhar científico tanto elucidar crimes enigmas, como compreender a natureza dos homens criminosos. A ampliação do campo de atuação de médicos e peritos trazia consigo a promessa de controle e neutralização

⁷⁵ O CASO da rua Januzzi: D. Edina foi matematicamente assassinada, disse-nos o diretor do Gabinete Médico Legal. *A Noite*, 26 de janeiro 1914, p. 1.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Sobre a atuação de planejadores urbanos em questões epidêmicas e ligadas à saúde no Brasil ver: EDLER, F. C. Medicina tropical: uma ciência entre a nação e o império. In: Alda Heizer; Antonio Augusto Passos Videira. (Org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2010, v , p. 339-356. CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

do perigo urbano, capaz de mapear e transformar a natureza dos homens criminosos⁷⁸.

O avanço de uma perspectiva cientificista no universo jurídico policial inseria-se no campo da medicina legal, cuja origem pertence a duas escolas principais que se difundiram no final do século XIX: a criminologia positivista italiana que tivera como expoente Césare Lombroso e a tradição francesa, protagonizada por Alphonse Bertillon e Alexandre Lacassagne. A primeira caracterizava-se, principalmente, pelos discursos patologizantes da figura do criminoso que consideravam o tratamento médico como o tipo de pena ideal a ser aplicada aqueles que incorriam no mundo do crime.⁷⁹ A partir desta perspectiva, o homem não possuiria livre-arbítrio para praticar um crime, este seria um sintoma de aspectos de uma personalidade doentia do criminoso.

No entanto, as falas dos peritos presentes nas notícias sobre *A Tragédia da rua Januzzi* não dialogavam precisamente como os estudos lombrosianos voltados para compreensão e cura do comportamento criminoso. Os repórteres das folhas apropriavam-se principalmente de saberes e técnicas presentes nos debates da antropometria judiciária. Este campo alcançara seu ápice nos tribunais e na imprensa no final do XIX, por fornecer uma nova dimensão ao sistema judiciário⁸⁰. Inaugurada por volta de 1880 na França por Alphonse Bertillon, escrevente da polícia, antropometria judiciária permitia a identificação dos criminosos reincidentes através da elaboração de uma ficha antropométrica que continha as medidas de onze ossos do corpo como elemento definidor da identidade de um indivíduo, posteriormente anexando-se a sua fotografia. Este campo de conhecimento fortaleceu-se na França graças ao sucesso da elucidação de determinados “crimes-enigmas”, através das análises de machas de sangue e esperma, o desenvolvimento da toxicologia e da solução de casos por envenenamento.

A influência destes saberes na formação do corpo policial brasileiro podia ser sensivelmente sentida na primeira do século XX, cuja biblioteca contava com exemplares de Loccard, Bertillon e A. Reiss, precursores da chamada polícia

⁷⁸ Sobre a atuação de médicos e peritos no controle e neutralização do perigo urbano ver: MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p.155

⁷⁹ FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920 - 1945)*.

⁸⁰ DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*.

científica⁸¹. No entanto, a chegada destes conhecimentos às narrativas dos “crimes de sensação” obedeciam a uma lógica distinta. Análises de manchas de sangue e experiências com incrustação de balas perdiam detalhes das discussões teóricas presentes nos debates especializados para ganharem ares sensacionais nas folhas jornalísticas. Buscando consolidar a hipótese do assassinato de Edina, o jornal *A Noite* recorreu às experiências de incrustação de pólvora para demonstrar a relação da distância do disparo da bala com a ausência de queimaduras no ferimento de entrada no crânio da vítima. Tomando um experimento realizado pelo diretor do Gabinete Médico, Jacintho Barros, o periódico publicou uma imagem com a diferença de queimadura produzida com tiros dados a 50, 30 e 20 centímetros de distância. A fotografia demonstrava que somente disparos dados a uma maior distância – como num caso de assassinato – resultavam na ausência de queimadura nos bordos do orifício de entrada da bala. Como os médicos desde o primeiro exame do corpo da vítima não identificaram tal tipo de queimadura no crânio de D. Edina, o periódico lançavam mão de referências de autoridades científicas, como o perito francês Balthazar⁸² e a experiência de Jacintho Barros, para fornecer um “estatuto de verdade”⁸³ a versão de homicídio.



Imagem 1. Fotografia da experiência de tiros realizada pelo Gabinete Médico. Jornal *A Noite*. 26 de janeiro de 1914.p.1.

⁸¹ GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes, vigilantes modernos. Circulações policiais entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930*, p.105.

⁸² Victor Balthazard (1872-1950) foi professor de Medicina Forense na Sorbonne, onde desenvolveu um modelo estatístico para obtenção de impressões digitais individuais, publicada em 1911. Segundo seus estudos, a impressão digital era dividida em cem partes, contendo cada uma quatro pontos característicos. As teorias pioneiras de Balthazar apesar de terem sido posteriormente criticadas por peritos do campo serviram como base para o desenvolvimento de pesquisas deste campo.

⁸³ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. p.17.

A mobilização de estudos de médicos legistas também foi um recurso utilizado pelo jornal *O Imparcial*, ao transcrever trechos de uma monografia do médico legista Miguel Salles. O trabalho do reconhecido perito vinha justamente discutir a dificuldade de precisar a ocorrência de um homicídio ou um suicídio em determinadas mortes. Segundo o jornal, o estudo de Salles defendia que a integridade das vestes perto dos ferimentos da vítima seria um fator indicativo da ocorrência de um suicídio, pois “o assassino não perderia tempo em afastar as vestes: ele quer surpreender e atirar através das roupas”⁸⁴. Ainda de acordo com este estudo caberia à polícia atentar à presença de um enegrecimento nos dedos do cadáver e ao orifício de entrada da bala, que nos casos de suicídios “estariam situados ordinariamente na têmpora direita (nos destros), na fronte ou ouvido direito (exceto nos canhotos).”⁸⁵ Como D. Edina era destra, se o ferimento de entrada tivesse ocorrido do lado esquerdo do crânio – como havia dito o médico da assistência, Dr. Silva Freira - não haveria dúvidas em relação à hipótese de homicídio.

A seleção deste estudo de Miguel Salles como capaz de dar luz ao mistério da *Tragédia da rua Januzzi* teve espaço justamente na coluna assinada pelo jornalista que utilizava o codinome de Dr. Dupont. Em sua coluna d’*O Imparcial*, ao analisar os “crimes de sensação”, o jornalista colocava-se como um propagandista da nova ciência criminalística. Meses após a morte de D. Edina, o colunista publicou uma matéria sobre a morte de Alphonse Bertillon, fundador da antropometria, sob o título *Um célebre Investigador: Bertillon mais forte do que Sherlock Holmes*. Comparando o criminologista francês Bertillon a personagem de Sherlock Holmes, Dupont definia o primeiro como:

“homem singular, como talvez nenhum romancista soubesse imaginar um homem dotado de um engenho, de um poder lógico, de um maravilhoso sentimento de penetração que lhe permitia no primeiro golpe de vista perscrutar a essência das coisas. Incapaz de interrogar um malfeitor sabia, ao contrário, maravilhosamente inquirir um objeto inanimado, e as peças de convicção tinham nele um formidável intérprete”⁸⁶.

⁸⁴ Dr. Dupont. Crime ou suicídio? A esposa de um tenente com crânio varado por uma bala. *O Imparcial*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Dr. Dupont. Um célebre investigador de crimes: Bertillon mais forte do que Sherlock. *O Imparcial*, 03 de abril de 1914, p.2.

Buscando diferenciar Bertillon das personagens de detetives policiais de romance judiciário e, de policiais que adotavam práticas mais agressivas - como interrogatórios de suspeitos – Dupont pretendia difundir uma forma de elucidação dos crimes que não se pautava por um “faro policial”, mas sim, através da ciência, do uso de técnicas e experimentos laboratoriais. Desta forma, o jornalista demonstrava ao leitor as diferenças dos procedimentos das duas personalidades, e das duas tradições de investigação policial:

“Vem aqui a propósito, já que falamos em “Sherlock Holmes”, mostrar qual a diferença essencial que existe entre os ‘raciocínios’ do detetive inglês e o método de Bertillon. A literatura é tudo o que há de mais oposto dos processos do sábio francês. O policial do romance arquiteta construções lógicas, e triunfa no encadeamento de coisas e de suas consequências, enquanto que o processo de investigação de Bertillon ou de um outro perito policial é muito diferente. (...) Bertillon, a quem se devem tantas invenções tendentes a facilitar a justiça na investigação dos crimes, foi um apaixonado pela arte policial. No seu laboratório, examinando um fragmento de estofa, um pedaço de madeira, um objeto qualquer que supunha capaz de esclarecer um fato criminoso, conhecia todas as alegrias da aventura, as surpresas da caça e o entusiasmo do triunfo.”⁸⁷.

Para o Dr. Dupont, mesmo que ambos utilizassem um pensamento lógico e racional, as tradições de investigação de Sherlock e Bertillon diferenciavam-se pelos métodos utilizados. Enquanto Sherlock baseava-se num talento natural - o chamado faro policial⁸⁸ – vivenciando emoções e triunfando nos romances, os peritos como Bertillon tinham como principal instrumento e local de trabalho o laboratório científico, no qual através das análises de fios de cabelo, respingos de sangue vivenciam outro tipo de emoção: a precisão das soluções de intrincados crimes, que até então pareciam impossíveis aos leigos. O que Dr. Dupont vem defender em seus artigos é a inauguração de uma nova época, onde os verdadeiros heróis não possuiriam talentos naturais de interpretação ou estariam nas ruas combatendo crimes, mas nos laboratórios, a partir de métodos e saberes científicos.

⁸⁷ Dr. Dupont. Um célebre investigador de crimes: Bertillon mais forte do que Sherlock. *O Imparcial*, 03 de abril de 1914, p.2.

⁸⁸ PORTO, Ana. *Novelas sangrentas: literatura e imprensa no Rio de Janeiro e São Paulo (1870-1908)*, p.38.

Os novos procedimentos de combate ao crime defendidos pelo colunista inseriam-se no campo específico de conhecimento da chamada polícia científica que buscava através da ciência resolver complicadas questões das investigações policiais. Em artigo na revista *Boletim Policial*, o responsável pela análise gráfica do bilhete de suicídio de D. Edina, Elysio de Carvalho, definiu este campo de saber como “um conjunto de métodos que se deu o nome de polícia científica, denominação inexata, porquanto nem leis imutáveis, nem princípios, somente uma série de práticas tomadas à ciência e aplicadas à instrução criminal, que constituem uma arte, às quais a designação que melhor convém é a da técnica policial.”⁸⁹

O artigo intitulado *Um célebre Investigador: Bertillon mais forte do que Sherlock Holmes*, escrito originalmente em 1914 no jornal *O Imparcial* por Dr. Dupont, aparece integralmente alguns anos depois na obra escrita por Elysio de Carvalho, *Sherlock Holmes no Brasil*⁹⁰, sob o título *Bertillon*, nos revelando a identidade do escritor escondido sob o pseudônimo. Em 1914, como chefe do Gabinete de Identificação, Elysio de Carvalho lançara mão deste artifício como forma de criticar os médicos legistas envolvidos no caso, sem que se expusesse publicamente. Até o dia 18 de janeiro de 1914 é possível encontrar a coluna nomeada *Como se descobrem os crimes*, assinada por Elysio de Carvalho. Após a ocorrência da *Tragédia da rua Januzzi*, em 24 de janeiro, a coluna deixa de ser assinada pelo chefe do Gabinete de Identificação para ganhar o pseudônimo de Dr. Dupont. No entanto, o que nos torna bastante curioso seria o porquê do diretor do Gabinete de Identificação recorrer a um periódico para justamente criticar seus pares profissionais envolvidos no caso. Podemos tomar como explicação uma disputa de campo entre a medicina legal e a política científica que ocorreria no bojo da instituição policial carioca durante o crime da rua Januzzi. Em artigo no *Boletim Policial*, Elysio distingue as técnicas da polícia científica do campo da medicina legal, não sendo da alçada da primeira, as autópsias, os exames de feridas e as análises toxicológicas, mas sim, análises de machas de sangue, exames datiloscópicos, perícias de caracteres gráficos⁹¹.

⁸⁹CARVALHO, Elysio de. Os laboratórios de policia. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 5, p.155-161, maio 1912.

⁹⁰Ibid. Bertillon. In: *Sherlock Holmes no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Moura, 1921. p. 26.

⁹¹Ibid. Os laboratórios de policia. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 5, p.155-161, maio 1912.

Em 1913, o professor Rudolph Archibald Reiss (aluno de Bertillon, diretor do Laboratório de Polícia Técnica e titular da cátedra de Polícia Científica da Universidade de Lausanne) esteve nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo para realizar um conjunto de conferências sobre os avanços da polícia científica europeia. Para o criminalista, as palestras dadas em outros países eram fundamentais para consolidação da polícia enquanto uma instituição moderna, tendo em vista que as práticas criminais haviam se internacionalizado, sendo necessário ser combatida conjuntamente pelos povos civilizados.⁹² Em conferência em São Paulo, Reiss considerou este campo de estudo como um saber prático - capaz de esclarecer crimes e identificar criminosos - bem diferente do campo da antropologia criminal lombrosiana, considerada pelo criminologista considerava como uma especulação abstrata:

Os antropólogos querem fazer da polícia científica uma ciência puramente abstrata, que permaneça nas grandes elevações da especulação abstrata e não desça às realidades da vida. Ao contrário, a escola francesa prática, e eu falo como aluno de Bertillon, diz: não somos filósofos não queremos senão obter resultados práticos, estudando tão somente os dados reais que nos fornecem a técnica e a prática de todos os dias⁹³.

Entusiasta destes novos conhecimentos, Elysio de Carvalho não poupou esforços em difundir estes saberes. Em ocasião da visita a São Paulo, do professor suíço, R. A. Reiss - precursor desta nova tradição de investigação - Elysio elaborou a brochura *O Professor Reiss no Brasil* no qual defendia essa nova figura do detetive que perseguiriam os criminosos nos laboratórios e os capturava a partir de saberes científicos:

Faz polícia científica no silêncio do laboratório, curvado sobre os frágeis indícios do crime, com a paciência, a dedicação e a perspicácia do entomologista que observa a delicada estrutura de um escaravelho, limitando a sua missão a esclarecer a justiça. Assim, ele deve ser visto no seu gabinete de estudos, e não diversamente, confeccionando cartões sinaléticos e manejando fichas, redigindo a fórmula cifrada de um retrato falado para ser transmitida telegraficamente, recorrendo a uma solução de nitrato de prata ou ácido fluorídrico para revelação a

⁹² GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes: circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)*.

⁹³ REISS, A. R. *Polícia Científica*, vol. I, p. 6 apud MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*, p.226 -227.

forma e a particularidade de uma impressão digital, estudando a forma e a particularidade de uma série de pegadas no intuito de determinar o sexo, a idade, a altura, a condição social, a profissão e até a nacionalidade de quem a produziu...⁹⁴

Desta forma, estes profissionais reivindicam não apenas um espaço do perito como auxiliar da justiça, mas sim, como árbitro que na sua qualidade de cientista deveria ser acatado e ratificado em suas decisões. Na medida em que os discursos científicos eram apropriados por jornalistas para trazer legitimidade à versão do homicídio de D. Edina do Nascimento, as diferentes construções de tipo ideais de policiais evidenciavam embates sobre distintas tradições de investigação no campo jurídico policial. Inspiradas em traços do romance judiciário, as notícias dos “crimes de sensação” se mostravam enquanto uma arena de divulgação dos novos saberes da polícia científica brasileira. A partir do destaque dado às falas de peritos, cujos métodos e conhecimentos do campo científico ofereciam uma chave de leitura ao caso, as folhas evidenciavam o avanço e a reivindicação destes profissionais enquanto autoridades centrais no sistema jurídico.

2.2. A ciência e as sensações

Se as falas como do delegado Ayres Couto e dos médicos legistas eram incorporadas nas notícias, a dimensão polifônica das narrativas sensacionais não se tratava de uma transposição direta dos debates do campo científico para as páginas dos periódicos diários. Desde o final do século XIX, peritos e médicos legistas possuíam revistas voltadas para debates especializados onde podiam publicar seus trabalhos e monografias no esforço de construção e afirmação do seu saber no campo jurídico-policial⁹⁵. Se declarações de peritos e do delegado vinham compor as notícias de crime com o intuito de trazer um “estatuto de verdade”⁹⁶ à sua fala; por outro lado, exames de cadáveres e das cenas de crimes também eram apropriados com o intuito de trazer “sensação” aos leitores.

As falas dos especialistas que compunham um fio narrativo das notícias também funcionavam como uma forma de manter acesa a expectativa do público.

⁹⁴ CARVALHO, Elysio. *O professor A. Reiss no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Boletim Policial, 1913, p. 11.

⁹⁵ CAIMARI, Lila *Apenas un delincuente. Crimen, castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955*.

⁹⁶ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, p.17.

Forneciam-se informações parciais do caso, mas sem que fosse possível uma visão totalizante do que de fato ocorrera. Ao trazer pequenas notas sobre a investigação, mesmo pouco elucidativas, o jornal *A Época* nos permite vislumbrar como extratos de análises científicas eram articuladas às narrativas jornalísticas com o fim de proporcionar “sensação” aos leitores. Podemos observar isso melhor, na notícia publicada pelo jornal sob a manchete “Na parede do quarto a polícia descobriu sangue coagulado e placas de massa encefálica”:

O Dr. Ayres Couto, quando, anteontem estive no quarto onde desenrolou a tragédia, notou que na parede fronteira ao leito em que foi vitimada D. Edina, havia uma grande quantidade de sangue coagulado, de envolta com pequenas placas de massa encefálica.

Diante da descoberta e no sentido de ser a mesma submetida a um exame medico pericial, conferenciou, ontem aquela autoridade com o Dr. Sebastião Cortes. Dessa conferência ficou deliberado que o citado legista vá, hoje, em companhia do delegado Ayres do Couto, à casa sinistra, a fim de proceder aquele exame pericial⁹⁷.

No extrato acima, podemos ver que detalhes como manchas de “sangue coagulado” que se encontravam no quarto, misturado com pedaços de “massa encefálica”, mesmo vindo de avaliações de médicos legistas, funcionavam também como estratégias que buscavam causar um misto de sentimentos de horror, nojo e atração nos leitores. Ao analisar a estrutura narrativa dos folhetins franceses que circulavam no rodapé das folhas cariocas no século XIX – como as aventuras de Rocambole, escritas por Poison du Terrail – Meyer nos chama atenção para algumas estratégias narrativas utilizadas para seduzir o público leitor, mantendo-o fiel à sua leitura. Para autora, tais histórias de folhetim - que eram “fatias de vida servidas em fatias de jornal, ou faits divers dramatizados e narrados como ficção” - ofereciam aos leitores “mortes, desgraças, catástrofes, sofrimentos” a partir de uma técnica fragmentária, que realizava cortes estratégicos em suas narrativas, deixando suas histórias em suspensão⁹⁸. Como podemos perceber no extrato do jornal *A Época*, transcrito acima, as notícias de crime, muitas vezes inspiradas em narrativas folhetinescas, possuíam uma estrutura fragmentária - até por insuficiência de informações -, mas com o

⁹⁷ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: parece afastada a hipótese de suicídio. *A Época*, 26 de janeiro de 1914, p.1.

⁹⁸ MEYER, Marlyse. *O Folhetim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 224 -225.

objetivo de conquistar a fidelidade do seu leitor. Mesmo oferecendo uma pequena informação - como a presença de sangue coagulado na parede - o jornal *A Época* finaliza sua notícia anunciando a realização da perícia no local do crime, cujo resultado ainda era desconhecido. Desta forma, a folha desenvolvia um jogo de luz e sombra, na medida em que fornecia pequenas informações, não completamente elucidativas sobre o caso, para que o leitor retornasse à leitura da notícia no dia seguinte e tomasse conhecimento da perícia e da possível solução do mistério da morte de D. Edina. A apropriação da fala dos peritos se por um lado eram incluídas com o intuito de promover sensações de horror e fascinação, por outro lado, também eram utilizadas como formas manutenção do interesse dos leitores pelas notícias, fornecendo pequenos avanços sobre o caso, sem que, no entanto, este fosse inteiramente solucionado.

Nos jornais direcionados a um público mais amplo, como *A Noite* e *A Época*, além do uso de categorias científicas, eram mobilizadas extensas imagens do cadáver nu da vítima como formas alternativas de linguagem, no intuito de “causar sensação” nos leitores. Desta forma, estas folhas buscavam atrair uma maior quantidade de consumidores, não pelo recurso do texto, mas através do impacto de grandes imagens, lançando mão de estratégias que jornais voltados para um público mais elitizado, como *O Paiz*, se privavam de promover.



Imagem 2. Fotografia do cadáver de Edina. Jornal *A Época*. 28 de janeiro de 1914.p.2

A atração por cadáveres não era algo restrito à *Tragédia da rua Januzzi* ou à sociedade carioca. Em Paris, no final do século XIX, jornais como *Le Petit Journal* relatavam o movimento de um grande número de pessoas que visitavam o Morgue para a exibição de cadáveres cuja identidade era desconhecida.⁹⁹ Para Schwartz, as exposições dos mortos eram formas de espetacularização de histórias banais que permeavam o cotidiano de Paris no bojo da modernidade. O paradoxo entre o desejo de observação de corpos que despertariam nojo e repulsa deve-se ao deslocamento da noção de morte enquanto um estado transcendental para algo real e cotidiano, capaz de promover sensações de horror e fascínio, por tornar concreto e recorrente, elementos em geral isolados do convívio social.¹⁰⁰ Por outro lado, no entanto, a vasta exposição de corpos mortos, tanto nos jornais, como no Morgue estava necessariamente atrelada a outros traços marcantes na sociedade carioca e parisiense do final do século XIX: o crescente interesse do Estado na regulação das causas e consequências das mortes dos indivíduos, marcado pelo avanço do conhecimento científico no campo jurídico policial. Inicialmente, o principal objetivo do Morgue era alocar mortos desconhecidos, exibindo-os publicamente, com o intuito de determinar suas identidades. No caso da *Tragédia da rua Januzzi*, a elaboração de imagens dos corpos também evidenciavam uma ascensão de profissionais do campo científico que buscavam tomar para si a prerrogativa de manipular, prevenir, identificar e a realizar exames nos corpos humanos.

Até o *Jornal do Brasil* enquanto uma empresa de maior porte que se afirmava enquanto popular, por produzir notícias para o maior número de pessoas¹⁰¹, lançou mão desta estratégia tanto para criar “sensação” como para criar maior veracidade à hipótese de homicídio. Ao mostrar o crânio e os ferimentos de entrada da vítima, a folha buscava demonstrar a partir de uma linguagem imagética como a hipótese de homicídio possuía um respaldo científico:

⁹⁹ SCHWARTZ, Vanessa R. *Spectacular Realities : Early Mass Culture in Fin de Siècle*.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*, p. 20.

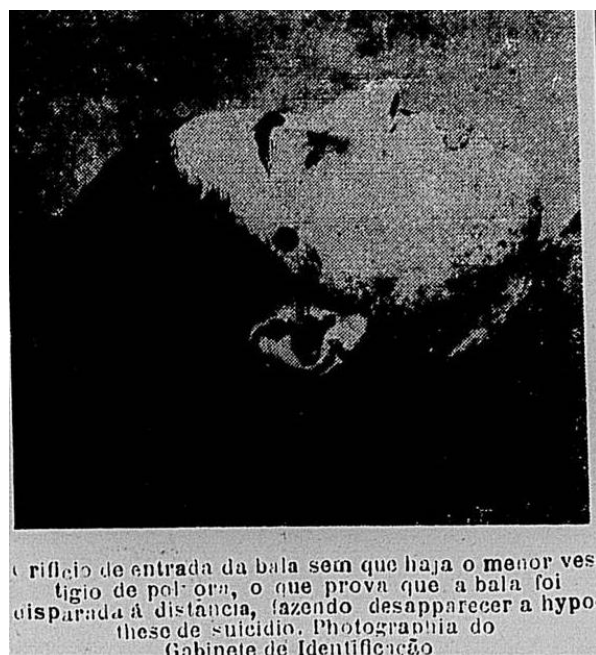


Imagem 3. Fotografia do cadáver de Edina publicada pelo Jornal do Brasil. 03 de fevereiro de 1914.

A divulgação de extensas imagens do cadáver de D. Edina demonstrava o novo padrão a que obedecida os diários cariocas. Buscando aumentar a circulação de seus exemplares, as folhas jornalísticas que passavam a se configurar enquanto empresas comerciais, investiam em temas capazes de atrair um maior número de leitores¹⁰². Para além dos temas, o esforço para ampliação do público leitor também se traduzia no uso de imagens cada vez mais impactantes que forneciam formas alternativas de leitura das notícias. Até mesmo pelo uso de fotografias que a princípio vinham somente potencializar o caráter sangrento das “narrativas de sensação”, podemos ver como os diários recorriam às práticas de investigação criminal do Gabinete de Identificação, para dar legitimidade à hipótese do homicídio. Ao publicarem uma fotografia do Gabinete de Identificação do ferimento de entrada no crânio do cadáver de Edina, as folhas criavam justamente uma amálgama entre os discursos científicos e as narrativas sensacionais.

Se de acordo com a coluna de Dr. Dupont no jornal *O Imparcial*, os médicos-legistas eram considerados os únicos profissionais capazes de descobrir o que ocorrera no caso da rua Januzzi¹⁰³, o passo seguinte dos jornalistas era trazer para suas folhas as evidências relativas ao exame médico-legal do corpo da

¹⁰² SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹⁰³ Dr. Dupont. CRIME OU suicídio? A esposa de um tenente com crânio varado por uma bala. *O Imparcial*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

vítima e dos procedimentos dos peritos na cena do crime. Neste momento, as visitas ao Gabinete Médico Legal tornavam-se recorrentes, trazendo consigo breves informações - reais ou não - do processo de autópsia da falecida esposa do tenente Paulo. No entanto, o acompanhamento das práticas policiais e a apropriação destes saberes eram mobilizados como recursos narrativos capazes de reconstruir tanto inquérito como elementos desconhecidos ocorridos no dia da morte D. Edina.

Acompanhando os passos do delegado Ayres Couto, o jornal *A Época* demonstrava como as análises dos respingos de sangue permitiam reconstruir os momentos que antecederam a morte de D. Edina.

Os respingos de sangue encontrados na parede lateral, à direita e na do fundo, sendo que nesta ultima, na altura de três metros aproximadamente, indicam que D. Edina estava de pé e que ferida, entrou a cambalear desordenadamente. (...)

Ao que parece, D. Edina, sentindo-se ferida no braço esquerdo entrou a caminhar com passos incertos, cambaleando pelo quarto, indo até ao outro, que dá janela para a rua, naturalmente para pedir que a socorressem.

Neste ultimo quarto, escolhido pelo tenente, Paulo do Nascimento, para seu gabinete de trabalho, deu-se, por certo a luta, sendo a infeliz subjulgada. Os gritos de socorro não puderam ser ouvidos os gritos porque teve ela a garganta apertada pela mão da pessoa com quem lutava. São os sinais bem visíveis de estrangulamento encontrados pelos médicos legistas no pescoço, quando examinaram o cadáver.¹⁰⁴

Para o repórter desta folha, os resquícios de sangue presentes na parede do quarto do casal indicavam que a vítima estava em pé no momento em que fora atingida, e que cambaleara em direção à janela com o intuito de pedir socorro aos transeuntes da rua. Por sua vez, as equimoses presentes em seu pescoço demonstravam que seus gritos teriam sido abafados pela tentativa de estrangulamento que sofrera. Enquanto o jornal *A Época* apropriava-se das falas dos médicos legistas para construir uma narrativa do assassinato de D. Edina, o *Correio da Manhã*, publicou no mesmo dia uma análise distinta do crime, partindo igualmente da mesma fala dos peritos. Sob a manchete “*A opinião dos*

¹⁰⁴ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: trata-se de um assassinato monstruoso! *A Época*, 27 de janeiro de 1914, p. 3.

médicos legistas sobre a Tragédia da rua Jannuzzi”¹⁰⁵, o jornalista da folha afirmou que, segundo D. Suzano Brandão, “nada se podia precisar sobre o assassinato, porquanto, a parte que lhe caberia era toda científica.” Justamente por se tratar de uma carga que não seria pólvora, “poderia ter-se ali um caso de compressão dos tecidos, de modo que a ferida de entrada tomasse as formas irregulares que tomou.” Logo, segundo o *Correio da Manhã*, seria somente a partir de um exame minucioso da arma que poderia ser apurado o caso, pois no cano da pistola constaria a existência de tecidos e vestígios de sangue da vítima. Os mesmos resíduos de sangue presentes a três metros de altura da parede que serviram como elementos para composição da versão de homicídio do jornal *A Época* constavam na folha de Edmundo Bittencourt como dados ambíguos, sendo impossível apurar a natureza da morte da vítima a partir destes. Torna-se interessante perceber como, num único dia, os mesmos dados informados pelos peritos ganhavam cores distintas, gerando versões diferentes do ocorrido na *Tragédia da rua Jannuzzi* através da pena e inventividade dos jornalistas.

Se por um lado, os resquícios de sangue eram indícios que permitiam a composição de diferentes narrativas jornalísticas, por outro eles evidenciavam novas técnicas debatidas entre membros ligados ao corpo policial, empenhados em desenvolver instrumentos e saberes capazes de capturar criminosos cuja identidade permanecia desconhecida. Na ocasião da visita de Reiss à cidade do Rio de Janeiro, em 1913, as manchas de sangue foram um assunto presente em suas palestras, consideradas como um elemento central nas análises das cenas de crime. Para o criminologista, a quantidade e direção das manchas de sangue podiam inclusive esclarecer casos de suicídio.

Seria curioso saber, para dizer qualquer coisa de positivo, que uma grande mancha sanguínea ao lado de um corpo indicaria morte no próprio sitio, seu tempo ou possibilidade da luta prolongada, ou ataque súbito e violento. No suicídio, quando o individuo seccionou um grande vaso, do pescoço, por exemplo, o cadáver esta sempre banhado numa grande poça vermelha; da mesma maneira pode informar a quantidade de sangue. A disposição das gotas ou das manchas tem para o perito avisado a maior importância. A própria largura ou o diâmetro de gotas sanguíneas indica a altura de que estas foram projetadas. Como habitualmente se vê nas manchas de tinta no solo, ou no papel, as de sangue, se são em grupo umas maiores

¹⁰⁵ O DESFECHO de um drama íntimo: a opinião dos médicos legistas sobre a tragédia da rua Januzzi. *Correio da Manhã*, 27 de janeiro de 1914, p. 4

outras menores, prolongando-se para um lado, podem muito dizer respeito à sua direção e até distancia do ponto de emergência¹⁰⁶.

Não se trata de pensar as informações discutidas na conferência acima, como saberes e práticas policiais absorvidas pela polícia brasileira que se encontravam traduzidas na *Tragédia da rua Januzzi*. A questão é analisar como alguns saberes que circulavam na cidade enquanto ferramentas úteis para elucidação de crimes ganhavam ares sensacionais nas notícias de crime. Na medida em que estes elementos eram mobilizados para atrair o público leitor, eles também evidenciavam questões sensíveis, como o esforço de construção de uma polícia moderna capaz lidar e reprimir as novas formas de criminalidade presentes na sociedade carioca. As manchas de sangue, quando bem interpretadas, passavam a ser indícios valiosos para precisar o local, a forma e natureza da morte de uma vítima.

Se a elucidação do mistério da morte de D. Edina dependia do laudo da autópsia, até que os resultados saíssem, era necessário manter o interesse do público leitor, seguindo cada passo do inquérito. Desta maneira, o *Jornal do Brasil* justificava a extensa cobertura das inconclusivas falas de peritos e testemunhas, visto que:

“não havia testemunhas oculares do fato, de forma que a tragédia da rua Januzzi, pondo de parte as declarações do Diretor do Gabinete Médico Legal, só pode ser esclarecida, excluído o caso de alguma declaração importante a dar-se, pelo exame feito, aos precedentes dos principais protagonistas, envolvidos direta ou indiretamente na tragédia (...).

Justificando a ação da polícia, justifica-se assim a reportagem que se tem limitado a acompanhar de perto, na Delegacia do 10º distrito, como melhor manancial de seguras informações.”¹⁰⁷

A justificativa do repórter da folha *Jornal do Brasil* junto aos leitores pela escassez de novidades evidenciava um problema fruto da própria lógica da produção de narrativas dos crimes sensação. Na virada do século XX, o novo modelo a que obedecia às gazetas jornalísticas trazia consigo a emergência de um novo ator social: o repórter. Este saía das redações, buscando material para

¹⁰⁶ REISS, R.A. *Polícia Technica. Resumo das conferências realizadas no Rio*. Biblioteca do Boletim Policial: XXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 3.

¹⁰⁷ TRAGÉDIA CONJUGAL: continua o inquérito. *Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1914, p.9.

elaboração das notícias nos mais diversos locais de tragédia e até nas delegacias policiais.¹⁰⁸ Ao deslocar-se para cena do crime, o repórter permitia a produção de reportagens em um ritmo cada vez mais acelerado. Através de veículos de comunicação, como o telégrafo, o jornalista comunicava-se com o redator de banca que já iniciava um esboço da notícia. No entanto, a velocidade da produção de narrativas jornalísticas diárias não necessariamente era acompanhada pelo ritmo de elaboração dos pareceres dos médicos-legistas convocados para elucidar o caso. Se, como na *Tragédia da rua Januzzi*, os trabalhos na delegacia do 10º distrito corriam de forma mais lenta, as folhas muitas vezes ficavam sem novidades para oferecer aos leitores - correndo o risco da perda de interesse e assiduidade do público. Cabia aos jornalistas muitas vezes se desdobrarem para criar notícias apesar do parco material que tinham. Se alguns repórteres policiais, como Castellar Carvalho, não se furtavam em inventar notícias em momentos de ausência de grandes acontecimentos¹⁰⁹, o cronista do Jornal do Brasil debruçava-se extensamente sobre os depoimentos obtidos nas delegacias policiais para recriar as notícias que deveriam ser impressas diariamente.

Dentre estes testemunhos, o depoimento do médico da Assistência, Roberto da Silva Freire - o primeiro a examinar D. Edina - fora publicado em todos os jornais analisados. A declaração do médico funcionava não somente como forma de manutenção do interesse do público, mas como uma estratégia narrativa. Num momento em que não havia novidades sobre o caso, a fala do primeiro médico que vira Edina no leito de morte permitia reconstruir novamente o momento da descoberta do corpo — só que a partir da perspectiva de um terceiro personagem.

“Que estando de plantão na noite de 24 do corrente, na Assistência, quando foi chamado para prestar socorros a uma senhora que havia dado um tiro na cabeça na casa da rua Januzzi nº13, que prontamente partiu para o local indicado e aí encontrou a casa inda fechada, fazendo soar a campainha do transporte que o conduzia, assomou a uma das janelas do andar superior um cavalheiro, que julga ter sido o tenente Paulo e (...) sendo recebido no topo da escada pelo tenente Paulo que lhe

¹⁰⁸ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, p. 34.

¹⁰⁹ Nas memórias de Nelson Rodrigues, o escritor que também foi repórter policial do jornal *A Crítica*, mencionou como anos antes, Castellar Carvalho ao cobrir um incêndio que não tivera uma vítima sequer, inventou que um passarinho morrera no local para tornar a notícia mais atraente. Ver: RODRIGUES, Nelson. *O reacionário. Memórias e confissões*. Rio de Janeiro: Record, 1977, p. 22.

disse: ‘Doutor, foi uma grande desgraça, minha mulher fez a grande loucura de suicidar-se dando um tiro na cabeça.’ Introduzindo-o imediatamente no quarto, onde se achava a senhora referida, aí penetrando, encontrou no centro do quarto uma cama de casal, na qual se achava a mulher deitada em diagonal na direita para esquerda e em decubito dorsal, tendo a seu lado direito um travesseiro estando a dita senhora vestida com uma camisa de dia, (...) que encontrou mais o dito quarto em completo desalinho estando o corpo da senhora completamente ensanguentado assim como a camisa que vestia, travesseiro, cama, lençóis, colchões, etc. que grande parte desse sangue já estava coagulado; que ele testemunha verificou que a senhora em questão estava ferida por bala sendo o orifício entrada pequeno, mais ou menos regular na região parietal esquerdo não havendo incrustação de pólvora, e o orifício de saída de forma estrelada, mais ou menos de três a quatro centímetros de diâmetro(...) Feito isso procedeu uma limpeza do rosto com água oxigenada e em seguida fez um injeção de óleo canforado e cafeína (...) limitando-se a fazer um curativo(...)”¹¹⁰

O depoimento de Dr. Silva Freire, apesar de extenso, é uma peça chave neste primeiro momento do caso da *Tragédia da rua Januzzi* por permitir restaurar alguns instantes anteriores à morte da vítima, ilustrando como este evento se desenrolara num dia, a princípio corriqueiro na vida do médico. Segundo o *Correio da Manhã*, este seria a primeira pessoa “que chegando ao teatro da tragédia, tinha a calma precisa para bem avaliar, para procurar compreender quanto ali ocorrera, porquanto, criados e parentes da morta estava todos dolorosamente impressionados”.¹¹¹ Se por um lado, as declarações do médico mobilizavam algumas cenas sangrentas – “o corpo da senhora todo ensanguentado” - por outro ela seria a principal fala na qual os jornalistas se apoiariam para defender a hipótese de homicídio. Para o médico da Assistência, o tiro fora dado do lado esquerdo do crânio da vítima, e como D. Edina era destra tal parecer confirmava a ideia de um assassinato. Além disso, o médico foi o primeiro a ter contato com Paulo Nascimento após a morte de D. Edina, podendo informar como o oficial se encontrara logo depois do falecimento de sua esposa. Em seu depoimento, Silva Freire afirmou que o tenente estava bastante agitado, suando abundantemente e que tendo em vista tal estado nervoso, o médico lhe ministrou como calmante uma dose de bromureto de potássio.

¹¹⁰ TRAGÉDIA CONJUGAL: continua o inquérito. *Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1914, p.9.

¹¹¹ O DESFECHO de um drama íntimo: continua o inquérito na delegacia do 10º distrito. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1914, p. 3.

A demora da obtenção dos resultados dos exames médicos legais fazia com que detalhes cada vez mais específicos do inquérito fossem publicados pelos jornalistas. Dentre estes, foram noticiados os critérios elaborados pelo Dr. Ayres Couto aos quais as análises da autópsia do cadáver de D. Edina deveriam responder para precisar a natureza da morte de D. Edina.

1. – Se pelo aspecto, caracteres e direção das lesões encontradas no cadáver de D. Edina podem os peritos conhecer com segurança se se trata de homicídio.
2. – Se nos dedos do cadáver são encontrados vestígios de pólvora deflagrada.
3. – Se o cadáver apresenta vestígios de luta.
4. Se são notados sinais de tentativa de estrangulamento.
5. Se os tiros foram disparados a queima roupa ou a distância.¹¹²

Desta forma, a partir das falas dos peritos, era disponibilizado ao leitor não apenas a narrativa da reconstrução do momento crime, mas também uma segunda história: os percalços de cada passo do inquérito, protagonizado pelo delegado Ayres Couto e pelos peritos e médicos legistas. Nas narrativas dos “crimes de sensação” eram evidenciados critérios, saberes e algumas novas técnicas modernas de investigação que a polícia buscava construir enquanto uma instituição moderna e capaz de reprimir as novas modalidades de crime presentes no final do século XIX e início do XX. O jornal *Correio da Manhã* defendia como estes saberes eram necessários para elucidação de crimes, que como o a *Tragédia da rua Januzzi*, se enquadravam no *hall* de crimes modernos e que exigiam novas técnicas para sua resolução:

“os ferimentos produzidos por arma de fogo, si já em outros tempos davam grande trabalho aos médicos-legistas para estudá-los, hoje com o aperfeiçoamento das armas modernas, tornam-se mais sérios, mais complicados à vista dos elementos novos dos domínios da pirotecnia militar, que vieram aumentar grandemente a dificuldade de suas pesquisas.”¹¹³

Uma técnica mobilizada para preservação de indícios, desenvolvida por Alphonse Bertillon, mostrava-se presente na composição das narrativas da

¹¹²TRAGEDIA CONJUGAL: continua o inquérito na delegacia do 10º distrito. *Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1914, p.9.

¹¹³ AINDA O drama da rua Januzzi. *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914, p. 5.

Tragédia da rua Januzzi. Recorrentemente indo aos locais de assassinatos e assaltos, Bertillon levava um câmera fotográfica em um tripé, capaz de obter um registro vasto do local do crime¹¹⁴. Câmeras fotográficas eram utilizadas para registrar elementos cuja memória podia apagar e indícios que o olhar humano podia não avistar num primeiro momento. No ano de 1913, nas palestras realizadas em Rio de Janeiro e São Paulo, Reiss dissertou sobre as novas técnicas utilizadas pela polícia no processo de preservação investigação criminal. A fotografia possuía o “grande conveniente de reconstruir permanentemente o local do crime, guardando todos os indícios que este contivesse”¹¹⁵. Além disso, este recurso técnico tornava possível “a análise da posição da vítima, impressões de sangue, impressões digitais, etc., permitindo estabelecer as distâncias e as reduções de objetos, dando de tudo um medida exata. A fotografia trazia o crime diante dos olhos, esclarecendo por completo as circunstâncias em que ele fora praticado.”¹¹⁶ As imagens do cadáver de Edina publicadas pelo *Jornal do Brasil* foram cedidas pelo Gabinete de Identificação e visavam justamente trazer o crime diante dos olhos dos leitores. De forma diferente da intenção da polícia científica que pretendia através da fotografia recuperar objetivamente indícios que pudessem revelar a forma e autoria do crime, o uso extensivo de imagens do cadáver e do local do crime nos impressos cariocas mostrava a amálgama criada pela imprensa entre o científico e o sensacional.

Em artigo no *Boletim Policial*, Elysio de Carvalho, diretor do Gabinete de Identificação, também dissertou sobre como as imagens da cena do crime serviam para reconstruí-lo de forma mais realística, promovendo sensações de horror naqueles que não acompanharam o inquérito:

A imagem fotográfica de um crime pode igualmente exercer uma influência psicológica, seja sobre o acusado, seja sobre os jurados. A narrativa mais bem feita não reproduzirá jamais tão fielmente os horrores de um assassinato quanto uma fotografia. Reproduzindo a fotografia exatamente os fatos reais, de certo, os jurados, porque não hajam assistido às constatações no local, têm o direito, no interesse do seu julgamento, de tomar deles conhecimento pela fotografia, e a acusação tem o dever de lhes

¹¹⁴ MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*, p. 217.

¹¹⁵ REISS, R.A. *Polícia Technica. Resumo das conferências realizadas no Rio*. Biblioteca do Boletim Policial: XXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 3.

¹¹⁶ REISS, R.A. *Polícia Technica. Resumo das conferências realizadas em São Paulo*. Biblioteca do Boletim Policial: IXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 6.

tornar possível o conhecimento exato do estado do lugar por meio de vistas fotográficas.¹¹⁷

De acordo com Elysio, as fotografias que pretendiam representar objetivamente os fatos reais do crime exerciam uma influência psicológica nos expectadores, por reproduzirem os horrores dos crimes com uma precisão que nenhuma narrativa textual teria alcance. Longe de se constituírem enquanto retratos imparciais e neutros da realidade, os recursos fotográficos de maior precisão encontravam receptividade entre os jornalistas por justamente poderem proporcionar ao público leitor os detalhes mais sombrios das cenas dos crimes.

No caso da *Tragédia da rua Januzzi* foram confeccionadas pelo serviço de fotografias judiciárias uma série de “imagens métricas do interior da casa onde se desenrolou a horrível tragédia e dos ferimentos encontrados no corpo da vítima, documentos estes de uma nitidez maravilhosa e de uma perfeição de detalhes completa”.¹¹⁸ Se por um lado, a folha elogiava os avanços tecnológicos, narrando os feitos da polícia científica, por outro, ao publicar as fotografias, reconstruía a cena do crime com um suposto grau de realidade, procurando justamente promover no público leitor sensações de fascínio, medo e horror.



O gabinete de estudo do tenente Paulo Silva

Imagem 4. Fotografia do gabinete de estudo do tenente Paulo. Jornal O Imparcial. 27 de janeiro de 1914.

¹¹⁷ CARVALHO, Elysio. Os métodos da polícia científica: a função da fotografia nos inquéritos judiciários. In: *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, abril, maio e junho de 1911, nº 12, 13, 14. P.308 – 318.

¹¹⁸ CRIME OU suicídio? A esposa de um tenente com crânio varado por uma bala. *O Imparcial*. Rio de Janeiro. 27 de janeiro de 1914, p. 3.

A imagem publicada pelo jornal *O Imparcial* retratava o gabinete de estudos da residência do casal Nascimento e Silva, no qual o oficial estivera momentos antes da morte de sua esposa. Com uma maior nitidez, a fotografia trazia aos leitores detalhes dos cômodos da casa e objetos pertencentes ao criminoso com o objetivo de recriar o local no qual se desenrolara a morte de D. Edina. Muito além de representar apenas fatos reais, a fotografia por excelência seria um recorte da realidade – que se pelos peritos era feito para encontrar indícios dos crimes – pelas folhas jornalísticas era apropriado com o intuito de trazer emoções de suspense ao público leitor. O fato d’*O Imparcial* ter conseguido exclusivamente uma das fotografias tiradas pelo serviço de fotografias judiciais pode ser explicado justamente pela associação do periódico com Elysio de Carvalho, diretor do Gabinete de Identificação que mantinha uma coluna no jornal.

Desta forma, frente ao fluxo de modificações presentes no bojo da modernidade – que incluíam desde as transformações urbanas até as tecnologias utilizadas pela polícia - as narrativas sensacionais tornavam inteligível à sociedade carioca todo um contexto urbano turbulento e de difícil apreensão. Na medida em que as folhas jornalísticas lançavam mão de estudos médico-científicos, buscando fornecer legitimidade às suas notícias, os repórteres não só evidenciavam os avanços da polícia científica, mas apropriavam-se destes discursos, criando uma um espaço difuso do científico e o sensacional.

2.3. Os limites do conhecimento científico

Seis dias se passaram desde a morte de D. Edina e os médicos legistas convocados pela polícia, Dr. Suzanno Brandão e Dr. Sebastião Côrtes, não haviam ainda formulado um parecer conclusivo sobre o caso. Um outro elemento mostrava-se como um complicador da análise: a existência de um segundo ferimento de bala presente no pulso de Edina. Caso a vítima tivesse se ferido primeiramente no pulso, como teria tido forças para dar o segundo tiro na cabeça? E, ao contrário, se a primeira tivesse atingido a cabeça, como teria conseguido alvejar o próprio pulso?

Sem informações concretas, o jornal *O Paiz* procurou discutir este ponto do caso, desenvolvendo estratégias próprias para trazer respostas aos leitores. A

primeira hipótese colocada pelo jornal era que D. Edina “depois de tentar estrangular-se houvesse se deitado passando o braço esquerdo pela frente do rosto e posto a mão mais ou menos na parte direita.”¹¹⁹ O mesmo poderia ter ocorrido se durante a discussão, “num gesto de defesa”¹²⁰, a vítima tivesse colocado a mão esquerda no lado direito da cabeça. Como a bala entrara pelo lado esquerdo do crânio e atingira também o pulso do mesmo lado do corpo da vítima, o jornal descartava a hipótese de suicídio. Tendo em vista os pequenos detalhes que modificavam as hipóteses, *O Paiz* lançou mão de um recurso interessante para ilustrá-las: publicou desenhos que representavam a postura de D. Edina no momento de sua morte. No entanto, por um erro de edição, os desenhos só foram impressos no dia seguinte.



Imagem 5. Desenhos da postura de Edina no momento de sua morte. Jornal *O Paiz*, 30 de janeiro de 1914.

O uso de desenhos pela folha *O Paiz* demonstrava como mesmo o jornal que era conhecido como um diário conservador por utilizar poucos recursos gráficos¹²¹ também se adaptava às novas formas de publicações impressas¹²². O recurso imagético constituía-se enquanto um atrativo aos leitores por simular a

¹¹⁹ A DERRADEIRA contenda: o caso da rua Januzzi. *O Paiz*, 28 de janeiro de 1914, p. 4.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, p.47.

¹²² Ibid. *Historia Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*, p.125.

postura da vítima no momento em que era alvejada por uma bala de revólver. Além disso, os desenhos pretendiam facilitar os debates sobre a relação da trajetória da bala e a identificação da natureza da morte de Edina a um público leitor mais amplo. Em relação às demais folhas, *O Paiz* e *O Imparcial* privilegiavam as discussões e informações de médicos-legistas enquanto fios condutores de suas narrativas jornalísticas. Se pelo primeiro, a adoção destes saberes justificava-se pela folha adotar um perfil mais conservador de jornalismo; já o segundo diário contava com a colaboração de Elysio de Carvalho, diretor do Gabinete de Identificação, como um comentador do caso. De forma diferente, as folhas *A Época*, *Correio da Manhã* e *A Noite* privilegiavam usos de vocabulários emocionais e os testemunhos sobre a vida conjugal do casal¹²³, buscando alcançar um público mais amplo de leitores através de uma narrativa mais sensacional.

Precisar a trajetória da bala no crânio da vítima mostrava-se um desafio que se cumprido poderia elucidar se a esposa de Paulo havia tirado a própria vida ou sido assassinada. No entanto, as anteriores afirmações categóricas como “D. Edina foi matematicamente assassinada” davam cada vez mais lugar a declarações evasivas, fazendo com que as dúvidas se acumulassem nos jornais. Por mais que os jornalistas buscassem compor uma versão da morte da esposa de Paulo enquanto um homicídio, a declaração inicial de Dr. Rego Barros - que caracterizava a morte de D. Edina enquanto um assassinato matemático - indicava desde o início um conflito no desenvolvimento das análises periciais. Havia muitos indícios da possibilidade do assassinato da vítima, mas por mais que se quisesse fornecer uma legitimação científica à versão do assassinato, não havia provas concretas contra o tenente. Após acompanharem uma visita ao Gabinete Médico Legal, os jornalistas do *Correio da Manhã* se depararam com uma virada na história da *Tragédia da rua Januzzi*. Prática até então recorrente, estes profissionais saíam muitas vezes das mesas das gazetas e assumiam papéis de detetives, assistindo inquéritos e diligências feitas pela polícia. Numa conversa que se desenrolava no necrotério, os médicos-legistas Drs. Julio Brandão e Sebastião Côrtes hesitaram em afirmar que D. Edina havia sido assassinada. E, ao serem questionados por um dos presentes, os profissionais discordaram da avaliação do médico da Assistência, Dr. Silva Freire, afirmando que nada garantia

¹²³ No segundo capítulo deste trabalho será analisado como estas folhas faziam um uso de vocabulários emocionais na construção das narrativas do crime.

que o ferimento de entrada do projétil tivesse sido feito do lado esquerdo da cabeça da vítima, pois o estado do crânio impedia a realização de uma análise precisa.

- “- Para mim, dizia o cavalheiro a que acima nos referimos, o tenente atirou contra a esposa.
- Em que se baseia a sua opinião? Pergunta-lhe o Dr. Julio Brandão
- Principalmente no fato de ser o ferimento produzido da esquerda para a direita e de traz para a diante.
- Em quem lhe disse isso?
- É o que está no domínio público.
- Pois fique sabendo, atalhou o Sr. Sebastião Cortes, que o ferimento podia muito bem ter sido feito da direita para a esquerda.
- Então o doutor admite a hipótese do suicídio?
- Por que não?
- Por que não? – inquiriu (ilegível) Brandão.
- Dizem, doutor, que o ferimento estrelado encontrado do lado direito do rosto da D. Edina era maior do que o quem lhe ficava à esquerda, que era circular; daí a convicção de que o projétil saíra pela direita.
- É uma temeridade afirmar-se isso, obtemperou o Dr. Julio Brandão.
- O ferimento que alude o senhor, diz o Dr. Sebastião Corrêa, encontrado à direita, era irregular na superfície, nas partes moles para baixo era mais ou menos circular. Depois, tanto de um lado como o do outro, o projétil tanto ao penetrar e ao sair, atravessou os ossos mais frágeis do crânio.
- Então o doutor admite o suicídio...
- Perfeitamente. ¹²⁴

Neste fragmento, os médicos colocaram em discussão o principal elemento que até então embasava a hipótese do homicídio de D. Edina: a diferença dos formatos e tamanhos dos ferimentos presentes no crânio da vítima, considerados como fundamentais para elucidação da trajetória da bala. Se para o Dr. Silva Freire o ferimento maior e estrelado do lado direito do crânio indicava que este era o local de saída da bala, para os médicos-legistas responsáveis pela autópsia, a irregularidade de seu formato na superfície não permitia a indicação da trajetória. Para estes peritos, tornava-se admissível que em momento de extremo estado nervoso, D. Edina tivesse colocado sua mão esquerda no lado direito da cabeça e ao desfechar o tiro no lado direito do crânio, a bala teria atingido seu pulso esquerdo.

¹²⁴ AINDA O drama da rua Januzzi. *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914, p. 5.

Ao demonstrarem possibilidade da ocorrência de um suicídio, os Drs. Julio Brandão e Sebastião Cortes refutavam análises dos Drs. Rego Barros e Attila Torres que também se constituíam enquanto autoridades do campo científico. O repórter do jornal *A Noite* afirmou que lhes custava compreender como os médicos legistas não conseguiam dar um parecer conclusivo da autópsia do cadáver. Segundo o jornal, “O Drs. Rego Barros e Attila Torres, ambos médicos legistas, com a mesma autoridade dos Drs. Brandão e Cortês, já afirmaram ter a bala penetrado do lado esquerdo. São pois duas opiniões contra outras duas.”¹²⁵ Neste momento, inicia-se um debate para além da elucidação da natureza da morte de D. Edina, que questionava o estatuto de verdade ao qual o conhecimento científico se pretendia. Se dois médicos avaliavam de forma contundente que os vestígios presentes na cena do crime indicavam que ocorrera um homicídio e dois médicos distintos pelos mesmos elementos afirmavam que poderia ter ocorrido um suicídio, como seria possível alcançar a verdade sobre a natureza da morte de qualquer vítima? As análises dos médicos legistas elaboradas a partir de um pensamento racional e métodos científicos, de fato, possuiriam um “estatuto de verdade”¹²⁶?

O jornal *O Paiz*, após a declaração dos médicos legistas, escrevera que era “imensamente desagradável salientar o procedimento de profissionais no assunto, em desacordo com tudo o que há de mais lógico neste mundo”¹²⁷. A folha ainda afirmava que “raras vezes, raríssimas vezes, o gabinete médico legal quando era chamado para dar sua opinião sobre casos em que sua palavra era efetivamente necessária e elucidativa, ele o fazia de modo positivo”¹²⁸. As críticas direcionavam-se principalmente aos peritos, desqualificando a competência destes profissionais: “que um leigo diga isso, uma coisa que chega parecer incrível, vá; mas, médicos da nomeada dos Drs. Suzano Brandão e Sebastião Côrtes, nunca. Qualquer estudante do 3º ano de medicina pode dizer, com precisão, por onde entrou uma bala e por onde saiu.”¹²⁹

¹²⁵ O TRAGICO caso da rua Januzzi: todos querem dar sua opinião. *A Noite*, 29 de janeiro 1914, p.2.

¹²⁶ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, p.17.

¹²⁷ A DERRADEIRA contenda: surgem insinuações. *O Paiz*, 30 de janeiro de 1914, p.4.

¹²⁸ A DERRADEIRA contenda: ainda a tragédia da rua Januzzi. *O Paiz*, 01 de fevereiro de 1914, p.4.

¹²⁹ Idem.

Enquanto o *Jornal do Brasil*, *A Época* e *O Imparcial* silenciaram acerca dessas novas declarações dos peritos – aguardando a elaboração do laudo médico legal oficial - o jornal *A Noite* publicou a seguinte charge na coluna *Semana a Lápis – Conversas Fiadas*:



Imagem 6. Charge sobre a ação dos médicos legistas. Jornal *A Noite*. 02 de fevereiro de 1914, p. 1.

Ao representarem o “delegado”, o “médico-legista” e “Sherlock” enquanto sarcófagos e afirmarem que “na polícia havia certas preciosidades que seria de justiça trancafiá-las na sessão egiptológica do Museu Nacional”¹³⁰, o chargista Seth criticava os métodos de elucidação e repressão de crimes, considerando-os ultrapassados e ineficientes. Para o jornal, a incapacidade de precisar a natureza da morte de D. Edina demonstrava como o corpo policial carioca e os peritos médicos legistas usavam técnicas obsoletas, sendo dignos de serem catalogados enquanto peças de museu.

Os ataques dos jornalistas às declarações dadas pelos médicos-legistas do Gabinete de Identificação mostravam as resistências ao avanço do conhecimento científico no campo jurídico policial no início do século XX. No Brasil, o processo de transformação do meio urbano em alvo da reflexão científica,

¹³⁰ SETH, *Semana a lápis*. *A Noite*, 02 de fevereiro de 1914. p. 1.

chamado de “medicalização da sociedade”¹³¹, foi marcado pela atuação destes profissionais em diferentes campos de ação social. Cientistas atuavam tanto como planejadores urbanos quanto em questões epidêmicas e clínicas ligadas à saúde. Este processo de ampliação da atuação da medicina enquanto “medicina social” pretendia constituir tais saberes como “um apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado”¹³². No entanto, longe de se constituir enquanto um projeto unívoco pelo qual se orientava os mais distintos campos de controle social¹³³, os saberes científicos eram objeto de controvérsias e resistências, cuja ação estava sempre submetida a tensões e conflitos com diferentes atores sociais. Se os diários cariocas muitas vezes apropriavam-se destes discursos, defendendo um processo civilizatório do meio urbano carioca, as folhas também assumiam posturas críticas frente à atuação de médicos e cientistas. As declarações jornalísticas contra os peritos e médico-legistas envolvidos no caso da *Tragédia da rua Januzzi* demonstram como a imprensa não apenas referendava discursos científicos, construindo uma “unidade discursiva em torno de um só projeto político.”¹³⁴ Pelo contrário, a polifonia características das narrativas jornalísticas evidenciava disputas presentes no bojo da sociedade carioca do início do século XX, no limite em que as discussões auxiliavam na composição das notícias e conjugavam com a linha editorial do jornal.

Tomando a frente das críticas à polícia e aos médicos legistas que lideravam o inquérito da *Tragédia da rua Januzzi*, os profissionais do jornal *A Noite* lançavam mão de diferentes estratégias para legitimar a versão do assassinato de D. Edina. O repórter policial desta folha consultou os trabalhos de Dr. Afrânio Peixoto sobre as dificuldades de identificação das mortes causadas por suicídio ou assassinato. Discípulo de Nina Rodrigues e professor da disciplina de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Afrânio foi um dos principais expoentes responsáveis pela construção do campo da criminologia na capital federal. Com sua tese inaugural *Epilepsia e Crime*, o intelectual tornou-se uma figura central na introdução das teorias lombrosianas no Rio de Janeiro, defendendo o papel do médico enquanto profissional capaz de determinar

¹³¹ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, p.155.

¹³² MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, p.156.

¹³³ BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*, p. 119.

¹³⁴ Idem.

o grau de responsabilidade criminal de um indivíduo.¹³⁵ De acordo com o jornal *A Noite*, Afrânio defendia que tiros dados a pequenas distâncias deixavam vestígios como “pelos queimados, tatuagens de grãos de pólvoras, enegrecimento em torno das feridas” - elementos que não foram encontrados no corpo de D. Edina. Além disso, o jornal colocara em destaque a declaração do médico que afirmava que “com tiros à distância sucede o contrário: o orifício de entrada é menor do que o de saída.”¹³⁶ Como D. Edina não era canhota e o ferimento do lado direito do crânio era menor que o esquerdo, a folha buscava demonstrar, através do estudo de uma autoridade consolidada no campo da criminologia, que o tiro teria sido dado à distância e não a queima roupa.

Membro da Academia Brasileira de Letras, Afrânio Peixoto foi também retratado no romance de Lima Barreto, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, como o especialista Franco de Andrade. Na obra era descrito como “um jovem doutor, grande prêmio da Faculdade da Bahia, literato, alienista e clínico ao mesmo tempo (...) Além de médico do Hospício, legista da Polícia, era subdiretor da Saúde Pública. Escrevera um volume de poesias místicas(...) Era idealista em verso; em prosa, positivista”¹³⁷. Ao relatar a dinâmica de uma gazeta jornalística durante a publicação de um “crime de sensação”, Lima Barreto destacava a presença de Franco de Andrade - consultado justamente em um momento de impasse, no qual se tentava descobrir a identidade de dois cadáveres encontrados sem as cabeças. O médico, com “ares doutorais”¹³⁸, citava diferentes autoridades no assunto, lançando mão de conhecimentos do campo da antropometria criminal para impressionar os jornalistas. No mesmo dia, as declarações de Franco de Andrade foram publicadas e o médico foi escalado pelo Chefe de Polícia para o estudo antropológico dos cadáveres do crime descrito pelo escritor. Um dia depois a folha publicava o laudo na íntegra fornecendo amplos elogios ao médico.

Assim como no caso da *Tragédia da rua Januzzi*, as declarações de Franco de Andrade não contribuíram diretamente para elucidação do crime em questão. Pelo contrário, no romance, as análises do médico indicavam que os assassinados eram dois mestiços enquanto, na verdade, se tratavam de duas pessoas de

¹³⁵ SALES, Fernando. *Aspectos da Vida e Obra de Afrânio Peixoto*.

¹³⁶ O TRAGICO caso da rua Januzzi: o que diz o senhor Afrânio Peixoto. *A Noite*. Rio de Janeiro. 30 de janeiro de 1914, p.1.

¹³⁷ BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, p.145.

¹³⁸ Idem.

nacionalidade italiana. A identificação dos assassinados ocorrera por um acaso. Um dono de hotel que tivera um dos seus quarto ocupados por um casal desconfiou que estes eram um dos assassinados. Através da figura de Franco Andrade, o escritor Lima Barreto desenvolvia uma crítica ao estatuto de objetividade e imparcialidade do saber científico, por tais discursos recorrentemente legitimarem associações de práticas criminais a grupos pobres e negros¹³⁹. A personagem inspirada na figura de Afrânio Peixoto também demonstrava a articulação entre peritos e jornalistas tendo em vista benefícios de ambas as partes. Na medida em que o médico fornecia saberes específicos do campo da medicina legal aos jornalistas – desconhecidos por repórteres, porém consideradas fundamentais para elucidação do crime – o criminologista se promovia no cenário jurídico-policial carioca. No entanto, no contexto da *Tragédia da rua Januzzi*, Afrânio Peixoto já se constituía enquanto uma referência no campo da medicina legal. E, por mais que o jornal *A Noite* buscasse transformar seus estudos em declarações que confirmassem o homicídio de Edina, estes se tratavam de trabalhos desenvolvidos anteriormente ao caso.

Entretanto, a articulação entre peritos e jornalistas pode ser pensada para outro personagem envolvido na elucidação do crime. Um dia antes, *O Paiz* publicou uma declaração de outra autoridade que dava também suas impressões sobre o caso: o diretor do Gabinete de Identificação, Elysio de Carvalho. Anterior às declarações do Drs. Brandão e Côrtes, que levantavam a hipótese de suicídio, a fala de Elysio defendia categoricamente:

“ que a entrada da bala, provado como está, do lado esquerdo do crânio, e a saída pelo lado direito, de trás para frente, e de cima para baixo, seria já suficiente prova se não houvesse outra prova esmagadora que é a do aspecto dos bordos da ferida. Se se tratasse de um suicídio fatalmente teria ficado o sinal mais evidente constante do que se chama tatuagem produzida pela deflagração da bala.”¹⁴⁰

Se no momento da publicação a fala de Elysio vinha confirmar a hipótese de homicídio defendida pelo jornal, sua contraposição às declarações dos médicos Brandão e Cortês só contribuíram para um quadro maior de descrédito do discurso

¹³⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. Desilusões de um provinciano: a capital federal nas Recordações do escrivo Isaiás Caminha. In: Magali Engel; Maria Letícia Correa; Ricardo Augusto dos Santos. (Org.). Os intelectuais e a cidade (séculos XIX e XX), p. 159-177.

¹⁴⁰ O CASO da rua Januzzi: Depoimentos importantes. *A Noite*, 30 de janeiro de 1914, p.3.

científico e dos profissionais envolvidos na apuração do caso. As versões desconstruídas sobre a morte de D. Edina geraram um ofício escrito por Francisco Valladares, chefe de Polícia, reproduzido pelos jornais - no qual afirmava que dado “o fato de serem pela imprensa atribuídas sem contestação a médicos legistas, no curso de exames periciais, declarações extemporâneas e inconvenientes aos fins da Justiça,” era recomendável que a partir de então fosse assegurado o sigilo das perícias médicas legais.¹⁴¹.

O pedido de sigilo nas investigações foi respondido por Elysio de Carvalho em um ofício publicado nos jornais *O Imparcial e Correio da Manhã*, no qual o diretor do Gabinete de Identificação negou ter dado qualquer declaração à imprensa. Pelo contrário, em sua defesa, Elysio dissertou sobre como a reserva e o sigilo seriam características essenciais e pré-requisitos para a prática dos serviços do seu cargo. No entanto, torna-se interessante pensar como Elysio de Carvalho que publicava comentários ácidos sobre a atuação dos médicos legistas - sob o pseudônimo de Dr. Dupont - de fato prezava pelo sigilo para falar sobre o caso. Tendo em vista a sua posição profissional de diretor do Gabinete de Identificação, a carta mostrava uma postura dissimulada do intelectual, pois este recorrentemente fazia observações sobre *A Tragédia da rua Januzzi*, mascarado pela figura de seu pseudônimo.

A imprecisão dos pareceres e incoerências dos peritos gerou também inquietação no público leitor, sendo publicada pelo jornal *A Noite* uma extensa carta assinada por A. B. criticando as evasivas declarações dos médicos legistas.

Aventada a hipótese de suicídio pelos próprios médicos legistas, conforme a fidedigna narração exarada no *Correio da Manhã* de ontem, pergunta-se: a simples inspeção da arma e da capsula deflagrada não poderiam esclarecer suficientemente o caso?

O conhecimento dos efeitos produzidos pelo disparo da pistola “Vespa” será coisa tão difícil que não tenha ocorrido aos profissionais médicos, as experiências que possam conduzir à verdade? (...)

Sabido que a epiderme no rosto da desventurada D. Edina não apresenta vestígios de pólvora queimada, na região onde penetrou o projétil, pergunta-se: podem os Srs. médicos legistas argumentar com as possibilidades negativas, quando uma simples experiência positiva deveria tirar a justiça médica de inconveniente perplexidade? (...)

¹⁴¹ O DESFECHO de um drama íntimo: continua o inquérito na delegacia do 10º distrito. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1914, p. 3.

A simples experiência com as capsulas adequadas a essa arma poria remate à questão. Não é preciso a palavra ou a autoridade de um perito de tiro ao alvo ou hábil manejador de pistola, cinco ou seis disparos, a diferentes distâncias variando entre 1 a 10 centímetros (espaço médio conservador nos suicídios) sobre alvo ou tela branca faria luz definitiva sobre o caso. (...)

A experiência sobre a tela branca daria o resultado positivo e conviria que o público a ela assistisse, pois tem o máximo interesse em conhecer a veracidade do que se lhe afirma, em nome dos comezinhos princípios científicos, alias de tão fácil demonstração.¹⁴²

Na carta, A. B. duvidava das dificuldades enfrentadas pelos médicos legistas, Suzanno Brandão e Sebastião Cortes, para precisar a natureza da morte de D. Edina. Para o leitor, o mistério da *Tragédia da rua Januzzi* poderia ser facilmente solucionado através da inspeção da arma do crime, sendo realizada uma experiência com a pistola sobre uma tela branca. A realização de um experimento mostraria empiricamente como teria ficado o ferimento no crânio de D. Edina, tanto no caso de ter sido disparado a uma longa ou pequena distância pela pistola. Para o leitor, a escolha por este procedimento de qualidade empírica seria superior ao parecer dos peritos, que mesmo na qualidade de renomadas autoridades não teriam tido capacidade de elucidar o caso em questão. Desta forma, A. B. contestava o grau de autoridade dos médicos, afirmando que o fato de não obterem uma resposta conclusiva pela autópsia tratava-se muito mais de falta de persistência e esforço dos peritos do que limites dos saberes científicos.

As cartas de leitores são objetos complexos ao nos debruçarmos sobre a polifonia característica das narrativas jornalísticas. Por um lado, tal material pode ser analisado como uma via que nos permite ter contato com as vozes de segmentos sociais até então alijados do recente sistema político republicano. Eduardo Silva¹⁴³ ao tomar como objeto de estudo a coluna “As queixas do povo” do *Jornal do Brasil* demonstra como comerciantes, modestos funcionários públicos e até mesmo prostitutas reconheciam determinados direitos e recorriam a alguns jornais para reivindicá-los oralmente, tendo suas queixas registradas por jornalistas. A presença destas vozes nos periódicos nos permite tangenciar personagens que pouco deixaram vestígios escritos para os historiadores e que

¹⁴²O DESFECHO de um drama íntimo: Dr. Aristides Caire fala ao ‘Correio’ desmente o depoimento de d. Alcina Nabuco, que acusou sua irmã Albertina e o tenente Paulo. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1914, p. 4.

¹⁴³SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*.

colocavam sua perspectiva e reivindicações frente aos problemas de cidadania que enfrentavam. No entanto, o estudo de Ana Porto¹⁴⁴ fornece uma segunda possível dimensão de análise, ao demonstrar que determinadas participações de leitores não correspondiam a reais intervenções do amplo público leitor, mas chegavam a ser forjadas por jornalistas. Analisando a “Carta de um malandro” publicada no jornal *Estado de São Paulo*, a autora comprova que esta fora forjada pelo escritor Valetim Magalhães, que tratava literariamente do tema da ociosidade, objeto de grande polêmica durante o período da Primeira República brasileira.

Tal ressalva metodológica não pretende descartar as cartas de leitores enquanto elementos que marcavam o caráter polifônico das narrativas jornalísticas, mas atentar para que tais documentos que eram selecionados de acordo com a linha editorial do jornal, poderiam não necessariamente corresponder à recepção das notícias de leitores de um público comum. No caso de A.B., esta questão fica muito clara, pela própria linguagem e conhecimentos específicos em experiência balística demonstrados pelo autor. O texto caracterizava-se mais como uma controvérsia médica do que a recepção de um leitor comum sobre o caso. Por mais que selecionada e consonante com o que a folha publicava, a carta de A. B. demonstra como os jornais lançavam mão de diferentes vozes para construção dos “crimes de sensação”, constituindo-se enquanto um espaço no qual múltiplos atores sociais recorriam para se fazer ouvir. O texto em questão demonstra como os procedimentos dos peritos no caso da *Tragédia da rua Januzzi* tornavam-se objeto de discussão por diferentes pessoas, podendo até ser resolvido, segundo A.B, com uma simples experiência de tiro em uma tela branca. Ao apontar a possibilidade de elucidação do crime através de métodos distintos, o leitor indicava que ausência de resultados dos peritos devia-se ao desconhecimento dos “verdadeiros” experimentos que seriam capazes de elucidar o crime. Longe, de destituir o saber científico de algum estatuto de verdade, ao diminuir a atuação dos médicos-legistas, A.B. reivindicava-se para si e para os métodos de análise defendidos uma legítima cientificidade.¹⁴⁵

¹⁴⁴ PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*.

¹⁴⁵ Sobre controvérsias médicas e as estratégias argumentativas utilizadas por cientistas, ver: CARRETA, Jorge Augusto. Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia. *Historia, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul-set,2011, p.677-700.

Para além dos debates envolvendo especialistas em medicina legal, outro ator social também recorria às folhas jornalísticas com o intuito de participar das discussões sobre a identificação da natureza da morte de D. Edina. Sob o título *Uma carta interessante*, o jornal *Correio da Manhã* publicou uma segunda carta de um leitor cuja opinião era dissonante daquelas que os diários defendiam sobre a morte de D. Edina. Assinando como primeiro tenente de Artilharia, um oficial do Exército vinha defender a legitimidade dos pareceres de Drs. Suzanno Brandão e Sebastião Cortes, dizendo que “teve a satisfação de ver que o laudo dos médicos legistas estava de perfeito acordo com seu modo de pensar”¹⁴⁶. Segundo o oficial, era impossível precisar o orifício de entrada e saída da bala, pois pela natureza da pólvora “era natural que não ficassem vestígios na epiderme do rosto” e as deformações encontradas do lado direito do crânio se deviam “ao contato da arma com o corpo humano”.¹⁴⁷ Lançando mão de todo um conhecimento especializado - aprofundado pelo exercício de sua profissão - a carta do 1º tenente de artilharia vinha reclamar a inocência de Paulo do Nascimento, como um “soldado distinto”, envolvido em um drama familiar. A publicação da carta do oficial evidenciava, por um lado, tanto o caráter polifônico do jornal *Correio da Manhã* - por ser a primeira voz defensora do tenente que tivera espaço nos periódicos nesta etapa inicial do caso - quanto uma estratégia da folha de contornar as próprias declarações antes dadas que defendiam que a morte de D. Edina se tratava de um assassinato. Mesmo com a grande quantidade de críticas ao oficial Paulo, a carta do 1º tenente de artilharia demonstrava o reconhecimento do leitor das colunas dos jornais como espaços de visibilidade e de disputa simbólica, sendo a única forma de melhorar a imagem do tenente frente à opinião pública.

O laudo da autópsia oficial foi publicado na íntegra nas folhas analisadas no dia 3 de fevereiro – com exceção da folha vespertina *A Noite*, que o publicara na sessão “A Última Hora” do dia anterior – contando com três pontos principais: inspeção externa, inspeção interna e uma análise da cavidade abdominal do cadáver. Tornava-se público e oficial, então, que os peritos esquivavam-se de responder ao primeiro quesito proposto pelo delegado que questionava se de fato ocorrera um homicídio. Obviamente, o resultado final da autópsia não foi bem

¹⁴⁶O DESFECHO de um drama íntimo: foi exumado ontem o cadáver de D. Edina. *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1914, p. 3.

¹⁴⁷ Idem.

acolhido pelos pelas folhas cariocas. Se o jornal *A Noite* o considerou “uma peça amorfa”¹⁴⁸, *A Época* o caracterizou como “incompleto, deficiente, incapaz de orientar a justiça.”¹⁴⁹ A ideia que o laudo da autópsia seria uma peça do inquérito insuficiente para esclarecer e orientar juízes e jurados já iniciava um debate sobre qual seria o lugar destes profissionais no campo jurídico policial. Se os profissionais forneciam um laudo médico-legal evasivo, eles cumpriam seu papel de “esclarecer a justiça no seu julgamento”¹⁵⁰?

Tais perguntas não só alimentavam o debate, mas também as críticas da imprensa, que para além do descrédito com os peritos, aprofundavam o debate sobre quais saberes e profissionais deveriam ser considerados autoridades no campo jurídico. O repórter policial do jornal *O Paiz* não poupou declarações sobre o laudo e ao afirmar que este era uma “peça sem valor”¹⁵¹ questionava em que medida as análises desenvolvidas pelos peritos avançavam frente às declarações já publicadas pela própria folha:

Que D. Edina era branca, que estava envolta em lençol e colcha brancos, e que tinha equimoses aqui e acolá (...) que era gorda e teria morrido, isto já estamos fartos de saber e, vendo-a, sem sermos médicos, contamos tudo aos leitores. (...)

Que disseram eles?

A mesma coisa que todos nós já estávamos fartos de saber, acrescentando aqui ou ali um coágulo de sangue, em todo o laudo uma porção de palavras que os leigos não sabem o que significam, mas que tem sido a mesmíssima coisa que temos noticiado desde que vimos o cadáver¹⁵².

Neste fragmento o jornalista responsável pela sessão das notícias de crime de *O Paiz* não somente desvalorizava o parecer dos legistas, mas desqualificava a autoridade dos médicos-legistas no campo jurídico policial. Segundo o repórter, as conclusões a que os peritos chegaram já haviam sido noticiadas pelos próprios jornalistas desde que estes viram o cadáver, porém sem um tipo de linguagem científica utilizada propositalmente para afastar leigos e consolidar uma

¹⁴⁸ A TRAGEDIA da rua Januzzi: o tiro foi da esquerda para direita. *A Noite*, 04 de fevereiro de 1914, p.2.

¹⁴⁹ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*. 03 de fevereiro de 1914, p.3.

¹⁵⁰ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*. 03 de fevereiro de 1914, p.3.

¹⁵¹ A DERRADEIRA contenda: Ainda a tragédia da rua Januzzi. *O Paiz*, 03 de fevereiro de 1914, p.3.

¹⁵² A DERRADEIRA contenda: ainda a tragédia da rua Januzzi. *O Paiz*. Rio de Janeiro. 03 de fevereiro de 1914, p.3.

autoridade no campo. Visto que muitas jornalistas saíam dos espaços das gazetas, assumindo uma postura detetivesca, o repórter da folha buscava equiparar-se aos peritos, colocando no mesmo patamar os discursos científicos e o da imprensa.

As disputas de autoridade sobre qual profissional deveria ser o responsável por indicar a natureza e autoria de um crime encontraria ressonância em uma sessão separada do noticiário criminal do jornal *A Noite*. O redator da folha publicou uma carta de um leitor que não somente questionava a capacidade dos peritos envolvidos no caso, mas também afirmava que a autoridade dos juristas é que deveria ser acatada no terreno jurídico-policial:

“A determinação do fato – si é assassinato ou suicídio – depende de um conjunto de circunstâncias já existentes nos autos e que devem ser deduzidas, concatenadas pelas autoridades judiciárias (promotor e juiz) não devendo cair sob a inspeção dos peritos. A questão cuja solução compete ao jurista e não ao médico, que nada entende de prova muda, de prova *indiciaria*, qualitativo este que vem de *índex*, que mostra, que aponta. Assim, pois andaram bem os peritos não formando em consideração o quesito referido. – Vosso constante leitor. Dr. Jorge Silvedo.”¹⁵³

A declaração de Jorge Silvedo traz a tona um problema central neste trabalho. Ao longo do século XIX, os tribunais brasileiros já se constituíam enquanto uma arena de difusão de saberes científicos¹⁵⁴. Os procedimentos periciais passavam a ocupar lugar de destaque nos espaços dos tribunais do júri enquanto elementos fundamentais e capazes de trazer a tona uma verdade objetiva dos fatos julgados. Os pareceres dos peritos envolviam análises individualizadas tanto de criminosos, quanto da vítima e do local do crime, pretendendo revelar elementos que somente com saberes especializados e o olhar acurado do profissional poderiam ser compreendidos. As análises produzidas pela perícia diferenciavam-se dos saberes de advogados e juízes que se baseavam no domínio dos conteúdos das leis, dos códigos ou regras de condução do processo¹⁵⁵. Através de experimentos, as figuras dos peritos ganhavam proeminência nos tribunais brasileiros pela promessa de imparcialidade e objetividade de suas análises¹⁵⁶. No entanto, tal avanço científico mesmo nos tribunais não se constituía enquanto uma

¹⁵³ Dr. Jorge Silvedo. O caso da rua Januzzi e a opinião pública. *A Noite*. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1914, p. 5.

¹⁵⁴ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*, p. 97.

¹⁵⁵ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Op cit.* p. 98

¹⁵⁶ Idem.

expansão do discurso médico-científico que não encontrava resistência. O que o leitor colocava em discussão nesta carta era a disputa entre médicos e juristas pela autoridade de designar a natureza e a responsabilidade da morte de uma vítima, demonstrando um movimento de oposição a esta onda de novas ideias que chegavam ao espaço brasileiro. Para Jorge Silvedo, o parecer dos médicos era evidentemente inconclusivo, pois estes profissionais nada entenderiam de prova indiciária, cabendo ao promotor e ao juiz a determinação da autoria da morte da vítima.

No entanto, a demarcação de território feito pelo leitor Jorge Silvedo ao defender a designação de autoridade proeminente às figuras dos juristas no campo jurídico foi contestada por médicos que se recusavam ao espaço de um mero assistente técnico. No mesmo mês que ocorrera o assassinato de D. Edina, o médico legista Miguel Salles publicou um artigo no periódico especializado chamado *Boletim Policial*, afirmando que os pareceres inconclusivos não representariam a falência da ciência. Pelo contrário, a medicina legal se distinguiria dos demais campos por ser por excelência uma ciência de reservas:

“A medicina legal é, disse Nina Rodrigues, uma ciência de reservas. Isto que para muitos poderia parecer exagerado ou inverídico é até certo ponto um fato positivo. A medicina legal ama as probabilidades, as presunções, as dúvidas ou questões dubitativas. Curioso notar que as dúvidas são mais comuns, onde a medicina legal encontra-se mais adiantada. Pode-se dizer, pois que o grau de maior ou menor positividade é uma padrão por onde se afere a cultura médico-legal de um povo. No nosso meio, porém a medicina legal é pouco reservada, não conhece meio termo, gosta de coisas pouco positivas, ou é por princípio negativista. Mas do que isso suas reservas são injustificáveis.”¹⁵⁷

Desta forma, Miguel Salles buscava defender a autoridade da medicina legal no campo jurídico demonstrando que as dúvidas e reservas presentes em pareceres não deslegitimariam o estatuto de verdade a que este saber científico se pretendia, pois seria uma característica própria deste campo de conhecimento. Ao contrário, segundo o médico, a maior incidência de dúvidas nos pareceres ocorreria onde a medicina legal seria mais desenvolvida. A incompreensão da hesitação dos médicos legistas demonstrava como seriam os leigos que não teriam

¹⁵⁷Miguel Salles. Medicina legal, especialmente no Rio de Janeiro. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, n. 8, jan. 1914, p.8.

alcançado ainda a evolução do campo da medicina legal ao questionarem seus pareceres reticentes. Para o autor, a recorrência às autoridades judiciárias nos casos em que os laudos dos médicos legistas eram inconclusivos era algo altamente prejudicial ao exercício da justiça. Diferente dos peritos que mobilizavam todo um método científico, os advogados lançavam mão apenas de sua opinião e seria a partir deste simples elemento que os tribunais se baseariam e elaborariam vereditos.

Nos tribunais as coisas se passam com uma simplicidade estupefante. Si há qualquer duvida sobre uma questão medico legal, a opinião de um advogado ou do promotor é quase sempre bastante para resolvê-la.

O medico legista é convidado excepcionalmente (!) a esclarecer pontos obscuros. Há talvez todo um interesse em evitar sua presença ou sua opinião por escrito. (...)

Ao medico nunca se pede o comparecimento perante o tribunal (!), nem também informe de qualquer natureza. (...)

O nosso medico legista vê-se diante de uma dura contingência de cumprir estritamente o seu dever, fugindo as investigações ou contribuições científicas que lhe roubaram o tempo para necessário para manter a subsistência e a representação indispensável ao cargo oficial.

Uma necessidade se impõe, portanto, para melhorar a situação da nossa medicina legal: a sua organização completa, atendendo de um modo especial para instruções que com ela se mantêm imediata correlação¹⁵⁸.

Desta forma, em oposição ao leitor Jorge Silvedo, o médico legista, Miguel Salles, inconformado com o lugar restrito reservado aos peritos no sistema judiciário, reivindicava maior espaço nos tribunais, recusando-se a assumir a posição de um mero assistente das autoridades judiciárias. A presença e autoridade dos médicos legistas deveriam ser aceitas, pois estes através da razão e observação científica poderiam conduzir o judiciário com imparcialidade à obtenção da verdade. A comparação dos dois textos demonstra como os tribunais longe de se constituírem exclusivamente enquanto espaços de projeção e afirmação da autoridade médica estavam sujeitos a intensas disputas de autoridade entre juristas e médicos que buscavam resguardar seu lugar social no campo.

Por fim, no mesmo periódico, Elysio de Carvalho publicou um último artigo respondendo as críticas dos jornalistas. Encarregado junto a Octavio

¹⁵⁸SALLES, Miguel. Medicina legal, especialmente no Rio de Janeiro. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, n. 8, jan. 1914 p. 9.

Michelet de realizar as análises grafológicas da carta de suicídio, o diretor do Gabinete de Identificação de Polícia vinha comentar as críticas ao seu parecer considerado como evasivo e, a posterior convocação de tabeliães, como substitutos para realizar este ofício.

A excessiva má fé com que a imprensa acolheu o laudo da pericia gráfica do crime da Rua Januzzi nº13, incita-me o desejo de uma defesa a este trabalho. Na convicção de que apesar de todas as suas lacunas, o relatório apresentado às autoridades e, cuja redação, aliás não me pertence é sob duplo aspecto forense e científico, uma peça conforme as boas regras da identificação gráfica, aqui deixo meu protesto como técnico e docente de polícia científica, contra os comentários pífidos, as alusões malévolas e as acusações articuladas por pessoas sem menor noção do que seja comparação das escritas. (...)

Todos aqueles que são chamados a intervir como auxiliares de justiça em processos célebres sabem perfeitamente qual o quinhão que lhes está reservado, por não terem falado com essa segurança pedantesca que é característica dos superficiais e dos nescios (sic). Foi sempre assim, e será por muito tempo até que, como disse Sighele, a justiça não foi uma coisa por completo afastada da algazarra das multidões, dessas multidões que inconscientemente, já por sede de vingança, já por impulso de piedade, podem comprometer a serenidade e a equidade das humanas sentenças. (...)

Os novos peritos [tabeliães] podem ser pessoas de excelente qualidade de espírito e de caráter, dotados de cultura jurídica e conhecedores do seu ofício, mas carecem evidentemente, do preparo necessário para chegar a uma solução positiva, rigorosa, insofismável, mesmo se forem fornecidos documentos para confronto, não facilitados na pericia anterior, a despeito de reiteradas solicitações. Para uma pericia desta natureza não bastam o desejo de acertar e o bom senso: exigem-se conhecimentos técnicos de ordem especial, conhecimentos que só se adquirem com o estudo continuado, a prática habitual de laboratório e a experiência amadurecida. Não há outro meio melhor de servir a justiça se não este, em que a consciência e a ciência trabalham de mãos dadas para guiar e esclarecer o juízo.

Num país onde a prática do processo criminal se regem ainda por velhas usanças, praxes e determinações das prescritas Ordenações do Reino, e que por isso, mesmo estão a exigir serias modificações, não é descabido este comentário.¹⁵⁹

Neste fragmento, Elysio de Carvalho, modifica radicalmente sua postura frente à ocorrência de pareceres evasivos, tendo em vista as colunas publicadas pelo autor sob o pseudônimo de Dr. Dupont. Ao propor-se a responder as acusações pífidas da grande imprensa, Elysio as considera de má fé por tentarem

¹⁵⁹ CARVALHO, Elysio. *O Laudo da pericia gráfica do caso da Rua Januzzi nº 13*. XXIX Biblioteca do Boletim Policial, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 9 -16.

desmoralizar estes profissionais e destituí-los de autoridade diante da opinião pública. Para o diretor do Gabinete de Identificação, o problema do caso não estaria na ineficiência dos peritos, mas na cobertura da imprensa que exibia a uma população incivilizada e sedenta por vingança procedimentos que não seriam do seu entendimento. Tomando como referência Loccard, um dos pioneiros da ciência forense na França, Elysio buscava justificar o porquê de Octavio Michelet ter redigido uma análise que não precisava se o bilhete fora escrito ou não por D. Edina. Segundo o diretor, ao papel da perícia moderna não caberia análises apaixonadas, ao contrário, caberia “reduzir o elemento moral (*subjetivo*) e argumentar o elemento físico¹⁶⁰”, que infelizmente não era possível ser analisado pelos pequenos extratos de texto fornecidos a Michelet.

Ao comentar a posterior convocação de tabeliães para analisar a carta de suicídio, Elysio defende que apesar da sua excelente qualidade de espírito e caráter, não bastaria o desejo de acertar para a elaboração de um parecer confiável. A estes faltariam tudo aquilo que caracterizaria as análises legítimas: a prática do laboratório e o chamado rigor científico. Desta forma, o diretor buscava diferenciar-se dos tabeliães, caracterizando suas práticas como rudimentares, chegando a associar o ofício destes profissionais a práticas policiais “prescritas das ordenações do Reino”. Ao relacionar os tabeliães ao regime em que o país era subserviente a Portugal, Elysio construía um binômio no qual as práticas dos tabeliães estariam ligadas ao passado e ao atraso enquanto os saberes médico-científicos estariam atrelados à República, ao progresso e ao futuro. A partir desta perspectiva, caberia aos peritos, médico e cientistas guiar e esclarecer o juízo, prestando o melhor serviço à justiça e à nação.

Podemos perceber pela reconstrução do debate que se desenvolvera em torno da disputa de autoridade entre peritos e juristas na *Tragédia da rua Januzzi* o caráter questionável de um real alcance de um processo “medicalização da sociedade”¹⁶¹ na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX. Peritos encontravam-se não somente muitas vezes desarticulados, mas também em desacordo sobre os procedimentos e saberes que ainda construía para lidar com

¹⁶⁰ LOCARD, Edmond. L’expertise em écriture, ed.Rey, Lyon, 1912. In: CARVALHO, Elysio. *O Laudo da perícia gráfica do caso da Rua Januzzi nº 13*. XXIX Biblioteca do Boletim Policial, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 14.

¹⁶¹ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, p.155.

os fenômenos criminais. O esforço de legitimação dos profissionais envolvidos no caso, os ataques feitos pela imprensa e as controvérsias médicas nos permitem perceber os limites e resistências frente ao processo de expansão do pensamento médico nos campos ligados à moralidade e à criminalidade. Se o discurso médico científico buscava constituir-se enquanto um paradigma de pensamento de reflexão social no Brasil, a ação de cientistas e médicos mostrava-se menos como um plano unívoco e integrado e mais como um esforço de ampliação de atuação desses profissionais¹⁶². Ao se julgarem capazes compreender e elucidar distintos problemas que teriam o ser humano como objeto, tal movimento de expansão dos discursos científicistas se daria em um intenso e tenso debate com distintos atores sociais que disputavam um lugar de autoridade no campo jurídico policial.

2.4. A exumação do corpo e “furo” jornalístico

Após a publicação do laudo da autópsia, a polícia decidiu lançar mão de um ultimo recurso para apuração do caso: a exumação do corpo de Edina. No entanto, numa manobra para afastar a imprensa deste procedimento, o chefe de polícia, Francisco Valladares, antecipou em um dia a sua realização, com o fim de garantir o máximo de sigilo profissional nesta etapa final do inquérito. A tentativa de ludibriar os membros dos diários cariocas sofreu extensas críticas dos jornalistas. O jornal *O Paiz* defendia que a realização da exumação em segredo de justiça causara “a mais triste e dolorosa impressão no espírito público”, pois “quebrava uma tradição”¹⁶³ ao realizar tal diligência sem o testemunho da imprensa. O procedimento da exumação nestes moldes foi visto como um ataque aos jornalistas e aos seus leitores, pois pretendia “tapear a opinião pública”¹⁶⁴ e “neutralizar essa classe terrível, que é a classe jornalística”¹⁶⁵. Segundo a folha, “nunca houve, repetimos, nunca houve exumação nenhuma aqui no Rio, que não fosse testemunhada pela imprensa.”¹⁶⁶ O repórter de *O Paiz* exigia aos médicos uma “tarefa de regeneração” e “que nunca mais alguém caísse na patetice de fazer

¹⁶² ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*.

¹⁶³ A DERRADEIRA contenda: um caso suspeito. *O Paiz*, 04 de fevereiro de 1914, p.3.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

exumações em segredo de justiça”¹⁶⁷. Tal procedimento da polícia buscava evitar que observações sobre a exumação ainda não oficialmente concluídas pelos médicos se tornassem novamente em declarações e objetos de crítica pelos jornalistas, colocando em maior descrédito a imagem já desgastada do Serviço Médico Legal.

Podemos perceber pelo artigo escrito nesta folha que a negação de informações aos jornalistas aprofundava as disputas de autoridade entre repórteres e policiais, representando um conflito na dinâmica já tensa entre esses profissionais. Ao impedirem que os repórteres tivessem acesso a esta etapa do inquérito, a polícia dificultava a contínua e diária reconstituição das últimas fases da elucidação do mistério da morte D. Edina, e conseqüentemente, a composição de notícias pela imprensa. No entanto, a exumação não fora realizada totalmente em segredo de justiça. Apesar do estratagema criado pelo chefe de polícia Francisco Valladares, o jornal *A Época* obtivera a informação sobre a antecipação da exumação, surpreendendo o delegado ao aparecer com cadernos de anotações e máquinas fotográficas no momento da exumação do corpo de Edina do Nascimento. Na edição da matéria, o jornal ironizou a tentativa frustrada de exclusão da participação dos repórteres do procedimento. Vangloriando-se do “furo” jornalístico dado, o repórter da folha afirmou que este não era apenas um furo de imprensa, mas também “um furo no chefe de polícia”:

A nossa notícia sobre a exumação de ontem não foi, portanto, apenas um “furo” de imprensa: foi um “furo no chefe de polícia”, que, acreditando seria o fato ignorado, deve estar agora, mais do que nunca, convencido de que com a imprensa não se brinca. Não nos zangamos com s. ex., por isso, desde que o Dr. Valladares nos deu ensejo de mostrar para quanto presta nossa reportagem. Por outro lado, s. ex. não pode zangar-se conosco. Jornalista e que se presa de o ser, o Dr. Valladares deve saber que há nada mais gostoso que um “furosinho” de reportagem. E, no caso a s. ex. há de reconhecer que o diminutivo de que nos utilizamos, é tão somente para darmos uma prova da nossa nunca desmedida modéstia...¹⁶⁸.

O “furo” se consistia em uma moeda de prestígio para os jornalistas que perpassava pela própria idealização do profissional, enquanto alguém que deveria

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*. 04 de fevereiro 1914, p. 3.

ter como atributos, qualidades como inteligência e sagacidade¹⁶⁹. A corrida dos jornalistas por fornecerem informações em primeira mão e com exclusividade demonstra tanto o novo ritmo que tocava as gazetas jornalísticas como também quais eram os temas e novidades que queriam ser conhecidos pelos leitores. Se a autoria e natureza da morte de Edina era a informação que público esperava ser revelada, os repórteres d'A *Época* batalhavam para reportar em primeira mão, se nesta última oportunidade, o campo da medicina legal seria o saber o responsável por elucidar problemas ligados às práticas criminais.

Ao mesmo tempo, o prestígio desta façanha articulava-se com outro elemento: uma disputa com profissionais da polícia pela prerrogativa da obtenção da verdade sobre o intrincado mistério que envolvia o crime. Ao saírem das gazetas jornalísticas com o intuito de conseguir novas informações para confecção de suas notícias e venderem mais exemplares de suas folhas, os jornalistas muitas vezes colocavam-se como investigadores capazes de esclarecer as histórias em questão. Neste caso, a descoberta de “furos” implicava numa ferrenha luta entre estes profissionais. No caso da *Tragédia da rua Januzzi*, a disputa de poder pela aquisição de informação e pela prerrogativa de obtenção da verdade no inquérito, pode ser percebida quando o jornalista afirma que o “furo” não teria sido somente jornalístico, mas teria ocorrido “no chefe da polícia”. O jornalista da folha termina com uma provocação a Francisco Valladares afirmando que este por ser também um jornalista compreenderia o prazer de um “furozinho”. Logo, não haveria motivos para que houvesse mal estar entre ambos. Pelo contrário, para o repórter d' A *Época*, o delegado lhe fornecera uma excelente oportunidade de demonstrar como “com a imprensa não se brinca”. Junto à matéria, o jornal A *Época* publicou uma duas fotografias do procedimento de exumação.

¹⁶⁹ OTTONI, Ana Vasconcelos. “O paraíso dos ladrões”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Niterói: UFF, Tese de doutorado, História, 2012.



Imagem 7. Fotografias da exumação do corpo de Edina publicadas pelo jornal A Época. 04 de fevereiro de 1914.

As imagens publicadas pela folha vêm através de uma linguagem diversa da escrita também “causar sensação” ao público leitor, dando materialidade ao procedimento de exumação que até então se pretendia sigiloso. Na primeira fotografia, a folha pretende reconstruir a fase inicial deste processo, mostrando o momento da retirada do corpo de Edina de sua sepultura. O procedimento feito junto a médicos, policiais e jornalistas, que atentamente, olhavam os restos mortais da vítima sendo retirados da cova em que se encontrava, era retratado pelo jornal com o intuito de demonstrar e despertar nos leitores uma expectativa frente

à observação de um cadáver que há dias já se encontrava sepultado. A sugestão da exposição dos restos mortais de D. Edina já em estado de decomposição buscava promover sensações de horror e de fascínio, ao retratar elementos em geral isolados do convívio social.¹⁷⁰ No entanto, o jornal *A Época* hesita em apresentar ao público o corpo deformado da vítima, colocando na segunda foto um efeito que tira a nitidez do cadáver de Edina.

A segunda fotografia retrata o procedimento da exumação, apresentando os profissionais exclusivamente selecionados para este procedimento. Vestidos com jalecos, Drs. Suzanno Brandão, Sebastião Cortes e Guilherme Rocha aparecem manuseando o crânio de D. Edina, sendo trazidos aos leitores detalhes do procedimento de exumação para verificação da trajetória da bala que atingira a vítima. Através da imagem, o jornal mostrava tanto o esforço de construção de uma autoridade médica – capaz de definir a natureza da morte dos indivíduos – quanto também construía uma abordagem sensacional ao trazer ao público um procedimento médico secreto.

A ocorrência do “furo jornalístico” dado pela *A Época* nos remete a uma última questão. O fato que exclusivamente este periódico tenha obtido a informação da antecipação da exumação nos leva a pensar numa articulação do redator do jornal com algum membro da delegacia do 10º distrito que lhe fornecera esta informação. Mesmo em determinados momentos estarem em lados opostos, policiais e jornalistas criavam redes de solidariedade capazes de favorecer ambos os profissionais através das trocas de informações. Em uma lógica um pouco distinta, jornais que também competiam muitas vezes se associavam e compartilhavam novidades. Em nota sobre o “furo”, o periódico *A Época* afirmou que ao tirarem várias chapas, algumas foram cedidas para os seus “prezados confrades d’*A Noite* e aos estimados colegas que nos honraram com a solicitação de provas fotográficas.”¹⁷¹ Apesar d’*A Noite* não ter publicado as fotos do procedimento, os jornais *O Imparcial*, *Correio da Manhã* e *o Jornal do Brasil* publicaram em suas edições imagens da exumação. No entanto, *O Paiz* fora a única das folhas analisadas excluída da concessão de imagens da exumação do corpo de D. Edina. A construção de uma rede de colaboração da qual estaria

¹⁷⁰SCHWARTZ, Vanessa R. *Spectacular Realities: Early Mass Culture in Fin de Siècle*.

¹⁷¹UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*. 04 de fevereiro 1914, p. 3.

excluído *O Paiz* pode ser explicada pela postura da folha, que desde a primeira notícia sobre o caso, criticava a polícia e o delegado Ayres Couto, questionando a capacidade do profissional. Por outro lado, *O Paiz* distinguia-se dos demais jornais que declaradamente procuravam elaborar notícias para um maior número de consumidores. Voltado para um público leitor mais elitizado, a folha adotava uma postura jornalística mais conservadora, resistindo às inovações gráficas e a abordagens mais sensacionais.

O procedimento da exumação foi extensamente descrito pelos jornais. Após a desinfecção, a cova foi aberta, sendo retirado o caixão que abrigava o cadáver de D. Edina. Logo depois, dois familiares fizeram o reconhecimento do cadáver e os médicos passaram a examinar os ferimentos na cabeça da esposa de Paulo. Com a hesitação de um parecer final dos peritos, o crânio da vítima foi seccionado e levado ao Gabinete Médico Legal para a realização de exames posteriores. A recuperação dos debates presente nas folhas jornalísticas demonstra como a imprensa não se constituía apenas como um foro de legitimação do conhecimento científico. Pelo contrário, na medida em que disputavam para trazer com maior rapidez novidades dos exames médicos ao público, os jornalistas dialogavam com estes saberes e evidenciavam disputas de autoridades presentes no campo jurídico policial brasileiro do início do século XX. Longe de um projeto integrado, o avanço do conhecimento científico mostrava desarticulações e disputas que marcavam o esforço de constituição destes saberes enquanto um paradigma de reflexão de temas ligados à moralidade e à criminalidade.

3.

Um crime de cocaína e amor

Os exames de peritos e médico legistas não eram o único caminho de discussão da *Tragédia da rua Januzzi*. Em meio à mobilização de uma gramática emocional para construção da narrativa do crime, emergiam duas histórias distintas sobre o caso cujas séries temporais se superpunham: a primeira que se baseava nos percalços do inquérito e a segunda cujo eixo de análise era os conflitos da família Nascimento e Silva. Se, a morte misteriosa de D. Edina suscitou uma multiplicidade de falas de especialistas ligados ao campo da medicina legal, depoimentos de familiares e vizinhos sobre a vida conjugal do casal também foram tomados pelos jornalistas como um possível fio de Ariadne capaz de elucidar o enigma da *Tragédia da rua Januzzi*.

Através da confecção destas duas histórias que os redatores o jornal *A Noite* apresentaram os problemas vividos pelos cônjuges, narrando as constantes e violentas cenas de ciúme protagonizadas por D. Edina enquanto um elemento central na dinâmica do casal. Este caminho também foi seguido pelos redatores do *Correio da Manhã*, para os quais D. Edina e o tenente Paulo “teriam as almas separadas: eram duas criaturas inimigas, vivendo debaixo do mesmo teto, dois entes que se repeliam, por divergências de gênios”¹⁷², devendo, portanto, “ser esse o ponto de partida de toda e qualquer investigação”¹⁷³. Dedicando uma boa parte da notícia à análise da vida íntima do casal, o noticiário d’*A Época* traçava o perfil dos personagens principais envolvidos no caso - construindo dois arquétipos, no qual D. Edina era ao mesmo tempo vítima e heroína, e Paulo vilão e perpetrador. Mesmo no primeiro dia, onde se colocava ainda a possibilidade da ocorrência de um suicídio, o jornal traça um perfil da personagem da esposa do tenente enquanto uma mulher bastante bondosa e sensível, que vivia numa situação conjugal atormentadora, incompatível com sua predisposição afetiva ao amor.

¹⁷²O DESFECHO de um drama íntimo: o que foi a tragédia da madrugada de ontem, na residência do casal Nascimento e Silva. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

¹⁷³ Idem.

“Edina era bondosa, meiga com uma alma extremamente delicada e sensível para um amor forte, delicado e eterno. Repugnava-lhe a mentira e, a todo momento revelava seu receio por uma traição que porventura a pudesse ferir. O seu coração possuía todos os requintes de sensibilidade e de ternura para se entregar de todo uma vez, uma só vez na vida.... E no seu olhar quente perpassava também como que a expressão do desejo inflexível de ser amada exclusivamente.”¹⁷⁴

Em contraposição, o tenente Paulo do Nascimento era descrito como um homem de temperamento forte, sujeito a momentos de ataque de raiva e paixão, incapaz de fornecer a Edina uma relação conjugal marcada por carinho e respeito.

Que diferença também entre Edina e o marido! Paulo era estouvado, as suas inclinações desapareciam logo depois de saciado o desejo passional que as ditava. (...) Recriminava-lhe o procedimento arremessava-lhe à cara as suas mentiras constantes e as suas traições e – isto dia a dia no meio de crises convulsivas de lágrimas.¹⁷⁵

A utilização de uma linguagem hiperbólica, que dava luz a cenas provavelmente imaginárias dos dramas vividos pelo casal, aproximava-se de um estilo de narrativa melodramática que optava por uma polarização dos personagens: sendo a vítima, sensível e meiga e o seu marido, um homem agressivo e insensível. A dicotomia entre a vilania e virtude é uma característica principal de um sistema ficcional melodramático¹⁷⁶, que adquiriam cada vez mais espaço no mercado editorial no final do século XIX. Obras como *A Noiva do assassinado*, publicada em 1897, assinada por Maria das Dores, ganhavam destaque por justamente associar histórias de crimes misteriosos com uma narrativa típica do melodrama.¹⁷⁷ A escolha pela construção da história da *Tragédia da rua Januzzi* a partir de uma dramaturgia do excesso, sem meias articulações, encontra-se presente, principalmente, nos periódicos que buscavam atrair um público mais amplo de leitores – como *A Noite*, *A Época*, *O Imparcial*,

¹⁷⁴ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: assassinio ou suicídio? *A Época*, 25 de janeiro de 1914, p. 5.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ BROOKS, Peter. *The melodramatic Imagination : Balzac, Henry Jamens, Melodrama and the Mode of Excess*, p.33.

¹⁷⁷ A análise sobre a obra *A Noiva do assassinado* encontra-se na tese de doutorado de Ana Porto, *Novelas Sangrentas: Literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Nesta obra a autora busca compreender a constituição de um gênero de literatura de crime nas capitais carioca e paulista, que possuía uma estreita relação com os folhetins e notícias de crimes publicados na imprensa e com a circulação de uma literatura internacional deste gênero.

Correio da Manhã - e que concediam grandes espaços de suas folhas às notícias de crime.

Ao lançarem mão de tais recursos literários, os jornalistas se dedicavam a reconstituir os percalços vividos pela família Nascimento Silva, fornecendo uma chave de leitura explicativa capaz de revelar a leitores os conflitos morais que envolviam a morte D. Edina. Neste capítulo terei como objetivo analisar como a partir da *Tragédia da rua Januzzi* os jornais desenvolviam diferentes abordagens sobre temas como amor, paixão, os papéis sexuais no casamento, construindo diferentes personagens de “vítima” e “criminoso” ao lhes atribuírem diferentes responsabilidades pelo crime ocorrido. Se estas narrativas se qualificavam enquanto sensacionais, por pretenderem levar fortes emoções ao público leitor, cabe-nos questionar qual seria o papel destas emoções e o seu lugar nestas histórias. Ao mobilizarem uma gramática emocional, a escolha por vocábulos e adjetivos que procuravam causar determinadas emoções estaria perpassada por relações de poder, por apresentarem uma interface com debates sobre o tema da moralidade. Para além da construção de uma narrativa dramática, marcada por intrigas familiares e capaz de atrair o interesse do público leitor, a *Tragédia da rua Januzzi* evidenciava discussões sobre temas controversos neste contexto histórico, como a decadência dos casamentos de conveniências e o silenciamento de amores socialmente pouco aceitáveis.

3.1. De vítima à desprezada

Nos primeiros dias, a escassez de informações sobre o crime não inibia os jornalistas de criarem as mais diferentes versões sobre a natureza dos conflitos do caso. Para o periódico *O Imparcial*, D. Edina, que quando solteira possuiria um “gênio folgazão”, aos poucos mostraria cada vez mais contrariedades, tendo em vista as rusgas com seu marido, definido como “um extremo ciumento”.¹⁷⁸ Já o jornal *O Paiz* afirmava que os problemas do relacionamento ocorriam graças à Edina, que era “excessivamente ciumenta e o seu ciúme era sempre causa de cenas bastante desagradáveis.”¹⁷⁹ Uma terceira versão ainda era criada pelo jornal *A Noite* que justificava os conflitos do casal, por “Paulo ser um péssimo marido e

¹⁷⁸CRIME OU suicídio? A esposa de um tenente com crânio varado por uma bala. *O Imparcial*. Rio de Janeiro. 25 de janeiro de 1914, p. 3.

¹⁷⁹ A DERRADEIRA contenda: um caso suspeito. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p.3.

teria além de sua, uma outra mulher que se achava nos subúrbios.”¹⁸⁰ A capacidade imaginativa dos jornalistas, associada à liberdade concedida pelas gazetas para construção dos “crimes de sensação”, permitia que, em momentos de escassez de informação, excitantes versões do crime fossem criadas, mesmo que pouco tivessem a ver com fatos ocorridos. Por mais ficcionais que fossem, no entanto, essas versões sobre os motivos do crime baseadas na vida conjugal e moral do casal evidenciam não somente como tais histórias eram atraentes ao público leitor, mas também a importância do debate sobre a questão da moralidade neste momento.

Se nos primeiros dias do inquérito diferentes histórias eram construídas sobre a trajetória do casal, as personagens de Edina e Paulo ganharam significados distintos, variando em diferentes momentos do inquérito. *O Jornal do Brasil* publicou na íntegra, em caráter exclusivo, o primeiro depoimento do tenente Paulo, no qual este afirmou que “sempre tiveram rixas constantes” com a esposa e “nessas discussões sua mulher usava de frases pesadas”, “ferindo seus brios de homem”¹⁸¹. Dizia ainda que, em certa ocasião, “sua mulher passou das palavras à ação, agredindo-o com um vidro vazio, que lhe produziu uma ligeira escoriação na asa do nariz e por outra vez atirou-lhe uma escova de roupa que não alcançando o alvo foi cair na rua.”¹⁸² Mesmo afirmando que “todos estavam propensos a acreditar que se tratava de um assassinato”, *o Jornal do Brasil* caracterizava D. Edina enquanto uma vítima que possuía um temperamento irascível, sendo capaz de agredir verbal e fisicamente seu marido. O gênio difícil de sua mulher causaria problemas até com seu irmão, Aristides do Nascimento: segundo o tenente, neste mesmo dia “arremessou um prato em represália a uma ofensa grave que ela lhe dirigiu”¹⁸³.

A imagem de uma mulher agressiva ganhava ressonância em outros jornais através da publicação de depoimentos de familiares do tenente Paulo. O temperamento irritadiço de Edina também foi retratado pela folha *A Época*, através da publicação do depoimento de sua cunhada Albertina. Esta afirmara que por “diversas vezes, fora testemunha das cenas havidas entre o casal, e tivera a

¹⁸⁰ O CASO da rua Januzzi: D. Edina foi matematicamente assassinada, disse-nos o diretor do Gabinete Médico Legal. *A Noite*, 26 de janeiro 1914, p. 1.

¹⁸¹ TRAGEDIA CONJUGAL: as providências da polícia. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem.

ocasião de examinar o proceder brando e exemplar do cunhado, que, para abrandar a ira da esposa, lembrava-lhe o escândalo que poderia se dar com a reprodução de tais cenas”.¹⁸⁴ Dias depois o jornal *A Noite* publicou o testemunho de sua mãe, Amélia Lemos, falando sobre o gênio de sua nora. Edina muitas vezes “insultava-o [seu marido] e a ela informante, com palavras injuriosas e obscenas. (...)”¹⁸⁵. E, apesar de seu filho tentar lhe fazer ver o inconveniente do seu insulto, Edina lhe respondeu, que “a mãe dela era morta, ao passo que a dele era viva e que em desagravo, podia esbofeteá-la.”¹⁸⁶.

As declarações da mãe do tenente Paulo iam para além de uma descrição de uma nora intempestiva, chegando a descrevê-la como uma mulher vulgar. Em ocasião na qual havia se “mudado para próximo de sua casa uma família de pretos”, Edina teria falado a preta Anna, “em vozes altas, que fosse à rua arranjar um preto para ser seu amante.”¹⁸⁷ E, em momentos que seus familiares a advertiram sobre a posição que assumiria em um caso de um divórcio, “esta lhes dizia que isso não lhes preocupava porque outras mais velhas arranjavam até casamentos, não lhe sendo difícil arranjar pelo menos um amigo.”¹⁸⁸

Através da publicação dos depoimentos de Albertina, Amélia Lemos e do tenente Paulo, os jornais *A Época*, *A Noite* e *o Jornal do Brasil* construíam uma representação de Edina a partir de um vocabulário de desprezo. A personagem da esposa de Paulo era marcada pela vulgaridade e pelos modos obscenos e agressivos, tornando-se desmerecedora de respeito por aqueles que a observavam. A tentativa de rebaixar a figura de Edina enquanto uma vítima ainda era tecida por um último elemento. Apesar de considerá-la “uma menina honesta”, “sua nora nas pequenas coisas procurava sempre contrariar seu filho, ora fazendo os alimentos contrários aos que ele pedia, ora substituindo esses por outros, de forma sempre a contrariá-lo”¹⁸⁹. Desta forma, além de uma mulher vulgar e agressiva, Edina não cumpria seu papel de esposa, utilizando-se até das tarefas domiciliares para desagradar seu marido.

¹⁸⁴ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: trata-se de um assassinato monstruoso! *A Época*, 27 de janeiro de 1914, p. 3.

¹⁸⁵ O CRIME da rua Januzzi: prosseguem as diligências. *A Noite*, 30 de janeiro de 1914, p.3.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ O CRIME da rua Januzzi: prosseguem as diligências. *A Noite*. Última Hora, 30 de janeiro de 1914, p.3.

Pensando uma interface entre a mobilização de uma gramática emocional e as ações sociais dos jornalistas, podemos perceber como a opção por um vocabulário de desprezo evidenciava um esforço das folhas em hierarquizar tipos femininos a partir de atribuições negativas que caracterizavam a personagem preterida¹⁹⁰. Ao colocarem o temperamento agressivo e o uso de um linguajar vulgar como centrais pelo mal estar do seu casamento, as folhas contrapunham Edina a um ideal de feminilidade formado pela docilidade e submissão, correspondente ao lugar social atribuído às mulheres no sistema social patriarcal. A seleção de vocábulos que pretendiam desmerecer e negligenciar Edina por suas posturas morais coincidia com uma tendência jurídica marginalizadora, recorrente na Primeira República, que exigia das ofendidas a comprovação de uma conduta honesta para que fossem merecedoras do apoio e proteção da Justiça¹⁹¹.

Em contrapartida, através dos depoimentos de D. Albertina e D. Amélia Lemos, o tenente Paulo aparecia nestas folhas, como um homem com “um coração bondoso”, “dócil e meigo”, cuja “situação sua mulher o colocou; tornando-o irascível e arrebatado.”¹⁹². Ao aguentar os rompantes agressivos de sua esposa que o transtornavam emocionalmente, Paulo era transformado de um suspeito de assassinato para um personagem digno de piedade, por se encontrar em um casamento infeliz e conturbado. A oposição de Edina enquanto uma mulher lasciva frente a um marido doce e bondoso demonstra como através dos testemunhos de parentes, as folhas jornalistas teciam um jogo de compaixão e desprezo que isentava o oficial da responsabilidade da morte de Edina, transformando sua esposa enquanto artífice de seu próprio sofrimento.

Os papéis sexuais e a preservação da instituição do casamento tornavam-se uma preocupação de juristas, médicos, psiquiatras, policiais e jornalistas que das mais diferentes formas colocavam o tema da moralidade em debate. Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro vivenciou um aumento demográfico até então pouco visto. De 274.972 habitantes em 1872, a cidade

¹⁹⁰ Pensando a interface entre o sentimento de desprezo e ações sociais, Ian Miller demonstra como a mobilização de vocábulos de desprezo estaria ligada à construção e reiteração de hierarquias sociais presentes numa sociedade. Segundo o autor, o sentimento de desprezo teria como dimensão social o desejo de rebaixar o seu objeto, seja por características físicas ou morais, construindo hierarquias sociais a partir da atribuição negativa e o rebaixamento daquele que seria preterido. Ver: MILLER, William Ian. *The anatomy of disgust*. Cambridge: Havard University, 1997.

¹⁹¹ ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*.

¹⁹² UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: trata-se de um assassinato monstruoso. *A Época*, 27 de janeiro de 1914 p.3.

contava com 811.443 no ano de 1903, graças à migração de expressivos grupos de escravos libertos, provenientes da zona rural e da intensificação da imigração estrangeira, majoritariamente masculina¹⁹³. O esforço de conservação da instituição da família esbarrava numa segunda transformação pela qual a sociedade carioca passava no final do século XIX. Mulheres pertencentes a segmentos sociais mais abastados, que na sua maioria se encontravam restritas às tarefas da esfera domiciliar, ocupavam cada vez mais o espaço público, principalmente através de sua inserção no mercado de trabalho. Conhecidas por serem educadas à moda americana e saírem nas ruas desacompanhadas, tais moças tornavam-se objeto de preocupação frente a um contexto social marcado pelo aumento de uniões conjugais consensuais e de famílias chefiadas por figuras femininas¹⁹⁴. Além disso, para aquelas que pertenciam às camadas pobres não restavam muitas alternativas de sobrevivência além de se inserirem em trabalhos fora de suas residências, como artesãs, lavadeiras, empregadas domésticas, cartomantes e até mesmo a prostituição.¹⁹⁵

Nos campos médico, jurídico e até mesmo da imprensa, o esforço de preservação dos valores do patriarcado percorria os debates sobre crimes sexuais e de paixão, no processo de determinação de culpa e inocência dos indivíduos envolvidos.¹⁹⁶ A necessidade das mulheres envolvidas nos crimes comprovarem que se encaixavam num padrão de honestidade - passado e presente aos delitos - encontrava ressonância no sistema judiciário, sobretudo, nos casos de estupro, atentado ao pudor e nos crimes passionais. De forma, que em diálogo com as esferas jurídicas e médicas, as narrativas dos “crimes de sensação” discutiam valores morais mais amplos da sociedade que extrapolavam o julgamento do delito em si. De acordo com o jornal *O Imparcial*, a morte de D. Edina representava “o desaparecimento da figura mais sagrada do lar: a mãe.”¹⁹⁷ Através da narrativa da quebra de padrões normativos de moralidade que perpassavam as figuras e os conflitos entre tenente Paulo e de D. Edina, os jornais deslocavam a

¹⁹³ ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*, p. 28.

¹⁹⁴ OTTONI, Ana. *Flores do vício: imprensa e homicídio de meretrizes no Rio de Janeiro da Primeira República (1896-1925)*, p. 2.

¹⁹⁵ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890)*.

¹⁹⁶ ESTEVES, M. A. *loc. cit.*

¹⁹⁷ A DERRADEIRA contenda: o misterioso caso da rua Januzzi ainda não foi apurado. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

esposa de Paulo do lugar de vítima para responsável pela a tragédia que ocorrera na família Nascimento e Silva. Articulando uma gramática emocional à trajetória do casal, as folhas reiteravam valores presentes numa lógica social patriarcal, legitimando um ideal de feminilidade, doce e passivo, considerado essencial para manutenção da instituição familiar.

3.2. Os debates sobre a lei do divórcio

O tenente Paulo revelou em seu primeiro testemunho publicado pelos jornais, que pelas rixas constantes que tinham, no ano de 1911, o casal chegou “assinar uma petição requerendo um divorcio amigável, não levando a efeito por intermédio de pessoas da família.”¹⁹⁸ Segundo a mãe de Paulo a separação gerou grande indignação mesmo em D. Alcina, irmã da vítima, que dizia que se sua irmã não mudasse de gênio, “estava disposta a não lhe frequentar mais a casa, rompendo relações”¹⁹⁹. A possibilidade de divórcio neste momento, apresentadas pelo tenente Paulo e por sua mãe, demonstram como o caso evidenciava uma questão social da realidade moderna: a decadência do casamento de conveniência. Edina e Paulo eram primos e conviveram juntos durante boa parte de sua vida. O jornal *A Época*, ao apresentar os protagonistas da tragédia, colocava o fato do casamento ter ocorrido sem amor como um dos problemas iniciais e centrais do casal.

O casamento de Paulo e Edina foi, na verdade, um casamento de pura inclinação. Ambos moços e simpáticos, unidos pelos laços de família e muito aproximados pelo convívio insistente, começaram a namorar-se e a breve participaram à família, a sua resolução de se ligarem definitivamente para a vida e para morte.²⁰⁰

Até final do século XIX, os cônjuges das mulheres de elite eram cuidadosamente escolhidos por seus pais, com a finalidade de proporcionar

¹⁹⁸ TRAGÉDIA CONJUGAL: as providências da polícia. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

¹⁹⁹ O CRIME da rua Januzzi: prosseguem as diligências. *A Noite*, 30 de janeiro de 1914, p.3

²⁰⁰ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: assassinio ou suicídio? *A Época*, 25 de janeiro de 1914, p. 5.

estabilidade social e econômica aos seus descendentes²⁰¹. Assim como no caso de Edina e Paulo, arranjos entre famílias eram feitos, mesmo que ambos tivessem “divergências de gênios”²⁰² ou pouco se conhecessem. A decadência deste tipo de união conjugal também encontrava ressonâncias em outras partes do mundo, como na fala do escritor Victor Margueritte, que denunciava o casamento de conveniência e o sadismo da noite de núpcias. Segundo ele: “A paixão e o casamento são por consequência incompatíveis. Suas origens e suas finalidades se excluem. Da sua coexistência em nossas vidas, surgem problemas insolúveis e este conflito ameaça em permanência todas as nossas seguranças sociais.”²⁰³

No entanto, por mais que casos como estes evidenciassem a decadência de casamentos arranjados, a disputa e o esforço pela valorização e preservação da família era um assunto central nas obras de legisladores no prelúdio republicano. Ao dar precedência ao direito de família sob outras seções do direito civil, Clóvis Beviláqua defendia que, mesmo após o advento da República, a família permanecia como a instituição política mais importante do novo regime²⁰⁴. Para manutenção de sua harmonia seria necessário que se conservasse as diferenças de direito entre homens e mulheres, mesmo no bojo de um sistema político que se pretendia uma república de cidadãos livres e iguais perante a lei.

No entanto, mesmo na obra de Beviláqua as modificações sociais em torno do conceito de família e casamento já se faziam sentir, demonstrando uma necessidade de adaptação às transformações sociais presentes no prelúdio republicano. De acordo com o jurista, era necessário adaptar o direito civil ao que este compreendia enquanto a “família moderna”, marcada por relações de amor e respeito mútuo, diferente de uma instituição arcaica, caracterizada por uma “base egoísta de autoridade.”²⁰⁵ Os embates em torno da instituição da família e do livre-arbítrio dos cônjuges geravam grande polêmica principalmente em torno do tema do divórcio.

²⁰¹ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940)*.

²⁰² O DESFECHO de um drama íntimo: o que foi a tragédia da madrugada de ontem, na residência do casal Nascimento e Silva. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁰³ ROUGEMONT, Denis. *L’amour et l’Occident*, UGE, coll.<< 10/18>>, 1970 [1934], p. 233. Apud. RAUCH, André. *L’amour à la lumière du crime: 1936 – 2007*, p. 45.

²⁰⁴ ALVES, B. M. Código civil da República dos Estados Unidos d Brasil, 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1923. p. 26-27. Apud. CAULFIELD, Sueann. *Op. cit.* p. 64.

²⁰⁵ Idem.

Nos depoimentos dos familiares de D. Edina publicados nos jornais, é possível perceber a consternação frente à proposta de divórcio colocada pelo oficial à sua esposa. Por mais que estes testemunhos presentes nas notícias de crime sejam falas mediadas pelos jornalistas - não podendo ser lidas como uma forma de observação direta da compreensão destes atores sobre a vida moral do casal Nascimento e Silva – a frequência e a preocupação com que assunto do divórcio era retratado demonstra o caráter sensível deste tema no início do século XX. O depoimento de D. Alcina do Nascimento sobre o divórcio de sua irmã publicados nos jornais nos fornece uma perspectiva distinta da oferecida através das falas do oficial e de sua mãe. Se a fala de Amélia Lemos narrava cenas de empáfia da vítima frente à possibilidade do divórcio – dizendo ao se separar poderia “arranjar pelo menos um amigo”²⁰⁶ - o testemunho de Alcina retratava Edina magoada com a notícia que seu marido desejava por fim à relação matrimonial. De acordo com Alcina, ao comentar com sua irmã que Paulo havia lhe escrito uma carta falando em divórcio, a vítima recebera a notícia com entristecimento, aceitando a separação se esta era a vontade de seu marido. No entanto, a própria Alcina teria aconselhado sua irmã, “a continuar em casa, para uma possível reconciliação, o que era mais moralizador.”²⁰⁷, mostrando “o inconveniente do divórcio pelo que diz respeito à educação de seus filhos.”²⁰⁸

Em 1890, com a proclamação do regime republicano e a laicização do Estado, o casamento foi secularizado, tornando-se uma instituição civil²⁰⁹. Neste momento, de acordo com o Decreto 181, de 24/01.1890, não se previa a dissolução do vínculo conjugal, mas a possibilidade de separação de corpos²¹⁰. No entanto, nas primeiras décadas do século XX a discussão sobre a lei do divórcio já ganhava espaço na imprensa, principalmente em ocasiões como a *Tragédia da rua Januzzi*, que retratavam a morte de mulheres - assassinadas ou que teriam cometido suicídio – em crimes passionais. Durante a publicação de notícias sobre o crime, o jornal *O Paiz* publicara a seguinte charge sobre a lei de divórcio e a questão dos crimes passionais:

²⁰⁶ O CRIME da rua Januzzi: prosseguem as diligências. *A Noite*, 30 de janeiro de 1914, p.3.

²⁰⁷ TRAGÉDIA CONJUGAL: as providências da polícia. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940), p.98.

²¹⁰ Idem.



Imagem 8. Charge sobre divórcio publicada pelo jornal O Paiz. 28 de janeiro de 1914.

p. 2

Sob o título "O Melhor dos Argumentos", a charge dava a ver alguns dos argumentos defendidos por segmentos da sociedade carioca contrários ao divórcio. Nela o desenhista representa um diálogo entre um homem e um casal sobre a legalização da dissolução do vínculo conjugal como uma possível solução para diminuição dos crimes passionais. O jornal *O Paiz*, voltado para um público mais restrito, aproveitava a *Tragédia da rua Januzzi* para introduzir o debate do divórcio que gerava as mais distintas e polêmicas opiniões neste momento. Na charge, frente à defesa do senhor a este dispositivo legal, o marido caracterizou a lei do divórcio como uma "imoralidade", tendo o apoio de sua esposa ao afirmar que "nunca precisaram do divórcio para serem felizes". Ao representar o senhor com uma barriga proeminente, portando cartola e um fraque, na companhia de uma senhora que utilizava chapéu e um vestido elegante, o chargista mobilizava símbolos para associar a resistência à lei do divórcio com segmentos abastados e conservadores da sociedade carioca. Diferente de tais grupos, homens e mulheres de classes sociais mais baixas dificilmente recorriam às uniões conjugais legítimas

pelo alto valor deste processo legal²¹¹. Logo, sendo recorrente no início do século XX, as práticas de amasiamento e separação de cônjuges nas camadas mais empobrecidas da sociedade. Na resposta do casal da charge, podemos perceber uma ironia do desenhista aos argumentos conservadores contrários à legalização da separação conjugal. O fato de alguns casais serem felizes dentro da instituição do casamento não deveria ser um padrão utilizado para defesa da insolubilidade do vínculo conjugal. A incidência de crimes que ocorriam devido a conflitos entre casais que não podiam escapar ao matrimônio por si só já se configurava enquanto um argumento pertinente à legalização do divórcio.

Em oposição a estes setores conservadores, escritoras feministas no início do século XX se mobilizavam na imprensa argumentando que a legalização da dissolução do vínculo conjugal não era uma ameaça à instituição do casamento, mas apenas uma solução para aqueles que compartilhavam um matrimônio infeliz. Em entrevista ao jornal *A Noite*, no ano de 1912, a escritora Júlia Lopes de Almeida, que dedicara parte de seus contos e livros à condição feminina - chegando a ser conhecida como a George Sand brasileira²¹² - afirmou que a lei do divórcio era “uma necessidade”, e criticava os sentimentos católicos que temiam a aprovação da lei:

Ora ai está: um dos argumentos em que vejo frequentemente se deterem os que receiam à lei libertadora é esse o dos sentimentos católicos. (...) É o que eu não compreendo essa indecisão. O Estado não irá obrigar ninguém a divorciar-se como não obriga ninguém a ser livre pensador. As famílias católicas continuarão a encarar como eterna e indissolúvel a união conjugal.²¹³

Em 1910, a escritora Emilia Moncorvo Bandeira Melo, sob o pseudônimo de Carmem Dolores, publicou um artigo no jornal *O Paiz* defendendo a lei do divórcio frente à onda de crimes passionais que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro. Defensora da educação feminina, a escritora que mantinha críticas à

²¹¹ SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920).

²¹² LUCA, Leonora de. *O ‘feminismo possível’ de Julia Lopes de Almeida (1862 – 1934)*, p. 275 - 299.

²¹³ AS QUESTÕES palpitantes: as nossas intelectuais serão pelo divórcio. *A Noite*, 05 de agosto de 1912, p. 1.

liberdade sexual e ao voto feminino²¹⁴ colocava como um problema as recorrentes formas de reparação à honra maculada dos homens traídos. Relatando casos nos quais os maridos preteridos assassinavam sua esposa e amante, a escritora colocava a administração destas afrontas à honra masculina como um problema a ser pensado de forma racional, não devendo recair nem na morte da mulher adúltera e nem na morte do “D. Juan”. Tal conflito podia ser facilmente solucionado a partir da lei do divórcio.

Quem deve receber as balas do revolver vingador? Ela ou ele?
A frágil pecadora ou o audacioso sedutor? (...)

Logo, onde está a razão? Qual o código por onde se guie o cavalheiro que, por infelicidade, se ache envolvido em dramas iguais?

E não está incerteza pelos meio vingadores tão brutais, tão atrozes, porque ninguém tem o direito de tirar a vida ao seu semelhante – não está essa incerteza a provar a grande, a inadiável necessidade da lei do divórcio, como solução única para casos tão desgraçados?

(...) é fatalmente, inevitavelmente, que uma porta de saída tem de ser aberta pela lei diante dos desditosos que se veem incompatíveis na vida. O assassinato como desenlace, ora ferindo o homem, ora a mulher não é solução em uma sociedade culta. Venha outra coisa, fora do ímpeto passional, variável.²¹⁵

Publicada na primeira página, o destaque dado à coluna de Carmem Dolores sobre o tema do divórcio demonstra o caráter sensível que esta questão possuía nestas primeiras décadas do século XX. O mesmo pode ser dito da entrevista fornecida por Júlia Lopes de Almeida, igualmente publicada na primeira página do jornal *A Noite* no ano de 1912. Ao selecionarem tais falas femininas e publicarem charges sobre o divórcio em meio a notícias de crimes passionais, tais jornais participavam de uma campanha em prol da promulgação da lei do divórcio. Desta forma, podemos entender como a morte de D. Edina poderia tornar-se um objeto sedutor de consumo para os leitores, tendo em vista a exposição de temas que evidenciavam crises no tecido social e no sistema de valores da sociedade carioca da Primeira República. Em testemunho publicado pelo *Jornal do Brasil*, o tenente relatou que no dia da morte de sua esposa, os cônjuges haviam discutido e “sua mulher convidou-o a divorciarem-se,

²¹⁴ SOHEIT, Rachel. Carmem Dolores: as contradições de uma literata da virada do século. *La Manza de la Discordia*, Dezembro, 2009, Ano 2, nº 8: 33 -42.

²¹⁵ DOLORES, Carmen. *A Semana. O Paiz*. Rio de Janeiro, 27 de março de 1910, p.1.

ameaçando abandonar o lar, imediatamente, dando ordens às criadas para que se vestissem, ao que se opôs energicamente o depoente, quanto às suas filhinhas, deixando inteira liberdade a sua mulher a agir como quisesse”²¹⁶ Após o apelo pela separação, D. Edina teria sido encontrada morta em sua casa. Ao colocarem o episódio protagonizado pelo casal, momentos antes da morte da esposa de Paulo, a folha colocava como o divórcio como uma possível saída para o drama ali vivido.

Seis anos após a publicação da coluna de Carmem Dolores e dois após a morte de D. Edina do Nascimento, o Código Civil de 1916 previa a possibilidade de desquite, judicial ou amigável, que incluía separação de corpos e bens, sem o direito de contrair novas núpcias, mas que não implicava na anulação do vínculo conjugal.²¹⁷ Mesmo com a campanha feita por repórteres criminais, chargistas e escritoras feministas pela lei do divórcio, a herança dos valores católicos, numa sociedade republicana que afirmava possuir um estado laico, inibiu a inclusão do dispositivo no Código Civil de 1916, sendo o caráter polêmico do tema o maior responsável pelo atraso de sua aprovação.²¹⁸

3.3. Do drama ao melodrama

Os depoimentos de familiares e vizinhos do casal eram extensamente publicados pelas folhas jornalísticas, ganhando lugar privilegiado, principalmente em jornais, como *O Correio da Manhã* e *A Época*, que buscavam atrair os leitores pelos dramas familiares envolvidos no caso. No entanto, para além dos conflitos dos protagonistas, o uso de uma linguagem hiperbólica e de uma dramaturgia do excesso fazia com que repórteres que ambicionavam conquistar um público mais amplo para suas folhas, construíssem narrativas que enfatizassem os sofrimentos presentes na trajetória de Edina e Paulo do Nascimento.

Ao dedicar-se a reconstrução história do casal, o *Correio da Manhã* acrescentou um elemento distinto à sua narrativa, considerando-os como “criaturas inimigas” devido a “divergências de gênios (...) mas que o acaso unira

²¹⁶ TRAGÉDIA conjugal: as providências da polícia. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

²¹⁷ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940), p.66.

²¹⁸ Idem.

para sempre”²¹⁹. A folha colocava a morte de D. Edina como resultado de uma força mística do destino a qual os cônjuges não podiam escapar. Levantando enquanto hipóteses tanto a possibilidade de suicídio quanto a de assassinato, o *Correio da Manhã* explicava que este fim trágico era previsível e já se encontrava escrito:

A fatalidade com seu véu negro e denso estendera-se sobre a casa nº 13 da rua Januzzi! Aquele amor, que há cinco anos passado era então uma esperança – doce e branda como tdas as esperanças, era agora um tormento, e um tormento insuperável, contra o qual eram infrutíferas todas as resistências e inúteis todos os obstáculos.

Suicídio ou assassinato, o casal Nascimento Silva vivia, por assim dizer, sob o peso dessas duas palavras acabrunhadoras: uma delas tinha forçosamente que decidir a sorte de ambos, separando os seus corpos, uma vez que suas almas já se haviam separado para sempre! Incompatibilizados, odiados mutuamente, transformando numa inferno aquele lar que dantes fora um paraíso, Paulo e Edina, caminhavam para o ponto extremo da desunião em que se encontravam face a face, todos os dias, e que tinha de terminar como terminou: ou pelo assassinato ou pelo suicídio!

Estava escrito e tinha por tanto que ser assim!²²⁰

O elemento do destino enquanto um fator presente e determinantemente nas historias dos criminosos e suas vítimas era recorrentes nas narrativas de crime.²²¹ A ideia da inevitabilidade dos eventos contribuía para construção da personagem da vítima enquanto alguém que sofria injustiças sem que pudesse controlar uma cadeia de acontecimentos avassaladores. Partindo de personagens e situações não-ficcionais, os “crimes de sensação” se apropriavam de diferentes estilos narrativos para composição de suas notícias. Se, podemos perceber a influência de romance judiciário nas notícias de crime devido à confecção de uma narrativa detetivesca²²², a apropriação de estilo narrativo melodramático também pode ser identificado na construção dos personagens e nos dilemas familiares e amorosos vividos pelas personagens. A transposição do melodrama nos romances detetivescos foi sinalizada por Kalifa, ao analisar *L’Affaire Lerouge*, escrito por Émile Gaboriau, e identificar que mesmo nestas narrativas detetivescas, marcadas

²¹⁹ O DESFECHO de um drama íntimo: o que foi a tragédia da madrugada de ontem, na residência do casal Nascimento e Silva. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

²²⁰ Idem.

²²¹ PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870 -1920)*, p.34.

²²² No primeiro capítulo desta dissertação é analisado como os jornais se apropriavam de elementos de romances detetivesco para comporem suas notícias.

por um “princípio dedutivo de intermináveis divagações e narrativas retrospectivas” haveria uma influência do “melodrama tradicional”²²³, devido ao desenvolvimento de uma “intriga sentimental em um dos capítulos”.²²⁴ Para o autor, este tipo de narrativa híbrida demonstraria formas transitórias, nas quais o estilo literário policial apareceria progressivamente junto a clássicos dramas sentimentais, presente em narrativas populares melodramáticas.

As intrigas sentimentais e familiares, características dos melodramas clássicos, apareciam no crime a partir dos boatos sobre o “excesso de amizade que o tenente demonstrava com a sua cunhada”²²⁵. De acordo com o *Correio da Manhã*, no momento em que D. Edina agonizava em seu leito de morte, Paulo do Nascimento recebeu a visita do Dr. Avila Nabuco, interno do Hospital Central do Exército e noivo de D. Albertina, que ali fora por ordem superior verificar o estado da esposa do oficial. No entanto, a visita deste médico foi em nada bem recebida pelo tenente, resultando numa acalorada discussão entre os dois frente à sua esposa agonizante. Ao observar tal cena, D. Alcina Nabuco, “cuja dor era profunda, gritou indignada:

-Respeite este quarto que é o da dor! Respeite, assassino de minha irmã! Assassino, sim! Sim! Sim!”²²⁶

A cena de confronto entre D. Alcina e o Tenente Paulo narrada pelo *Correio da Manhã* demonstra a carga melodramática que as narrativas dos “crimes de sensação” ganhavam nas folhas jornalísticas. Tais cenas de confronto evidenciam a apropriação de elementos estéticos dos romances melodramáticos clássicos, por justamente constituírem-se como momentos catárticos de homenagem à virtude, demonstrando o poder e efeito deste tipo linguagem para aumentar e clarificar os valores virtuosos.²²⁷

Desta forma, o escândalo proferido por D. Alcina teria como princípio evocar as virtudes de sua irmã enquanto mártir e sofredora pelo desamor de seu marido. A exaltação da dor de Edina perpetrada pelo tenente Paulo evidenciava claramente as falhas do oficial enquanto um bom marido. Ao entrar em conflito

²²³ KALIFA, Dominique. *L'encre et le sang : récits de crimes et société à la Belle Époque*, p. 30

²²⁴ Ibid. p. 31.

²²⁵ A DERRADEIRA contenda: o misterioso caso da rua Januzzi ainda não foi apurado. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

²²⁶ O DESFECHO de um drama íntimo: o que foi a tragédia da madrugada de ontem, na residência do casal Nascimento e Silva. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1914, p. 4.

²²⁷ BROOKS, Peter. *The melodramatic Imagination : Balzac, Henry Jamens, Melodrama and the Mode of Excess*, p.25.

com o Dr. Avila Nabuco, o tenente tornava público seu ciúme e o interesse amoroso por sua cunhada Albertina. Tal descontrole e demonstração afetiva tinha como o agravante ter ocorrido no leito de morte onde agonizava sua esposa, expressando o desrespeito com o sofrimento de sua mulher, e com a própria instituição do casamento. Real ou fictícia, tal cena que também aparecera no noticiário do *Jornal do Brasil* e d'A *Época* sugeria a possibilidade de um caso extraconjugal.

Se, muitas vezes é difícil perceber uma distinção de posicionamento entre jornais durante o inquérito – por as folhas unanimemente defenderem que a morte de Edina se tratava de um assassinato planejado por seu marido - as formas narrativas desenvolvidas pelos diários evidenciavam alguns traços das diferentes linhas editoriais. A história de Edina e Paulo foi apresentada ao público pelo jornal *O Paiz* de forma bastante distinta do caráter melodramático presente nas narrativas dos jornais *Correio da Manhã*, *A Época*, *A Noite*. O jornal que adotava um perfil mais conservador de jornalismo e resistia à onda de transformações que marcavam a imprensa do século XX²²⁸ fornecia aos leitores uma abordagem mais objetiva do caso.

O caso que ocorreu na primeira hora do dia, ontem à rua Januzzi, em S. Cristovão e que tão grande sensação causou é desses que deixam os mais pessimistas vacilantes. (...) A primeira vista não parece muito crível que uma senhora dê um tiro no parietal esquerdo, mormente quando essa pessoa é encontrada com sinais evidentes de uma luta, na qual recebeu equimoses, segundo atestam as manchas encontradas em seu corpo.²²⁹

Por mais que a abertura para uma sessão de noticiário criminal demonstrasse um processo de flexibilização da folha - buscando elaborar notícias cujos temas eram capazes de atrair uma maior quantidade de leitores – podemos perceber como o jornalista responsável noticiário criminal d'*O Paiz* desenvolvia uma abordagem informativa, apresentando o local e o dia em que ocorrera a morte de Edina e introduzindo algumas análises dos médicos envolvidos no caso. O fato da folha nomear a morte de D. Edina como a *Tragédia da rua Januzzi*, dando cores vivas à morte da esposa do tenente Paulo, evidenciava já um processo de

²²⁸ BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa –(1900-2000)*, p.57.

²²⁹ A DERRADEIRA contenda: um caso suspeito. *O Paiz*. Rio de Janeiro. 25 de janeiro de 1914, p.3

transformação lento de sua linha editorial que se resistia a abordagens excessivamente melodramáticas, também incorporava algumas marcas do novo jornalismo do início do século XX.

Com o avanço da investigação, a caracterização de um marido com um “coração bondoso” e “carinhoso”²³⁰ cedia espaço a uma segunda versão da tumultuada vida do casal, demonstrando uma disputa simbólica acerca da figura do tenente Paulo dentro das próprias narrativas dos “crimes de sensação”. A suspeita do caso amoroso com sua cunhada passava a ser um fio condutor para construção de um perfil diverso do oficial. Segundo o jornal *A Época*, no dia da morte de sua esposa o tenente Paulo foi encontrado pelo Dr. Ayres Couto “aparentemente calmo, embalando-se em uma cadeira”²³¹, “não demonstrando nenhum abatimento, ao falar estava mesmo sorridente.”²³². A indiferença do tenente com a morte de sua esposa foi também retratada pelo *Jornal do Brasil* ao afirmar que Paulo “não demonstrava o mais leve sinal de tristeza pela morte de sua esposa”²³³. Em oposição à virtude de D. Edina, construía-se uma personagem de Paulo enquanto um vilão, um homem frio que no momento da autópsia do corpo de sua mulher “tomava cerveja com alguns amigos em um botequim próximo à Polícia Central.”²³⁴ A construção da categoria de “criminoso” enquanto um homem insensível, dissimulado e traidor evidenciava uma influência direta de uma literatura melodramática. Nos melodramas clássicos, o vilão seria a negação da virtude, uma pessoa essencialmente má, por dissimular, trair e desfazer a ordem moral.²³⁵ Esta personagem enquanto uma personificação do mal era inibida de uma complexidade ou nuances psicológicos capazes de explicar seus atos. Pelo contrário, este seria reduzido a alguns traços sumários que sinalizam sua posição frente à vítima.

²³⁰ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: trata-se de um assassinato monstruoso. *A Época*, 27 de janeiro de 1914 p. 3.

²³¹ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: parece afastada a hipótese de suicídio. *A Época*, 26 de janeiro de 1914 p. 1.

²³² UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: trata-se de um assassinato monstruoso. *A Época*, 27 de janeiro de 1914 p. 3.

²³³ TRAGÉDIA CONJUGAL: as providências da polícia. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

²³⁴ Idem.

²³⁵ BROOKS, Peter. *The melodramatic Imagination : Balzac, Henry James, Melodrama and the Mode of Excess*, p.33.

O melodrama enquanto um sistema ficcional capaz de converter experiências caóticas em dramas morais significantes²³⁶ teve seu início localizado no início do século XIX, em pequenos teatros marginais frequentados pela classe trabalhadora nas cidades de Londres e Paris.²³⁷ Na primeira metade do século XX, o melodrama se expandiu rapidamente para além do teatro para compor também um estilo ficcional popular. Como um sistema narrativo capaz de fornecer significado a um determinado tipo de experiência, o melodrama constituiu-se enquanto uma estrutura primária imaginativa capaz de atingir um amplo constituinte social.²³⁸

Como nas notícias da *Tragédia da rua Januzzi*, as narrativas melodramáticas evocavam a instabilidade e a vulnerabilidade de determinadas instituições patriarcais na modernidade, expondo segredos e conflitos que permeavam o âmbito familiar. Ao buscarem reconstruir elementos que compusessem uma narrativa da dinâmica da vida conjugal de Edina e Paulo, os jornais expunham os depoimentos de vizinhos do casal que revelavam uma vida íntima marcada por violentos segredos. O primeiro testemunho apresentado foi o do gerente da garagem Olavo José Vaz, 24 anos, casado e trabalhador no nº27 da rua Januzzi. O depoimento deste vizinho foi circulado por todos os periódicos analisados contribuindo para recriar imagens de cenas de agressão de Paulo com sua esposa. Segundo Olavo José Vaz, “há cerca de dez dias, estando em frente à casa nº13, da rua Januzzi, viu o tenente Paulo, de rebenque em punho dar duas ou três lambadas na mulher, que desvairadamente, gritou por socorro.”²³⁹ As imagens que o tenente chicoteava sua esposa também foram difundidas pelo jornal *A Noite* através do testemunho da menor Walkyria, que afirmou que Paulo “castigava sua esposa a rebenque”.²⁴⁰

Os jornais apropriavam-se dos depoimentos de vizinhos acerca da vida íntima do casal buscando delimitar e reiterar valores comunitários que, ao serem compartilhados com os leitores, discutiam a natureza e os papéis ideais dentro da instituição do casamento, erigindo a partir destes códigos morais as personagens

²³⁶ WALDOWITZ. Judith R. *City of Dreadful Delight: narratives of sexual danger in Late-victorian London*, p. 83

²³⁷ Ibid. p. 86.

²³⁸ Idem.

²³⁹ O DESFECHO de um drama íntimo: a opinião dos médicos legistas sobre a tragédia da rua Januzzi. *Correio da Manhã*, 27 de janeiro de 1914, p. 4.

²⁴⁰ O CASO da rua Januzzi: depoimentos importantes. *A Noite*. Última Hora,. 30 de janeiro de 1914, p.3.

de Edina e Paulo²⁴¹. Além disso, a publicação de fotografias dos depoentes contribuía para dar ares realísticos ao caso, ao fornecer um rosto para aqueles que retratavam elementos cotidianos da vida casual Nascimento e Silva.



Imagem 9. Fotografia da testemunha Walkyria; *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914. p. 3.

Na fotografia da vizinha Walkyria Khcar podemos perceber a amálgama que os jornalistas desejavam criar entre o sensacional e o cotidiano. Publicada no jornal *Correio da Manhã* junto a uma série de fotografias de depoentes, a vizinha do casal Nascimento e Silva era retratada como uma moça simples, com um vestido modesto e um penteado pouco sofisticado. Desta forma, ao associar os episódios sensacionalmente narrados nos impressos com personagens ordinários que teriam visto e ouvido os dramas protagonizados por Edina e Paulo, os jornalistas potencializavam o caráter sensacional de suas narrativas ao evidenciarem conflitos sangrentos que já marcavam o contexto urbano da modernidade carioca.

Além de depoimento de Walkyria, testemunhos de outros vizinhos também eram apropriados pelos jornais com o intuito de recuperar situações passadas que anunciavam as intenções do tenente Paulo de assassinar sua esposa. A vizinha Adelaide Augusta de Oliveira, moradora na rua Januzzi nº11, declarou que em uma das alterações fortíssimas que ouviu entre o casal, “percebeu claramente que o tenente Paulo ofendia sua esposa, ouvindo destacadamente um estalo de uma bofetada e as ameaças: Cala-te miserável! Mato-te”²⁴². A fala de Adelaide é

²⁴¹ RAUCH, André. *L’amour à la lumière du crime: 1936 – 2007*, p.30.

²⁴² UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: um crime monstruoso. *A Época*, 28 de janeiro de 1914, p. 3.

utilizada na narrativa jornalística justamente para criar imagens e situações de maus tratos que não necessariamente foram testemunhadas, mas parcialmente ouvidas e interpretadas, constituindo-se enquanto evidências de uma morte que supostamente se anunciava. Tal depoimento sinestésico - que misturava elementos auditivos como “um estalo”, interpretado pela testemunha como “uma bofetada” dada pelo oficial em sua esposa – era apropriado pelos jornais justamente para criar “sensações”, buscando atingir diferentes sentidos dos leitores ao levar a este a experiência de testemunho das brigas ocorridas entre o casal.

O depoimento de Adelaide publicado nos cinco periódicos analisados também trazia aos leitores a perspectiva da vizinha do momento da morte de D. Edina. A depoente que não conseguia dormir naquela noite ouviu de sua casa a discussão do tenente Paulo e sua esposa até o momento de sua morte.

“a depoente não podia conciliar o sono e foi para janela dos fundos da sua casa, onde sua atenção foi chamada para uma forte discussão que irrompia na casa ao lado (...) Como a discussão se acalourasse cada vez mais, ela a depoente prestou mais atenção percebendo distintamente as palavras do tenente Paulo que ameaçava de morte sua mulher, se esta continuasse a lhe responder.

Que ela surda às ameaças, falava com energia, notando então a depoente que a voz da mulher do tenente Paulo bruscamente embargada, dando à depoente a impressão de que nesse momento alguém lhe apertava a garganta, suspeita que se afigurou no espírito da depoente quando ouviu nitidamente a voz apigarrada da mulher do tenente, tal como nas pessoas impedidas de falar, como no aperto de uma garganta.

Que logo depois se estabeleceu silêncio em casa do tenente (...). Que pouco depois que dormia, despertando com o barulho de um corpo que cai ao assoalho da casa do tenente, o que produziu até o estremecimento das taboas parecendo a queda de um corpo humano.

Que ouviu nesse momento, o tenente chamar: Pequenina! Pequenina! Pequenina! Doida!”²⁴³

A publicação das declarações de Adelaide, fictícias ou não, compunham outra perspectiva da narrativa da morte de D. Edina, preenchendo algumas lacunas existentes sobre o que fora relatado pelo tenente Paulo à polícia. Misturando elementos ouvidos pela testemunha, criavam-se imagens que confirmavam suspeitas que ainda eram apuradas pelo exame médico legal, como por exemplo, o

²⁴³ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: um crime monstruoso. *A Época*, 28 de janeiro de 1914, p. 3.

estrangulamento de D. Edina antes da sua morte. O depoimento apropriado pelos jornais justamente para causar sensações - narrando o barulho do corpo da vítima batendo no assoalho ao morrer – legitimava a hipótese do assassinato de Edina, não por um argumento racional e científico, mas por uma interpretação de fragmentos do episódio ocorrido. A riqueza de detalhes do depoimento publicado pelas folhas consolidava a personagem de Paulo enquanto um homem violento, que constantemente agredia sua esposa e que seria o responsável pela sua morte. No dia seguinte, o jornal *A Época* afirmou que mesmo se D. Edina tivesse se suicidado, o tenente não estaria livre da responsabilidade de sua morte, tendo em vista os testemunhos que comprovavam como este seria o culpado por sua infelicidade.

A vida dessa infeliz senhora era um verdadeiro martírio. Não tinha um momento de felicidade, muito embora, pela grande amizade que votava ao seu algoz(...),

E, no entanto, a prova palpável de sua infelicidade aí está a surgir de momento a momento, todas as vezes que a polícia, que tem grande empenho em elucidar o caso, ouve qualquer testemunha.²⁴⁴

Se no momento da publicação do primeiro testemunho do tenente, a vítima era considerada como uma mulher vulgar, de um temperamento difícil, após os depoimentos dos vizinhos, as folhas analisadas a descreviam unanimemente como uma “mártir”²⁴⁵, “pobre senhora”²⁴⁶, “infeliz esposa”²⁴⁷ que apanhava a rebenque do marido e aguentava humilhações públicas constantes. Logo, podemos perceber uma modificação na construção da categoria da vítima, descrita agora a partir de um vocabulário de compaixão. A transformação de Edina de uma personagem merecedora do desprezo a uma figura digna de compadecimento, não se configurava enquanto um ato espontâneo das folhas jornalísticas que em uníssono publicavam mais um entre vários testemunhos obtidos junto às investigações policiais. Ao contrário, os usos de uma linguagem compassiva apresentaria uma interface social atrelada a códigos e padrões presentes na sociedade carioca do início do século XX essenciais à determinação do grau de responsabilidade daqueles envolvidos no infortúnio. A caracterização de fraqueza e incapacidade

²⁴⁴ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: crime monstruoso. *A Época*, 29 de janeiro de 1914, p.3.

²⁴⁵ A DERRADEIRA contenda: O caso da rua Januzzi. *O Paiz*, 28 de janeiro de 1914, p.4.

²⁴⁶ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: trata-se de um assassinato monstruoso! *A Época*, 27 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁴⁷ Idem.

de reação de Edina no momento de sua morte relaciona-se com a construção de um arquétipo feminino frágil, sensível e indefeso, correspondente ao esperado das mulheres ligadas à esfera doméstica. Ao ser uma boa esposa, o sofrimento da infelicidade de seu casamento e até mesmo o da sua morte teria sido um mal que esta não poderia evitar. E, ao não possuir qualquer responsabilidade pela situação de agonia em que vivia, a morte de Edina merecia ser reparada pela justiça.

Ao se apropriarem de recursos narrativos característicos a uma estética melodramática, as folhas potencializavam os dramas familiares que envolviam os protagonistas da *Tragédia da rua Januzzi*, construindo notícias cada vez mais sensacionais e capazes de atrair o público à leitura diária do jornal. Se a mobilização de uma gramática emocional contribuía para o processo de sensibilização dos leitores frente aos sofrimentos ali narrados, no entanto, a escolha deste vocabulário não ocorreria de forma aleatória, mas sim, estava atrelada a debates centrais do tema da moralidade e da culpabilização daqueles que feriam valores de uma lógica social patriarcal.

3.4. A “anormal amizade” entre Albertina e Paulo

Construída enquanto uma virtuosa heroína de um melodrama, Edina seria vítima não somente da vilania de seu esposo, mas também de um segredo familiar: o caso de amor protagonizado entre seu marido e sua irmã. As inicialmente tímidas referências sobre a relação, posteriormente, ganhariam espaço nos jornais suscitando debates sobre a legitimidade deste tipo de amor protagonizado pelos cunhados. Ao procurarem “causar sensação” ao público leitor, os jornais recuperavam a história do relacionamento afetivo proibido entre Albertina e Paulo, relacionando a natureza deste caso com a elucidação da morte de D. Edina.

Se nos primeiros dias, o jornal *A Época* afirmava que Paulo seria “loucamente apaixonado por sua cunhada Albertina”²⁴⁸, sem possuir qualquer prova que pudesse confirmar o tipo deste relacionamento, a partir do testemunho do cunhado de Paulo, Aristides Nascimento, os jornais começaram a esclarecer a relação que já se tornava motivo de preocupação entre os familiares. Segundo o

²⁴⁸ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: parece afastada a hipótese de suicídio. *A Época*, 26 de janeiro de 1914, p. 2.

irmão de Edina, em ocasião na qual o casal pensava em divorciar-se este decidiu conversar com sua irmã a fim de conhecer a causa das discórdias com seu marido. Frente à indagação de Aristides, Edina respondeu que o casal poderiam ser mais felizes se “Filhinha” (apelido de Albertina) saísse de sua casa. Após, as reclamações da vítima, a irmã de Edina decidiu morar na casa de Alcina e de cunhado Aristides. Mas, a mudança de domicílio não fizera com o que contato entre Paulo e Albertina diminuísse. Pelo contrário, as visitas à casa dos cunhados em busca de Filhinha, de tão constantes, tornaram-se objeto de estranhamento entre os familiares, chegando em uma ocasião a ser questionada pelo pretendente de Albertina, o dr. Avila Nabuco. Frente à arguição do médico, o oficial transtornado, “interpelou Albertina, perguntando-lhe quem era e em que caráter se achava ali”²⁴⁹ aquele homem. Segundo Aristides, “esse fato muito impressionou, ligando a predisposição de sua irmã Edina contra sua irmã Albertina ao que acabava de suceder, chegando à conclusão de que a amizade dedicada pelo tenente Paulo à Albertina tinha algo de anormal e esquisito.”²⁵⁰

Os jornais apropriavam-se dos testemunhos de familiares justamente para potencializar os elementos que confirmavam e forneciam ricos detalhes sobre a relação de amor clandestina de Albertina e Paulo. A partir de uma técnica fragmentária folhetinesca - que realizava cortes estratégicos em suas narrativas, deixando suas histórias em suspensão ²⁵¹ - as folhas publicavam diariamente novos depoimentos que forneciam detalhes cada vez mais minuciosos sobre o caso extraconjugal, sem que este fosse verdadeiramente assumido por seus protagonistas. No dia seguinte ao depoimento de Aristides do Nascimento, o *Correio da Manhã* publicou a declaração da criada Aurélia, que afirmou que “por diversas vezes vira o tenente Paulo beijar a sua cunhada Albertina, achando-se ambos no quarto”²⁵². O testemunho da criada prestado à polícia foi publicado nos jornais no dia seguinte à declaração, no qual a ama de leite completava “que no corredor também viu d. Albertina encostada numa parede e o tenente Paulo

²⁴⁹ O DESFECHO de um drama íntimo: os médicos legistas que autopsiaram o cadáver de Edina do Nascimento admitem o suicídio. *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ MEYER, Marlyse. *O Folhetim*, p.225

²⁵² O DESFECHO de um drama íntimo: continua o inquérito na delegacia do 10º distrito. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1914, p. 3

abraçando e beijando-a.”²⁵³. O depoimento de Aurélia foi confirmado pela cozinheira Maria do Nascimento, que forneceu detalhes ainda mais escandalosos da relação de Paulo e Albertina. Segundo a cozinheira, “tendo uma ocasião ido levar um banho para d. Albertina, em um quarto do andar superior, ai a encontrou completamente nua, tendo sobre os ombros apenas uma toalha, que nas suas costas, estava o tenente Paulo, que lhe afagava o rosto.”²⁵⁴

As cenas relatadas pelas criadas que descreviam os atos de traição e a consumação no seio familiar da paixão proibida entre Albertina e Paulo, se prestavam com perfeição às narrativas de crime que mesclavam personagens ordinários e ambientes domésticos em situações sensacionais. Segundo *o Correio da Manhã*, as declarações das criadas “eram feitas em linguagem tão minuciosa e precisa, que os ouvintes pareciam assistir ao vivo, as cenas ocorridas entre o tenente e sua cunhada Albertina, e das quais as inquiridas foram muitas vezes testemunhas.”²⁵⁵ Assim como as situações descritas nas quais D. Edina apanhava a rebenque em sua casa, os testemunhos das criadas culminavam na transformação do universo doméstico: de um espaço cotidiano e familiar para cenários de episódios extraordinários. Desta forma, as notícias do crime dialogavam diretamente com uma estética melodramática, pois mesmo tomando como ponto de partida situações cotidianas e domésticas – como no caso dos melodramas familiares – tais histórias recusavam-se a se restringir ao ordinário, às meias articulações, acomodações e desapontamentos do real²⁵⁶.

Por outro lado, as declarações das criadas revelando os segredos e as cenas íntimas da família Nascimento e Silva evidenciam a produção de um imaginário destas personagens numa esfera da domesticidade durante as primeiras décadas do século XX. Enquanto figuras híbridas que mesclavam relações servisais com uma esfera domiciliar, as criadas podiam interpretar os limites, os consentimentos, a liberdade e a intimidade que as tornavam mais ou menos

²⁵³ SUCIDIO? NÃO, crime! A esposa de um tenente com crânio varado por uma bala. *O Imparcial*. 31 de janeiro de 1914, p.4.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ O DESFECHO de um drama íntimo: Dr. Aristides Caire fala ao ‘Correio’ desmente o depoimento de d. Alcina Nabuco, que acusou sua irmã Albertina e o tenente Paulo. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁵⁶ BROOKS, Peter. *The melodramatic Imagination : Balzac, Henry Jamens, Melodrama and the Mode of Excess*, p. IX.

próximas de seus patrões.²⁵⁷ Os testemunhos das criadas eram apropriados pelos jornais, construindo-as como figuras que atravessavam a esfera doméstica, possuindo acesso aos segredos íntimos familiares. No entanto, por justamente não serem membros consanguíneos dos personagens envolvidos, o imaginário construído em torno das criadas residia em serem personagens não só capazes de testemunhar e interpretar situações íntimas, mas também de revelá-las publicamente, quebrando códigos de confiabilidade compartilhados entre familiares.

Ao serem confirmadas as suspeitas sobre o caso amoroso entre Albertina e seu cunhado, inicia-se um debate acerca da natureza da relação amorosa entre os dois. Segundo o jornal *A Época*, o caso entre Albertina e Paulo não era fruto de um amor, mas tratava-se, na verdade, de um crime: “Esse crime [a morte da esposa do oficial] traz outros no seu bojo. A princípio era apenas o assassinato da inditosa d. Edina, que pagou com a vida os zelos de esposa. Depois apareceram os amores ilícitos com a sua cunhada Albertina, não lhe respeitando a delicada situação de noiva.”²⁵⁸ Por mais que se amassem, a relação afetiva dos cunhados longe estava de ser considerada pelos jornais enquanto um amor virtuoso. O caso extraconjugal entre estas personagens configurava-se enquanto uma dupla traição: à Edina enquanto esposa e irmã e à própria instituição do casamento. O jornal *A Época* tomando a frente nas críticas ao romance entre Paulo e Albertina, chamava os momentos românticos narrados pelas criadas de “escabrosidades” e descrevia-os como responsável pelo martírio de D. Edina.

Dessas relações criminosas entre o tenente Paulo e sua cunhada d. Albertina tinham todos da família conhecimento, e a desventurada vítima igualmente as surpreendera e sofria o martírio inenarrável de saber-se traída, ultrajada no seu próprio lar e pela própria irmã. Poderia ter sido levada à prática de um crime, ferida, como era, no íntimo da sua alma. Não o foi, entretanto. Limitava-se a chorar e a exprobrar ao marido e seu infame procedimento.²⁵⁹

²⁵⁷ CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Criadas para servir : domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; Gomes, Flavio dos Santos. *Quase-cidadão: historia, antropologia da pós emancipação no Brasil*. p. 377 – 411.

²⁵⁸ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: um crime monstruoso. *A Época*, 30 de janeiro de 1914, p. 2.

²⁵⁹ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*, 31 de janeiro de 1914, p. 1.

A construção do amor de Albertina e Paulo enquanto um crime, considerado um elemento central para a ocorrência da morte da esposa do oficial também ganhava forma no jornal *A Época* através de uma linguagem distinta. Buscando construir estratégias alternativas de leitura, a folha cujo perfil destinava-se a atrair a maior quantidade de leitores possível lançava mão de fotografias e desenhos que pudessem simbolizar a ilegitimidade do amor dos cunhados.



Imagem 10. Fotografias de Albertina, Paulo e Edina *A Época*, 01 de fevereiro de 1914, p.7.

Na legenda da imagem constava a seguinte descrição: “ I. D. Albertina do Nascimento, o móvel da sangrenta tragédia, II – 2.º tenente Paulo do Nascimento, acusado como autor da morte de sua esposa. III- D. Edina do Nascimento Silva, a infeliz vítima”²⁶⁰. A escolha do posicionamento da fotografia de Albertina entre os retratos de Edina e Paulo coincidiam com a ideia apresentada na legenda, mostrando que d. Albertina seria a razão das desavenças do casal e da morte de sua própria irmã. O uso de fotografias que ganhavam cada vez mais espaços nos impressos cariocas do início do século XX²⁶¹ orientava formas de leitura

²⁶⁰ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*, 31 de janeiro de 1914, p. 7.

²⁶¹ BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

alternativas durante o período da Primeira República. Com o alto índice de analfabetismo na capital federal ao longo da Primeira República²⁶², os recursos imagéticos auxiliavam na criação de outras formas de leitura, constituindo-se enquanto símbolos que ao serem compartilhados permitiam apreensões distintas das narrativas produzidas sobre o caso.

O uso de imagens nas narrativas jornalísticas pretendia também “causar sensação” no público leitor, dando maior realismo às narrativas jornalísticas por oferecer rostos aos protagonistas da história *Tragédia da rua Januzzi*. Na medida em que as narrativas textuais dos jornais produziam o sensacional, fotografias dos criminosos e da vítima criavam uma amalgama do extraordinário e do cotidiano, construindo uma interface entre o banal e o excepcional. Os textos que usavam vocabulários emocionais e apropriavam-se de características estéticas do melodrama, por mais que ganhassem ares ficcionais, eram protagonizadas por personagens ordinários, residindo justamente nesta ambiguidade uma dimensão que tornava tais notícias tão atraentes aos leitores.

A ideia que “Paulo amava Albertina loucamente” demonstra como determinados amores poderiam ser considerados como construtivos e edificantes enquanto outros estariam relegados à categoria de amores destrutivos, nocivos e desestabilizadores. Os efeitos perversos de determinadas formas de amor eram preocupações recorrentes de juristas que se dedicavam aos estudos dos “crimes de paixão” durante o período da Primeira República. O jurista Bento de Farias publicou, anos depois do crime, um artigo no jornal *O Paiz* demonstrando que o sentimento do amor poderia apresentar duas faces:

Não é racional que, igualmente, existam, pelo menos, dois amores?

Um - alegre, vivo e sadio, sem remorsos e sem mágoas, o jovem e belo amor que, torna a vida encantadora e que nos recompensa; o outro - triste, queixoso, doentio, mais próximo das lágrimas que do riso, que enerva, que nos torna estúpidos, que nos faz sofrer cruelmente.

Amar, faz bem. Estar apaixonado é outra coisa.

Tal estado, como tudo quanto esta palavra comporta de covardia, cegueira, tolice e melancolia é, não há dúvida, um

²⁶² De acordo com Tânia Regina Luca, no que tange ao índice de leitores em potencial do país, esse correspondia em 1890 ao valor estimado de 15% que aumentaria timidamente para 25% no censo de 1900. Em 1920, na Capital Federal o índice de iletrados chegava a 42%, em parte graças às levas de imigrantes que dominavam a escrita e a leitura. Ver: LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luiza. (org.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

envenenamento da alma inteiramente comparável às outras intoxicações chamadas voluntárias.²⁶³

O amor vivido à margem do casamento por Paulo e Edina configurava-se como esta segunda forma de amor, capaz de enervar, desestabilizar e levar as mais diferentes pessoas ao sofrimento. Na virada do século XIX para o XX, juristas e médicos consagravam a instituição do casamento como um espaço legítimo das práticas amorosas e sexuais em detrimento das relações extraconjugais de amasiamento e de amores que se estendiam às casas de prostituição. O casamento canalizaria as práticas sexuais e amorosas para um terreno do sadio e estável, longe dos amores promíscuos e recorrentemente associados a doenças e desequilíbrios. A relação amorosa entre Albertina e Paulo implicava necessariamente na instabilidade da instituição oficial que unia Edina e o tenente, configurando-se como um amor doentio e inconstante.

Por sua vez, para além dos benefícios individuais, o matrimônio era considerado por médicos como necessário e fundamental ao progresso e crescimento de uma nação.

É pelo casamento que podemos organizar uma sociedade sã e forte de que, para o seu progredir, tanto precisa o nosso país, onde havendo relativamente à área habitável, tão poucos habitantes, duas terças partes aproximadamente são prejudicadas pela trindade horrível – a síflis, a tuberculose, o álcool – e os outros males haurido nas fontes da vagabundagem, do vandalismo e da sodomia, agindo em favor da debilidade e da degeneração das raças e da despovoação.²⁶⁴

Neste trecho, o médico Crescênio Antunes de Silveira coloca o casamento enquanto uma estrutura central para o desenvolvimento de uma sociedade sã e forte por garantir a perpetuação dos seus cidadãos, sem recair em distúrbios sexuais, morais ou mesmo na degeneração das raças. A preservação desta estrutura era vista como um eixo central no qual se erguia um país, sendo os amores paralelos ao casamento – como de Albertina e Paulo - uma ameaça à sua manutenção. As cenas de amor protagonizadas no lar do casal Nascimento e Silva

²⁶³ FARIA, Bento de. Intoxicação passional, *O Paiz*, 11 de fevereiro de 1925, p.3.

²⁶⁴ SILVEIRA, Crescencio Antunes. Preceitos em torno do casamento. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1908, p.11. Apud. ROHDEN, Fabiola. *A arte de enganar a natureza : contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2003. p. 27.

mostrava o desrespeito dos amantes frente à instituição matrimonial por consumarem o caso romântico no seio familiar destinado à Edina e Paulo, em meio a criados, familiares e à própria esposa. Mesmo na nação brasileira republicana, na qual o Estado configurava-se enquanto a laico, a herança dos valores católicos perpetuava concepções de matrimônio como uma união sagrada e indissolúvel. Se a relação extraconjugal dos cunhados corrompia o casamento de Paulo, seu caráter não virtuoso residia também no grau de sensualidade que a relação assumia nos jornais. Na ocasião dos depoimentos das criadas, os jornais relataram que Jarbas do Nascimento, irmão da vítima, ao cruzar com o tenente Paulo na delegacia, chamou-o publicamente de “sedutor” e “assassino”. A cena retratada pelos jornais ganhara destaque na folha *O Imparcial*, compondo a manchete do dia da notícia sobre o caso. A ideia do tenente enquanto um sedutor que sem qualquer constrangimento protagonizava cenas eróticas com sua cunhada frente a familiares e criados destituía de pureza e legitimidade a relação que este possuía com sua amante, por indicar a sensualidade e não um amor íntegro e romântico como base desta relação²⁶⁵.

No entanto, o amor de Albertina e Paulo ainda reservava ao público leitor outro desdobramento. Os depoimento de D. de Alcina Nabuco, irmã da vítima, e seu marido, Alberto Nabuco, revelaram que da relação com Paulo “resultou para Albertina o estado de gravidez, perfeitamente visível.”²⁶⁶ Segundo o testemunho de Alcina, ao atingir o quinto mês de gestação, sua irmã foi retirada de sua residência indo para casa de uma família que alugava cômodos, retornando dias depois de automóvel na companhia do tenente Paulo. Alcina revelou que “acreditava que sua irmã Edina não só não ignorava o estado de gravidez de Albertina, bem como a causa de enfermidade que a retinha no leito.”²⁶⁷ O marido de Alcina, Alberto Nabuco, afirmou que durante o ocorrido estava em Goiás, mas que ao retornar ouviu das pessoas da casa que Albertina teria abortado, “fato que o enojou”, sabendo apenas “que um médico da estação do Méier, de cujo nome não se recorda ministrara a ‘Filhinha’ os medicamentos precisos para o aborto, a

²⁶⁵ Ao analisar crimes que tinham como motivação conflitos advindo de historia de amor, Rauch identificou a necessidade de que determinados amores comprovassem pureza, romantismo e uma ausência de sensualidade para que ganhassem legitimidade social. Ver: RAUCH, André. *L’amour à la lumière du crime: 1936 – 2007*. Paris: Hachette Littératures, 2009. p. 34.

²⁶⁶ O DESFECHO de um drama íntimo: continua o inquérito na delegacia do 10º distrito. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1914, p. 3

²⁶⁷ Idem.

pedido do tenente Paulo”²⁶⁸ O médico a que se referia o casal Nabuco era Dr. Aristides Caire, membro da Farmácia Popular do Méier, que frente às acusações explícitas dos jornais forneceu uma entrevista ao *Correio da Manhã* afirmando que em nada participara deste crime “monstruoso”, por “considerar o aborto um assassinato!”²⁶⁹

Os depoimentos dos cunhados apresentados nos jornais geravam suspeitas ainda mais graves sob as figuras do tenente Paulo e Albertina. A morte de D. Edina desdobrava-se numa série de transgressões morais presentes no seio da família Nascimento e Silva que geravam debates de temas até então sensíveis à sociedade carioca da Primeira República. As folhas referiam-se a morte do filho de Albertina e Paulo enquanto um “crime monstruoso”²⁷⁰ e “nefando”²⁷¹ e não se furtavam a fornecer detalhes sobre o ocorrido. Através do colega de imprensa Álvaro Monteiro de Barros, os jornalistas do jornal *A Noite* conseguiram um “furo” de reportagem ao entrevistar sua mãe, Mme. Monteiro de Barros, dona da casa de cômodos em S. Cristovão que abrigou Albertina, grávida, durante alguns dias no ano de 1912.

A senhora relatou ter alugado o quarto ao tenente Paulo para nele residir sua irmã que tinha o apelido de Filhinha. A relação a princípio causava estranhamento à senhora, pois “durante o tempo que esteve em casa, sempre Paulo que se dizia solteiro a visitava, sempre com muita intimidade”²⁷². Mme. Monteiro percebia que Albertina “estava com o ventre crescido”, o que era justificado pela moça e seu irmão enquanto uma enfermidade dos ovários. Na noite dez de outubro, a senhora ouvira gemidos muito fortes e indo conferir o que ocorria viu que a moça estava com uma hemorragia, dando a luz momentos depois a um menino bastante fraco.

A criança nasceu raquítica, mas vivia, porque chorou tão alto que minha filha ouviu o choro, estando a grande distância. Tratei da criança. Durante esse tempo um moço que estava em minha casa foi chamar o tenente. (...)

²⁶⁸ O DESFECHO de um drama íntimo: continua o inquérito na delegacia do 10º distrito. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ O DESFECHO de um drama íntimo: o tenente Paulo do Nascimento é acusado de um monstruoso crime, 30 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁷¹ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes! *A Época*, 01 de fevereiro de 1914, p. 7.

²⁷² O CRIME da rua Januzzi: revelações sensacionais. *A Noite*. Última Hora, 31 de janeiro de 1914, p. 3.

Quando voltei vi que o tenente tinha posto a criança numa caixa. Disse-lhe então: - Para onde o senhor vai levar essa criança? Isso é um crime!

Ele respondeu: - Também ele não vingaria mesmo... (...)

No dia seguinte ao do parto, a moça só queria o 'irmão' perto de si. Tudo para ela era Paulo.

Este voltando à casa, disse-me que havia entregado a criança à polícia.(...)

O tenente então declarou que ele era irmão, pai, marido, tudo dela.(...)

Saiu e foi buscar um automóvel. Voltou com o auto, carregou sua "irmã" no colo e desapareceu.²⁷³

A entrevista de Mme. de Barros concedida à folha *A Noite* foi publicada pelos demais jornais envolvidos na elucidação da *Tragédia da rua Januzzi*. As folhas apropriavam-se do relato da senhora buscando dar luz a detalhes que permitiam narrar como teria ocorrido a morte do filho de Albertina e Paulo. Se por um lado esta entrevista legitimava a acusação de um infanticídio, por outro vinha também provocar sensações de horror no público leitor, pela riqueza de detalhes sobre o ocorrido na referente noite. A exposição minuciosa do assassinato de um recém-nascido pode a princípio ser compreendida como um contrassenso. Por que o público leitor desejaria consumir aquilo que lhe causaria horror? Uma possível hipótese explicaria a atração dos leitores por tais notícias por estas justamente comporem cronologicamente e tornarem inteligíveis determinados crimes que transgrediam princípios fundamentais e considerados naturais pela sociedade carioca da Primeira República.

Enraizada em uma concepção de infância ligada à vulnerabilidade²⁷⁴, as notícias de "crimes de sensação" abordavam as práticas de infanticídios e aborto recorrentemente a partir de vocabulários de nojo se referindo como um ato "monstruoso" e "repugnante". O sentimento de horror frente ao assassinato de recém-nascidos também estaria atrelado à ideia da morte de seres frágeis e puros,

²⁷³ O CRIME da rua Januzzi: revelações sensacionais. *A Noite*. Última Hora. Rio de Janeiro. 31 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁷⁴ Phillipe Ariès demonstra como ao longo dos séculos XVII e XVIII foi gestado um modelo de infância que implicaria em representações sociais de fragilidade, pureza, e necessidade de proteção e cuidados. Até então, crianças eram notadas pela sua debilidade, incapacidade produtiva e irracionalidade, sendo recorrentes práticas de infanticídio que orientadas a partir de uma lógica utilitária de infância pretendia substituir aquelas consideradas excessivamente frágeis e incapazes de corresponder às expectativas. O processo de designação de ingenuidade e inocência destes seres resultaria no desenvolvimento de cuidados de higiene, educação e a formação de um seio familiar propício para um desenvolvimento sadio destes indivíduos indefesos. Ver: ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

por aqueles que justamente lhes deviam proteção, sem possuir qualquer participação, responsabilidade ou meios de evitar a sua morte.

Numa segunda dimensão social, a prática de infanticídio contestava o princípio de instinto materno considerado natural à mulher. Os temas de aborto e infanticídio mobilizavam diversas vezes juristas e médicos para compreensão dos motivos que levariam uma mãe a assassinar o próprio filho. Duas hipóteses eram recorrentemente colocadas como justificativas: a ideia da corrupção da natureza feminina pelos avanços da civilização e a tentativa de ocultação da desonra sofrida.²⁷⁵ Se pela primeira, a mulher renunciaria a seu papel de mãe em prol da vaidade e em busca da satisfação dos seus desejos mundanos; pela segunda, seriam mulheres que buscariam esconder a todo custo a desonra sexual que sofreram. O Código Penal de 1890 mostrava-se complacente com os casos de mulheres que praticavam infanticídio como reparação da honra perdida, ao reduzir o período de reclusão penal.

Art. 298 – Matar recém nascido, isto é, infante nos sete primeiros dias do seu nascimento, quer empregando meios diretos e ativos, quer recusando à vítima os cuidados necessários à manutenção da vida e impedir sua morte. Pena: prisão celular por seis a vinte anos e quatro anos.

Parágrafo único: Se o crime for perpetrado pela mãe, para ocultar desonra própria, pena – prisão celular por três a nove anos.

No início do século XX, a participação da mãe no infanticídio enquanto atenuante da pena recebida era tema de debates entre juristas e médicos²⁷⁶. Enquanto alguns as qualificavam enquanto “feras”, outros, como médico Antonio José Pereira Neves, defendiam que as mulheres de “boa reputação” que recorriam a este recurso extremo para ocultar desonra deviam ser objeto de compaixão e não de ódio ou vingança. Para este médico, o crime de infanticídio era cada vez mais praticado por mulheres de honra imaculada.

É mais vezes cometido por mulheres, não de condição baixa, mas por aquelas de uma honra e reputação imaculadas. Estas,

²⁷⁵ ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*.

²⁷⁶ Para melhor compreender a complexidade dos debates de juristas e médicos sobre infanticídio no início do século XX ver o livro de Fabíola Rohden.

possuídas de sentimentos nobres, excogitavam imenso meios para encobrir sua prenhez e da à luz debaixo de todo o segredo; então, não é raro que se exponham involuntariamente ao risco de extinguir a vida a seu filho. Sim, o susto, o receio de perder sua honra e de patentear sua fraqueza excitarão sal alma e produzirão em seu organismo um estado como de alienação. De certo, tal estado deve antes suscitar-nos compaixão do que ódio ou vingança.²⁷⁷

Em consonância com esta perspectiva, as folhas construíam uma versão do infanticídio na qual Albertina não seria a protagonista do crime, mas uma vítima, refém de sua desonra. Na ocasião dos depoimentos de Alcina e seu marido, Albertina fora convocada a depor. Segundo o jornal *A Época*, a senhora chorava na delegacia frente à situação que enfrentava.

D. Albertina que durante o tempo em que se conservou ao lado de sua tia estava calma, logo que essa senhora se retirou, tornou-se tarciturna.

Em certa ocasião, mesmo vimo-la chorar.

É que com certeza naquele momento, tinha a noção perfeita da posição em que se colocara perante à sociedade, o seu sedutor, primo-irmão e cunhado.

Porque, afinal, sendo o móvel dessa tragédia, d. Albertina é uma vítima.²⁷⁸

Eram recorrentes nas folhas diárias as descrições de Albertina em situações de fragilidade. No momento da confissão do aborto, o jornal *O Paiz* também relatou que “fora entre prantos que d. Albertina disse que na verdade tinha sido desvirginada”²⁷⁹. No entanto, a senhora afirmou que por seu estado emocional não se recordava de ter ouvido a criança chorar ao nascer, isentando Paulo da responsabilidade da morte de seu filho. A mobilização de um vocabulário de compaixão para construção da figura de Albertina, sempre em situação de choro, desespero, arrependimento contrapunha-se a imagem de Paulo sempre descrito pela ausência de emoções. A própria entrevista de Mme. Monteiro de Barros contribuía para composição deste quadro ao narrar o tenente Paulo enquanto artífice da morte de seu filho, colocando-a ainda vivo em uma caixa, sem lhe prestar qualquer tipo de socorro.

²⁷⁷ Neves, A. J. P. Acerca do infanticídio. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839, p. 49 apud. ROHDEN, Fabiola. *A arte de enganar a natureza : contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*, p. 56

²⁷⁸ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*. 31 de janeiro de 1914, p. 2.

²⁷⁹ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*. 02 de fevereiro de 1914, p. 3.

Enquanto as mulheres de classe social mais baixa recorrentemente procuravam a polícia para solucionar conflitos de ordem sexual, moças de classes média e alta - assim como Albertina - poderiam apelar a parentes próximos para evitar a vergonha pública ao prestarem queixa à polícia²⁸⁰. A honra sexual da mulher era essencial para construção de uma base familiar e fundamental para comprovação da virtude feminina²⁸¹. No entanto, mesmo nos debates jurídicos sobre desonra e crimes sexuais, mulheres que vinham de seios familiares sólidos e que não apresentavam precedentes imorais não eram objeto de repulsa ou condenação. Ao contrário, eram consideradas enquanto vítimas, ludibriadas por um sedutor. Diferente das moças de camadas empobrecidas ou que não tivessem origem em seios familiares ajustados, as moças consideradas “de família” eram caracterizadas pela ingenuidade e inocência, entregando-se aos amantes somente em situações de falsas promessas amorosas²⁸².

Nas folhas cariocas Albertina era descrita enquanto uma mulher que, até então imaculada, fora seduzida por seu primo, o real responsável pela tragédia. A escolha por esta versão dos fatos, também coincidia com uma opção por uma estética melodramática popular. Nos melodramas domésticos, atravessavam histórias de heroínas, vítimas de sedutores ardis que resultavam na desonra sexual frente ao universo familiar patriarcal²⁸³. A mácula sexual seria um terrível segredo que ao ser revelado ameaçava a hierarquia familiar. Os sedutores coincidiriam com a figura de vilania do tenente Paulo, construído pelos jornais como insensíveis e cínicos, encarnações do próprio mal, que o levavam por onde passavam.

No entanto, a desonra sofrida, mesmo que colocada numa posição de vítima, era objeto de preocupação familiar, principalmente ao ser exposto em detalhes pelos jornais cariocas. A mulher solteira e não virgem podia representar o desprezo dos homens, a ausência de um matrimônio, ou pior, a decadência na

²⁸⁰ Marta Esteves e Sueann Caulfield demonstram que a maioria dos processos sexuais do final do século XIX e início do XX eram de mulheres trabalhadoras, enquanto casos de mulheres de classe média e alta seriam casos isolados. Ambas levantam enquanto hipótese a possibilidade destas mulheres recorrerem a parentes próximos para solucionar tais questões.

²⁸¹ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940)*, p. 26.

²⁸² Ibid. p. 77.

²⁸³ WALDOWITZ, Judith R. *City of Dreadful Delight: narratives of sexual danger in Late-victorian London*, p. 86.

prostituição²⁸⁴. Após os relatos do infanticídio, D. Albertina ingressou no Asilo Bom Pastor, um convento destinado a mulheres que teriam tido sua honra maculada. Desta forma, os asilos de mulheres eram instituições aos quais eram atribuídos o papel de reguladores sociais²⁸⁵, responsável pela educação e gestão daquelas mulheres que ao serem desonradas, tornavam-se vulneráveis à sociedade. O ingresso e reclusão nos asilos também representavam o arrependimento e uma forma de reparação ao mau passo dado. O jornal *O Imparcial* julgava o feito de Albertina como uma tentativa de remissão dos pecados cometidos frente à sua irmã.

D. Albertina, talvez cheia de remorsos, desde anteontem, deixou o seio da família do dr. Eugênio Nascimento e Silva, seu irmão, para recolher-se ao Asilo Bom Pastor. Entregue às preces, d. Albertina passa os dias na sua cela, pensando assim redimir seus pecados.²⁸⁶

A reclusão no Asilo Bom Pastor por D. Albertina foi recebida com alvoroço pelos jornalistas que a todo custo queriam entrevistar a amante de Paulo. O jornal *A Noite*, em primeira mão, publicou uma visita que teria feito juntamente com o Dr. Ayres Couto, após supostamente tê-lo surpreendido a caminho do asilo. D. Albertina, com o “rosto pálido, abatido”, “estava tão triste que despertava compaixão”. A senhora afirmou que se sentia mal em meio à família e que decidira “renunciar ao mundo, a tudo.”²⁸⁷ Apesar de nada ter mudado em sua declaração sobre o suposto infanticídio, a reportagem do jornal *Noite* construía um momento de redenção da amante de Paulo. Em meio a choros, suspiros, Albertina recolhia-se em silêncio e orações, como forma de expiações de seus pecados.

O diálogo reproduzido entre Albertina e o delegado Ayres Couto pelo jornal *A Noite* foi publicado em palavras semelhantes pelo *Correio da Manhã*, *A Época* e *O Paiz*, tendo as duas últimas folhas afirmado que não estiveram no local. Talvez nenhum desses jornais tenha assistido de fato essa conversa, sendo o diálogo reportado pelo próprio delegado aos jornalistas e, de forma criativa, os

²⁸⁴ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940)*, p.77.

²⁸⁵ GONCALVES, M. A. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico-higienista. In: ALMEIDA, A. (Org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo. 1987, p. 33-53.

²⁸⁶ A TRAGEDIA da rua Januzzi: o inquérito continua. *O Imparcial*, 11 de fevereiro de 1914, p.5.

²⁸⁷ O CRIME DA rua Januzzi: revelações sensacionais. *A Noite*, 10 de fevereiro de 1914, p.3.

diários *A Noite* e *Correio da Manhã* relataram como se tivessem presenciado o que ocorrera, com o objetivo de tornar a história mais atraente aos leitores.

De acordo com a extensa manchete do *Correio da Manhã*, a entrada de D. Albertina no asilo também apontava para a regeneração de uma mulher desonrada “O Asilo Bom Pastor: o refugio das pecadoras. Penitência e Regeneração. A protagonista da tragédia da rua Januzzi é a ultima asilada. Ela diz que renuncia ao mundo.”²⁸⁸ O jornal dedicou uma pagina inteira à reportagem sobre a entrada de Albertina no asilo. Após descrever minuciosamente a entrada do prédio, a folha definia o papel social daquele ambiente “cheio de misticismo”²⁸⁹

Mas qual o fim prático que tem na vida, aliada à sua imensa fé religiosa? Precisamente, a proteção material e moral dispensada à incalculável legião de mulheres que um dia se sentem baquear na sociedade, por haverem esquecido, em um momento de fraqueza, os seus preconceitos e não terem, depois, coragem para enfrentar a corrente da opinião publica que se volta contra elas, com a ponta de um punhal que não perdoa.²⁹⁰

Exaltando elementos místicos e sobrenaturais o *Correio da Manhã* entrevistara freiras do convento que declaravam ter como missão “regenerar mulheres que cometiam faltas, por meio de penitências”²⁹¹. Mais uma vez, a escolha pelo tratamento de seu ingresso num convento como uma redenção e regeneração da personagem dava ares melodramáticos à narrativa da trajetória de Albertina do Nascimento: após diversos percalços a personagem lutava para alcançar o reconhecimento de sua virtude²⁹². O ingresso no asilo e a renúncia ao mundo eram colocados pelos jornais como um divisor de águas na trajetória de Albertina Nascimento. A amante que tivera um filho com o marido da sua irmã abandonava o lugar de deflorada para ingressar no mundo de virtuosidade das mulheres asiladas.

²⁸⁸ ATRAVÉS DAS grades de um convento: O Asilo Bom Pastor, refugio de pecadoras. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Idem.

²⁹² BROOKS, Peter. *The melodramatic Imagination : Balzac, Henry Jamens, Melodrama and the Mode of Excess*, p. 28.

3.5. A construção do monstro

Em oposição à regeneração da amante, a personagem de Paulo encarnava a figura de um vilão, insensível e cínico, que lhe usurpara a honra, assassinara a esposa e sufocara o filho até a morte. A ausência de consternação frente à perda de sua esposa era colocada pelos jornalistas enquanto um traço evidente de uma personalidade cínica e criminoso do oficial.

O momento da morte de Edina narrado pelos jornais também foi marcado pela insensibilidade e perversidade de Paulo que nada fizera para socorrer sua esposa. Após descobrir a gravidade do ferimento, ao invés de chamar a Assistência, o tenente se retirou de casa e dirigiu-se à residência de seu cunhado Alberto Nabuco. A privação de cuidados médicos, ao invés de ser interpretada como uma possível desorientação de Paulo frente à morte de sua mulher era defendida pelos jornais como um ato calculado que indicava um desejo da morte de sua consorte.

Para o repórter d'O Paiz, “mesmo que se tratasse de um suicídio, o procedimento do oficial, deixando sua esposa já moribunda, sobre o leito cerca de três horas, sem chamar um socorro médico, tratando-se de um caso grave, deixaria patente sua perversidade.”²⁹³ Diferente dos recorrentes casos de uxoricidas movidos à paixão que justificavam seus crimes por uma privação de sentidos²⁹⁴, a figura de Paulo do Nascimento era construída nos periódicos como um assassino que desejava secretamente a morte de sua esposa, chegando mesmo a planejá-la. O argumento de privação de sentidos era muitas vezes utilizado enquanto uma manobra jurídica capaz de absolver uxoricidas, por tratar o assassinato como um momento de loucura momentânea, um intervalo infeliz na vida de homens honestos que não possuiriam índole criminosa²⁹⁵. De forma distinta, a ausência de remorso, tristeza ou culpa do tenente Paulo construía não somente uma personalidade perversa, mas a ideia de uma premeditação do crime.

No entanto, com as revelações das criadas sobre os encontros sexuais protagonizados por Albertina e Paulo e as cenas do infanticídio descritas por Mme. Barros, as caracterizações do tenente ganhavam cores cada vez mais

²⁹³ A DERRADEIRA contenda: continuam as investigações. *O Paiz*, 29 de janeiro de 1914, p. 3.

²⁹⁴ Sobre os discursos da imprensa que saíam em defesa de uxoricidas. Ver: OTTONI, Ana. *Flores do vício: imprensa e homicídio de meretrizes no Rio de Janeiro da Primeira República (1896 - 1925)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

²⁹⁵ CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do Manicômio Judiciário na passagem do século*, p. 113.

sombrias. Com a denúncia de infanticídio o oficial foi elevado a uma segunda categoria: a da monstruosidade. Para o repórter da sessão criminal d'*A Época*, “o oficial perdia a forma humana para se tornar um verdadeiro monstro”²⁹⁶. A partir deste momento do caso, avolumavam-se indícios nos jornais do caráter sombrio de Paulo, retratado também pelo jornal *Correio da Manhã* não somente como vilão insensível, mas “um criminoso repugnante”²⁹⁷ que assumia uma “hedionda proporção.”²⁹⁸ A mobilização destas folhas de um vocabulário de nojo para caracterizar o protagonista do caso, demonstra como nas narrativas de “crimes de sensação”, o nojo seria uma emoção marcante para construção do sensacional, dando contornos de horror a determinadas práticas sexuais, a violação de normas e a personalidades criminosas.

Eram recorrentes as caracterizações da morte de Edina do Nascimento por descrições que pretendiam evocar sensações de nojo e horror nos leitores. “Cenas de sangue”²⁹⁹, “sangrenta tragédia”³⁰⁰, “luta medonha”³⁰¹ eram expressões que apareciam em profusão nas notícias da *Tragédia da rua Januzzi*. O esforço protagonizado pelos jornais *A Época* e *Correio da Manhã* ao qualificarem o criminoso como um monstro pode ser explicado pelo fascínio presente na construção de uma personagem que seria uma mistura de homem e animal, isolado dos códigos morais compartilhados pelos homens civilizados, que os permitiam viver em sociedade. O criminoso monstro seria somente pulsão, paixão, agressão, violência e perversidade. Na medida em que o monstro provocaria “sensação” pela sua anormalidade, ele também seria fonte de repulsa. A escolha destas folhas por transformar um vilão insensível em um monstro, destituindo de características humanas, tem como objetivo encerrar qualquer possível fonte de identificação e compaixão dos leitores/observadores com esta personagem.

²⁹⁶ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: um crime monstruoso. *A Época*, 30 de janeiro de 1914, p. 2.

²⁹⁷ O DESFECHO de um drama íntimo: a viúva Monteiro de Barros foi ontem interrogada em sefreto pelo delegado Ayres do Couto. *Correio da Manhã*, 2 de fevereiro de 1914, p. 3.

²⁹⁸ O CASO da rua Januzzi: D. Edina foi matematicamente assassinada, disse-nos o diretor do Gabinete Médico-Legal. *A Noite*, 26 de janeiro de 1914, p. 1.

²⁹⁹ CRIME OU suicídio? A esposa de um tenente com o crânio varado por uma bala. *O Imparcial*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

³⁰⁰ TRAGEDIA CONJUGAL: as providências da polícia. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

³⁰¹ Idem.

A ideia de monstrosidade no saber médico-jurídico foi analisada por Foucault na figura do mostro humano, demonstrando como tal personagem implicava nas transgressões de leis tanto jurídicas como naturais³⁰². O monstro violaria a um ponto máximo a moralidade, colocando em cheque códigos e princípios sociais enraizados e naturalizados em uma determinada sociedade. Ao assassinar o próprio filho, Paulo colocava em debate a autenticidade de um “o amor paterno” e a concepção do dever de proteção aos recém-nascidos - considerados criaturas vulneráveis, puras e merecedoras de proteção.

A caracterização da repugnância de Paulo e sua índole criminosa passava ainda por um último elemento. Ao apresentar o crime, o noticiário de *O Paiz* retratava que “o tenente Nascimento Silva, de um certo tempo a esta parte, apanhara o vício de ingerir cocaína e, em tão fortes doses, que às vezes ficava desvairado.”³⁰³ A associação de transtornos emocionais com o uso exacerbado da substância alotrópica contribuía para construção de uma personagem cuja moral encontrava-se há tempos desviada. As críticas ao uso da droga encontravam ressonâncias em outras folhas que associavam a frieza e índole criminosa do oficial com o consumo exagerado da cocaína. Segundo o *Jornal do Brasil*, Paulo possuía o “vício da cocaína, a ponto de ficar em completo estado de insensibilidade”³⁰⁴, fazendo uso do “terrível tóxico”³⁰⁵ diversas vezes durante seu depoimento na delegacia. Desta forma, a ausência de emoções de Paulo era atribuída tanto a um desejo premeditado de assassinar sua esposa quanto ao uso que o oficial fazia de uma substância que no início do século, ainda que permitida, começava a ganhar tons obscuros pela capacidade de conduzir à decadência moral.

Os temores frente aos efeitos colaterais ao uso da cocaína já vinham sendo retratos por escritores e cronistas, preocupados com a droga euforizante. Em 1914 a cocaína não era ainda considerada uma droga ilícita, sendo vendida em farmácias como anestésicos e clandestinamente em cafés, como um euforizante elegante. Com o advento da República, o impulso pela modernização fez com que outras drogas como o haxixe e o ópio fossem substituídas pelo éter e pela

³⁰² FOUCAULT, Michel. *Os anormais*.

³⁰³ A DERRADEIRA contenda: um caso suspeito. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

³⁰⁴ TRAGÉDIA CONJUGAL: continua o inquérito na delegacia do 10º distrito. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

³⁰⁵ Idem.

cocaína³⁰⁶. Considerada um “vício novo” por Coelho Neto, o escritor afirmava que “uma pitada de cocaína era mais funesta que um litro de cachaça.”³⁰⁷. A substância despertava compreensões ambíguas na época, por possuir os efeitos sensivelmente atraentes, mas resultados colaterais pouco conhecidos³⁰⁸. Utilizada por artistas e poetas, a cocaína era ora apresentada como substância capaz de levar o homem a outros estágios de consciência e ora como um elemento de decadência moral. Na *Tragédia da rua Januzzi*, se a droga era colocada pelo repórter do *Jornal do Brasil*, como responsável pela insensibilidade do oficial, em outros momentos, o uso da substância era associada à agressividade e descontrole de Paulo que ao potencializar seu estado irascível e nervoso, levava-o a assassinar sua própria esposa.

De resto, e isso está provado, o tenente Paulo fazia da cocaína um uso exagerado. Por esta razão, andava constantemente com o seu sistema nervoso atribulado por preocupações de toda a sorte. Vinham-lhe as horas de crise, angustia e as mais se acentuava então sua irascibilidade; sobrevinham-se as contrariedades, os aborrecimentos e os efeitos da cocaína não se faziam tardar, degenerando, mais tarde, mais discussões ásperas, cruéis, que tinha com a esposa.

Meça-se tudo isso e bem pode ser que o esposo de D. Edina, que é um viciado, tenha agido sob o impulso da cocaína traiçoeira, a que ele se socorre diariamente.³⁰⁹

O uso desregrado de cocaína compunha a personagem do oficial enquanto um homem que estaria em um estado de decadência moral. Degenerado, viciado, o jovem oficial era apresentado como ora inerte, insensível aos fatos, ora como agressivo e angustiado pelo uso da substância. O gosto por costumes morais permissivos mostrava a inclinação do tenente por um estilo de vida distante dos valores familiares e próximo às paixões violentas. As associações pelas narrativas dos crimes de sensação do uso de cocaína com estágios emocionais ligados às práticas criminais condiziam com uma tendência jurídica repressora do uso de drogas. Os efeitos colaterais do uso de determinadas substâncias foram objeto de

³⁰⁶ REZENDE, Beatriz(org.). *Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão*, p.20.

³⁰⁷ NETO, Coelho. Vício Novo. In: REZENDE, Beatriz. *Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão*, p. 71.

³⁰⁸ REZENDE, Beatriz. *Op. cit.* p.23

³⁰⁹ O DESFECHO de um drama íntimo: o que foi a tragédia da madrugada de ontem, na residência do casal Nascimento e Silva. *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

discussão tanto no campo jurídico quanto médico³¹⁰ por serem qualificadas como ameaças sociais, cuja circulação deveria ser controlada pelo Estado. Na medida em que nas notícias como da *Tragédia da rua Januzzi* os repórteres associavam práticas criminais com o uso da cocaína, estes contribuíam com um movimento médico-jurídico que já no início do século XX enaltecia os efeitos perigosos do consumo de substâncias alótropicas. A repressão à venda de tais substâncias teve início alguns anos após a morte de D. Edina, em 1921, com o decreto 4.294/21 que estabelecia penalidades aos contravetores de ópio, haxixe, cocaína entre outras drogas.³¹¹ A construção da figura do tenente Paulo como um criminoso repugnante, muito longe da sofisticação, buscava estender as sensações de horror e nojo para além da figura do oficial, mas também às práticas de infanticídio e aos usos da substância alótropica que já ganhava ares degradantes neste contexto urbano carioca.

Frente aos contornos de monstruosidade que sua figura ganhava nos periódicos, tenente recorreu aos jornais com o objetivo de responder às acusações que sofria. Mesmo alegando ao *Correio da Manhã* que todos os jornais faziam “insinuações pífidas”³¹² ao seu respeito, Paulo Nascimento concedeu entrevistas ao *A Noite*, *Jornal do Brasil*³¹³, *O Paiz*, e *Correio da Manhã*, com o intuito de defender-se publicamente e expor sua versão da história. A escolha do oficial em conceder uma entrevista aos jornais *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil*³¹⁴ e *A Noite*³¹⁵ pode ser justificada pelo porte das gazetas destes jornais,

³¹⁰ Sobre os debates médicos e as formas de controle policial de criminalização das drogas, ver: SILVA, Maria de Lourdes. *Drogas - da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UERJ, 2009.

³¹¹ REZENDE, Beatriz. *Op. cit.* p.21.

³¹² O DESFECHO de um drama íntimo: o tenente Paulo Silva é acusado de um monstruoso crime. *Correio da Manhã*, 01 de fevereiro de 1914, p. 3

³¹³ A TRAGEDIA conjugal: o inquérito caminha vaporosamente. *Jornal do Brasil*, 02 de fevereiro de 1914, p. 8.

³¹⁴ De acordo com Marialva Barbosa, junto a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Paiz* tinha uma circulação de 150mil exemplares na primeira década do início do século XX, sendo consideradas as folhas mais expressivas da cidade. Ver: BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.41.

³¹⁵ Enquanto em meados de 1908 a linha editorial do jornal *O Paiz* possuía maior penetração junto a políticos, literatos e grupos dominantes, anos depois, com sua fundação em 1911, a folha *A Noite* ficara conhecida por “cortar transversalmente diferentes públicos da capital federal”. Ver: CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Irineu Marinho: a imprensa e a cidade*. São Paulo: Editora Globo, p.151. O crescimento contínuo do periódico é notável, quando em 1920, contava com uma tiragem final de 200mil exemplares, enquanto o jornal *O Paiz*, em franca decadência, publicava cerca de 3mil exemplares. Ver: BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.59.

que diferente *d'O Imparcial* e *A Época*, possuíam uma estrutura e capacidade de publicarem uma quantidade maior de exemplares a um número maior de leitores³¹⁶.

Nas entrevistas concedidas, o esforço de Paulo estava em construir uma imagem de um “esforçado trabalhador e aplicado em excesso”³¹⁷, fazendo menção às publicações de conferências, às traduções de livros e a artigos escritos sobre assuntos militares e de defesa nacional. Como uma forma de atestação do seu caráter, Paulo divulgou uma nota elogiosa do Sr. Ministro da Guerra, à sua figura enquanto oficial.

Quaisquer que sejam os méritos, por ventura lobrigados em nosso trabalhos são eles na máxima parte devidos aos meus esforçados auxiliares capitão Antonio Marties, e 2º tenente Paulo do Nascimento Silva, principalmente a esse ultimo, que pela sua inteligência, preparo e amor a profissão e extraordinária capacidade, honra o Exército do Brasil em qualquer país civilizado.³¹⁸

A mobilização de um símbolo de um bom trabalhador em sua entrevista teria como objetivo de restaurar sua honra maculada pela imprensa. Esteves demonstra como nas defesas masculinas de acusados de crimes sexuais, as argumentações residiam na construção de uma imagem de um homem trabalhador. O homem honesto seria um indivíduo dedicado ao seu ofício, considerado responsável e capaz de discernir o certo do errado. A vida de um homem dedicado ao trabalho seria incompatível com vícios permissivos, como a dependência de cocaína e até os amores ilícitos³¹⁹. Desta forma, o tenente negava as acusações de boemia e o uso desenfreado de cocaína. Segundo ele, comprava a referida substância na farmácia e usava ocasionalmente como um analgésico. A publicação da entrevista pelo jornal *A Noite* foi justificada pelo desejo de fornecer

³¹⁶ O jornal *O Imparcial* publicou uma suposta entrevista feita com o tenente. No entanto, as declarações em muito se pareciam com as informações concedidas pelo oficial ao jornal *A Noite*. O repórter d'O Imparcial queixava-se nesta reportagem da dificuldade em entrevistar Paulo Nascimento, afirmando que tivera que utilizar “um truc”, para conseguir “chegar a presença do oficial”. Apresentando um resumo de declarações de Paulo, em muito parecido com o que já haviam sido publicadas no dia anterior pela folha rival, possivelmente, o repórter forjava uma entrevista com o *militar*. Ver: SUICIDIO, NÃO, crime! A esposa de um tenente com o crânio varado por uma bala. *O Imparcial*, 02 de fevereiro de 1914. p. 6.

³¹⁷ A TRAGEDIA da rua Januzzi: o indiciado ainda está em liberdade. *A Noite*, 31 de janeiro de 1914, p.1.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

uma abordagem imparcial ao crime, “informando com maior segurança os nossos leitores”. No entanto, a abordagem dada às declarações de Paulo pelo jornal demonstrava como a fala do oficial era publicada com o intuito de desacreditar qualquer defesa de Paulo. Para a folha, “no decorrer dessa conversa, o oficial acusado nenhum argumento poderoso apresentou que pudesse destruir os indícios contra ele existentes.”³²⁰

Descrito na entrevista do jornal *O Paiz* com “o rosto emagrecido”³²¹, irreconhecível, o tenente negava possuir um caráter irascível, demonstrando todos os presentes que dera a sua esposa, como prova do afeto e do cumprimento do seu dever de marido. Nas três entrevistas concedidas, o oficial buscou exaltar suas qualidades de um bom esposo, mostrando as caixas de pó de arroz, os postais, cartões amorosos e as botinas e roupas novas que dera a sua mulher. A imagem enfraquecida do oficial publicada pelo *Paiz* vinha de encontro com o mostro insensível construído ao decorrer do crime. Com a tentativa de caracterizar-se como um homem trabalhador, generoso, dedicado à esposa e ao lar, o tenente Paulo recorria aos diários – mesmo que estes o criticassem extensamente – buscando reverter a imagem de “homem mostro”, um criminoso frio e “repugnante” que a cada dia se tornava mais real nas páginas dos jornais. Ao mostrar fragilidade e fraqueza, o tenente pretendia despertar compaixão dos leitores. No entanto, as próprias folhas tratavam de desautorizar suas entrevistas, neutralizando o esforço do oficial. De um marido carinhoso, a personagem de Paulo do Nascimento sofria gradativamente uma transformação nas folhas jornalísticas. Através de um vocabulário do nojo, os repórteres construíam a figura de um assassino que seria um monstro, cuja paixão, raiva e pulsão levaram a assassinar sua mulher e até o seu filho ao nascer. Incapaz de sentir empatia e isolado de todos os códigos morais, a abordagem dada a esta personagem buscava encerrar qualquer possível identificação dos leitores com a sua figura.

³²⁰ A TRAGEDIA da rua Januzzi: o indiciado ainda está em liberdade. *A Noite*, 31 de janeiro de 1914, p.1.

³²¹ A DERRADEIRA contenda: Far-se-há exumação? *O Paiz*. Rio de Janeiro: 02 de fevereiro de 1914, p.4.

3.6. “O triste fim de Eugêninha”

A situação de isolamento da amante de Paulo no Asilo Bom Pastor, suscitou diferentes estratégias entre os jornalistas que desejavam revelar ao público possíveis elementos que se encontravam ainda em segredo na *Tragédia da rua Januzzi*. A repórter do jornal *A Rua*, Eugênia Brandão protagonizou um episódio singular neste momento. Declarando estar desgostosa com a vida após um romance malsucedido, a jornalista decidiu se internar no Asilo Bom Pastor para se dedicar à vida religiosa. O “triste fim de Eugênia” foi relatado por alguns periódicos, como o *Jornal do Brasil*³²², que informaram com pesar a decisão da jovem repórter de abandonar sua ascendente carreira. No entanto, o ingresso no convento tratava-se de um artil, criado pela jornalista para conseguir entrevistar a amante do tenente Paulo.

A arriscada empreitada da repórter quase se tornou um fracasso. Dias antes de sua entrada no asilo, Paulo havia retirado sua amante do internato, com o intuito de se casarem. Sem encontrar Albertina, Eugênia decidiu entrevistar outras mulheres internadas, com o objetivo de publicar suas impressões sobre a vida no claustro religioso e os dramas que as teriam conduzindo ao Asilo Bom Pastor³²³. Porém, a repórter ainda enfrentou uma segunda adversidade. Ao entrar no internato, teve que entregar todos seus objetos às freiras, inclusive sua máquina fotográfica, sem que conseguisse obter fotografias do convento. A empreitada da jornalista foi interrompida pela denúncia de Emílio Alvim, repórter do *Correio da Noite*³²⁴, que se dirigiu pessoalmente ao convento para desmascarar a repórter Eugênia.³²⁵ Com a denúncia, a jornalista questionada pelas madres do convento e foi convidada a retirar-se do local.³²⁶

³²² UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*, 30 de janeiro de 1914, p. 2.

³²³ O jornal *O Imparcial* publicou uma matéria no dia 16 de maio de 1914, elogiando o feito da companheira de trabalho, Eugênia Brandão.

³²⁴ De acordo com Magalhães Junior na obra *O fabuloso Patrocinio Filho*, *O Correio da Noite* era um jornal impopular, de propriedade de Victor da Silveira, então deputado heremista, e portanto, defensor extremado do marechal.

³²⁵ A VIDA dos conventos: Impressões e aventuras da Eugêninha que preferiu o misticismo da cela a vida intensa da reportagem. *O Imparcial*, 16 de maio de 1914, p.3.

³²⁶ A coleção do jornal *A Rua* referente ao mês de abril e maio de 1914 encontra-se desaparecida no Acervo da Biblioteca Nacional. Após conversar durante meses com os bibliotecários da instituição – que se mostraram bastante solícitos – obtive como resposta que infelizmente os números relativos às reportagens de Eugênia estariam perdidos dentro da própria biblioteca. No

A tentativa frustrada de Eugênia foi objeto de pilhéria no *Correio da Noite*. Através de uma matéria publicada na primeira página do jornal, o repórter Emilio Alvim desdenhava do esforço de Eugênia, qualificando a tentativa do “furo” jornalístico, como um “furo furado”.³²⁷ Enquanto todos ainda acreditavam que a repórter permanecia enclausurada no asilo por motivos pessoais, Alvim afirmou que esta só conseguira se passar enquanto asiladas por 48 horas, sem máquina fotográfica e sem conseguir entrevistar D. Albertina. Para o repórter, Eugênia demonstrava como as iniciativas feministas no universo da imprensa carioca eram em geral mal sucedidas. No entanto, mesmo a falha tendo sido feminina, o jornalista do *Correio da Noite* afirmava ironicamente que não podia ser cavalheiro e ignorar o fato ocorrido.

Há pouco, surgiu uma outra “reportisa”, na imprensa carioca: a Exma. Sra. D. Eugênia Brandão, brasileira. Hável? Afirmam, os que lhe sabem o mérito que sim. Mas, hável ou não, temos o desgosto profundo de ir hoje prejudica-la em uma reportagem de sensação, que deve ter feito no Asilo do Bom Pastor. Perdoemos a prezada colega, mas antes que a qualquer motivo de cavalheirismo ou de ética jornalística precisamos atender à nossa boa figura de jornal moderno.³²⁸

A reportagem de Alvim tivera como respostas entrevistas de Eugênia publicadas em outros jornais, como *A Época* e *O Imparcial*, criticando a falta de companheirismo dos colegas de imprensa que a teriam denunciado às freiras do Asilo.³²⁹ A folha *A Época* elogiava o risco corrido por Eugênia, considerando-o “positivamente um gesto americano.” A ideia da educação à americana para mulheres ganhava aos poucos espaço na sociedade carioca da Primeira República, causando polêmica pela entrada de moças em espaços até então majoritariamente ocupados por homens, sobretudo, no mercado de trabalho.

Era uma nota ousada, do nosso jornalismo, positivamente um gesto americano, afirmando ainda por cima uma tendência da nossa mulher para o feminismo, pois que a mulher brasileira aos

entanto, se as matérias sobre o Asilo Bom Pastor se encontram perdidas, ainda é possível recuperar a repercussão do seu ato frente à comunidade jornalística.

³²⁷ Eugênia foi para um convento!.. mas, descoberta a sua vocação voltou para a rua. *Correio da Noite*, 14 de maio de 1914, p.1.

³²⁸ Eugênia foi para um convento!.. mas, descoberta a sua vocação voltou para a rua. *Correio da Noite*, 14 de maio de 1914, p.1.

³²⁹ JUNIOR, Magalhães R. *O Fabuloso Patrocínio Filho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.104.

poucos vai acentuando a sua energia e a sua coragem, tomando a vida de trabalho, ora como empregada pública, ora como agente de anúncios, ora como datilógrafa e agora como “repórter”!³³⁰

A mulher educada “à moda americana” associava a ideia de progresso de uma nação civilizada à formação de uma mulher decidida e independente.³³¹ Segundo este trecho d’ *A Época*, os gestos americanos seriam uma tendência que se acentuava na mulher brasileira, um sintoma do ingresso da nação na era da civilização. O andar só na rua, a liberdade sexual, o direito ao voto feminino, assim como o ingresso no mercado de trabalho, eram bandeiras, que se na década de 1920, ganhariam voz em personagens de destaque como Pagu e Tarsila do Amaral, neste momento já começavam a ser discutidas e vivenciadas. Apesar da presença de outras mulheres cronistas na imprensa - como Carmem Dolores e Julia Lopes de Almeida, já citadas neste trabalho - Eugênia era até então uma das primeiras repórteres mulher na sociedade carioca, merecendo a criação do neologismo de “reportisa” para sua função.³³²

Ao conceder a entrevista aos diários *O Imparcial* e *A Época*, os jornalistas faziam um jogo no qual ambos os lados fortaleciam suas folhas. Por um lado, Eugênia fornecia *avant lettre* informações sobre o que viu nas noites do Asilo Bom Pastor, garantido a estes jornais a possibilidade de publicar pioneiramente pequenas impressões do que ocorrera em sua empreitada. Enquanto por outro, Eugênia conseguia a possibilidade de desmentir as acusações do fracasso do seu “furo” jornalístico divulgado pelo *Correio da Noite* e promovia publicamente as matérias que seriam posteriormente publicadas pelo *A Rua*.

Com sua declaração à *Época*, a reportagem feita pela reportisa ganhava cores sensacionais: “O asilo não seria um asilo de convertidas, mas um hospício de mulheres que cá fora estariam em toda plenitude da sua beleza e das suas faculdades”³³³. A ideia de um convento que enclausurava e transformava mulheres desiludidas em loucas buscava justamente atrair o público leitor e garantir sua assiduidade quando suas reportagens fossem publicadas. Neste momento, as associações entre os diários torna possível identificar redes de solidariedade e

³³⁰ O FEMINISMO triunfa entre nós. *A Época*, 16 de maio de 1914, p. 2.

³³¹ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro*, p.141.

³³² JUNIOR, Magalhães R. *O Fabuloso Patrocínio Filho*, p.102.

³³³ O FEMINISMO triunfa entre nós. *A Época*, 16 de maio de 1914, p. 2.

disputa entre os jornalistas. Assim como na situação da exumação do corpo de D. Edina³³⁴, *A Época* e *O Imparcial* compartilhavam informações e uniam-se na promoção e defesa das notícias que seriam publicadas por Eugênia no jornal *A Rua*.

No entanto, a publicação da reportagem pelo *Correio da Noite* gerou uma segunda repercussão que também foi transformada em notícia. Indignada com a postura dos colegas, Eugênia foi à redação do *Correio da Noite* dizer uma série de impropérios ao jornalista Emilio Alvim³³⁵. Sem encontrar Emilio, iniciou uma discussão com Patrocínio Filho, o responsável pela gestão da gazeta naquele momento. O controverso e boêmio intelectual aproveitou-se da situação para publicar mais uma notícia em tom de pilhéria sobre a visita da repórter, ironizando as entrevistas concedidas aos outros jornais que apresentavam “uma linguagem que podia estar bem em toda a parte, menos nos lábios de tão gentil criatura”³³⁶. Eugênia que teria “comparecido em carne e osso e ‘em tailleur d’hiver’”³³⁷ atirou “toda a longa doçura envolvente dos seus dois grandes olhos pretos”³³⁸ em críticas a Patrocínio. Após acusações, a visita terminou com o entendimento entre os repórteres que selaram a paz com uma fotografia publicada na primeira página do jornal.

³³⁴ A análise das notícias sobre a exumação do corpo de D. Edina se encontra no capítulo 1 desta dissertação.

³³⁵ JUNIOR, Magalhães R. *O Fabuloso Patrocínio Filho*, p.102.

³³⁶ O FEMINISMO triunfa entre nós. *A Época*. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1914, p. 2.

³³⁷ O escândalo do Asilo: Eugênia fez como Ofélia. *Correio da Noite*. 15 de maio de 1914, p.1

³³⁸ Idem.

³³⁹ Idem.



Imagem 11. Fotografia do encontro dos repórteres Emílio Alvim e Eugênia Brandão. *Correio da Noite*. 15 de maio de 1914. p.1.

Patrocínio Filho tratou de explicar as posturas do *Correio da Noite*, buscando afastar as acusações de traição feitas ao jornal. Na verdade, Emílio teria ido ao asilo para tentar reconstruir os passos da repórter que misteriosamente encerrava sua vida no claustro. E, para sua surpresa, descobrira que se tratava de um ardil de Eugênia, retornando a redação e publicando a polêmica notícia. De forma bem humorada, José do Patrocínio explicava sua posição: “esse caso não seria absolutamente uma traição”, Alvim apenas cumprira “sua obrigação profissional”³³⁹.

A repórter também foi objeto de crítica pela revista *Fon fon*³⁴⁰, semanário ilustrado que se considerava uma revista moderna e abria parte de seu editorial para assuntos voltados ao público feminino. Segundo a revista, a proeza de Eugênia que causara sensação no público leitor em nada teria de grandioso. Pelo contrário, seria mais uma entre as reportagens sensacionais que passariam e

³³⁹ O escândalo do Asilo: Eugênia fez como Ofélia. *Correio da Noite*. 15 de maio de 1914, p.1

³⁴⁰ Sobre a revista *Fon-fon* e a construção de representações da modernidade e do feminino em suas páginas, ver MACENA, Fabiana Francisca. *Madames, mademoiselle, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-fon(1907-1914)*. Dissertação de Mestrado. UnB, 2010.

cairiam dias depois no esquecimento do público leitor³⁴¹. A revista publicou três fotografias da repórter: uma vestida como asilada, outra varrendo o chão do Asilo Bom Pastor e um ultima em sua reportagem em seus trajes de repórter.



Imagem 12. Fotografias forjadas pela repórter Eugênia Brandão. Revista Fon-fon. 23 de maio de 1914, p. 46.

As fotos publicadas pela revista *Fon-fon* sofreram duras críticas de partes de alguns jornais. A folha *O Paiz* que já elogiara Eugênia afirmando que esta introduzia “uma colaboração deliciosa”³⁴² à imprensa, apresentou um julgamento um tanto duro à repórter. Em uma coluna assina por Myosotis, a ação da jornalista foi considerada “um delírio, menos de máscula reportagem, que de bisbilhotice bem feminina...” A crítica da folha residia, principalmente no uso de trajes masculinizados pela jornalista, compreendidos enquanto esforços de renúncia do lugar social “feminino” ao qual pertencia.

Repare junto comigo leitores e principalmente as leitoras e vejam se a graciosa “repórter” não parece um minho “mal amanhado”, um rapaz deselegante e até, Deus me perdoe... um tipo vestido às pressas, um ator de terceira ordem em teatro por sessões!

Que me desculpe a novel repórter, mas o chapéu masculino não lhe assenta, assenta-lhe tão mal quanto mal lhe ficou a reportagem sensacional (?) que fez! (...)

³⁴¹ UMA REPORTAGEM sensacional. *Fon-fon*., ano 8, n.21, 23 de maio de 1914, p.46.

³⁴² O PAIZ, 14 de fevereiro de 1914, p. 3.

Para que, pois essa inútil tarefa de entreter o público com narrações mais ou menos fiéis, mais ou menos verídicas, de um lugar de trabalho, dor e expiação?!

Em todo caso... filosofemos: eu prefiro a Eugênia Brandão de avental e vassoura, à mesma senhorita de chapéu de homem e usando com a maior “gaucherie” os trajes de repórter de saias.³⁴³

A crítica do colunista do jornal *O Paiz* demonstrava uma resistência à participação de mulheres no campo da imprensa. Ao deixar-se fotografar com roupas mais masculinas, Eugênia causava controvérsia por simbolicamente mesclar sua identidade feminina com elementos masculinos: o chapéu e uma gravata. A proposta da repórter pode ser lida como um esforço de demonstração simbólica do ingresso de mulheres em um campo profissional até então predominantemente dominado por homens. A reportagem sensacional, pouco precisa, também era vista como uma tentativa ambiciosa de uma jovem jornalista que sem conteúdo buscava formas apelativas de ascensão profissional. Para o colunista, a matéria de Eugênia era de mau gosto, por tentar ludibriar e difamar um local religioso “de dor e expiação”. Ao afirmar sua preferência por Eugênia de avental e vassoura, o jornalista buscava reforçar padrões de comportamento que deveriam corresponder à identidade masculina e feminina, atribuindo práticas domésticas a um domínio feminino e a esfera do trabalho a um domínio masculino. A roupa masculinizada de Eugênia era uma transgressão por justamente tornar difusas identidades sexuais e padrões comportamentais que até então se encontravam bem definidos.

No entanto, a maior polêmica sobre a reportagem de Eugênia seria ainda com o jornal *Correio da Noite*. Buscando aproveitar-se da polêmica que o “furo” reportagem de Alvim gerara, o *Correio da Noite* lançou uma última – porém não menos hilariante e provocante – matéria sobre a empreitada de Eugênia Brandão no Asilo Bom Pastor. Sob a manchete “Era uma vez nosso companheiro. Emilio fez como Eugênia... mas ficou no convento”³⁴⁴, o jornal anunciava o desaparecimento do repórter Alvim que não comparecera ao serviço naquela manhã, deixando companheiros e familiares em grande agonia. No entanto, a uma da tarde os jornalistas tiveram o alívio de constatar que Alvim estava vivo. O repórter decidira abandonar a vida mundana e ingressar no Asilo Bom Pastor

³⁴³ MYOSOTIS. Simples Reparos. *O Paiz*, 30 de maio de 1914, p.2

³⁴⁴ ERA UMA vez... Nosso companheiro... *Correio da Noite*, 18 de maio de 1914, p. 3.

como noviça! A mentira que contava que o jornalista seguira os passos de Eugênia e entrara no Asilo Bom Pastor foi objeto de uma última reportagem em ataque à reportista. Através de uma suposta carta de despedida de Emilio, a folha narrava a despedida do repórter do universo mundano.

Perdoem a minha fraqueza de espírito. Mas o mundo é mesmo um vale de lágrimas! É muito triste a vida aí fora. (...) Já não sou mais criança. A morte pode surpreender, de repente, e fazer baquearem no túmulo, as minhas energias físicas já bem gastas. Estive metido em uma empreitada bem difícil. Provar que havia “reporters” no Rio que não pertenciam à classe dos evidentes, dos que concorrem com o incógnito dos agentes secreto de polícia. Foi uma triste lição!³⁴⁵

Pedindo desculpa pela sua “fraqueza de espírito”, após a polêmica na qual se envolvera para provar que uma repórter agia como uma agente secreta da polícia no convento, o jornalista descreveu o estado de alucinação em que ficara após as ameaças dos novos inimigos que criara. Via repórteres de lápis em punho recriminando-o pelo ato que cometera, objetivas fotográficas a todo instante se entreabriam criando um cenário de terror que impedia-o de dormir.

A noite de sábado passei toda em clara. O sono, por mais forte terrorista me escaldava o cérebro. Eu via, em torno de mim, “repórteres” e “repórteres”, de lápis em punho, arrancando-me satisfações do feio crime que cometera, anotando-me os erros de sintaxe, rindo sarcasticamente da minha situação de Judas arrependido. Objetivas fotográficas a todo instante se entreabriam e apanhavam a desolada carranca, para a exporem depois à execração universal. Era horrível!

Através desta reportagem, Emílio Alvim ridicularizava as declarações agressivas de Eugênia a outros diários cariocas e sua ida à gazeta para lhe tomar satisfação. O “furo” conseguira trazer distinção ao jornalista, que se mostrava mais ágil e inteligente que a colega, por ser capaz de descobrir informações secretas e expô-las ao público leitor. Para além de divertida, a disputa entre os repórteres criadas a partir da *Tragédia da rua Januzzi* nos evidencia os novos rumos da imprensa do início do século XX. Ao invés de artigos literários e políticos, o que movimentava as gazetas era a missão de trazer ao público

³⁴⁵ ERA UMA vez... Nosso companheiro... *Correio da Noite*, 18 de maio de 1914, p. 3.

informações cada vez mais novas e com mais rapidez. Ao publicarem ácidas declarações em periódicos diversos, os jornalistas mostravam a importância que ganhava nas redações, a construção da imagem de um repórter sagaz e investigativo, capaz de trazer novidades constantes ao público leitor.

A agressividade da contenda entre os jornalistas iria ainda um pouco mais além. Na reportagem, Emilio narrou como foi recebido como “primeiro ovelhinho”, recebendo um uniforme de asilada que lhe causou tanta felicidade que o repórter se esquece de retirar a cartola. A folha publicou uma montagem de um desenho de um corpo de uma mulher vestida com um uniforme de asilada do convento do Bom Pastor, junto à cabeça de Emilio, portando uma cartola.



Imagem 13. Paródia do jornal Correio da Noite com o feito de Eugênia Brandão. 18 de maio, p.3

As paródias das fotografias mencionadas referem-se às imagens de Eugênia Brandão publicadas pela revista *Fon Fon* – e provavelmente n’*A Rua* – nas quais a repórter posara com um uniforme de asilada e varrendo o chão do convento. Como a jornalista tivera sua máquina fotográfica confiscada ao entrar no asilo, esta tentara recompensar a ausência de retrato, publicando fotografias retiradas posteriormente. Desta forma, Emilio debochava da tentativa da colega de profissão de mascarar a ausência de imagens, forjando-as. A montagem até um pouco grosseira do repórter Alvim vestido de uniforme de asila remetia-se a

tentativa da jornalista de afirmar que aquelas imagens teriam sido de fato tiradas no Asylo Bom Pastor.

Emilio concluiu sua reportagem, contando que naquela mesma noite já tinha sido precocemente consagrado “irmão” e recebido o hábito de irmã do Bom Pastor. Apesar de não poder contar detalhes do seu dia, “pois sua carta estava sendo escrita sob a censura da irmã superiora”, o repórter enviava uma segunda fotografia, vestido com o habito religioso. A segunda montagem publicada pelo jornal era o rosto do repórter em um corpo de uma freira portando um hábito.



Imagem 14. Paródia do jornal *Correio da Noite* com o feito de Eugênia Brandão (2). 18 de maio de 1914, p.3.

A montagem feita pelo *Correio da Noite* demonstra como a disputa entre os jornalistas passava ainda pelo debate da moralidade. A paródia que pretendia demonstrar a farsa que envolvia as fotografias de Eugênia surgia justamente do debate de exclusão de determinadas mulheres e formas de amor socialmente inaceitáveis em asilos religiosos. A partir destes elementos polêmicos que os jornalistas do *Correio da Noite* construíam suas sátiras, colocando o rosto de Emilio no corpo de uma mulher de hábito. Ao elaborarem uma sátira que transgredia princípios morais religiosos, a folha mostrava como a situação estapafúrdia de um homem que virava asilada e madre superiora era tão plausível como as fotos forjadas por Eugênia Brandão.

A reportagem se encerrava com uma despedida do jornalista ao mundo e um recado à colega Eugênia, lamentando que esta não tivesse tido a sua sorte de permanecer no Asilo Bom Pastor.

Adeus caros companheiros. Previnam à minha família, porque as irmãs não me reconhecem mais família. A minha família agora são as ovelhinhas do Bom Pastor, das quais, em breve, com a vocação que revelei, serei com certeza, o madre abadesso.

Reparam como comecei esta carta triste e como a estou acabando alegre?

Saudades a minha ex-colega Eugênia Brandão. Digam-lhe que sinto muito que ela não tivesse a sorte que eu tive. –Emílio Alvim³⁴⁶.

O ataque à repórter nas páginas do *Correio da Noite*, por mais que sejam leituras divertidíssimas, nos demonstram como o terreno dos “crimes de sensação” não eram apenas espaços anedóticos e sangrentos da imprensa, mas campos férteis para as disputas e debates entre jornalistas sobre temas que marcavam a modernidade: a produção de notícias até então num fluxo nunca visto, o ingresso da mulher no mercado de trabalho e as práticas de amor desviantes. Os crimes que encerravam em si mistérios alimentavam a busca e a competição por mais e cada vez mais secretas informações capazes de elucidar os crimes em questão. No entanto, a busca desenfreada por notícias, em última instância, deveriam atender as demandas do público leitor, trazendo temas que seriam sensíveis e de interesse dos seus consumidores. O debate da moralidade mostrava-se então, um terreno fértil para a construção de notícias e os furos jornalísticos. A naturalização de um gosto sórdido dos leitores pelos chamados “crimes de sensação” mascara a complexidade deste tipo de fenômeno social. Através das notícias *Tragédia da rua Januzzi*, podemos ver, como atreladas a estratégias narrativas atraentes, estas notícias se tornavam sedutoras por justamente levantarem debates sensíveis à sociedade carioca do início do século, discutindo temas como: as formas de amor aceitáveis, a decadência dos casamentos de conveniências, as identidades femininas e os papéis sexuais na instituição do casamento.

³⁴⁶ ERA UMA vez... Nosso companheiro... *Correio da Noite*. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1914, p. 3.

4.

“ Nas elásticas malhas da justiça carioca”

Alguns crimes se consagram pela sua dificuldade de solução e realização de um julgamento. Desde *Jack, o Estripador*³⁴⁷, em Londres, ao *Crime do Restaurante Chinês*³⁴⁸, em São Paulo, mortes que não tiveram testemunhas oculares ou provas materiais cabais permearam o universo de histórias de crime de difícil elucidação. Com encerramento do inquérito, a *Tragédia da rua Januzzi* aparentemente chegava ao fim com mais perguntas do que respostas. Se o laudo dos médicos legistas indicava tanto a possibilidade de homicídio como de suicídio, com base em que elementos seria possível formular a culpabilidade ou inocência do tenente Paulo? E, se os testemunhos retratavam a vida turbulenta do casal seria isso suficiente para elucidar a autoria da morte de D. Edina?

Frente à dificuldade do estabelecimento cabal da culpa do acusado e à necessidade de defesa de seus direitos, os debates que surgiam nos diários cariocas durante o preâmbulo do julgamento do tenente Paulo davam margem a uma última discussão: a questão da cidadania no regime republicano. De acordo com seus propagandistas, o novo sistema político se afirmava pelo fim dos privilégios³⁴⁹, “prometendo trazer o povo para o proscênio da atividade política”³⁵⁰. Logo, a construção de uma justiça coerente com os valores republicanos deveria encontrar formas de julgar a todos isonomicamente, estabelecendo critérios de provas racionais, que não levassem em conta privilégios de origem ou interesses pessoais. Mas quais seriam tais critérios e formas de julgar capazes de assegurar e regular a relação entre indivíduo e Estado, garantindo o acesso à justiça e o direito à liberdade de todos os cidadãos, independente de sua origem social?

Se por um lado os jornais buscavam trazer “sensação” ao público ao procurar fornecer um desfecho à *Tragédia da rua Januzzi*, as narrativas do

³⁴⁷ Uma ótima análise sobre as narrativas sensacionais na imprensa sobre Jack, O estripador, consta em WALDOWITZ. Judith R. *City of Dreadful Delight: narratives of sexual danger in Late-victorian London*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

³⁴⁸ Sobre o *Crime do Restaurante Chinês* ver: FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*.

³⁵⁰ Id. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*.

julgamento publicadas em 1915 - quase dois anos após a morte de D. Edina - evidenciam como a atração dos leitores pelas notícias de crime não se restringia apenas a um desejo mórbido pelas narrativas sensacionais. Tendo em vista o intenso fluxo de produção de reportagens criminais nos jornais cariocas no início do século XX,³⁵¹ a permanência ao longo de anos de alguns casos enquanto dignos de serem discutidos e punidos publicamente indica como determinadas histórias encontravam recepção do público leitor para além do seu caráter sangrento. Tais notícias de crime tornavam-se arenas de discussões de questões atreladas à justiça que atravessavam o regime republicano em diferentes períodos.

A demora do julgamento do tenente Paulo recebeu muitas críticas da imprensa. Por parte dos jornais, tal protelação evidenciava um suposto tratamento diferenciado da justiça ao oficial, que seria protegido pela polícia e pelo sistema judiciário por pertencer à classe militar. Frente a tal suposição, na ocasião do julgamento o noticiário criminal das grandes folhas reservou considerável espaço ao evento, recuperando falas dos advogados de defesa e acusação. As narrativas dos trabalhos no Tribunal do Júri traziam consigo uma dúvida: a justiça republicana recairia de fato sob os membros de “patente e altas posições políticas”³⁵², ou estaria restrita “aos pequenos e humildes”?³⁵³

Condenado a 16 anos e 6 meses de prisão, a sentença final do julgamento parecia dar por encerrada essa dúvida³⁵⁴. No entanto, o caso que aparentemente encontrava-se encerrado ressurgiu nas folhas cariocas dois anos depois, em 1917. Chamado de “uxoricida” e “celerado” pela imprensa no momento da condenação³⁵⁵, o tenente Paulo reapareceu nas páginas do jornal *Gazeta de Notícias*, em uma entrevista, com uma personalidade distinta daquela divulgada pelos jornais durante o inquérito e o primeiro julgamento. Preso e emocionado, Paulo do Nascimento descrevia-se como vítima de um conluio da imprensa, da polícia e de seus inimigos familiares³⁵⁶. O oficial afirmou que nunca matara ninguém, sendo sua condenação um caso de um erro judiciário, por ter sido

³⁵¹ BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa – 1900-2000*.

³⁵² MEDEIROS, Campos. A condenação do tenente Paulo. *A Época*, 24 de dezembro de 1915, p.1.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ UM CRIME célebre: o tenente Paulo do Nascimento foi condenado a 16 anos e seis meses de prisão. *Correio da Manhã*, 23 dezembro de 1915, p. 3.

³⁵⁵ UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

³⁵⁶ AS CONSCIÊNCIAS do cárcere: a palavra de um condenado. *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1917, p. 8.

condenado sem provas. Iniciava-se, aí, um último movimento do processo. A partir de argumentos que se anunciavam nas palavras então proferidas pelo tenente, o advogado Luís Franco impetrou um pedido de revisão criminal. O recurso ao ser aprovado pelo Supremo Tribunal Federal devolveu os direitos militares a Paulo do Nascimento³⁵⁷ e resultou na realização de um segundo julgamento, quatro anos após a entrevista, em 1922. De forma surpreendente, neste último recurso o tenente foi considerado inocente, sendo solto e reintegrado ao corpo do Exército³⁵⁸.

As folhas diárias cariocas colocaram em evidência os motivos nos quais se basearam tal absolvição. Neste momento, o debate travado pelos jornais concentrava-se em um segundo ponto do tema dos direitos do cidadão no Estado republicano: a necessidade de apresentação de provas racionais para que o Estado pudesse exercer a autoridade de retirar o direito à liberdade de determinados indivíduos. Mas no que se consistiria tais provas, no caso da *Tragédia da rua Januzzi*? Os pareceres inconclusivos dos peritos ou os testemunhos familiares, possivelmente tendenciosos? Se, para serem justos, os julgamentos deveriam ser construídos a partir de olhares neutros e objetivos, em detrimento de julgamentos subjetivos e interesses pessoais³⁵⁹, os tribunais poderiam estar alheios a avaliações passionais dos jurados, enquanto julgadores de crimes construídos como sensacionais pela imprensa? Afinal, qual seria o alcance e o poder transformador das folhas cariocas ao comporem suas “narrativas de sensação”?

Para responder a tais questões, neste capítulo tenho como objetivo investigar as diferentes representações feitas pelos diários cariocas sobre os dois julgamentos a que foi submetido o tenente Paulo do Nascimento, analisando as distintas seleções de argumentos e de uma gramática emocional que indicariam a culpabilidade e a inocência do réu. Procurarei também reconstruir o debate em que se inseriam as críticas jornalísticas no que tange à discussão sobre a construção do sistema jurídico e a questão da cidadania no regime republicano. Por fim, pretendo compreender o porquê da modificação do veredito do tenente

³⁵⁷ O TENENTE Paulo quer ser reintegrado nos direitos militares. *A Noite*, 06 de dezembro 1921, p. 2.

³⁵⁸ O SEGUNDO julgamento do tenente Paulo: o tribunal do júri, por 5 votos contra 2, absolve o acusado. *Correio da Manhã*, 23 de fevereiro 1922. p.6.

³⁵⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

Paulo, analisando os diferentes contextos políticos e o papel transformador da imprensa neste processo.

4.1. A justiça para todos?

Nos meses que se seguiram à morte de D. Edina, as primeiras críticas que recaiam sobre a forma de condução do inquérito e do julgamento residiam nas imunidades concedidas ao tenente Paulo pelo delegado Ayres Couto. Ao se propor a entrevistar o militar, o repórter policial da folha *A Noite* questionava por que mesmo após acusações de espancamento de sua esposa e das denúncias do caso extraconjugal com sua cunhada, o tenente ainda permanecia em liberdade. Segundo o repórter, Paulo Nascimento coagia testemunhas que poderiam levar esclarecimento ao caso “se não fossem as ameaças profusamente distribuídas pelo tenente.”³⁶⁰ Para o jornalista, os privilégios concedidos ao oficial não eram exceção, mas “uma prova de que urge modificar, ‘de fond em comble’, essa forma de processo de que, com a maior facilidade, se desvencilham os poderosos e que só exerce seu rigor com os humildes.”³⁶¹ Para o repórter d’*A Noite*, a resistência do delegado Ayres Couto a requerer a prisão preventiva do oficial evidenciava as disparidades do sistema jurídico republicano, cujo procedimento mostrava-se mais condescendente com os altos segmentos sociais e mais rigoroso com as camadas empobrecidas.

A constatação da associação entre pobreza e criminalidade presente tanto nas reportagens de crime como nas ocorrências policiais foi objeto de estudo recorrente no campo historiográfico brasileiro³⁶². A presença nas folhas cariocas de notícias que veiculavam este binômio social marcou o período da Primeira República, principalmente ao associarem às práticas desviantes e os segmentos

³⁶⁰ A TRAGÉDIA da rua Januzzi: o indiciado ainda está em completa liberdade! *A Noite*, 01 de fevereiro de 1914, p. 1.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Sobre a associação entre pobreza e criminalidade nas reportagens de crime, ver: PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma : sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Campinas:Unicamp, Mestrado, 2003. MATTOS, Rômulo Costa. *Pelos pobres ! As campanhas pela construção de habitações populares e os discursos sobre as favelas na Primeira República*. Niteroi: UFF, Tese de Doutorado, 2008. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

sociais mais pobres com a ideia de ócio e vadiagem.³⁶³ O trabalho de Sidney Chalhoub demonstrou como reportagens criminais ao veicularem e buscarem naturalizar a ligação entre pobreza e criminalidade dialogavam com discussões que extrapolavam o espaço das gazetas jornalísticas, sendo publicadas num contexto de debates acerca da repressão à ociosidade e das estratégias de difusão de uma disciplina de trabalho.

De forma diversa, o que podemos perceber na notícia publicada pelo jornal *A Noite*, não se trata de um esforço de criminalização dos segmentos populares, mas um questionamento do tratamento desigual dado a indivíduos de classes sociais distintas pelo sistema jurídico do regime republicano brasileiro. A folha que em outros momentos naturalizava a relação entre criminalidade e pobreza, nas notícias sobre o inquérito da morte de D. Edina contestava como as imunidades concedidas ao tenente Paulo inseriam-se numa conjuntura de uma justiça descriminalizadora que feria um princípio fundador do regime republicano: o direito natural e irrevogável dos indivíduos à igualdade social. A ideia que a justiça brasileira recaía somente sobre os humildes demonstrava as contradições e os limites de um regime republicano que, herdeiro de uma sociedade imperial, era ainda marcado por privilégios e hierarquias sociais. Ganhando o lugar da primeira página do diário, a crítica do repórter policial do jornal *A Noite* era bem explícita ao acusar a justiça brasileira de utilizar “dois pesos, duas medidas”³⁶⁴ para julgar crimes cometidos por homens de patente e possuidores de influência política.

Não se tratasse de um oficial do Exército, e já o acusado de tão negro crime teria sofrido todas as torturas comunmente postas em prática em nossos perigos e ridículos inquéritos policiais que se arrastam com uma lentidão de preguiça em prejuízo da justiça.(...) Mas já oito dias molemente decorreram, com depoimentos extensíssimos, ricos de pormenores que nenhuma relação têm com o crime; os laudos da perícia legal ainda não foram entregue à autoridade; e, enquanto isso, o acusado ameaça em cartas ou pessoalmente, promove tranquilamente a sua inocência pelo terror, empenha-se, emprega todos os esforços para conseguir os meios de perturbar a serena perquirição e o julgamento calmo e imparcial do caso em que se acha envolvido.

³⁶³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*.

³⁶⁴ A TRAGÉDIA da rua Januzzi: o indiciado ainda está em completa liberdade! *A Noite*, 01 de fevereiro de 1914, p. 1.

São dois pesos e duas medidas, dois critérios diametralmente opostos, um para os que dispõem de alguma parcela de influência, outro para os humildes, com a agravante, neste caso, de que a prisão preventiva amplamente se justifica pela grande garantia que é necessário dispensar às pessoas que podem concorrer para a elucidação de um caso que interessou toda a sociedade.³⁶⁵

Os extensos testemunhos tomados, o parecer inconclusivo dos peritos e a negação do pedido de prisão preventiva eram procedimentos que não ocorreriam em vazio de poder. O inquérito e o julgamento que deveriam ser guiados por princípios racionais e imparciais, pelo contrario, construíam categorias e hierarquias, nas quais determinados indivíduos escapavam ao rigor da justiça republicana. A reivindicação de isonomia no sistema jurídico brasileiro encontraria ecos também na folha *O Paiz* e em *O Imparcial*, que durante o inquérito atentou para o tratamento privilegiado concedido ao tenente. Em meio à notícia sobre o resultado da exumação do corpo de D. Edina, após a coluna do Dr. Dupont (escrita por Elysio de Carvalho) o repórter policial do *O Imparcial* comentou como o tenente Paulo “não encontrou quem lhe embargasse os passos com um justo pedido de prisão preventiva”³⁶⁶. Para o repórter, se as imunidades oferecidas ao tenente demonstravam as imperfeições do regime republicano brasileiro, por outro lado revelavam que estes privilégios não eram aleatórios, mas estavam atrelados a interesses pessoais bastante específicos.

Por que razão a escandalosa imunidade concedida ao tenente Paulo, contra todos os hábitos policiais e à revelia de todas as leis?

Quem está protegendo, permitindo-lhe francamente a faina a que ele está agora dedicado de baralhar o inquérito, de modo a preparar a impunidade para os novos crimes, mediante a absolvição próxima?

Dado esse escândalo é justo o ceticismo com que o público já descrê da sinceridade com que os médicos da polícia marcham e contra-marcham em contradições num exame pericial que a ninguém parece tão difícil.

Poderá alguém achar impertinência em que se exija que a lei seja igual para todos?³⁶⁷

³⁶⁵ A TRAGÉDIA da rua Januzzi: o indiciado ainda está em completa liberdade! *A Noite*. Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1914, p.1.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ A TRAGÉDIA da rua Januzzi: o indiciado ainda está em completa liberdade! *A Noite*, 01 de fevereiro de 1914, p. 1.

Desta forma, a notícia publicada pelo diário *O Imparcial*, além de colocar em debate os extravios dos ideais da ordem política brasileira, buscava também, já na década de 1910, questionar o inquérito policial e os tribunais enquanto espaços e procedimentos que pretendiam reconstruir a verdade dos fatos de incidências criminais. Se ao tenente eram concedidos extravagantes privilégios – permitindo-se que este ficasse em liberdade mesmo após todos os testemunhos e acusações – o que podia garantir que não seriam também os pareceres inconclusivos dos peritos uma forma de evitar a sua culpabilidade? Para o repórter, a resistência do delegado Ayres Couto a requerer um pedido de prisão preventiva só poderia ser explicada por uma suposta ligação superior do oficial a alguma figura política protetora. Desta forma, os tribunais que por excelência deveriam se caracterizar pela ausência de paixões e interesses pessoais mostravam-se perpassados por implicações políticas.

Além de deslegitimar as formas de apuração do inquérito, o jornal mostrava como a reivindicação de uma justiça isonômica atrelava-se a uma acusação mais séria: as imunidades concedidas ao tenente não ocorreriam por uma simpatia ou constrangimento em punir um membro da corporação militar, mas por uma manipulação total do sistema jurídico devido a interesses particulares. Teoria conspiratória ou não, a folha não podia provar tal ligação, mas questionava quem estaria protegendo o oficial para que ele pudesse ameaçar testemunhas e permanecesse ainda em liberdade.

A insatisfação frente à hesitação de um requerimento de prisão preventiva ao tenente encontrou dois dias depois reforços em outro jornalista da folha *A Noite*. O intelectual, médico e jornalista, Maurício Campos de Medeiros, na coluna intitulada “O Momento”, também exigia a prisão do militar - dirigindo a princípio suas críticas à desorganização da instituição policial.

Este crime da rua Januzzi tem servido apenas para mostrar a profunda desorganização nos nossos serviços públicos. Há quinze dias vive a população desta cidade enervadamente preocupada com este problema: - o tenente matou a mulher o a mulher matou-se? (...)

E assim vai indo esse inquérito aos trambolhões.

Há já indícios suficientes de criminalidade do tenente, não tanto do crime de assassinato como do de sevícias à mulher,

espancamento de menor e infanticídio. Até agora não foi requerida a prisão preventiva do indigitado.³⁶⁸

A partir da leitura da coluna do jornalista, a indiferença do delegado Ayres Couto com o requerimento de uma prisão preventiva tratava-se de um dos elementos que compunha uma série de incompetências do Serviço Médico Legal e da polícia enquanto órgãos auxiliares do sistema punitivo brasileiro. Para Campos de Medeiros, o pedido de exumação do corpo de D. Edina e a preservação da liberdade do tenente durante o inquérito demonstravam à população a ineficiência dos órgãos públicos na apuração e punição dos crimes.

A preocupação com a exemplaridade destes casos frente à população também encontrou espaço no jornal *A Época*, dias antes do julgamento do tenente. A audiência que já tinha sido adiado uma primeira vez, por o juiz Dr. Costa Ribeiro ter declarado suspeição no caso, fora novamente postergado para o dia 23 de dezembro de 1915, devido ao não comparecimento de dois jurados. O procedimento que fora em parte considerado correto pelo repórter, também foi alvo de preocupação devido à impressão causada nos espectadores presentes no edifício do Fórum, como mais uma estratégia do tenente para evitar seu julgamento. Para o repórter, o caso já se constituía frente ao público como mais um episódio no qual se previa a impunidade do réu.

Se bem que a opinião publica reconheça o procedimento correto do integérrimo juiz, é certo, todavia, que os comentários, ouvidos a propósito dos eternos adiamentos, que vão favorecendo o acusado, eram absolutamente desagradáveis para a maneira como no Brasil se exerce a justiça.

Toda a gente acredita que, no final das contas, o assassino da própria esposa, o amante da cunhada, e provavelmente, o repugnante filicida há de encontrar maneira de se escapar através das malhas elásticas da justiça carioca.³⁶⁹

O repórter d'*A Época* dava a ver que o adiamento do julgamento junto às imunidades já concedidas ao tenente era uma ação socialmente perigosa, por sugerir à opinião pública a possibilidade de impunidade daqueles que soubessem manipular as elásticas malhas da justiça carioca. No entanto, a suspeita que o tenente sairia impune não se concretizou. O oficial foi condenado a 16 anos e 6

³⁶⁸ Maurício Medeiros, *Mixórdia polício-pericial. A Noite. O momento*. Rio de Janeiro: 06 de fevereiro de 1914, p.1.

³⁶⁹ AINDA NÃO foi desta! O julgamento do célebre assassino, tenente Paulo do Nascimento foi adiado. *A Época*, 21 de dezembro de 1915, p.2.

meses em regime fechado em prisão celular. Mas a convergência de falas dos repórteres criminais cariocas acerca dos limites e extravios dos ideais republicanos nos leva a questionar o porquê da coalizão destes comentários neste momento específico do caso da *Tragédia da rua Januzzi*.

As críticas dos jornalistas evidenciam uma clara campanha pela condenação do tenente Paulo. Porém, as recorrentes reivindicações por um sistema punitivo que atuasse de acordo com o princípio de igualdade social seriam apenas o fruto de uma imprensa crítica das injustiças sociais? Ou as folhas mobilizavam este argumento buscando atrair leitores, ao se colocarem em oposição a uma figura que, diferente dos homens comuns, pertencia a um grupo social ao qual as leis não se aplicavam?

Uma pista que nos permite compreender melhor as escolhas estratégicas dos diários em se comprometerem, ou não, com determinadas causas, não se encontra exclusivamente no corpo das notícias, mas na identificação da trajetória dos jornalistas e sua relação com as gazetas jornalísticas em que escreviam. Um dia após o julgamento, Maurício de Medeiros propôs-se novamente a escrever sobre o caso, na coluna “Assunto do dia” na primeira página do jornal *A Época*. Meses depois da morte de D. Edina, Mauricio Medeiros, irmão de Medeiros e Albuquerque, se tornou livre docente das cadeiras de patologia geral na Faculdade de Medicina e de psicologia da Escola Normal do Distrito Federal³⁷⁰. Mas, qual seria o interesse de um médico e jornalista em dedicar uma coluna inteira, na primeira página do jornal, às ineficiências policiais ocorridas na *Tragédia da rua Januzzi*? Por que um ‘crime de sensação’, que a princípio era produzido pelos jornalistas para atender um público leitor mais amplo e vender mais cópias do jornal, recebera a atenção deste intelectual?

O engajamento de Campos Medeiros a princípio pode ser explicado por se tratar de um médico interessado nas ações do Serviço Médico Legal, fonte de muitos debates no momento da autópsia do corpo de D. Edina. No entanto, seu segundo artigo demonstra como tal hipótese não permite de todo compreender seu comprometimento em uma campanha em prol da condenação do Tenente Paulo. Uma leitura atenta deste artigo pode nos apontar o porquê da mobilização do médico na elucidação deste caso. Sem nenhuma referência a qualquer saber

³⁷⁰CALICCHIO, Vera. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*, p. 3673.

científico, nesta coluna Campos de Medeiros elogiava a condenação do tenente, afirmando que a culpabilidade do oficial estaria provada pelos testemunhos dos familiares que revelaram “os maus tratos infligidos à consorte; a sedução da cunhada, a sua mancebia com ela dentro do espaço conjugal”³⁷¹. O julgamento do tenente não se restringiria, desse modo, à questão do assassinato, pois segundo o intelectual, “mesmo que não fosse um assassino, (*o oficial*) deveria ser afastado da sociedade, como um elemento pernicioso, capaz de todas as torpezas.”³⁷².

Contudo, a coluna não se restringia apenas a um julgamento moral do oficial, mas coincidia com as declarações dos repórteres policiais das folhas *A Época* e *A Noite*, que publicadas um ano antes de seu texto já discutiam as desiguais formas de julgamento recorrentes no sistema jurídico republicano. Tomando como exemplo o episódio protagonizado pelo tenente Wanderley - acusado em 1910 de mandar assassinar dois estudantes que reagiram e contestaram seus superiores em um trote violento - o colunista questionava como “os homens de patente”³⁷³ recorrentemente escapavam às malhas da justiça brasileira.

A “dignidade da classe” ao contrario deveria exigir a confirmação do veredito do Júri, que arredara das fileiras um oficial que, positivamente, não pode honrar o Exército, já como cidadão, já como chefe de família, que nem o próprio lar soube respeitar.

Sirva a sentença do Júri de aviso salutar aos que, fiando-se em patentes e altas posições policias, pensaram até agora que o Código Penal foi feito apenas para os pequenos, humildes e inconscientes.³⁷⁴

Segundo o intelectual, casos de absolvição de militares, como o de Luiz Wanderley, incentivavam oficiais como o tenente Paulo a acreditar que poderiam praticar crimes, por considerarem “que o Código Penal não havia sido feito para eles.”³⁷⁵ No entanto, além de levantar como crítica a marcante falta de isonomia no sistema jurídico republicano brasileiro, o que Campos de Medeiros criticava eram as recorrentes permissividades do campo jurídico-policial com membros da classe militar, principalmente “após o início do negregado quatriênio

³⁷¹ Campos de Medeiros. *O assunto do dia: a condenação do tenente Paulo*, 24 de dezembro 1915, p. 1.

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Idem.

marechalício”³⁷⁶. Desta forma, a coluna do jornalista vem levantar como suspeita a cumplicidade do Executivo - justamente na gestão do militar marechal Hermes da Fonseca - com as impunidades de militares que teriam praticados crimes durante o seu governo.

Os motivos que levavam o corpo policial a fornecer um tratamento diferenciado ao oficial apareciam de formas distintas nas folhas cariocas. O jornal *O Paiz* criticava o proceder do delegado Ayres Couto, justificando que este agia desta forma “por temor ou por qualquer outra circunstância que não queremos acentuar”³⁷⁷. Se o tom evasivo e sutil desta crítica poderia ser atribuída ao fato que *O Paiz* fosse um dos jornais de grande porte que assumia posturas claramente governistas ao longo da Primeira República³⁷⁸, o mesmo não ocorria com o *Correio da Manhã*, que não se furtava em indicar em tintas mais fortes a razão destas concessões especiais ao oficial. Nas vésperas do julgamento do tenente Paulo o repórter da folha atribuiu os adiamentos das sessões à ordem legal característica do período da presidência hermistista. Para o jornalista, todas às facilidades possíveis foram concedidas ao tenente Paulo, justamente por ser legalmente impossível impedir que o oficial fosse a júri.

Esse crime foi cometido num momento em que a ordem legal desta terra sofria o eclipse da ditadura do marechal Dudú, e por isso todas as facilidades foram feitas ao tenente Paulo, por ele se interessando altos personagens do Exército e da política.

O processo veio para aí a arrastar-se até hoje, e estamos bem certos de que, se houve um meio de furtar o tenente à ação da justiça pública, esse meio teria sido tentado. Como tal coisa não foi possível, forçou-se a protelação do andamento do processo, de modo que só agora o criminoso entram em júri.

Compreende-se o alcance dessa protelação: quanto mais demorado fosse o julgamento, mais os juízes de fato esqueceriam as condições do assassinio, tornando-se, portanto, uma certa benignidade. (...)

O júri há de fazer justiça.

A pressão, que, ainda agora se fala vai ser exercida sobre os jurados, não os deve atemorizar, pela razão muito simples de que os tempos estão mudados, e nenhum oficial digno da farda que veste se arrisca a prestigiar a causa de um colega que a desonrou.³⁷⁹

³⁷⁶ Campos de Medeiros. *O assunto do dia: a condenação do tenente Paulo*, 24 de dezembro 1915, p. 1.

³⁷⁷ O PAIZ, 04 de fevereiro de 1914, p.2.

³⁷⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*.

³⁷⁹ UM CRIME hediondo: anuncia-se, enfim, para hoje, o julgamento do tenente Paulo do Nascimento. *Correio da Manhã*, 20 de dezembro de 1915, p.3.

O marechal Dudu a que se refere o repórter do *Correio da Manhã* trata-se de uma alcunha dada ao presidente Marechal Hermes, popularmente chamado de Dudu nas ruas do Rio de Janeiro.³⁸⁰ Através de opiniões fortes como estas, o que tanto Mauricio de Medeiros quanto o repórter policial do diário *Correio da Manhã* pretendiam atacar, não era somente o tenente Paulo, mas o próprio modelo de República vigente no governo Marechal Hermes - mostrando como na sua gestão os princípios de isonomia jurídica e igualdade social, caros a um regime republicano, estariam se perdendo.

A indisposição das gazetas com o governo do presidente Hermes claramente não se resumia à discussão da *Tragédia da rua Januzzi*. Desde a sua fundação, em 1911, o jornal *A Noite* declarava-se abertamente anti-hermista, tendo em sua companhia o *Correio da Manhã*³⁸¹ – fosse por questões políticas ou pela necessidade de aliar-se à opinião pública, em um momento no qual a gestão do marechal era descrita como uma das mais impopulares do período republicano.³⁸² Em 1910, logo no primeiro mês de sua presidência, Hermes assistiu a revolta de um grupo de marinheiros, na sua maioria negros, que contestava o regime punitivo de castigos corporais aplicados a bordo dos navios brasileiros. A Revolta da Chibata, como ficou conhecida, revelava vozes que até então permaneciam silenciadas no regime republicano³⁸³. Junto às revoltas populares, o governo Hermes passava por uma grande crise inflacionária que gerava insatisfações frente às diretrizes econômicas governamentais³⁸⁴. Para os críticos do governo, com o estado de sítio decretado em 1910 e a ação altamente repressiva frente aos rebeldes, o regime republicano que se pretendia democrático, igualitário e plural, se apresentava no período hermista, a partir de ações autoritárias e excludentes.

³⁸⁰ Na obra de R. Magalhães Junior, *O fabuloso Patrocínio Filho*, o autor afirma como o impopular presidente era recorrentemente chamado pelo apelido Dudu, sendo “objeto de repulsa popular”. JUNIOR, R. Magalhães. *O fabuloso Patrocínio Filho*, p. 101.

³⁸¹ CARVALHO, José Murilo. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Irineu Marinho: a imprensa e a cidade*, p.11.

³⁸² JUNIOR, R. Magalhães. *O fabuloso Patrocínio Filho*, p. 101.

³⁸³ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*.

³⁸⁴ Sobre o governo Marechal Hermes e os conflitos políticos deste período, ver : BORGES, Vera Lucia Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a Política Oligárquica*. Rio de Janeiro: IHGB, 2004.

Nos meses que antecederam a publicação das críticas ao julgamento do tenente Paulo, essa crise ganhava contornos especialmente fortes, que explicitavam o confronto de governo com parte da imprensa da capital federal. Procurando isolar os partidos estaduais rivais, o presidente utilizou como estratégia política a divisão de legislativos locais em duas Assembleias antagônicas – que reconheciam dois candidatos distintos para ocupar o cargo de presidente do estado – para justificar a intervenção do Executivo em indicar uma personalidade para assumir a liderança política local. A chamada *política das salvaçãoes*, ao derrubar violentamente governos locais gerou conflitos, gastos públicos e insatisfações em setores do Exército quanto ao uso feito das tropas neste processo. Em março de 1914 tais grupos militares, unidos a políticos opositores ao governo, como Rui Barbosa, protagonizaram um conflito no Clube Militar que pretendia destituir a diretoria do clube. Para o presidente Marechal Hermes, a articulação entre estes diferentes grupos sociais inseria-se num complô do qual participaria inclusive Vicente Piragibe, diretor de *A Época*; Macedo Soares e Leonidas Rezende, respectivamente, diretor e secretário de *O Imparcial*; redatores e diretores do *Correio da Manhã* e de *A Noite*³⁸⁵, entre outras personalidades. O inquérito dirigido pelo chefe de polícia Francisco Valladares indicava que entre os membros rebeldes encontravam-se os generais Mena Barreto e Osório de Paiva, os deputados Irineu Machado e Mauricio Lacerda e os irmãos e jornalistas Fortunato e Mauricio Campos de Medeiros.³⁸⁶ Edmundo Bittencourt, Vicente Piragibe, Macedo Soares e Leônidas Rezende chegaram a ser presos, enquanto Irineu Marinho refugiou-se na Argentina, temendo que o mesmo ocorresse consigo. Os jornais *A Noite*, *A Época*, *Correio da Manhã* e *O Imparcial* foram suspensos, em 6 de março de 1914, com a prisão de seus jornalistas³⁸⁷ quando a cidade já se encontrava em estado de sítio.

Para Hermes da Fonseca, os jornalistas usavam dos espaços de suas folhas para incitar a população a rebelar-se contra o seu governo, falando abertamente sobre as mazelas do regime, chegando a incitar à revolução. Foi o caso do jornalista Maurício de Medeiros que em meio aos debates dos peritos sobre a autoria do bilhete de suicídio de D. Edina, publicou o seguinte artigo - no qual,

³⁸⁵ CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Irineu Marinho: a imprensa e a cidade*, p.115.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ Idem.

longe de se referir ao crime da rua Januzzi, se defendia das acusações de integrar um complô contra o presidente Marechal Hermes.

Quanto a mim declaro ser grosseiramente mentirosa essa história de cartões encontradas nos bolsos de inferiores do Exército. (...)

Preguei, prego e continuo a pregar a revolução, como uma necessidade nacional, de estar defendendo a República contra os que a deturpam e desmoralizam. Faço da situação atual o pior conceito possível: não há crime, por mais hediondo que seja, de que não julgue capaz o governo do marechal Hermes e a política do Sr. Pinheiro Machado. (...)

Não há necessidades de reuniões, de conciliabulos. A revolução há de vir naturalmente, como um fato inevitável. Quem a prepara, quem a promove, é o próprio governo, com os seus desatinos, as suas loucuras, os seus crimes. Quem conspira contra a República, é o Sr. Pinheiro Machado e o marechal Hermes da Fonseca, rasgando a Constituição, desrespeitando as leis e os tribunais, comprando jornalistas venais, desbaratando os dinheiros públicos, conflagrando os Estados que não comungam com a sua política desonesta e sanguinária.³⁸⁸

A coluna de Medeiros era publicada num momento sensível da política hermista. Em um contexto de recorrentes censuras à imprensa, a postura do intelectual mostrava uma certa ambiguidade. Longe de assumir uma postura radical e conclamar o povo à revolução, para o jornalista o movimento revolucionário viria como parte de um movimento histórico natural e cíclico, que ocorreria após a derrocada do governo Marechal Hermes³⁸⁹. O presidente, este sim seria o artífice da revolução, por recorrentemente desrespeitar os princípios fundadores do regime republicano, a própria Constituição, e inclusive, os tribunais. Para o jornalista, o Judiciário seria então “um poder dependente”³⁹⁰ do

³⁸⁸ Campos de Medeiros. O governo a farejar conspirações. *A Época*, 15 de fevereiro de 1915. Assunto do dia, p. 6.

³⁸⁹ Koselleck demonstra como de forma diferente da concepção marxista de revolução - na qual perpassaria necessariamente a ação popular, sendo capaz de iniciar um novo tempo - o conceito poderia adquirir um significado distinto, mais conservador, como parte de um movimento cíclico e natural. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006. No entanto, ao longo de sua trajetória, Maurício de Medeiros visitou a União Soviética e foi vítima de medidas repressivas adotadas pelo governo Vargas depois de fracassada a Revolta Comunista. Sendo provável que sua declaração mais conservadora deva-se a um contexto repressor do governo Hermes. Sobre a trajetória do intelectual ver: CALICCHIO, Vera. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. v.3. p. 3673.

³⁹⁰ Mauricio de Medeiros. Regime Condenado. *A Época*. 21 jul. 1915. Assunto do Dia, p. 2.

Executivo, pois este “é quem nomeia os juízes até mesmo os do Supremo Tribunal Federal”³⁹¹, não possuindo “força para fazer valer as suas decisões”³⁹².

Desta, forma, torna-se compreensível engajamento de Mauricio Medeiros em prol da condenação do tenente Paulo. A crítica à falta de isonomia jurídica brasileira e às imunidades concedidas ao oficial localiza-se numa oposição mais abrangente do intelectual aos rumos do regime republicano brasileiro durante a década de 1910. Frente à atmosfera de risco de comprimento da legalidade republicana no último ano do governo de Marechal Hermes, as colunas de Mauricio de Medeiros nos permitem analisar as críticas às disparidades dos princípios legais fundadores do regime republicano com a ordem política instaurada nos anos de 1910. Diferente dos repórteres policiais, Campos de Medeiros compreende como única saída aos arranjos políticos oligárquicos e à manipulação do sistema jurídico – como no caso do tenente Paulo – um movimento revolucionário que iniciaria organicamente uma nova fase histórica da república brasileira.

No entanto, se o fato de suas colunas serem assinadas demonstrava que o intelectual assumia responsabilidade frente ao texto ali publicado, por outro lado os artigos de Campos de Medeiros evidenciam o caráter polifônico do diários impressos – pois as opiniões que expressava não estavam necessariamente de acordo com a linha editorial do jornal *A Noite*. Longe da proposta revolucionária do intelectual, a oposição das gazetas cariocas ao governo Hermes pode ser explicadas pelo caráter intervencionista e autoritário do regime, incompatível com os interesses liberais da folha. Intervenções nos estados, censura à imprensa, estado de sítio e a economia inflacionada afetavam diretamente as gazetas jornalísticas enquanto empresas capitalistas que se configuravam³⁹³. Logo, tanto os jornais *A Noite*, como o *Correio da Manhã* e *O Imparcial* recuperavam o princípio de igualdade social - central no regime republicano - para atacar a gestão do judiciário e as contradições de um modelo de república, frente a uma atmosfera de ameaça à legalidade republicana do regime hermistista.

³⁹¹ Mauricio de Medeiros. Regime Condenado. *A Época*. 21 jul. 1915. Assunto do Dia, p. 2.

³⁹² Idem.

³⁹³ Sobre a análise das transformações das gazetas jornalísticas no início do século XX enquanto empresas capitalistas ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

4.2. O primeiro julgamento do tenente Paulo

Frente aos questionamentos sobre o governo Hermes da Fonseca, não era de se estranhar que nos diários cariocas as notícias sobre o primeiro julgamento do tenente Paulo girassem, em torno de uma questão principal: a expectativa pela condenação de um tenente pertencente a um segmento social pouco punido publicamente pelo sistema penal. Se *A Época* e *A Noite* forneceram pequenos espaços ao julgamento do Tenente Paulo, não podemos dizer o mesmo dos diários *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *O Imparcial*, cujas notícias chegaram a ocupar mais de uma página. Tendo se passado quase dois anos entre o crime e o início do primeiro julgamento, estes jornais optaram por uma extensa reconstrução da *Tragédia da rua Januzzi*, recuperando os pontos principais que permitiriam localizar os leitores nos debates do julgamento de modo a colocar através dele novas questões a seus leitores.

Lançando mão de uma técnica fragmentária folhetinesca³⁹⁴, elementos do inquérito e das intrigas familiares que envolviam a morte de D. Edina foram recuperados, enquanto uma estratégia narrativa, servindo como preâmbulo para aquele que se supunha ser o último capítulo da *Tragédia da rua Januzzi*. No entanto, por mais que as narrativas jornalísticas se propusessem recontar o crime em sua totalidade, por princípio a recuperação de qualquer evento passado é marcado por escolhas e concatenações de determinados elementos necessários à construção de uma narrativa que projeta sobre ele certa memória.

Em *O Correio da Manhã* o julgamento ganhou excepcional espaço, ocupando um pagina inteira e duas coluna ainda na seção “A Última Hora”. O fio condutor tomado pelo jornal para recontar os fatos que antecederam o crime foram os conflitos vividos pelo casal, marcados pelas “alterações diárias, insultos”³⁹⁵, “os maus tratos”³⁹⁶, havendo “uma testemunha que afirmou ter visto o tenente vibrar duas chicotadas em sua esposa com seu rebenque”³⁹⁷. A vida turbulenta do casal também foi ressaltada pelo repórter policial de *O Paiz*, ao afirmar que “D. Edina ligara-se a réu por muito amor e este ainda perdura,

³⁹⁴ MEYER, Marlyse. *O Folhetim*, p. 225.

³⁹⁵ UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Idem.

fazendo que com a jovem suportasse todos os suplícios, contudo, sem abandonar seu marido.”³⁹⁸. A construção da personagem de Edina enquanto um arquétipo de uma heroína, sensível, romântica e sofredora - característica dos romances melodramáticos³⁹⁹ - ganha novamente cores nas notícias publicadas no decorrer das atividades do Tribunal do Júri. A partir de um vocabulário de compaixão, as caracterizações como “infeliz senhora”⁴⁰⁰, “inditosa jovem”⁴⁰¹ demonstram os esforço dos repórteres de sensibilização dos leitores frente aos sofrimentos vividos pela esposa de Paulo. A escolha por um vocabulário da compaixão teria como objetivo a criação de laços de solidariedade entre o público leitor e a personagem de Edina, colocando-a como sofredora de um grande infortúnio do qual não teria responsabilidade - sendo merecedora de uma reparação pública.

Além das agressões, o mal estar entre cônjuges era atribuído ao amor que oficial possuía pela sua cunhada, consumando o caso extraconjugal até mesmo no seio familiar. Pelo jornal *Correio da Manhã*, a esposa de Paulo era descrita enquanto “um empecilho à felicidade de seu marido”.⁴⁰² A recuperação dos elementos morais que perpassavam a vida do casal não ocorria num vazio de poder, como apenas uma estratégia narrativa capaz de atrair os leitores às notícias de um julgamento de um crime possivelmente esquecido. As folhas procuravam também recuperar, no momento em que ocorriam os trabalhos no Tribunal do Júri, o motivo do crime, mesmo antes da liberação do veredito final dado pelos jurados.

Se a vítima e a motivação do crime eram peças necessárias para dar início à narrativa do julgamento, faltava ao leitor reconhecer o acusado, que também seria apresentado antes de ser julgado. De forma distinta do momento do inquérito, no qual a figura de Paulo era construída enquanto um vilão frio e sem sentimentos, neste momento ele seria apresentado mais como um homem “impulsivo, irritadiço, neurastênico”, cujo “temperamento facilmente excitável

³⁹⁸ TRAGÉDIA CONJUGAL: o crime do Tenente Paulo. *Gazeta de Notícias*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

³⁹⁹ A análise da influência do sistema ficcional melodramático na composição das narrativas dos « crimes de sensação » foi explorada no capítulo 2 deste trabalho.

⁴⁰⁰ UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

⁴⁰¹ TRAGÉDIA CONJUGAL: O crime do tenente Paulo. *Gazeta de Notícias*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

⁴⁰² UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

mais se desregrou com o uso reiterável da cocaína⁴⁰³. Se a caracterização de Paulo como um homem violento e desequilibrado afastava-o um pouco da figura de um vilão melodramático, coincidia com os perfis de homens modernos que cairiam em crimes de sangue. Irascível, violento e usuário de substâncias alótropicas, o oficial era um degenerado, cuja decadência moral levava a desestruturação do seu seio familiar. A reconstrução dos conflitos morais ganhava centralidade nas narrativas introdutórias ao julgamento, chegando as folhas a utilizarem estratégias imagéticas para reconstruírem as intrigas amorosas que levaram Paulo ao banco dos réus.



Imagem 16. Fotografia de Edina, Paulo e Albertina publicada durante o primeiro julgamento. *O Imparcial*. 23 de dezembro de 1915, p. 3.

A imagem publicada pelo jornal *O Imparcial* buscava resumir os três elementos essenciais para inserção do leitor na narrativa do julgamento: o acusado, a vítima e o motivo do crime. A montagem incluía uma fotografia de D. Edina, colocada ao lado do tenente Paulo e de sua irmã e rival, D. Albertina. A própria posição das fotografias já simbolizava o conflito vivido pelas personagens, que tivera o desfecho da morte de D. Edina. O tenente ficava entre as irmãs sendo o motivo das desavenças entre elas, e o caso extraconjugal, a

⁴⁰³ UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

motivação do crime. O uso de imagens nas narrativas jornalísticas pretendia também “causar sensação” no público leitor, dando maior realismo às reportagens por oferecer rostos aos protagonistas da história *Tragédia da rua Januzzi*. Na medida em que as narrativas textuais dos jornais produziam o sensacional, fotografias dos criminosos e da vítima criavam uma amalgama do extraordinário e do cotidiano, construindo uma interface entre o banal e o excepcional. As narrativas que usavam vocabulários emocionais e apropriavam-se de características estéticas do melodrama, por mais que ganhassem ares ficcionais, eram protagonizadas por personagens ordinários, residindo justamente nesta ambiguidade uma dimensão que tornava tais notícias tão atraentes aos leitores.

Se a reconstrução dos antecedentes do crime era feita a partir de uma gramática emocional, novamente um vocabulário científico também permeava as narrativas ao abordarem as provas materiais que foram obtidas no inquérito. Se já fora apresentado o acusado, a vítima e o motivo do crime, indicava-se um último elemento necessário ao início da narrativa dos trabalhos nos tribunal do júri: as provas materiais. Diferente dos pareceres evasivos dos peritos divulgados no inquérito, ambíguos em relação à natureza da morte de D. Edina, as folhas relatavam a existência de provas periciais contra o tenente. Para o repórter policial de *O Paiz*, a reconstrução do caso não iniciava com a vida moral da família Nascimento Silva, mas com as evidências que confirmavam a autoria do crime. A partir das análises do Dr. Roberto Freire, médico da Assistência que atendeu D. Edina no leito de morte, *O Paiz* lembrava que vítima teria sofrido um “ferimento por arma de fogo, com orifício de entrada na região parietal esquerda e de saída, na mesma região do lado direito. E, pela natureza do ferimento que tirou a vida da inditosa senhora, que não era canhota (...) toda a gente se convencia que o tenente tirara a vida de sua esposa.”⁴⁰⁴. Mesmo após o laudo final dos médicos legistas que afirmava que o tiro fora dado da direita para esquerda, os repórteres de *O Paiz* e *O Correio da Manhã* optaram pelo parecer dado pelo Dr. Roberto Freire, que indicava a impossibilidade de D. Edina ter tirado sua vida.

Os jornais que hesitaram em lançar mão destes pareceres buscaram enfatizar a culpabilidade moral do acusado. Para o repórter policial da folha *Gazeta de Notícias*, mesmo que “ não esteja provado que tenha sido o réu, o

⁴⁰⁴ A TRAGÉDIA da rua Januzzi: o julgamento do tenente Paulo. *O Paiz*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

autor direto da morte de sua esposa, mas os fatos ocorridos levam a crer pelo menos na sua responsabilidade indireta, pelas faltas cometidas como esposo e pelos tormentos sofridos pela vítima.”⁴⁰⁵. Podemos perceber como a recuperação de elementos do inquérito e da vida conjugal do casal convergiam para indicar uma responsabilidade se não direta, mas moral do oficial na morte de sua esposa. O esforço de construção da culpabilidade do tenente Paulo percebe-se mesmo antes, nas notícias em que divulgavam a data do julgamento do oficial, que o descreviam recorrentemente como “assassino”⁴⁰⁶, por ter “matado, a tiros de pistola, premeditadamente, sua infeliz esposa”.⁴⁰⁷

A reconstrução de uma preâmbulo sobre os conflitos que levaram o réu ao tribunal do Júri constituíam-se em estratégias narrativas capazes de localizar antigos e novos leitores no caso da *Tragédia da rua Januzzi*. No entanto, longe de estarem isentas, as escolhas e concatenações dos elementos que significariam o caso indicavam uma culpabilidade prematura do tenente Paulo sem que ao menos os trabalhos no tribunal tivessem sido narrados. Cabia aos jornalistas, neste momento, ainda retratar os percalços e debates presentes no tribunal, revelando o veredito determinado pelos jurados.

As notícias do julgamento do tenente Paulo contavam com novas personagens, que seriam responsáveis pela decisão sobre a culpabilidade do tenente Paulo: o juiz, Dr. Álvaro Belford, o advogado de defesa, Dr. Luiz Franco e o promotor público, Dr. Gomes de Paiva. As notícias sobre o desenrolar da sessão de julgamento no Tribunal do Júri representavam o último passo no procedimento pela busca da verdade dos fatos que envolviam o crime. Se no bojo do sistema jurídico brasileiro a apuração da verdade nos tribunais se constituía enquanto uma questão bastante complexa⁴⁰⁸, seriam em diálogos com estes saberes que as narrativas de do julgamento trariam o último capítulo da *Tragédia da rua Januzzi*. As notícias narravam desde o aspecto do local até as falas do réu e discursos de juiz e advogados. Enquanto os jornais *A Noite* e *A Época* procuraram realizar resumos do ocorrido, as folhas *O Correio da Manhã*, *O*

⁴⁰⁵ UMA TRAGÉDIA conjugal: o crime do tenente Paulo do Nascimento. *Gazeta de Notícias*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

⁴⁰⁶ UMA TRAGÉDIA conjugal: o bárbaro crime do tenente Paulo do Nascimento Silva. *Gazeta de Notícias*, 19 de dezembro de 1915, p. 5.

⁴⁰⁷ Ibid, p. 3.

⁴⁰⁸ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas, Ed, da UNICAMP, 2007.

Imparcial e *Gazeta de Noticias* recuperaram extensos detalhes da leitura do processo e os pontos de argumentação do discurso do promotor público Gomes Paiva.

Aliadas às narrativas textuais, as folhas utilizavam recursos visuais para explicar e retratar a dinâmica de uma sessão de julgamento no tribunal do Júri. As fotografias, para além de recursos ilustrativos, eram práticas discursivas sobre as personagens e dinâmicas sociais presentes nos tribunais. O avanço do fotojornalismo na modernidade permitia que fenômenos que até então só poderiam ser vivenciados quando ocorridos diante de si, passassem a se tornar em experiências acessíveis, compartilhadas, capazes de tornar uma multiplicidade de fenômenos modernos em episódios que podiam ser compreendidos pelos leitores⁴⁰⁹. Na medida em que o público tinha acesso a uma diversidade de histórias, a associação do recurso da fotografia ao texto jornalístico permitia que o mundo moderno - fluído, intenso e múltiplo - se tornasse, se não menor, pelo menos controlado.



Imagem 17. Fotografias dos juiz, promotor e advogado de defesa do primeiro julgamento do tenente Paulo . *O Imparcial*. 23 de dezembro de 1914, p. 3.

⁴⁰⁹ FELZ, Jorge Carlos. A fotografia de imprensa nas primeiras décadas do século XX: o desenvolvimento do moderno fotojornalismo. GT Historia da Midia Visual. *Anais do IV Congresso Nacional de Historia da Mídia*, p.1.

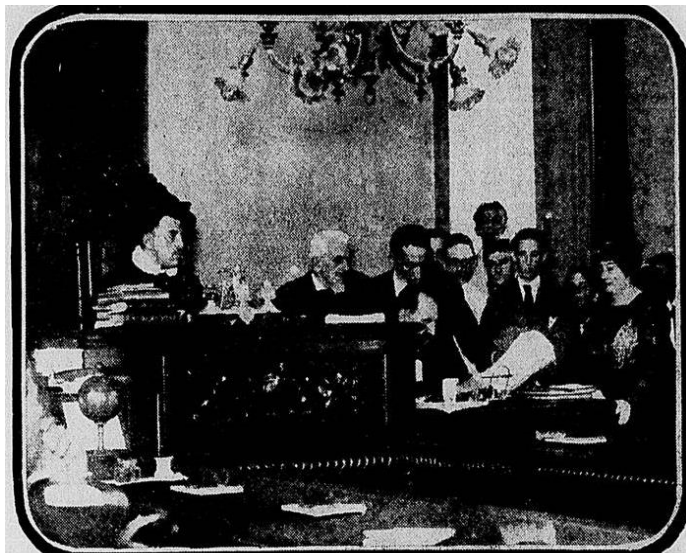


Imagem 18. Fotografia do aspecto do tribunal no primeiro julgamento de Paulo (1).
O Imparcial. 23 de dezembro de 1914, p.3.



Dois aspectos da sala das sessões do Tribunal do Jury por ocasião do julgamento do réo tenente
Paulo do Nascimento

Imagem 19. Fotografia do aspecto do tribunal no primeiro julgamento de Paulo (2). O
Imparcial. 23 de dezembro de 1914, p.3.

A primeira imagem acima foi publicada pelo jornal *Correio da Manhã*⁴¹⁰ e disponibilizava ao público, as fotografias do juiz presidente do tribunal, do advogado de defesa e do promotor público. A disposição das fotografias se constituía enquanto um símbolo da uma estrutura do tribunal do Júri. Ao colocar o

⁴¹⁰UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

presidente do tribunal no centro, este era representado enquanto um árbitro entre os dois advogados rivais que apresentariam argumentações e procurariam defender verdades distintas sobre a responsabilidade do acusado na morte de D. Edina do Nascimento. As fotografias se constituíam enquanto recursos capazes de orientar na compreensão da estrutura das sessões de julgamento nos tribunais do Júri.

Por sua vez, a segunda imagem publicada pelo jornal *O Imparcial* mostrava o acusado, Paulo do Nascimento Silva, sentado no banco dos réus, assistindo aos procedimentos do seu julgamento, seguido de uma grande quantidade de ouvintes que lotavam a galeria do tribunal. Se por um lado, a imagem pretendia aproximar os leitores dos acontecimentos na sessão de julgamento, esta também vinha fornecer efeitos visuais e marcas de veracidade às narrativas textuais sobre o aspecto do tribunal. Segundo o repórter policial da folha *O Imparcial* a sessão contava com uma multidão, “vendo-se representada todas as classes sociais, desde advogados, membros do ministério público, colegas do acusado e pessoas do povo.”⁴¹¹ Da mesma forma, a imagem representava a grande quantidade de ouvintes na galeria do tribunal, sentados e até em pé ao assistirem à sessão.

Além dos ouvintes era possível visualizar, o acusado no momento final do caso, aguardando os procedimentos necessários à liberação do seu veredito. Enquanto para o repórter de *O Paiz* afirmava que o tenente estava “sempre impassível, arrogante e insolente, não se mostrando atingido pelo remorso”⁴¹², o da *Gazeta de Notícias* declarava que “o réu trazia a fisionomia alegre, demonstrando menor preocupação de espírito.”⁴¹³. As descrições destes jornais eram diversas da fotografia publicada pela folha *O Imparcial*, na qual o oficial aparecia sério e sisudo frente à situação que enfrentava. Por mais que a fisionomia do acusado, a princípio, pareça um detalhe sem importância, podemos ver como recorrentemente nas notícias a ausência de tristeza, remorso ou revolta eram atreladas à responsabilidade do acusado pela morte de sua esposa. O jogo entre emoções e responsabilidade penal mostra-se claro nas notícias de *O Paiz*, quando

⁴¹¹ O CRIME DA rua Januzzi: entrou ontem em julgamento do tenente Paulo do Nascimento. *O Imparcial*, 23 de dezembro de 1914, p.3.

⁴¹² A TRAGÉDIA da rua Januzzi: o julgamento do tenente Paulo. *O Paiz*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

⁴¹³ UMA TRAGÉDIA conjugal: o crime do tenente Paulo do Nascimento. *Gazeta de Notícias*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

a folha afirma que o tenente Paulo “não se mostrava atingido pelo remorso, combalido pela desgraça, como não tem a revolta dos que sofrem uma injustiça.”⁴¹⁴ A seriedade do oficial presente tanto nas narrativas textuais quanto imagéticas eram transformadas em evidências de uma personalidade de um assassino frio e insensível, autor da morte de sua esposa Edina.

A terceira imagem, publicada pelo jornal *O Imparcial*⁴¹⁵, retratava uma perspectiva do salão do tribunal que continha o escrivão, o juiz sentado à tribuna, e o corpo de jurados sentado à esquerda do juiz, ouvindo atentamente à leitura do processo. A fotografia representava além do juiz, outras personagens responsáveis pela culpabilidade e inocência do réu. Na medida em que construía a experiência do julgamento de maneira sensacional, a folha indicava a própria instituição do tribunal e o seu elemento mais controverso: o corpo de jurados.

O tribunal do júri, enquanto uma instituição responsável pelo julgamento de crimes de sangue, foi objeto de grande debate em relação à sua capacidade e propriedade em determinar vereditos que implicasse na suspensão provisória do direito à liberdade de determinados indivíduos. Como primeiro problema, criminologistas positivistas questionavam se caberia conceder a cidadãos comuns a autoridade de designar culpabilidade ou inocência de outros cidadãos⁴¹⁶. Conseguiria o tribunal, em seus moldes, promover uma justiça racional e isonômica, de acordos com os princípios republicanos? A constituição de 1890 garantia a existência do Tribunal do júri, cuja instalação no Brasil ocorrera anos antes, em 1822, reservando-lhe à atribuição de julgar exclusivamente delitos de imprensa.⁴¹⁷ Tal competência acabou sendo modificada em 1824 e designava ao júri atribuições bastante amplas, previstas neste momento no Código do Processo Criminal⁴¹⁸.

Mesmo durante a elaboração da Constituição, a opção por manter o tribunal popular foi motivo de extensos debates. Tendo em vista a compreensão enraizada em ideias iluministas na qual o crime seria um dano feito à sociedade⁴¹⁹ a instituição era defendida, por um lado, enquanto um exercício de soberania

⁴¹⁴ A TRAGÉDIA da rua Januzzi: o julgamento do tenente Paulo. *O Paiz*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

⁴¹⁵ O CRIME da rua Januzzi: entrou ontem em julgamento o tenente Paulo do Nascimento Silva. *O Imparcial*, 23 de dezembro de 1914, p.3.

⁴¹⁶ CANCELLI, *A cultura do crime e da lei*. p. 237.

⁴¹⁷ Ibid. p. 236-237.

⁴¹⁸ Ibid. p. 237.

⁴¹⁹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, p. 11.

popular por excelência, na qual o acusado seria julgado por seus pares, isentos de possíveis disputas políticas espúrias. Além disso, aos cidadãos comuns seria atribuído à responsabilidade de participar no processo de defesa e construção de sua sociedade.⁴²⁰ No entanto, a instituição recebia fortes críticas por parte de grupos positivistas, para os quais o tribunal era “algo inútil e extremamente perigoso”⁴²¹ Questionava-se a capacidade de cidadãos ordinários em estabelecer vereditos imparciais, baseados em elementos apresentados nos tribunais e que envolviam conteúdos muitas vezes pouco dominados por leigos. Caberia então a estes indivíduos à autoridade de intervir no direito à liberdade, essencial aos indivíduos no Estado democrático?

A instituição do tribunal do júri também sofreu críticas nas notícias da *Tragédia da rua Januzzi*, através de um coluna não assinada no jornal *Correio da Manhã*, publicada de forma adjacente ao conjunto de notícias que narravam os percalços dos julgamentos de Paulo do Nascimento. Sob a pena deste jornalista era cobrado ao tribunal popular a apuração da responsabilidade do tenente Paulo sobre a morte de sua esposa.

A grande massa de doutrinadores, os juristas experimentados, os comentadores judiciários, os cronistas forenses, os psicólogos, os políticos, os sociólogos em uníssono, repare, combatem a avelhacada instituição, imprestável se não fosse perniciosa, inútil se não incidisse diariamente no prejuízo à sociedade organizada, não ferisse fundo aos próprios ditames do justo. (....)

Aos sete cidadãos que constituem o conselho de jurados têm agora o feliz ensejo da reabilitação. O veredito que o júri pronunciar será também sua própria sentença.

Ou prestará um inestimável serviço à sociedade, selecionando do seu convívio uma célula francamente perniciosa, ou fugirá à oportunidade da grande reivindicação e deixará o símbolo sagrado da justiça mais envilecido, ainda mais enxovalhado.⁴²²

Compartilhando de uma opinião similar à proposta por intelectuais positivistas, o repórter do *Correio da Manhã* considerava o tribunal do júri uma instituição perniciosa e inútil, que ao invés de garantir a defesa da sociedade

⁴²⁰ FERREIRA, Vera Lúcia Lopes. Aspectos históricos do tribunal do júri ao longo do tempo e sua relevância para o ordenamento jurídico brasileiro. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2907, 17 jun. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19314>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

⁴²¹ CANCELLI, *A cultura do crime e da lei*, p. 237.

⁴²² UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

frente a indivíduos criminosos, recorrentemente recairia em julgamentos compassivos que os colocavam em liberdade. O sistema judiciário pervertia-se ao ser concedido à autoridade do julgamento a indivíduos despreparados e incapazes de lançar um olhar objetivo e imparcial sobre os casos discutidos no tribunal. Para o repórter, os jurados podiam reabilitar o tribunal do júri, através da condenação do tenente Paulo, demonstrando a capacidade do órgão em ainda cumprir sua responsabilidade de fazer justiça. Ao retomar a importância do julgamento para legitimação da instituição do júri, a folha buscava pressionar os jurados em prol da condenação do tenente Paulo do Nascimento.

A instituição do tribunal do júri e o despreparo de jurados frente à responsabilidade a que lhes era atribuída também foi objeto de crítica do escritor Lima Barreto em suas crônicas. O literato que já havia participado do corpo de jurados nos tribunais cariocas⁴²³, narrou uma experiência como membro desta instituição. Mesmo reconhecendo a importância do lugar social do júri no sistema jurídico brasileiro e a responsabilidade conferida aos seus componentes, o escritor ironizava o fato de que, ao invés das falas do promotor e do advogado de defesa, “a máxima preocupação dos jurados é comer à custa do governo”⁴²⁴. A partir desta ironia, Lima Barreto criticava o desconhecimento dos jurados sobre a função social que ocupavam ao comporem o tribunal do júri. Se aqueles indivíduos desfrutavam de uma refeição gratuita, a última preocupação seria avaliar os pareceres de peritos e a argumentação de advogados.

Não que o literato direcionasse sua crítica a uma suposta ignorância de jurados que não pertenciam a segmentos sociais mais altos ou esclarecidos. Em uma versão mais extensa da crônica, publicada em 1919, o escritor reconhecia o caráter democrático do tribunal do júri ao afirmar “que se o pensamento de quem criou essa instituição fosse de fazê-la composta de juriconsultos, não seria isto um júri, mas outra coisa qualquer.”⁴²⁵. O problema residia no fato que os jurados, sem grande exceção, “tinham uma estreiteza de vista, uma medíocre instrução”⁴²⁶. A mentalidade dos membros do júri não diferia da maioria dos juízes togados, cujo cotidiano do trabalho do Estado tinha “a virtude de imbecilizar todos os seus

⁴²³ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

⁴²⁴ BARRETO, Lima. Um jantar no júri. In: *Vida urbana*. p. 105 - 106.

⁴²⁵ BARRETO, Lima. Casos do júri. In: *Vida urbana*. p. 194

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 91.

empregados, tirando-lhes a iniciativa intelectual, e castrando-lhes mentalmente”⁴²⁷. Para o escritor, faltava-lhes uma visão de mundo mais ampla, capaz de questionar princípios morais que envolviam crimes que iam a julgamento. Por mais que a instituição do júri fosse legítima na visão do literato, na prática, o desinteresse daqueles que o compunham resultaria em vereditos pouco justos.

De forma complementar, o jurista Viveiros de Castro identificava enquanto problema do tribunal popular os usos de defesas emocionadas e apelativas por promotores e advogados, que frente a jurados inocentes, resultavam na impunidade de determinados criminosos. Elementos que poderiam ser atenuantes de penas, como em crimes cometidos sob forte emoção, acabavam sendo transformados em evidências que indicavam à inocência do acusado.

O advogado tem lágrimas na voz, estende os braços em sinal de desespero, o juiz sorri-se, mas a simplicidade dos jurados deixa iludir, vê logo a tragédia onde há apenas farsa ridícula. Não é tudo. Há um número imenso de sentenças injustas, devidas à falta de espírito crítico e de reflexão, à emoção do momento, juntando-se outras que dependem da má fé, da timidez e da corrupção.⁴²⁸

A análise de Viveiros de Castro parte do princípio de uma concepção que o cidadão comum que seria incapaz de possuir um espírito crítico de reflexão, sendo passional e facilmente manipulado pelos discursos teatralizado dos advogados. A teatralização dos discursos dos advogados em tribunais populares, compostos por jurados inaptos, resultaria na perversão do sistema jurídico que perderia sua missão de promover justiça a todos os cidadãos.

No entanto, as falas emocionadas dos promotores e advogados de defesa permitiam a construção de uma interface entre os ambientes austeros dos tribunais e as notícias dos “crimes de sensação”. Nas narrativas da *Tragédia da rua Januzzi*, após a leitura do processo, o discurso do promotor público ganhara elogios e cores vivas nas páginas dos diários cariocas. É o que fez o *Correio da Manhã*, ao apropriar-se da fala de Gomes Paiva para construir a manchete sob o julgamento do tenente Paulo: “E o órgão da justiça pública exclama: ‘Sem receio

⁴²⁷ BARRETO, Lima. Casos do júri. In: *Vida urbana*, p.91.

⁴²⁸ CASTRO, Viveiros de. A nova escola penal, p.210-211. In: LIRA, Roberto. O amor e a responsabilidade criminal, p. 103

de mentir à minha consciência, posso afirmar aos senhores jurados que naquele banco, senta-se um assassino, um perverso, um verdadeiro celerado”⁴²⁹.

Nos diários analisados, as notícias sobre o julgamento foram divididas em dois dias, pois a sessão do tribunal durou de cerca de quinze horas. No primeiro dia a cobertura do caso encerrava-se com a fala do promotor Gomes Paiva, enquanto no segundo era noticiado o desfecho do julgamento. Mesmo nas folhas *A Noite* e *A Época* que escreveram notícias bem resumidas do caso, pontos do discurso de acusação ganharam espaço consideráveis na composição das narrativas, enquanto a fala do advogado, Luiz Franco, foi apenas mencionada, sem ser possível nem vislumbrar em que se consistira a defesa do oficial. O promotor Gomes Paiva, que para o *Correio da Manhã* produziu uma “formidável e honesta acusação”⁴³⁰, teve seu discurso narrado em detalhes, numa atuação vibrante e incisiva que levava a cabo a condenação do tenente. Em contraponto, no dia seguinte, quando o jornal publicou o resultado do julgamento, a notícia não mencionava nem um ponto da fala do advogado de defesa, ao mesmo tempo em que publicava uma fotografia do promotor em plena ação no tribunal.



Imagem 20. Fotografia do promotor Gomes de Paiva no primeiro julgamento. *Correio da Manhã*, 24 de dezembro de 1915, p.3.

No retrato acima podemos ver a composição da imagem do promotor, como um homem enérgico, com uma postura ativa e rigorosa na sua atuação no tribunal do Júri. A legenda colocada pelo jornal era a fala do advogado – que

⁴²⁹ UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

⁴³⁰ Idem.

havia sido transformada em manchete no dia anterior - acusando o tenente como um perverso assassino, um verdadeiro celerado. A associação da imagem com a legenda resultava na construção de uma representação do promotor público enquanto um defensor e emissário da justiça, ao defender a culpabilidade do oficial.

O discurso de acusação do promotor público foi bastante explorado nas narrativas jornalísticas dos diários *O Imparcial*, *Gazeta de Noticias e Correio da Manhã*. Podemos identificar quatro pontos nodais das narrativas jornalísticas que abordaram o discurso de acusação: a refutação da possibilidade de suicídio, a demonstração do caráter criminoso do acusado, a exposição do motivo e a defesa dos agravantes do crime. Na abertura do discurso, como estratégia, as folhas recuperaram a fala do advogado que indicava seu desejo de afastar-se da imagem do profissional falastrão e manipulador das emoções do público, afirmando que seu objetivo seria unicamente “explicar as provas aos jurados”⁴³¹. No entanto, o laudo dos médicos-legistas não ocupou de modo algum um lugar central em sua fala. Ao invés de ser tomado enquanto uma marca de veracidade da culpabilização do criminoso, este era interpretado apenas como um parecer que, se por um lado demonstrava a possibilidade de suicídio, por outro, comprovava que D. Edina poderia ter sido assassinada.

Mas, se exame médico legal não podia oferecer uma resolução definitiva ao caso, como alternativa, ao longo da narrativa dos jornais sobre o julgamento do oficial a interpretação do promotor Gomes Paiva vinha desconstruir a possibilidade de suicídio. As “marcas de esganadura na pessoa de sua mulher”⁴³², o ferimento que a vítima apresentava no pulso e a forma que o bilhete de suicídio foi encontrado figuraram nos argumentos de acusação enquanto peças que não se enquadravam na tese de suicídio. Se D. Edina estava decidida a se matar, por que levava sua mão na frente da saída do projétil? E se vivia uma vida turbulenta com seu marido, desejando por um fim à sua existência, como escreveria um bilhete de suicídio afetuoso ao seu algoz? Ao colocar tais questões, os diários, em sincronia, faziam da fala do promotor Gomes Paiva um meio de minar a suspeita que D. Edina poderia ter tirado sua própria vida.

⁴³¹ UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

⁴³² O CRIME da rua Januzzi: entrou ontem em julgamento o tenente Paulo do Nascimento Silva. *O Imparcial*, 23 de dezembro de 1914, p. 3.

A forma de apuração do crime oferecida era através da análise das provas formadas por testemunhos prestados por parentes e vizinhos que comprovavam a vida conjugal conflituosa do casal. Relatos de agressões verbais e físicas e as brigas em torno do caso extraconjugal que o oficial protagonizava por sua cunhada foram narrados pelos jornais novamente através da fala do promotor Gomes Paiva. E, a partir destes próprios depoimentos que se construíra tanto a natureza do criminoso como o motivo que o levava a cometer o assassinio. O defloramento de Albertina, a suspeita de infanticídio e a mácula do lar por forçar sua esposa a coabitar com sua amante eram elementos colocados como evidências da natureza pernicioso e tendencioso do acusado à vida do crime.

Refere ao resvaladouro em que vem o réu, de mentira em mentira, falseando cenas, desde o defloramento de sua cunhada, a quem apresentara como sua irmã, fingindo cenas quando aquela dava à luz a um filho seu, resvaladouro que começou nesse crime, passando pelo infanticídio até o assassinato.⁴³³

Para o repórter do *Correio da Manhã*, a personalidade criminosa do réu estava evidente em seu histórico de mentiras e dissimulações, que demonstrava um percurso de decadência moral e uma trajetória ascendente no mundo do crime. Partindo do defloramento, passando pelo infanticídio, oficial chegara ao auge da prática criminal com o assassinato, que o levava finalmente ao banco dos réus. Com o tórrido caso de amor protagonizado pelo oficial e sua a cunhada Albertina, colocado como o motivo do crime, o discurso de acusação reconstruído pelas folhas jornalísticas reforçava os elementos que deveriam ser considerados agravantes do assassinato. A inferioridade de forças de Edina e a incapacidade de defender-se compunham tanto a culpabilidade do oficial, como também buscavam provocar “sensação” no público leitor. A indicação dos jornais da culpabilidade do oficial encontrou ressonância no Tribunal do Júri, pois Paulo do Nascimento foi considerado culpado e condenando a 16 anos e 6 meses de prisão celular.

No entanto, por mais que as notícias sobre o julgamento convergissem para a culpabilidade do tenente, torna-se necessário recuar frente à possibilidade de análise dos impressos enquanto agentes manipuladores e responsáveis pela condenação do oficial. Se os meios de comunicação de massa podem ser

⁴³³ UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

considerados enquanto uma marca registrada e uma afirmação das sociedades democráticas⁴³⁴- pela possibilidade de difusão de informações a distintos segmentos sociais - a composição das notícias da *Tragédia da rua Januzzi* seria fruto da agência de atores sociais que se inseriam em contextos sócio-culturais, não se constituindo em instituições autônomas capazes de guiar grupos sociais de acordo com seu desejo⁴³⁵. No caso da *Tragédia da rua Januzzi*, a opção de Paulo de vivenciar o amor com sua cunhada Albertina, em detrimento da estrutura familiar que construíra com Edina, era objeto de crítica frente à uma sociedade cujos valores patriarcais organizavam cotidianamente as relações sexuais e familiares. Por mais que o próprio caso do acusado demonstrasse a dificuldade de normatização das relações sexuais e afetivas, a importância da instituição da família era defendida, tanto por médicos, quanto por juristas e jornalistas.

Da mesma forma, a ameaça de ilegalidade republicana presente no governo Hermes da Fonseca e as críticas aos rumos do regime feitas por grupos de intelectuais, configuram-se em contextos propícios que também explicam o esforço pela defesa da condenação do oficial. O tratamento considerado preferencial dado ao militar durante o inquérito constituía-se enquanto um exemplo da falta de isonomia jurídica brasileira, numa atmosfera de insegurança frente à legalidade republicana. Em diálogo com intelectuais e grupos de oposição ao governo do Marechal Hermes da Fonseca, os jornalistas transformavam as notícias da *Tragédia da rua Januzzi* também em um espaço de crítica às instituições e aos rumos dos regime republicano brasileiro.

4.3. A reviravolta da *Tragédia da rua Januzzi* e a crise republicana dos anos 1920.

Com o veredito dado pelo Tribunal do Júri, condenando o tenente Paulo a 16 anos e seis meses de prisão, a princípio, a *Tragédia da rua Januzzi* chegava ao seu fim nos diários cariocas. No entanto, o oficial iria reaparecer ao público leitor dois anos após o primeiro julgamento através de uma entrevista dada ao jornal *Gazeta de Notícias*, no quartel do 3º grupo de obuzeiros, no qual se encontrava preso. Intitulada “As Consciências do Cárcere”, a matéria justificava a publicação

⁴³⁴ MAIGRET, Éric. *Sociologia da comunicação e das mídias*. São Paulo: Senac, 2010. p.7.

⁴³⁵ Ibid, p.47

da reportagem, aparentemente sem motivo, por “sempre ser curioso ouvir este moço, ver-lhe a fisionomia, observar-lhe o estado moral, principalmente, agora, depois do veredicto do Tribunal do Júri”⁴³⁶.

As narrativas do cárcere trazia um oficial transformado. Ao invés, do “uxoricida”⁴³⁷, do “monstro”⁴³⁸, do “criminoso repugnante”⁴³⁹ cuja “figura assumia uma hedionda proporção”⁴⁴⁰, aparecia agora um homem que era apresentado pelo jornal como uma “vítima da má vontade da imprensa.”⁴⁴¹. Na entrevista, a conversão da imagem do oficial a uma vítima vinha acompanhada de outro argumento: a demonstração do erro judiciário que teria sido cometido contra o tenente Paulo do Nascimento. Frente à afirmação do repórter que o oficial teria sido condenado exclusivamente com base nos depoimentos prestados pelas testemunhas, o tenente procurou destituir de autoridade às provas testemunhais reunidas em prol da sua condenação.

Um depoimento em especial recebeu atenção na entrevista concedida por Paulo, sendo apresentado a partir da perspectiva do tenente. Ainda no período do inquérito, sua cunhada Carmem, esposa do irmão de D. Edina, Aristides do Nascimento, relatou que um dia antes da morte da vítima, o oficial havia ido a sua casa a procura de Albertina. Durante a conversa, o casal pode ouvir o tenente questionando sua amante: “Sim ou Não? Filhinha com voz trêmula respondeu: Sim! E ele retrucou: Pois, amanhã Edina é morta!”. O testemunho de D. Carmem - que para o jornal *A Noite* comprovava que “D. Edina foi covardemente assassinada.”⁴⁴² - reaparecia dois anos depois na folha *Gazeta de Notícias*, agora sob a perspectiva do acusado. Segundo o tenente, os cônjuges Carmem e Aristides conviveram durante quatro anos com o oficial e, ao contrário do que relataram em seus depoimentos, sempre mostraram afeição por Paulo. O militar

⁴³⁶ AS CONSCIÊNCIAS do cárcere: a palavra de um condenado. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 22 de junho de 1917. P. 8

⁴³⁷ UM UXORICIDA famoso: Paulo do Nascimento, o herói sinistro da tragédia da rua Januzzi, entra afinal em julgamento. *Correio da Manhã*, 23 de dezembro de 1915, p. 3.

⁴³⁸ UMA TRAGÉDIA sangrenta na calada da noite: um crime monstruoso. *A Época*, 30 de janeiro de 1914, p. 2.

⁴³⁹ UMA TRAGÉDIA sangrenta na calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*, 01 de fevereiro de 1914, p. 7.

⁴⁴⁰ O DESFECHO DE UM drama íntimo: o tenente Paulo do Nascimento Silva é acusado de um monstruoso crimes.. *Correio da Manhã*, 01 de fevereiro de 1914, p. 3.

⁴⁴¹ AS CONSCIÊNCIAS do cárcere: a palavra de um condenado. *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1917. P. 8

⁴⁴² O CRIME da rua Januzzi : pouco a pouco vai se aclarando o mistério. *A Noite*, 17 de fevereiro de 1914, p. 3.

tinha uma carta de Aristides que relatava o carinho com que o tenente tratava D. Edina, agradecendo as gentilezas que por mais de uma vez lhe tinha feito. Por sua vez, o testemunho de D. Carmem mostrava-se contraditório, pois no início do inquérito sua cunhada havia declarado que o oficial seria “incapaz de praticar o delito que lhe era imputado”⁴⁴³. O apreço da cunhada por Paulo era evidenciado pelo oficial, ao lembrar que em uma ocasião anterior sua cunhada teria “arrebato e rompido”⁴⁴⁴ o requerimento de separação de corpos que o tenente pretendia entregar a D. Edina.

A mobilização de um vocabulário de compaixão que descrevia o oficial como vítima de uma injustiça coadunava com uma discussão que ganharia bastante repercussão no segundo julgamento do caso: os testemunhos poderiam ser considerados enquanto provas racionais, imparciais e cabais, capazes de indicar a culpabilidade de um oficial? Se não, haveria provas quanto ao oficial? Era em torno da possibilidade de ter sido punido por um crime que não teria cometido que o repórter *Gazeta de Notícias* transformava a figura do tenente Paulo de um monstro a uma vítima. Considerando-o um “infeliz”⁴⁴⁵, a entrevista encerrava-se com o militar “muito emocionado”, fazendo uma última declaração de sua inocência.

Pois é isso; façam de mim o que quiserem; nunca matei ninguém. O seu jornal ainda outro dia disse que eu sou o primeiro homem de posição social condenado nos tempos que correm. Acrescentem lá que eu sou também o primeiro a ser condenado sem testemunhas...

E deixamos o quartel-tipo, já ao por do sol, enquanto a silhueta do tenente Paulo desaparecia no interior do mesmo.⁴⁴⁶

A notícia termina com o oficial afirmando veementemente ser inocente, tendo sido injustamente condenado à prisão, sem a existência de qualquer tipo de prova que indicasse a sua culpabilidade. A abordagem feita pelo repórter do jornal constrói uma figura do oficial merecedora de piedade. O uso de vocábulos de “vítima”, “infeliz” e o desfecho da entrevista, com o oficial se afastando do jornalista até sua silhueta desaparecer no quartel junto ao por do sol, buscava

⁴⁴³ AS CONSCIÊNCIAS do cárcere: a palavra de um condenado. *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1917, p. 8.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Idem.

retratar o militar numa situação de fragilidade, por ter sido condenado à prisão injustamente. Ao retratar a condenação do tenente Paulo como um erro judiciário o repórter da *Gazeta de Notícias* procurava justamente aproximar os leitores da figura do oficial⁴⁴⁷. A transformação de um criminoso repugnante em uma vítima de um conluio ocorria através da exposição do drama da condenação pública e da suspensão injusta de uma liberdade individual essencial no regime político vigente. Partindo destes valores, atrelados a um vocabulário da compaixão que se pretendia construir uma sensibilização no público leitor, buscando aproximá-los da figura do oficial a partir de elementos caros aos ideais republicanos.

A publicação da entrevista, que a princípio pretendia apenas revisitar um protagonista de um “crime de sensação”, ocorria em um momento bastante oportuno. Após o primeiro julgamento, ainda em 1915, o advogado de defesa do tenente Paulo fez uma moção de apelação à 3ª Câmara da Suprema Corte da justiça local pedindo a anulação do julgamento, por este ter sido julgado por um pretor e não por um juiz de direito⁴⁴⁸. A corte de Apelação negou o pedido e o tenente foi encaminhado para prisão, onde se encontrava ao ser entrevistado⁴⁴⁹. Em junho de 1917, a *Gazeta de Notícias* publicou uma nota informando que em alguns dias o Dr. Luiz Franco, advogado de defesa do oficial, recorreria ao Supremo Tribunal Federal para requerer um pedido de *habeas corpus*. Através deste recurso, o advogado requeria a liberdade condicional do oficial, enquanto não ocorria um segundo julgamento presidido por uma autoridade competente. Foram poucos dias depois da publicação desta nota que o jornal publicou a entrevista feita com o oficial no presídio em que se encontrava. Entretanto, o pedido foi negado pelo juiz Viveiros de Castro por não considerar o recurso do *habeas corpus* apropriado para pedir a nulidade de um julgamento.⁴⁵⁰ Após a decisão do juiz, o tenente perdeu seus direitos militares e foi encaminhado à Casa de Correção.⁴⁵¹

O caso aparentemente encerrado, com Paulo do Nascimento preso após a negação de dois recursos interpostos em instâncias jurídicas distintas voltou

⁴⁴⁷ Para Candence Clarck, nas sociedades americanas contemporâneas o sentimento de compaixão seria uma emoção essencial na construção e reiteração de laços sociais entre os indivíduos em uma comunidade. Ver: CLARK, Candace. *Misery and company: sympathy in everyday life*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1997, p. 5

⁴⁴⁸ A TRAGEDIA da rua Januzzi.. *Correio da Manhã*, 18 de janeiro de 1916, p.3.

⁴⁴⁹ EPILOGO de um triste drama conjugal. *Gazeta de Notícias*, 8 de junho de 1917, p. 5.

⁴⁵⁰ O SEGUNDO julgamento do tenente Paulo. *Gazeta de Notícias*, 21 de fevereiro de 1922, p. 3.

⁴⁵¹ Idem.

novamente aos leitores através de uma crônica publicada no jornal *A Noite*, escrita por Coelho Netto. O literato atualmente considerado como um esteta que preferia manter-se distante da realidade nacional mostrava uma face distinta ao dedicar uma coluna a um “crime de sensação” em um jornal voltado a um público mais amplo, como *A Noite*. Escrita em 1920, a crônica coincidia com o momento em que o novo advogado de defesa de Paulo do Nascimento, Luís Franco, requeria um pedido de revisão criminal ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a nulidade do primeiro julgamento, que teria sido presidido por uma autoridade incompetente⁴⁵².

O escritor Coelho Netto, que começou o curso de bacharel em Direito, sem concluí-lo, inicia sua crônica fazendo uma referência a sua trajetória no mundo jurídico: “Andei pela casa de Themis, onde tomara a medida de uma beca que, com mais duas provas teria ficado pronta, investindo-lhe nos foros de bacharel com direito a canudo e anel.”⁴⁵³. O fato que não houvesse concluído a formação em Direito não o impedia, porém, de dedicar-se a escrever sobre um assunto polêmico, bastante recorrente nos debates entre juristas: os erros judiciários. Já nas primeiras linhas o escritor introduzia uma inquietação a respeito da responsabilidade daqueles que protagonizavam os cenários dos tribunais brasileiros. Segundo Coelho Netto, “condenar um homem é tanto como matá-lo(...) mas o morto descansa e o galé ai fica entre grades envelhecendo parado como pântano que esverdinha sempre assente no lodo.”⁴⁵⁴ O prisioneiro a que se referia o escritor, que envelhecia atrás das grades no lodo da condenação pública de um assassinato, era o tenente Paulo do Nascimento Silva. E, ao invés de um criminoso perverso, o militar aparecia na crônica como “um homem dos mais nobres antecedentes, oficial caprichoso, sem uma nota que lhe mareasse a fé de ofício”⁴⁵⁵.

Assim como na entrevista fornecida por Paulo do Nascimento em 1917, Coelho Netto discute a natureza dos elementos que deram base à condenação de Paulo: as provas testemunhais. Além de considerá-las “profundamente viciadas de inépcias e disparates”⁴⁵⁶, o escritor ia além da crítica proposta por Paulo na

⁴⁵² O SEGUNDO julgamento do tenente Paulo. *Gazeta de Noticias*, 21 de fevereiro de 1922, p. 3.

⁴⁵³ Coelho Netto. Recordatevi. *A Noite*, 25 de novembro de 1920, p.5.

⁴⁵⁴ Idem.

⁴⁵⁵ Idem

⁴⁵⁶ Idem.

entrevista publicada dois anos antes. Partindo dos testemunhos prestados contra o tenente, o literato questiona o próprio sistema judiciário - que, responsável pela preservação dos direitos individuais, destituía de liberdade cidadãos sem possuir provas do crime cometido.

No caso da *Tragédia da rua Januzzi*, além das contradições presentes em alguns depoimentos de testemunhas que ora defendiam e ora acusavam o oficial, o literato irá debater o próprio estatuto de verdade que se conferia a uma prova testemunhal. D. Alcina, irmã da vítima, que no início do inquérito testemunhara afirmando que o tenente Paulo seria incapaz de assassinar sua esposa, mudara sua posição por se dizer ordenada por Deus a revelar fatos que até então preferia esconder. O testemunho desta irmã de D. Edina contava, não somente o caso extraconjugal do militar com Albertina, mas também o episódio ocorrido um dia antes da sua morte, no qual o tenente questionava se sua cunhada desejava a morte de sua irmã.

O testemunho de D. Alcina não tinha como marcas de veracidade a depoente ter visto ou ouvido o episódio, mas uma revelação divina que a impelia a contar elementos que até aquele momento do inquérito eram desconhecidos pelo público. Ao longo do século XVIII e XIX o sistema jurídico ocidental definiu que o ato criminoso não poderia se consistir em uma falta moral ou religiosa e, que as leis penais não deveriam retranscrever em termos positivos princípios divinos ou morais.⁴⁵⁷ Logo, o que o escritor Coelho Netto questionava era como o testemunho dado por Alcina - considerado um dos depoimentos fundamentais na formação da culpabilidade do tenente Paulo – poderia ter sido tomado como legítimo, visto que a depoente se considerava inspirada por Deus ao revelar que o tenente Paulo tinha a intenção de matar sua esposa.

Para o escritor, cabia ao juiz verificar a legitimidade dos testemunhos para que os julgamentos dos cidadãos se dessem de acordo com princípio defendidos no Código Penal republicano:

O juiz, diante dos autos, devia ser mais meticoloso e atento do que o analista de um experimento de laboratório: um perscruta o absolutamente invisível, que é a alma; o outro tem uma base material e um instrumento de verificação. (...) Erre o juiz em casos obscuros e ninguém o acusara de maldade, mas ante

⁴⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, p.80.

provas e suspeitas, argumentos falaciosos, alegações contraditórias entre si e de todos os pontos malévolas, que se destroem por si mesmas, à maneira de escorpiões, eis que se não compreende.⁴⁵⁸

Segundo Coelho Netto, ao juiz competia analisar com a precisão de um cientista a alma dos envolvidos no caso, desde réus a testemunhas, através dos depoimentos que se encontravam nos autos dos processos. A comparação do *modus operandi* de profissionais de áreas distintas coincidia com uma tendência já presente no campo jurídico brasileiro do início do século XX, que reivindicava a ciência enquanto o elemento pelo qual se poderia assegurar a aplicação neutra e imparcial da justiça penal⁴⁵⁹. Se, em casos jurídicos árduos, dissimulações e mentiras muitas vezes poderiam fugir à percepção do juiz, para o literato este não era o caso do julgamento de Paulo do Nascimento. Os testemunhos reunidos contra o oficial se não se mostravam contraditórios, possuíam como base elementos divinos, cuja natureza do fenômeno não se enquadrava em um sistema jurídico no qual as leis não poderiam positivar fenômenos de ordem religiosa.

Visto que o critério da necessidade de elaboração de provas em um julgamento seria uma garantia do indivíduo frente à ação e autoridade do Estado⁴⁶⁰, a crítica de Coelho Netto à condenação de Paulo direcionava-se também ao regime republicano que permitia a legitimação de uma condenação e a destituição da liberdade de um cidadão, sem que houvesse provas para tal. Ao colocar a vulnerabilidade do indivíduo frente à ação do Estado, o escritor questionava as disparidades presentes no modelo político vigente - que, ao contrário do que se propunha legalmente, não garantia um julgamento justo a todo e qualquer cidadão.

De fato, a preocupação com os rumos da República brasileira era um tema constante na obra de literato no início do século XX.⁴⁶¹ Nos anos que antecederam a publicação da crônica, este debate ganhava contornos mais nítidos em sua obra. Com o apoio de lideranças políticas locais, Coelho Netto que havia sido eleito por dois mandatos consecutivos como representante do Maranhão na Câmara Federal, foi em 1918 excluído da formação da nova chapa governista por esses mesmos

⁴⁵⁸ NETTO, Coelho. Recordatevi. *A Noite*. Rio de Janeiro: 25 de novembro de 1920, p.5.

⁴⁵⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas*.

⁴⁶⁰ BECARRIA, Césaire. *Dos Delitos e das Penas*.

⁴⁶¹ PEREIRA, Leonardo. *O patrono do Brasil: uma biografia de Coelho Netto*, p. 243.

chefes políticos.⁴⁶² Por mais que sua própria escolha para o cargo já fosse o fruto de um sistema eleitoral viciado, marcado pelo mandonismo local, após este episódio, o literato passou a denunciar recorrentemente o sistema eleitoral oligárquico, que a seus olhos seria uma das principais disparidades do regime republicano⁴⁶³. Para o escritor, naquele contexto, não parecia haver justiça em uma República, que marcada pelas relações pessoais, ignorava os critérios do mérito e do valor. É com tais olhos que se voltou para o caso do julgamento de Paulo do Nascimento, visto como mais um exemplo da despreocupação do Estado republicano com a causa da justiça.

A crítica de Coelho Netto às contradições do regime republicano brasileiro coincidia com a atmosfera política crítica pela qual passava o país durante a década de 1920. A Carta constitucional de 1891, imbuída do legado revolucionário norte-americano, legitimava um sistema político baseado no federalismo, no presidencialismo e no regime representativo democrático. No entanto o dispositivo legal que forjava a república brasileira mostrava-se distante da realidade específica do país, marcada pelo domínio dos poderes e autoridades locais e baseada na concentração da propriedade de terra⁴⁶⁴. A centralidade conferida aos estados radicalizava as lutas entre grupos políticos presentes em cada estado, tornando a composição do Parlamento imprevisível e criando um problema de governabilidade ao Executivo. A contradição entre os ideais fundadores do regime republicano e os desafios característicos da herança histórico-social do país foi conceituada por Oliveira Vianna, através da oposição entre um *país legal/país real*, indicando os limites da imposição de uma “cultura política anglo-saxã, sem enfrentar os temas da revolução agrária, da extinção do monopólio de terra e da elevação do homem do campo à condição de cidadão livre e portador de direitos.”⁴⁶⁵

Seria no governo de Campos Salles (1898- 1902) que a República criou a sua viabilidade através de uma engenharia política que teve como uma das peças centrais a figura dos chefes políticos locais, cujos poderes derivavam das extremas desigualdades sociais baseadas na exclusão de acesso à terra e da ausência da

⁴⁶² PEREIRA, Leonardo. *O patrono do Brasil: uma biografia de Coelho Netto*, p. 245.

⁴⁶³ Ibid, p. 255.

⁴⁶⁴ CARVALHO, Maria Alice Rezende. A crise e a refundação republicana em 1930. In: _____ (org.) *República no Catete*, p. 90.

⁴⁶⁵ Ibid, p. 91.

presença do Estado nas localidades⁴⁶⁶. A emergência das figuras dos coronéis, que tomavam para si atribuições do Estado, permitia a mediação política e eleitoral entre as instâncias estaduais/municipais e o eleitorado local, estabilizando as disputas políticas nestas esferas políticas.⁴⁶⁷ Por fim, a harmonização destes poderes estava aliada à hierarquização dos estados, cujos protagonistas eram aqueles de maior vigor político econômico, São Paulo e Minas, que para além da ambição de controle das diretrizes econômicas do país, também buscavam a partir desta estrutura, neutralizar a oposição e as disputas que colocavam em risco a governabilidade do regime.⁴⁶⁸

Foi justamente na década de 1920, que os chamados estados de segunda grandeza - Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia – começaram um processo de reivindicação de maior participação no pacto republicano, questionando a subordinação aos interesses econômicos mineiros e paulistas e inaugurando a chamada crise de representatividade republicana.⁴⁶⁹ Reunidos no movimento conhecido como Reação Republicana, os questionamentos às disparidades presentes no regime não se restringiu a uma disputa oligárquica, mas também encontrou apoio em grupos que se sentiam excluídos da participação política no regime. Segmentos do Exército, imbuídos de um ideal que os identificava enquanto portadores de uma força espiritual do republicanismo, agregavam-se ao movimento contestador do sistema oligárquico brasileiro, demonstrando suas amplas insatisfações frente ao regime.

Em tal quadro de descontentamento, outros grupos também reivindicavam direitos em paralelo a Reação Republicana, mostrando-se insatisfeitos com o modelo de república vigente. De um lado, o movimento operário crescia cada vez mais, protagonizando greves consecutivas nesse momento. E, mesmo industriais e segmentos das classes médias urbanas ascendentes buscavam espaço num país de caráter oligárquico, cujo pacto econômico era voltado essencialmente para interesses de latifundiários. A crise republicana dos anos 20 demonstrava como já não era possível prescindir de uma ampliação do pacto republicano, “os debates sobre ordem republicana não se resumia mais à criação de um aparato

⁴⁶⁶ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto : o município e o regime representativo no Brasil*.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ CARVALHO, Maria Alice. Op cit, p. 97

⁴⁶⁹ FERREIRA, Marieta de. “A reação republicana e a crise política dos anos 20” In: *Estudos Históricos*, pp. 9-23

institucional capaz de gerenciar, com eficiência, os conflitos internos às oligarquias. Ele havia chegado às ruas, envolvido os atores da nova ordem urbano-industrial, os militares e a *intelligentzia*.⁴⁷⁰

Neste contexto a ascensão/reivindicação das classes médias por uma maior participação na ordem republicana ocorria tanto pela tentativa de chegada pura e simples ao poder - por intermédio dos quadros políticos de classe - quanto pela mediação do aparelho do Estado, através da burocracia estatal ou por meio das Forças Armadas.⁴⁷¹ Os grupos sociais médios urbanos que buscavam uma voz no regime aproximavam-se de segmentos insatisfeitos do Exército que compunham já nesse momento, o chamado movimento tenentista. Se muitas vezes os oficiais rebeldes apresentavam uma plataforma política difusa, estes se mostravam abertamente críticos aos limites jurídicos-políticos do regime oligárquico brasileiro que pervertiam a ordem republicana. Seria justamente neste ponto que os oficiais rebeldes encontrariam uma ponte com as insatisfações de segmentos da classe média urbana, principalmente, através de um apelo ao nacionalismo e da defesa do voto secreto e das liberdades individuais.⁴⁷²

Nesta associação de grupos urbanos insatisfeitos com o regime que podemos identificar a presença de dois diretores e fundadores de gazetas jornalísticas importantes da capital federal: Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, e Irineu Marinho, d'*A Noite*. Na ocasião do movimento dos 18 do Forte de Copacabana, que ocorreu quatro meses depois do julgamento do tenente Paulo, os jornalistas foram presos por terem sido considerados simpatizantes da rebelião militar que ocorrera no Rio. Irineu Marinho foi enviado ao presídio da Ilha das Cobras onde ficou detido por alguns meses.⁴⁷³ Se sua participação efetiva no movimento é um elemento que nos escapa, podemos destacar a tensão do contexto republicano durante a década de vinte frente à associação de membros de órgão da imprensa com movimentos antioligárquicos protagonizados por militares.

Era neste contexto turbulento do início dos anos 1920 que a figura do tenente Paulo do Nascimento reaparecia nos jornais, trazendo consigo uma nova

⁴⁷⁰ CARVALHO, Maria Alice. A crise e a refundação republicana em 1930. In: _____ (org.) *República no Catete*, p. 94.

⁴⁷¹ FAUSTO, BORIS. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*, p.80.

⁴⁷² Boris Fausto ao analisar a relação das classes médias urbanas com o movimento tenentista coloca também a possibilidade de segmentos da “pequena burguesia que se identificavam com a ideia da salvação militar para arrancar o país do domínio das oligarquias.” FAUSTO, Boris. *Op cit.* p.93

⁴⁷³ CARVALHO, Maria Alice. *Irineu Marinho: a imprensa e a cidade*, p.8.

leitura sobre a *Tragédia da rua Januzzi*. Desse modo, a compreensão das tensões que permeavam a atmosfera política de crise de representatividade republicana dos anos vinte pode ser uma possível indicação para compreendermos a transformação do “repugnante filicida”⁴⁷⁴ ao “oficial caprichoso”⁴⁷⁵ e “vítima de um conluio”⁴⁷⁶, ao qual os leitores eram apresentados na véspera do segundo julgamento.

4.3. O segundo julgamento do tenente Paulo

Oito anos após a morte de Edina do Nascimento Silva, a cobertura do segundo julgamento de Paulo tomou novamente as páginas dos periódicos cariocas. Enquanto *A Noite* conferiu um pequeno espaço para as notícias do julgamento, folhas como *O Imparcial*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil* conferiram extensas colunas ao crime⁴⁷⁷.

O tempo que separava a morte de D. Edina da ocorrência destes trabalhos no Tribunal do Júri exigia uma rememoração da *Tragédia da rua Januzzi*. No entanto, a construção da história que resultara na morte da esposa do tenente Paulo mostrava-se bem distinta daquela desenvolvida tanto no momento do inquérito quanto na ocasião do primeiro julgamento. Se antes a *Tragédia da rua Januzzi* significava “o desaparecimento da figura mais sagrada do lar: a mãe.”⁴⁷⁸, nas notícias do jornal *Imparcial* publicadas em 1922 a tragédia levava ao “esfacelamento de uma brilhante carreira militar”⁴⁷⁹. O mesmo ocorria no jornal *Gazeta de Notícias*, que caracterizou a morte de D. Edina como uma “fatalidade cruel”, protagonizada por um “um moço cheio de esperanças, um pai de família,

⁴⁷⁴ AINDA NÃO foi desta! O julgamento do célebre assassino, tenente Paulo do Nascimento foi adiado. A opinião pública indigna-se com a demora na administração da justiça e reclama que o escandaloso caso seja liquidado.. *A Época*. Rio de Janeiro: 21 de dezembro de 1915, p.2.

⁴⁷⁵ Coelho Netto. Recordatevi. *A Noite*. Rio de Janeiro: 25 de novembro de 1920, p.5.

⁴⁷⁶ AS CONSCIÊNCIAS do cárcere: a palavra de um condenado. *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1917. P. 8

⁴⁷⁷ Infelizmente, o acervo do jornal *Correio da Manhã* da Biblioteca Nacional apresenta uma falha, não possuindo as notícias referentes ao segundo julgamento. O jornal *A Época* também utilizado nas análises do primeiro julgamento já se encontrava encerrado em 1922.

⁴⁷⁸ A DERRADEIRA contenda: o misterioso caso da rua Januzzi ainda não foi apurado. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

⁴⁷⁹ O SEGUNDO júri do tenente Paulo. *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 22 de fevereiro de 1922, p. 22

vergado sob o peso de uma acusação tremenda, que cortaria (ilegível) a sua carreira, afastando-o para sempre dos homens de consciência limpa.”⁴⁸⁰.

A centralidade que ganhara a figura e os danos sofridos pelo tenente Paulo nas notícias que anunciavam o seu segundo julgamento não implicava necessariamente no desprezo dos jornalistas pela morte de Edina. Pelo contrário, o vocabulário de compaixão que caracterizava a figura de Paulo estendia-se também à falecida esposa e a sua amante, Albertina do Nascimento. Segundo as notícias, a tragédia de amor resultara na morte “da mãe de três inocentes criaturinhas, tornadas órfãs enquanto se maculava a honra de uma cunhada”.⁴⁸¹ E, o caso extraconjugal, considerado pela *Gazeta de Notícias*, como um “terrível deslize dos cunhados” envolvia “uma criatura do sexo feminino, ingênua, certamente, por tratar-se de uma moça criada no recesso da família”. A transformação dos protagonistas da *Tragédia da rua Januzzi* enquanto personagens passíveis de piedade possuía uma estreita relação com a nova distribuição de responsabilidade e o próprio significado que se pretendia atribuir à morte da esposa de Paulo. Ao colocar as personagens de Edina, Paulo e Albertina em situações de fraqueza e dor, os jornalistas procuravam sensibilizar aqueles que liam ou ouviam suas notícias frente aos dramas sofridos pelos envolvidos. A escolha pela mobilização de um vocabulário compassivo estendido à caracterização dos três personagens vinha isentar de responsabilidade qualquer um dos protagonistas, construindo a morte de Edina enquanto uma tragédia, um infortúnio do qual ninguém tivera culpa.

A isenção dos protagonistas da responsabilidade pela morte de Edina dava margem somente a uma versão do crime: o suicídio da esposa de Paulo do Nascimento. O esforço de construção do significado deste crime também se fazia presente na forma que os antecedentes da rua Januzzi eram recuperados pelo repórter policial da *Gazeta de Notícias*. Tendo em vista a “colisão de provas”⁴⁸² presentes no processo do tenente Paulo, o jornalista da folha optou pela rememoração do caso, não a partir das falas das testemunhas, como no primeiro julgamento, mas através do depoimento do militar. Era a partir dela que se afirmava que os problemas conjugais do casal seriam ocasionados pelo fato de sua

⁴⁸⁰ O SEGUNDO julgamento: a acusação do Ministério Público. *Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro de 1922, p. 3.

⁴⁸¹ Idem.

⁴⁸² O SEGUNDO julgamento do tenente Paulo. *Gazeta de Notícias*, 21 de fevereiro de 1922, p.3.

esposa ser “excessivamente nervosa, possuindo um temperamento extraordinariamente irritável”⁴⁸³. O desequilíbrio emocional de Edina era ilustrado por extensas cenas que também permearam o processo. O oficial recordava ocasiões como aquela em que sua esposa teria arremessado um copo de vidro na direção de seu irmão Aristides, ou outra na qual teria usado de frases pesadas para com o próprio marido. Lembrava ainda que sua esposa esbordoara um cachorrinho de estimação de Paulo, somente para contrariá-lo. Note-se que as ações de Edina não eram colocadas como fruto de uma vilania ou ausência de sentimentos, pelo contrário: essas nasciam de um temperamento desequilibrado e irritadiço, que a levava justamente a cometer suicídio. De fato, o ato do suicídio cometido por uma pessoa em um estado emocional desequilibrado não poderia recair na responsabilidade de nenhum indivíduo, nem da própria vítima.

Junto à personagem da falecida esposa, o tenente Paulo aparecia também enquanto uma vítima da difamação pública, pela acusação de um assassino frio e repugnante. Mas ao invés de uma vítima passiva dos fatos, o oficial retornava às folhas dos jornais *Gazeta de Noticias*, *O Paiz* e *O Imparcial* como “inconformado com a pena que lhe fora imposta”⁴⁸⁴, exigindo justiça através do recurso de revisão criminal. A apresentação do caso feita um dia antes do julgamento pela *Gazeta de Noticias* contou com a reedição da entrevista do oficial preso, alegando sua inocência. As notícias do julgamento que relataram o caso a partir da perspectiva do oficial usavam também de recursos imagéticos para resignificar a *Tragédia da rua Januzzi*.

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ TENENTE DO Nascimento. *O Paiz*, 21 de fevereiro de 1922, p. 3.



Imagem 21. Fotografia do Tenente Paulo no segundo julgamento. *Gazeta de Notícias*. 22 de fevereiro de 1922. p.3.



Imagem 22. Fotografia do tenente Paulo junto a seus defensores. *Jornal do Brasil*. *Jornal do Brasil*. 22 de fevereiro de 1922. p. 8.

A primeira imagem publicada pela *Gazeta de Notícias*⁴⁸⁵ junto à notícia sobre o julgamento retratava o tenente Paulo oito anos após a morte de sua esposa. Diferente das reportagens publicadas em 1915, que traziam imagens do oficial junto à sua esposa e amante – claramente representando o triângulo amoroso como como motivo da morte de Edina– em 1922 o jornal publicava uma

⁴⁸⁵ O SEGUNDO julgamento: a acusação do Ministério Público. *Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro de 1922, p. 3.

fotografia na qual o oficial aparecia sozinho, envelhecido e sentado ao banco dos réus. A escolha desta foto solitária do tenente que ocupava extenso espaço na página do jornal demonstrava qual era o foco deste julgamento: a reparação do sofrimento a que fora condenado injustamente o tenente Paulo, um oficial que tivera sua carreira militar interrompida por um julgamento que o condenara sem que ao menos houvesse provas contra ele.

A segunda imagem, publicada pelo *Jornal do Brasil*, também trazia o oficial em meio a amigos e aos advogados de defesa, Evaristo de Moraes e João Costa Pinto. Ao publicar esta fotografia o jornal representava o oficial não como um criminoso repugnante, mas como um homem que recebia o apoio e defesa daqueles que o conheciam e lutavam pela sua absolvição. A publicação desta fotografia antes da deliberação do veredito demonstrava o desejo de construção de uma imagem de fortalecimento do tenente, pelo suporte que recebia quando se afirmava enquanto vítima de um erro judiciário.

Apresentados o réu, sua trajetória e o motivo que o levava a protagonizar um segundo julgamento, cabia aos repórteres iniciar a narrativa sobre os trabalhos do segundo julgamento. As novas personagens que protagonizariam as cenas nos tribunais eram Dr. Edgard Costa, juiz da 2ª pretoria criminal; o Dr. Martins Costa, promotor público; e os advogados de defesa do réu, João da Costa Pinto e Evaristo de Moraes. A *Gazeta de Notícias* destacou que a galeria do tribunal contava com a presença de vários curiosos, “achando-se repleto, notando-se a presença de várias pessoas de destaque do nosso meio social.”⁴⁸⁶.

⁴⁸⁶ O SEGUNDO JULGAMENTO: A ACUSACÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: 22 de fevereiro de 1922, p. 3.



Imagem 23. Fotografia do aspecto do tribunal no segundo julgamento. *Gazeta de Notícias*. 22 de fevereiro de 1922. p.3.

Na fotografia, a folha retratava desde mulheres, a jovens e senhores que lotavam o local, na expectativa do desfecho da *Tragédia da rua Januzzi*. Se a fotografia da galeria contando com um vasto número de expectadores fornecia contornos reais às narrativas jornalísticas, por outro lado, a folha potencializava o caráter sensacional do julgamento do tenente Paulo, demonstrando a receptividade do caso frente à sociedade carioca. Ao demonstrar a expectativa dos ouvintes e o amplo interesse de diferentes segmentos sociais na decisão do júri do segundo julgamento de Paulo, o jornal demonstrava também a pertinência na discussão e da absolvição pública do caso, mesmo oito anos após a morte de Edina.

Apresentada a ambiência do júri, o jornal *Gazeta de Notícias* iniciou a narrativa do discurso de acusação do promotor público, seguida pelos advogados de defesa, publicando-as em duas edições devido à extensão do tempo do julgamento. Enquanto *A Noite* conferiu um pequeno espaço para as notícias do julgamento, *O Imparcial*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil* conferiram extensas colunas ao crime.

Entretanto, diferente das notícias de 1915, os jornais publicaram de forma mais equilibrada as falas da acusação e da defesa. A figura de Paulo enquanto um

“assassino”⁴⁸⁷, “farsante vulgaríssimo”⁴⁸⁸ concorria com “o oficial que sem mácula na fé de ofício merecia o direito de dar continuidade a sua vida”⁴⁸⁹. O caso protagonizado pelo oficial com sua cunhada passava de um amor que “conspurcara o lar”⁴⁹⁰ a um “deslize dos cunhados”⁴⁹¹. Os pareceres de Attila Torres e Dr. Silva Freire, que identificavam que o tiro fora dado da direita para esquerda, eram contrapostos ao laudo dos médicos-legistas que definia uma trajetória contrária da bala.

Tendo em vista a oposição de pareces e testemunhos, seria afinal possível apreender a verdade sobre o caso? Se sim, a partir de que elementos? A construção das notícias que pretendiam demonstrar as duas versões do caso pelas falas dos promotores e advogados de defesa apresentava uma solução que se configurava ao mesmo tempo como o problema central do caso. Somente através da presença e da análise de provas que seria possível chegar a um veredito.

Nas narrativas jornalísticas, a fala de abertura do promotor Dr. Martins Costa vinha justamente respaldar-se nessa questão. O julgamento que ali ocorria não trazia novas provas que poderiam inocentar o réu, mas ocorria por um detalhe: o fato que no primeiro julgamento Paulo não teria sido julgado por um juiz de direito. Para o promotor, “a provas dos autos são suficientemente robusta para exigir, em nome da verdade e da justiça, a condenação do uxoricida presente”⁴⁹². Enquanto provas, os laudos dos exames médicos legais eram colocados como “peças que não deixavam dúvida de ter sido essa senhora vítima de um crime”⁴⁹³. Na fala da acusação descrita pelo repórter de *O Paiz*, pela trajetória da bala era possível identificar que o tenente assassinara sua esposa dormindo. Além das provas materiais apresentadas, as provas circunstanciais também foram colocadas para estabelecer o caráter do réu e o motivo do crime. As falas das testemunhas evidenciavam as agressões físicas, o caso extraconjugal com Albertina e inclusive manifestações do desejo do oficial de matar sua esposa.

⁴⁸⁷ O SEGUNDO julgamento: a acusação do Ministério Público. *Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro de 1922, p. 3.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ O SEGUNDO julgamento do Tenente Paulo: a defesa do acusado. *Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro de 1922. Última Hora, p. 5.

⁴⁹⁰ O SEGUNDO julgamento: a acusação do Ministério Público. *Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro de 1922, p. 3.

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ A DERRADEIRA contenda: está sendo julgado o tenente Paulo do Nascimento Silva. *O Paiz*, 22 de fevereiro de 1922, p. 4.

A busca da verdade nos tribunais e as diferentes concepções de provas já sofreram modalidades variadas ao longo da história das práticas jurídicas ocidentais.⁴⁹⁴ Se já houve momentos em que a comprovação da verdade não obedeceu a um sistema binário – a prova considerada falsa ou verdadeira⁴⁹⁵ – com a contribuição de Beccaria no pensamento jurídico, a obtenção da verdade deveria ser feita a partir de um determinado rigor para que existisse “imputabilidade física” que ligasse o indivíduo à prática do crime.

Pode-se dividir as provas de um crime em perfeitas e imperfeitas. Denomino perfeitas as provas que excluem a possibilidade de alguém não ser culpado e chamo imperfeitas as que não as excluem. Das primeiras basta uma só prova para a condenação. Das outras bastam tantas quantas sejam necessárias para constituir a prova perfeita, ou seja, se com cada uma destas, em particular, é possível que alguém não seja réu, diante de sua soma, no mesmo caso, é impossível que não seja.⁴⁹⁶

Já no final do século XVIII, a necessidade de provas precisas ganhava cada vez mais importância, visando evitar as condenações feitas a partir de frágeis circunstâncias. Exigia-se dos tribunais um padrão de pensamento racionalista, capaz de chegar aos vereditos através de provas que demonstrassem com exatidão a culpabilidade ou inocência do réu. Reconhecendo justamente este princípio jurídico que Evaristo de Moraes e João da Costa Pinto construíram a defesa do oficial, recuperando um debate que encontrou apoio nas gazetas jornalísticas. A influência de Beccaria no pensamento de Evaristo de Moraes pode ser percebida pelo prefácio que o advogado faz na primeira tradução da obra italiana publicada no Brasil⁴⁹⁷. A partir da leitura desta obra, Evaristo procurou destacar as contribuições que considerava valiosas feitas pelo jurista italiano, afirmando que predominava no texto de Beccaria uma “inspiração do humanismo igualitário, regido contra as distinções sociais exclusivamente baseadas nos princípios de certas classes.”⁴⁹⁸ Pela fala dos advogados de defesa, os repórteres irão trazer o

⁴⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*.

⁴⁹⁵ Na obra de Cesare Beccaria podemos ver sua crítica ao sistema de provas que as avaliam em gradação, como quase-provas, semi-provas, ao que ao jurista recairia numa semi-culpabilização do réu. Ver: BECCARIA, Césaire. *Do delitos e das penas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 87. (1ª edição 1764)

⁴⁹⁶ Ibid, p. 47.

⁴⁹⁷ MORAES, Evaristo de. Prefácio. In : BECCARIA, Césaire. *Dos Delitos e das penas*. p.11-16.

⁴⁹⁸ Ibid, p.11.

novo significado da *Tragédia da rua Januzzi* e objetivo daquele segundo julgamento: a reparação de um “tremendo erro judiciário.”⁴⁹⁹

Como ponto de partida, a fala da defesa contestava os pareceres dos médicos Silva Freire e Attila Torres mencionados pela acusação, contrapondo-os aos laudos de autópsia e exumação que comprovavam que a trajetória teria atingido à vítima da direita para esquerda, mostrando cientificamente a possibilidade da ocorrência do suicídio. Os salpicos de sangue e o desalinho do quarto que pela acusação indicavam sinal de luta antes da morte de Edina foram explicados por “a vítima ter se levantado depois de ferida, andado pelo quarto em movimentos desordenados, espalhando sangue e trazendo moveis ao quarto.”⁵⁰⁰ Até os sinais de esganadura também apareciam como evidência do suicídio, por ter o oficial declarado que sua mulher tentara se enforcar antes mesmo das equimoses aparecerem no corpo da vítima.

Junto aos pareceres, a demonstração da inocência de Paulo seria reconstruída pelos jornais através da contestação da autenticidade das informações fornecida pelos testemunhos prestados por familiares e vizinhos. As contradições presentes nos testemunhos, que ora afirmavam a inocência e ora a culpabilidade do réu, indicavam a fragilidade deste tipo provas para sustentar exclusivamente a condenação de Paulo do Nascimento. O problema colocado iria para além do caso do tenente, pois recairia na validade da prova testemunhal para obtenção da verdade no campo jurídico. O grau de sugestionamento a que as testemunhas estavam submetidas durante o desenvolvimento do inquérito influenciariam na legitimidade das informações fornecidas pelos depoentes. Por esta perspectiva, ao reportarem as falas dos advogados de defesa, as folhas jornalísticas viam que a primeira condenação de Paulo “longe de justificar uma certeza contra o condenado, é antes o produto do veneno que a ‘opinião pública’ lançou, no seio dos jurados que o julgaram na época.”⁵⁰¹

A inquietação frente aos limites das provas testemunhais e a tensa relação da imprensa com o processo de produção de provas no sistema jurídico-policial foi objeto de estudo atento do advogado de defesa Evaristo de Moraes. Em seu

⁴⁹⁹ O SEGUNDO JURI do tenente Paulo. *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 22 de fevereiro de 1922.p. 12.

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ O SEGUNDO JURI do tenente Paulo. *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 22 de fevereiro de 1922.p. 12.

livro, *O testemunho perante a justiça penal: ensaio de psicologia judiciária*, cujo conteúdo seria fruto de “não só de leituras especializadas, como também da própria experiência profissional.”⁵⁰², Evaristo aprofunda as bases desta argumentação ao defender que em crimes sensacionais “a prova testemunhal seria dominada desde o princípio, pela influência de alguma sugestão, quer individual, quer coletiva.”⁵⁰³ Assim como no processo de instrução criminal, no qual membros da polícia já partiriam de uma auto-sugestão, as próprias testemunhas poderiam partir de interesses individuais desejando, por vezes, prejudicar o réu. Desta forma, ambas as situações viriam “a concorrer para moldar enfim, o conjunto de todo o trabalho, unilateralmente conduzido.”⁵⁰⁴.

Ao compararmos a obra jurídica de Evaristo com as notícias sobre o julgamento, torna-se então compreensível a base da defesa do tenente Paulo. Os testemunhos por suas contradições e pela própria natureza da prova estariam sugestados tanto pela ação policial, quanto por interesses pessoais e pela própria ação da imprensa. Talvez por isso, na medida em que às personagens de Edina, Albertina e Paulo eram isentos da responsabilidade pela morte da vítima, o repórter da folha *Gazeta de Notícias* culpabilizava a personagem do delegado Ayres Couto pela ocorrência do erro judiciário.

Contestava-se que Mme. Edina se houvesse suicidado. Repetia-se que a autoridade policial, Dr. Ayres do Couto, então suplente de delegado, examinando o local e atentando para o ferimento da vítima suspeitava de que o tiro fora desfechado da esquerda para a direita: “esta suposição mais se lhe avigorara quando ao examinar o quarto onde se desenrolara a dolorosa cena, notou certos indícios de luta e daí, arredar do pensamento a ideia do suicídio para fitar a sua atenção sobre o marido da inditosa morta.”⁵⁰⁵

No entanto, Evaristo não pretendia com isso desconsiderar de todo o valor da prova testemunhal, mas sim demonstrar como esta poderia ser suscetível a influências e sugestões. A preocupação específica que o autor demonstra ao longo do livro com os casos dos ‘crimes de sensação’, seria a mobilização de paixões e emoções que conduziriam a julgamentos e vereditos que deveriam obedecer a princípios de racionalidade. Como seria possível a elaboração de vereditos

⁵⁰² MORAES, Evaristo de. *O testemunho perante a justiça penal: ensaio de psicologia judiciária*. p.1.

⁵⁰³ Ibid. p.23.

⁵⁰⁴ Ibid, p.24.

⁵⁰⁵ O SEGUNDO julgamento do tenente Paulo. *Gazeta de Notícias*, 21 de fevereiro de 1922, p. 3.

imparciais e racionais de crimes que eram construídos enquanto sensacionais por jornalistas e recebiam falas emocionadas de promotores e advogados? A tensão entre as falas emocionadas e a racionalidade que deveria guiar os julgamentos evidenciava a preocupação em resguardar o direito essencial de presunção da inocência conferidos aos cidadãos republicanos. Uma vez que todo indivíduo deveria ser considerado inocente até o momento do julgamento, o processo de elucidação da culpabilidade do réu deveria ser basear na exatidão das provas apresentadas nos tribunais. Sendo a partir deste princípio, a construção do argumento de conclusão do advogado João da Costa Pinto, apresentado pela *Gazeta de Notícias*:

Não, não e mil vezes não ao primeiro quesito.
 Não, porque não há provas!
 Não, porque sem provas não se deve condenar.
 Não porque não sancionais o ódio, e apenas punis o crime.(...)
 Absolvi-o jurados, a vossa decisão é nesse momento ansiosamente esperado, por mim, por ele, e sobretudo, pelas três crianças produtos de uma felicidade passada. (...) E acreditem jurados que quem se amou assim na vida pode esquecer o lar, pelo prazer veloz de uma noite de luxuria, pode dele fugir momentos, por uma noite carnal, mas matar a mãe de seus filhos não, ninguém o faria e muito menos ele. (...)
 Justiça! Justiça! Não esqueceis teu filho, digo eu amparai-o, absolvi-o.⁵⁰⁶

A fala apresentada pelos jornais *O Imparcial* e *Gazeta de Notícias* mostrava como ao invés de ser punido, o oficial deveria ser amparado pela sociedade, por ter sido privado do direito à liberdade sem que ao menos existissem provas que o ligassem enquanto autor da morte de D. Edina. Se por um lado a semelhança entre os argumentos desenvolvidos no livro de Evaristo de Moraes com os apresentados pela imprensa demonstra o caráter polifônico das narrativas jornalísticas, por outro evidencia como o debate sobre as garantias do indivíduo frente a possíveis arbitrariedades do Estado encontrava ressonância nas gazetas jornalísticas cariocas naquele momento. Não por acaso, o interesse de algumas folhas pelo caso se dava em paralelo à cobertura da campanha da “Reação Republicana”. Ao lado das notícias sobre o segundo julgamento do tenente Paulo, o jornal *O Imparcial* publicou uma matéria denunciando as perseguições políticas em Minas, onde o pequeno fazendeiro Sr. José Bernadino,

⁵⁰⁶ O SEGUNDO JULGAMENTO DO TENENTE PAULO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 22 de fevereiro de 1922. Última Hora, p. 5.

em companhia de três redatores da folha *A Batalha*, teria sido preso e ameaçado em Juiz de Fora sem ter sido resguardada “nenhuma das suas garantias constitucionais”.⁵⁰⁷ Para a folha, a prisão de Bernardino visava “impedir, assim, que o povo acorra às urnas para sufragar os nomes dos candidatos da Democracia.”⁵⁰⁸ De modo análogo, jornais como *A Noite*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã* faziam recorrentemente insinuações quanto ao fato dos chefes de polícia acobertarem formas de coerção eleitoral⁵⁰⁹. A força do interesse das folhas e de seus leitores pelo segundo julgamento do oficial vinha assim a mostrar a amplitude social do clima de desconfiança e reflexão com o regime republicano que já se espalhava pelo noticiário político – o que fazia então das narrativas de crime como a *Tragédia da Rua Januzzi* uma arena para a expressão de reivindicações e luta por direitos no regime republicano.

⁵⁰⁷ O momento político: A reação em Minas. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1922, p. 12.

⁵⁰⁸ Idem.

⁵⁰⁹ CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Irineu Marinho: a imprensa e a cidade*.

5.

Considerações Finais:

Em setembro de 1892, o escritor Machado de Assis dedicou sua crônica da coluna “A Semana” à prostituta Maria de Macedo, cuja morte misteriosa ocupou vasto espaço nos noticiários criminais cariocas.

“Todavia, como há um limite para tudo, não ames como outros amaram aquela Maria de Macedo, cujo cadáver apareceu no Largo do Depósito. Digam o que quiserem: o homem gosta dos grandes crimes. Esta sociedade estava expirando de tédio. Uma outra sentença sobre negócios anônimos e ações nominais mal satisfazia a curiosidade, e não de todos, porque há muita gente que não conta de cem contos para cima; eu nem creio em milhares de contos. Ratonices de queijos e outras miudezas são como os biscoitos velhos e poucos; enganam o estômago, não matam a fome. E a fome vivia e crescia, sem nada que lhe pusesse termo, até que um gato descobriu no Largo do Depósito aquele tronco de gente. Foi um banquete pantagruélico. Um simples pedaço de cadáver, ensopado em mistério, bastou a faltar toda a cidade. Os mais gulosos pediam ainda a cabeça, as pernas e os braços. O mar, imensa panela, despejou esse manjar último. Agora pedimos os cozinheiro; venham os cozinheiros!”⁵¹⁰

A crônica do escritor narra um fenômeno que já naquele momento começava a ganhar espaço nos jornais da capital federal: a profusão de narrativas jornalísticas de crimes sangrentos que exerciam irresistível atração no público leitor carioca. O crime que inspirou o literato a escrever esta crônica chegou ao conhecimento do público com o achado do tronco de uma mulher no Largo do Depósito, cuja identidade, a princípio, era desconhecida. A construção de um mistério público a partir de um “simples pedaço de cadáver” evidenciava as transformações pelas quais as gazetas passavam neste período.

Na medida em que ocorriam assassinatos com potencial de se tornarem intrincados mistérios, os repórteres passavam a construir narrativas sensacionais que a cada dia traziam novidades que podiam satisfazer e conquistar mais consumidores para as folhas. No caso do crime da prostituta Maria de Macedo, a cabeça, as pernas e os braços da vítima foram encontrados no mar, tornando

⁵¹⁰ ASSIS, Machado. *A Semana*. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro de 1892. Rio de Janeiro: 25 de setembro de 1892. p.

possível a sua identificação. Frente às descobertas, Machado de Assis convocava ironicamente os jornalistas a oferecer “o banquete” aos leitores curiosos: “o mar, imensa panela, despejou esse manjar último. Agora pedimos os cozinheiros; venham os cozinheiros!”.

Se naquela ocasião a construção de um mistério público a partir de um “simples pedaço de cadáver” ainda surpreendia Machado de Assis, o caso da *Tragédia da rua Januzzi* mostrava como, em poucos anos, a dramatização social de crimes violentos por parte da imprensa já se tornou uma prática ordinária. O amplo alcance das narrativas sensacionais também ganhou destaque na obra de Orestes Barbosa, que na crônica *Alice Cavalo de Pau*, narrou o interesse da cafetina Alice pelas notícias do Crime da rua da Carioca.

Convivendo com *focas* dos jornais, médicos, advogados, funcionários públicos, policiais e magistrados, como o juiz Albuquerque de Melo, que lá ia dormir com a Paulistinha, Alice ficou *sabida*.
Mas não sabia ler.
Um dia houve o crime da rua Carioca.
Ela queria saborear as narrativas do crime de Rocca e Carletto.
Aprendeu a ler e saboreou⁵¹¹.

Ao conviver com jovens jornalistas, policiais, médicos, advogados e juízes, a personagem retratada por Orestes de Barbosa tinha acesso a discussões sobre a incidência e formas de controle das práticas criminais. Seria através destas conversas travadas com clientes que Alice passou a se interessar por questões, que se eram presentes em debates letrados e institucionais, também tangenciavam o cotidiano de mulheres que viam na prostituição uma forma de sobrevivência. Na ocasião do crime da rua da Carioca, Alice queria acompanhar as notícias, e para tal, aprendeu a ler para saborear as narrativas do crime. A crônica de Orestes Barbosa mostra tanto as possibilidades de leitura nas camadas sociais empobrecidas - principalmente em um momento em que a cidade do Rio de Janeiro contava com um grande índice de analfabetização⁵¹² - como também evidencia o amplo alcance destas notícias, que chegavam a conquistar até indivíduos analfabetos.

⁵¹¹ BARBOSA, Orestes. Alice cavalo de pau In: *O Bambambã!*, p. 91.

⁵¹² Em 1920, na Capital Federal o índice de iletrados chegava a 42%. Ver: LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luiza. (org.) *História da Imprensa no Brasil*.

No entanto, a atração dos leitores pelas notícias de crime não estariam apenas restritas ao caráter sensacional das narrativas construídas pelos jornalistas. Ao longo desta dissertação procurei analisar o processo de construção da morte de D. Edina do Nascimento enquanto um crime “sensacional”, cuja discussão pública era capaz de mobilizar falas, experiências e projetos de diferentes atores sociais para sua compreensão. A transformação da morte de D. Edina em um crime que merecia ser pranteado e punido publicamente não seria apenas uma consequência direta da do desenvolvimento de tecnologias que permitiam a construção de notícias atraentes a diferentes segmentos sociais. A convergência de múltiplas falas para significação e a profusão de notícias se justificava pelo fato do crime se converter em um meio de discussão pública de questões sociais sensíveis à sociedade carioca do início do século XX. Para além dos dramas privados que envolviam a família Nascimento e Silva, as narrativas jornalísticas sobre a *Tragédia da rua Januzzi* eram espaços de debate de temas ligados à moralidade, à cidadania e ao avanço do conhecimento científico no campo jurídico-policial - colocando em questão fragilidades e pontos de tensão vividos entre diferentes atores sociais cariocas na Primeira República brasileira.

Durante a realização deste trabalho, alguns fios que conduziram a novos objetos de pesquisa tiveram que ser deixados de lado. No entanto, neste espaço torna-se interessante apontar alguns novos caminhos possíveis de análise encontrados durante esta dissertação. Uma pesquisa possível seria investigar a apropriação feita por Elysio de Carvalho, diretor do Gabinete de Identificação, de referenciais e personagens de romances policiais, em suas obras dedicadas aos conhecimentos da polícia científica. O intelectual que escrevia no jornal *O Imparcial* sob o codinome Dr. Dupont fazia constantes referências a outros detetives policiais de um universo literário europeu, como: Monsieur Lecoq e Sherlock Holmes. As obras de Elysio que apareceram nesta pesquisa como uma documentação auxiliar nos indicam a possibilidade de uma investigação de uma história transnacional da construção destes saberes policiais que evidenciariam uma amálgama entre os campos científicos e literários. Além disso, a participação de Elysio em uma coluna semanal do jornal evidencia a possibilidade de compreensão da lógica de articulação e trocas de informações presentes na tensa relação entre policiais e jornalistas.

Um segundo caminho possível seria analisar comparativamente outros crimes com o intuito de investigar a ação da imprensa no processo de criminalização do uso de drogas alótropicas. O tema que pouco pode ser explorado nesta dissertação demonstra como os jornais dialogavam com os recentes debates sobre os efeitos colaterais que começavam a ser percebidos nos usos contínuos destas substâncias. Ao desenvolverem narrativas sensacionais que associavam o consumo de drogas com situações de decadência moral, os jornalistas dialogavam com debates do campo médico e jurídico sobre a necessidade do controle de circulação de determinadas drogas.

Por último, o conjunto de notícias produzido pela jornalista Eugênia Brandão nos oferece uma terceira possibilidade de análise. Apesar do material aparentemente se encontrar desaparecido da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a reportagem da jornalista evidencia as formas de controle de práticas amorosas indesejáveis que tinham lugar em segmentos sociais abastados. Os registros policiais de mulheres ofendidas que pertenciam a estes ciclos sociais e a possibilidade de acesso à documentação das instituições que abrigavam meninas e mulheres asiladas são formas de investigar as lógicas de controle e as formas de amor que mereciam ser silenciadas.

Na medida em que os “crimes de sensação” se convertiam em meios de discussão pública de questões sensíveis à sociedade carioca da Primeira República, as narrativas jornalísticas sensacionais desenvolviam um jogo de luz e sombra, iluminando discussões, que em detrimento de outras, se faziam urgentes na sociedade carioca do início do século XX.

6. Referências bibliográficas:

Periódicos diários e semanais:

A GAZETA DE NOTÍCIAS Rio de Janeiro, janeiro de 1914 a fevereiro de 1922.
– Biblioteca Nacional

A ÉPOCA - Rio de Janeiro, janeiro de 1914 a fevereiro de 1922. – Biblioteca Nacional

A NOITE, Rio de Janeiro, janeiro de 1914 a fevereiro de 1922.- Biblioteca Nacional

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, janeiro de 1914 a fevereiro de 1922 - Biblioteca Nacional

CORREIO DA NOITE. Rio de Janeiro, maio de 1914 - Biblioteca Nacional

O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, janeiro de 1914 a fevereiro de 1922. – Biblioteca Nacional

O PAIZ. Rio de Janeiro, janeiro de 1914 a fevereiro de 1922. – Biblioteca Nacional

REVISTA FON-FON. Rio de Janeiro, maio de 1914 – Biblioteca Nacional.

Periódicos especializados:

BOLETIM POLICIAL. Rio de Janeiro, janeiro de 1914 a fevereiro de 1922 – Biblioteca Nacional

Literatura:

BARBOSA, Orestes. *O Bambambã!*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração 1993. – Biblioteca Nacional

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1971. – Biblioteca Nacional.

_____. *Vida urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1956,

Rio, João do. *A Alma Encantadoras das ruas*. Belo Horizonte: Crisálidas, 2007.

RODRIGUES, Nelson. *O reacionário: memórias e confissões*. Rio de Janeiro: Record, 1977.

Obras Jurídicas

LIRA, Roberto. *Amor e a responsabilidade criminal*. São Paulo: Saraiva, C. Editores, 1932.

MORAES, Evaristo de. *Caso de homicídio por paixão amorosa. Um estudo de psicologia criminal, seguido de sentença absolvição*. Rio de Janeiro: Martins de Araujo, 1914.

_____. *Reminiscência de um rábula criminalista*. 2ª edição. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Briguet, 1989.

Obras especializadas e resumos de conferências policiais

CARVALHO, E. de. *O laudo da perícia gráfica da rua Januzzi, nº13*. Rio de Janeiro: Imprensa, 1914.

_____. *Sherlock Holmes no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Casa Moura, 1921.

REISS, A. R. *Polícia Técnica: resumo de Conferências realizadas em São Paulo*. Biblioteca do Boletim Policial: IXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914,

_____. *Polícia Técnica: resumo de Conferências realizadas em Rio de Janeiro*. Biblioteca do Boletim Policial: XXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914

Bibliografia:

ALMEIDA, A. (Org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.

BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa(1800-1900)*. Rio de Janeiro: MAUDAX, 2007, v. 1.

_____. *História Cultural da Imprensa(1900-2000)*. Rio de Janeiro: MAUDAX, 2007, v. 1.

_____. “Jornalismo popular e sensacionalismo.” In: *Verso e Reverso*. Revista de Comunicação, n. 39, jan. 2005.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Braziliense, 1971.

BARTHES, Roland. *Structure du fait divers*. In: *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1991. PP. 188-198.

BERNADINI, Célia de. *O lendario Meneghetti : imprensa, memória e poder*. São Paulo : Annablume, 2000.

BESSE, Susan. Crimes passionais:: a campanha contra os assassinos de mulheres no Brasil, 1910- 1940. In : Revista Brasileira de História. São Paulo : Marco Zero, 1989, v.9, n.18, pp. 181-197.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. “Revista Policial: formas de divulgação das polícias no Rio de Janeiro de 1903”. *História Social*, n. 16, Unicamp, primeiro semestre de 2009.

BROOKS, Peter. *The melodramatic Imagination : Balzac, Henry Jamens, Melodrama and the Mode of Excess*. Yale: Yale University Press, 1995.

CAIMARI, Lila. *Apenas un delincuente*. Crimen, castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955. Buenos Aires, Siglo XXI, 2004.

_____. *Mientras la ciudad duerme*. Pistoleros, policías y periodistas en Buenos Aires, 1920-1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

CALICCHIO, Vera. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, v. 3, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei (1889-1930)*. Brasília: Ed. UNB, 2000.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do Manicômio Judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro; Ed UERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice. *Irineu Marinho: a imprensa e a cidade*. São Paulo: Editora Globo, p.8

CARVALHO, Maria Alice Rezende. A crise e a refundação republicana em 1930. In: _____ (org.) *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade. A Escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

COSTA, Cristiane. *Pena de Aluguel: escritores e jornalistas brasileiros(1904-2004)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. São Paulo, Graal, 1979.

COUTINHO, Eduardo. *Os cronistas do momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

Rosalind Crone. *Violent Victorians: Popular Entertainment in Nineteenth-Century*. London. Manchester, MUP, 2012.

DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DIAS, Allister Andrew Teixeira. “*Dramas de sangue*” na cidade: *psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921)*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado no PPGHCS – Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

EDLER, F. C. Medicina tropical: uma ciência entre a nação e o império. In: Alda Heizer; Antonio Augusto Passos Videira. (Org.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2010, p. 339-356.

El FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890)*. São Paulo: Braziliense, 1988.

_____. Paixão e morte na virada do século. In: *Nossa História*, Rio de Janeiro, v. 19, p.64-67, 01 maio 2005.

ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 1990.

_____. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920 - 1945)*. Tese de Doutorado em História – FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

FERREIRA, Marieta de. “A reação republicana e a crise política dos anos 20” In: *Estudos Históricos*, vol6, no. 11, 1993, pp. 9-23

FERREIRA, Vera Lúcia Lopes. Aspectos históricos do tribunal do júri ao longo do tempo e sua relevância para o ordenamento jurídico brasileiro. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2907, 17 jun. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19314>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FERRO, Marc. *Faits divers, faits historiques*. In: *Annales, Économies, Sociétés, Civilisation*. 38^e année, n. 4, 1983. pp. 821-826.

FELZ, Jorge Carlos. A fotografia de imprensa nas primeiras décadas do século XX: o desenvolvimento do moderno fotojornalismo. GT História da Mídia Visual. Anais do IV Congresso Nacional de História da Mídia, p.1.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 1996.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36^a ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GALEANO, Diego Antonio. *Criminosos, viajantes, vigilantes modernos: circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2012.

GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 286-293.

_____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/. Difel, 1991, p.181.

_____. “*Crime et culture au XIXe siècle*”. Paris: Perrin, 2005.

LITS, Marc. *Du récit au récit médiatique*, De Boeck, 2008.

KALIFA, Dominique. *L'encre et le sang*. Récits et société à la Belle Époque. Paris: Fayard, 1995.

_____. “Les Tâcherons de l’information: petits reporters et fait divers à la Belle Époque.” *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, 40-4, octobre-décembre, 1993.

_____. História, crime e cultura de massa. [1 de agosto de 2009]. Rio de Janeiro: *Revista Topoi*. Entrevista concedida a Marcos Luiz Bretas e Diego Galeano.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 4^a.ed, 2002.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUCA, Leonora de. O “feminismo possível” de Julia Lopes de Almeida (1862 – 1934), *Cadernos de Pagu*, n°12, p. 275 -299, 1999.

LUCA, T.R e MARTINS, A. A. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008,

MACENA, Fabiana Francisca. *Madames, mademoiselle, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-fon(1907-1914)*. Dissertação de Mestrado. UnB, 2010.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2011, p.226 -227.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

OTTONI, Ana Vasconcelos. *Flores do vício: imprensa e homicídio de meretrizes no Rio de Janeiro (1896 – 1925)*. Dissertação de Mestrado em História – PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. *O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. Tese de Doutorado, UFF, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História*. São Paulo: fevereiro de 1997, n°14, p. 231 – 240.

_____. O patrono do Brasil: uma biografia de Coelho Netto. Rio de Janeiro: mimeo, 2014.

_____. Desilusões de um provinciano: a capital federal nas Recordações do escrivão Isaías Caminha. In: Magali Engel; Maria Letícia Correa; Ricardo Augusto dos Santos. (Org.). *Os intelectuais e a cidade (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 159-177.

PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. 2003. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2003.

_____. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil, (1870- 1920)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

REZENDE, Beatriz. *Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

SALES, Fernando. *Aspectos da Vida e Obra de Afrânio Peixoto*. Bahia: Fundação Cultura da Bahia, 1988.

SCHAWARTZ, Vanessa. *Spectacular Realities: Early Mass Culture in fin-de-siecle Paris*. Berkeley: University of California Press, 1998

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WALDOWITZ, Judith R. *City of Dreadful Delight: narratives of sexual danger in Late-victorian London*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.